



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CULTURA E SOCIEDADE

*INSTITUCIONALIDADE CULTURAL: o Programa Cultura Viva da criação até a lei
nº13018/2014*

por

GLEISE CRISTIANE FERREIRA DE OLIVEIRA

Orientador: Prof. Dr. ANTONIO ALBINO CANELAS RUBIM

**SALVADOR,
2018**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CULTURA E SOCIEDADE**

*INSTITUCIONALIDADE CULTURAL: o Programa Cultura Viva da criação até a lei
nº13018/2014*

por

GLEISE CRISTIANE FERREIRA DE OLIVEIRA

Orientador: Prof. Dr. ANTONIO ALBINO CANELAS RUBIM

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre.

**SALVADOR
2018**

GLEISE CRISTIANE FERREIRA DE OLIVEIRA

**INSTITUCIONALIDADE CULTURAL: O PROGRAMA CULTURA
VIVA DA CRIAÇÃO ATÉ A LEI Nº13018/2014**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de mestre.

Banca Examinadora

Antonio Albino Canelas Rubim (orientador)
Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo
Universidade Federal da Bahia

Luana Vilutis
Doutora em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia

Paulo César Miguez de Oliveira
Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia

À Maria Teresa, minha filha, por fazer crescer
em mim uma vontade de dedicação sem
limites.

“Conhecer não é, de fato, adivinhar, mas tem algo que ver, de vez em quando, com adivinhar, com intuir. O importante, não resta dúvida, é não pararmos satisfeitos ao nível das intuições, mas submetê-las à análise metodicamente rigorosa de nossa curiosidade epistemológica”.

(FREIRE, 2016, p. 46)

AGRADECIMENTOS

Quando paramos para observar um percurso nos damos conta que todas as referências são acionadas, mesmo aquelas que rejeitamos por força da racionalidade. Neste ponto, mesmo tendo rejeitado a minha relação com a fé cristã - construída por influência e muitas vezes pelo exemplo familiar - usei dela aprendizados que me ajudaram a superar os momentos de solidão da pesquisadora. E foi seguindo a doutrina franciscana que rompi com o caminho isolado, frio, solitário. Foi doando um pouco de mim para ouvir a ajudar os amigos que encontrei aliados numa corrente de estímulos.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Albino Rubim, que acompanhou e colaborou diretamente para o amadurecimento da pesquisa. Quem leu, sempre de forma atenta e crítica os rascunhos que se tornaram o texto agora lapidado. Foram idas e vindas, dúvidas e caminhos a escolher. Por fim, acredito que encontramos juntos o objeto de pesquisa que nos motivou mutuamente.

Aos professores e amigos Paulo Miguez e Luana Vilutis que aceitaram dedicar tempo a leitura cuidadosa desta pesquisa. Nas conversas nos corredores e muitas vezes casuais vocês estiveram dispostos a ouvir e argumentar sobre os aspectos que aqui tratamos. Certamente vocês foram mais que uma banca examinadora formal, atuaram como verdadeiros co-orientadores deste estudo.

À minha família (pai, mães e irmãos) que entendeu as ausências, a introspecção, a falta de tempo e apoiou a decisão de fazer um mestrado. A saída da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA) parecia pôr fim às intermináveis reuniões e ausências, mas também o processo da escrita requereu esse tempo de isolamento que foi aceito e estimulado.

À Ângelo Almeida, meu amor escolhido, que foi a melhor companhia e ombro amigo. Quem viveu de perto os dias de fragilidades e comemorações. Foi suporte, sempre com carinho, abraços e bom humor.

Ao sorriso, cobrança e presença da minha “primã”, Cleide Jaina. Seu interesse pela minha pesquisa e admiração pela minha trajetória fortaleceram e motivaram a concretização de mais esse sonho.

Aos amigos, de antes e de todas as horas, Diêgo Argôlo, Pollyana Dias e Thaís de Faro que não falharam nas palavras de estímulo. E as amigadas construídas e cativadas nos espaços de trabalho, sobretudo na SecultBA, Taiane Fernandes (Tai), Carolina Marques (Kirols), Sophia Rocha (Sophi), Andrea Santana (Dea), Fernanda Polonio (Nanda), Estela Santana (Teo) e Layno Pedra. Os Pontos de Cultura nos aproximaram e a partir deles formamos uma rede tendo em cada um de vocês verdadeiros pontos de apoio.

Aos amigos que superaram juntos o processo de seleção do mestrado, Ana Beatriz Ferreira (Bia) e Carlos Paiva, o estímulo e companhia de vocês fortaleceu o desejo por fazer junto. Estivemos conectados e construímos a nossa *Noosfera* sem a qual não seria a mesma experiência. Bia tornou-se uma grande irmã não apenas pela aparência física (já que todos perguntam) mas, também pelas afinidades e cuidados mútuos.

Outras irmãs surgiram nesse processo. Fabiana Guimarães (Fabi), obrigada por cuidar de mim nos momentos de enjoo, sono e cansaço causados pela gestação. A sua ajuda diária me deu coragem para continuar. Raiany Silva seu humor e *baianidade* foram mestres para tornar as revisões, estudos e correções momentos de leveza. Tê-las em minha casa me deu esperança.

Amiga de muitos anos e que tem acompanhado cada passo na trajetória da vida, Delmira Nunes é uma mãezona. Obrigada pelas cobranças e estímulos. Renata Rocha (Renatinha) foi exemplo de pesquisadora, amizade e força. Sou grata a você pelas trocas.

Aos novos amigos unidos pelo mestrado, cada um com a sua trajetória, história de vida e luta. Em especial ao quarteto fantástico, Midiã, Luciana, Luís Fernando e Dóris. Mesmo com objetos de pesquisa tão distantes encontramos similaridades e conseguimos dar suporte uns aos outros.

Ao Programa Multidisciplinar Cultura e Sociedade (Pós-Cultura) ambiente que me acolheu no reingresso às atividades acadêmicas. Encerro esta etapa revitalizada. Para além da pesquisa desenvolvida, as discussões multidisciplinares me colocaram em num novo lugar, me ajudaram na formatação da mulher negra (hoje consciente deste lugar) que sou. Várias discussões influenciaram para construção de mim mesma.

Ao Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Cult) que foi – e continua sendo – uma segunda casa. Estou vinculada as ações do Cult desde a iniciação científica, as trocas proporcionadas pelas discussões em grupos de pesquisa (desde a iniciação científica), encontros e eventos realizados ajudam na construção de argumentos e criticidade. São muitas pessoas que formam o Cult, meu muito obrigada para os amigos do grupo de pesquisa em Políticas Culturais (suas várias gerações).

Aos Pontos de Cultura que foram mais que objetos de estudo e aos pesquisadores do Programa Cultura Viva que foram companheiros. Aqui destaco as amigas Luana Vilutis e Sophia Rocha que estiveram presentes nos textos, mas também nas conversas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (Capes) que me concedeu bolsa de estudos o que me proporcionou com isso a garantia do tempo de dedicação.

Minha gratidão por participarem dessa experiência enriquecedora.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|---|
| AI-5 | Ato Institucional nº 5 |
| BAC's | Bases de Apoio à Cultura |
| BN | Biblioteca Nacional |
| CNC | Conferência Nacional de Cultura |
| CNdPC | Comissão Nacional de Pontos de Cultura |
| CNPC | Conselho Nacional de Política Cultural |
| CPDOC | Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil |
| DUDH | Declaração Universal dos Direitos Humanos |
| EBPC | Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cultura |
| Enecult | Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura |
| FCB | Fundação do Cinema Brasileiro |
| FHC | Fernando Henrique Cardoso |
| FNDE | Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação |
| FUNARTE | Fundação Nacional das Artes |
| FUNDACEN | Fundação Nacional de Artes Cênicas |
| IBAC | Instituto Brasileiro da Arte e Cultura |
| IBPC | Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural |
| INCE | Instituto Nacional de Cinema Educativo |
| INL | Instituto Nacional do Livro |
| IPEA | Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas |
| IPF | Instituto Paulo Freire |
| IPHAN | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| LGBT | Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis |
| LPP | Laboratório de Políticas Públicas |
| MEC | Ministério da Educação |
| MinC | Ministério da Cultura |
| MROSC | Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PAC | Plano de Ação Cultural |
| PC | Ponto de Cultura |

| | |
|-------------|--|
| PCV | Programa Cultura Viva |
| PNC | Plano Nacional de Cultura |
| PNCV | Política Nacional de Cultura Viva |
| PPA | Plano Plurianual |
| PPCULT | Programa de Pós-graduação em Cultura e Territorialidades |
| PRÓ-LEITURA | Fundação Nacional Pró-Leitura |
| PRÓ-MEMÓRIA | Fundação Nacional Pró-Memória |
| PRONATEC | Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego |
| REDEPCULT | Rede de Estudos em Políticas Culturais |
| SAI | Secretaria de Articulação Institucional |
| SCDC | Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural |
| SNC | Sistema Nacional de Cultura |
| SNT | Serviço Nacional de Teatro |
| SPC | Secretaria de Políticas Culturais |
| SPHAN | Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| Teia | Encontro Nacional de Pontos de Cultura |
| UERJ | Universidade do Estado do Rio de Janeiro |
| UFBA | Universidade Federal da Bahia |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1: Prêmios do Programa Cultura Viva e seus Objetivos | 24 |
| Tabela 2 Elementos característicos da institucionalidade da cultura..... | 48 |
| Tabela 3 Linhas gerais para a implementação do PCV | 105 |
| Tabela 4 Proposta de institucionalidade do PCV priorizadas na II CNC | 138 |
| Tabela 5 Propostas priorizadas e aprovadas na III CNC que têm relação com a institucionalidade do Programa Cultura Viva | 140 |
| Tabela 6 Proposta do II Fórum Nacional de Pontos de Cultura e relação om a institucionalidade do PCV | 152 |
| Tabela 7 Proposta do IV Fórum Nacional de Pontos de Cultura e relação com a institucionalidade do PCV | 155 |
| Tabela 8 Editais de Seleção para a implementação descentralizada de Pontos de Cultura em parceria com o Ministério da Cultura | 161 |
| Tabela 9 Diretrizes e ações do Programa Mais Cultura..... | 165 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|--|-----|
| Mapa 1 Distribuição das Redes Estaduais e Municipais de Pontos de Cultura (2012) | 160 |
| Mapa 2 Municípios com Pontos de Cultura - Brasil (2014) | 163 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1 Quantidade de Publicação x ano..... | 29 |
| Gráfico 2 Tipo de publicação e sua evolução anual | 32 |
| Gráfico 3 Ação central do estudo..... | 33 |
| Gráfico 4 - Recurso Executado com o Programa Cultura Viva (2004-2017)..... | 129 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 Organograma do Ministério da Cultura (1985)..... | 57 |
| Figura 2 Organograma do Ministério da Cultura (1990)..... | 59 |
| Figura 3 Organograma do Ministério da Cultura (1995)..... | 60 |
| Figura 4 Organograma do Ministério da Cultura (1999)..... | 62 |
| Figura 5 Organograma do Ministério da Cultura (2003)..... | 63 |
| Figura 6 Organograma do Ministério da Cultura (2004)..... | 64 |
| Figura 7 Organograma do Ministério da Cultura (2006)..... | 65 |
| Figura 8 Organograma do Ministério da Cultura (2012)..... | 76 |
| Figura 9 Indicador de Cumprimento de Metas do PNC (2010 – 2015)..... | 109 |
| Figura 10 Banner de divulgação das mudanças alcançadas com a Lei Cultura Viva - Lei nº13018/2014..... | 117 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 17 |
| 1 PROGRAMA CULTURA VIVA: UMA REVISÃO DA LITERATURA | 21 |
| 1.1 PROGRAMA CULTURA VIVA: OLHARES MULTIDISCIPLINARES | 27 |
| 1.1.1. Sobre o método de catalogação | 27 |
| 1.1.2 Análises possíveis: aproximação inicial | 30 |
| 1.1.3 Análises de política pública | 34 |
| 1.2 AVALIAÇÕES E PESQUISAS: CONTRIBUIÇÕES PARA A INSTITUCIONALIDADE DO PCV | 40 |
| 2 DESAFIOS E AVANÇOS DA INSTITUCIONALIDADE CULTURAL NO BRASIL | 43 |
| 2.1 ELEMENTOS DE INSTITUCIONALIDADE PARA A CULTURA | 44 |
| 2.2 TRAJETÓRIA DA INSTITUCIONALIDADE CULTURAL NO BRASIL | 49 |
| 2.2.1 Contribuições inaugurais | 50 |
| 2.2.2 Avanços da década de 1970 | 53 |
| 2.2.3 Anos 1980: a criação do Ministério da Cultura | 55 |
| 2.2.4 Instabilidades: o vai e vem do Ministério da Cultura | 57 |
| 2.2.5 A estabilidade de um gestor por oito anos | 60 |
| 2.2.6 O Governo Lula | 62 |
| 2.2.6.1 <i>Ações de destaque para a institucionalidade da cultura</i> | 68 |
| 2.2.7 Mulheres no comando: a primeira gestão de Dilma Rousseff | 74 |
| 3 DIMENSÕES DA INSTITUCIONALIDADE DO PROGRAMA CULTURA VIVA | 83 |
| 3.1 ESTRUTURA DE GESTÃO | 84 |
| 3.1.1 Governança | 91 |
| 3.1.1.1 <i>Comissão Nacional de Pontos de Cultura</i> | 92 |
| 3.1.1.2 <i>Comissão Nacional dos Gestores Estaduais e Municipais do Programa Cultura Viva</i> | 94 |
| 3.1.1.3 <i>GT - Cultura Viva</i> | 98 |
| 3.2 DISPOSITIVOS LEGAIS | 100 |
| 3.2.1 Normas e o Programa Cultura Viva | 104 |
| 3.2.2 <i>Proposições de leis a partir do Cultura Viva</i> | 112 |
| 3.3 EXISTÊNCIA DE RECURSOS | 123 |
| 3.3.1 Recursos Financeiros | 124 |
| 3.3.2 Recursos Humanos | 129 |
| 3.3.3 Recursos Materiais | 134 |
| 3.4 MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO | 135 |

| | |
|--|-----|
| 3.4.1 Conferências Nacionais de Cultura | 137 |
| 3.4.2 Encontros Nacionais de Pontos de Cultura - Teias | 142 |
| 3.4.3 Fóruns Nacionais dos Pontos de Cultura | 149 |
| 3.5 RELAÇÃO ENTRE OS ENTES FEDERADOS | 157 |
| 3.5.1 Difusão internacional: o Cultura Viva Comunitária | 169 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 174 |
| REFERÊNCIAS | 184 |
| ANEXOS | 195 |

RESUMO:

Um traço marcante das políticas culturais é a fragilidade de sua institucionalidade, percebida desde a instabilidade dos organismos de gestão, passando pelas ausências de marcos normativos e da participação da sociedade civil até o escasso orçamento destinado para o seu funcionamento. Diante de tal conjuntura, este trabalho propõe uma análise da institucionalidade assumida pelo Programa Cultura Viva (PCV) desde a sua criação até a aprovação de lei específica (nº13.018/2014), que o transforma em Política Nacional de Cultura Viva (PNCV). A investigação acerca da institucionalidade, e suas transformações, em âmbito federal ao longo da trajetória do programa se apoia em autores de campos disciplinares distintos, mas que se complementam, a exemplo de Albino Rubim, Alexandre Barbalho, Lia Calabre, Frederico Silva, Néstor García Canclini, Marta Arretche, Sérgio Miceli etc., além de estudos sobre o Programa Cultura Viva, e documentos produzidos por organizações internacionais e nacionais como a Unesco, Ministério da Cultura, IPEA, dentre outros. O percurso metodológico escolhido para elucidar nosso problema de pesquisa envolve revisão de literatura, análise de documentos e entrevistas com atores envolvidos na política cultural, guiando-se por parâmetros como: a) estrutura de gestão (dirigentes, governança, estruturas organizativas); b) presença de dispositivos legais (leis, decretos, portarias); c) existência de recursos (humanos, materiais e financeiros); d) processos ou mecanismos de participação; e e) relação entre os entes federados.

Palavras-chave: Institucionalidade Cultural; Programa Cultura Viva; Políticas Culturais – Brasil.

ABSTRACT:

A striking feature of the cultural public policies is its institutional fragility, perceived from the instability of its management bodies, passing through the absence of normative frameworks and lack of participation of civil society to the limited budget intended for operation. In face of such, this work intends to analyze the institutional assumed by the Cultura Viva Program (PCV) since its creation until the approval of a specific law (n°13.018/2014), which became Cultura Viva National Policy. The research on the program's institutional, as well as its transformation, in federal scope throughout the program's trajectory rests on a variety of authors from disciplinary fields such as Albino Rubim, Alexandre Barbalho, Lia Calabre, Frederico Silva, Néstor García Canclini, Marta Arretche, Sérgio Miceli etc, besides studies about Cultura Viva Program, and documents forged by national and international entities such as Unesco, Ministry of Culture, IPEA, amongst others. The chosen methodological course to elucidate this research problem involves the literature review, analyses of documents, and interviews conducted with actors in the cultural policies process, and it was guided by parameters such as: a) management structure (leaders, governance, organizational structures); b) the presence of legal provisions (laws, decrees, ordinances); c) the existence of resources (human, material and financial); d) processes or mechanisms of participation); and e) the relationship between the federated entities.

Keywords: Cultural institutional, Cultura Viva Program; Cultural Policies – Brazil

INTRODUÇÃO

Historicamente, as políticas culturais no Brasil constituem-se, com certas ambiguidades, por muito tempo, centradas no patrimônio material e nas belas artes. O entendimento da cultura como campo de importância menor, ação decorativa e/ou adereço tornou ainda mais desafiadora a proposição, formulação e implantação de políticas públicas consistentes de cultura. Se, em diversos momentos, percebe-se o descaso dispensado ao setor cultural pelo Estado, em outros, a presença dele se caracteriza por uma intervenção acompanhada de elitismos, repressão e autoritarismo. De modo sintético, as políticas culturais no Brasil são caracterizadas por *três tristes tradições*: ausências, autoritarismos e instabilidades (RUBIM, 2007a).

Com a gestão de Gilberto Gil (2003 - 2008), no Ministério da Cultura (MinC) do Governo Lula, o entendimento ampliado de cultura foi essencial para abertura para um novo momento das políticas culturais, que tinham como horizonte, tal qual as políticas sociais e econômicas iniciadas nesta gestão, a inclusão da sociedade brasileira. Associado a esse processo de inclusão às políticas de cultura, ganha força, neste período, o discurso que amplia a presença e participação do MinC na elaboração de políticas para o conjunto da sociedade brasileira. O Ministério da Cultura passa a se afirmar como um órgão que deveria trabalhar em prol de políticas culturais para o conjunto da população brasileira.

Dentre as políticas implementadas no governo Lula, uma que se destacou foi o Programa Cultura Viva (PCV) através, inicialmente, e, sobretudo, dos Pontos de Cultura (PC), principal ação deste Programa. Os Pontos de Cultura eram instituições já existentes, e que realizavam ações culturais em suas comunidades, que passaram, por meio de um instrumento de parceria, a receber apoio técnico e financeiro do Estado para fortalecimento e ampliação das suas ações. Após decorridos 10 anos de sua existência, através de discussão pública e pressão de setores sociais e culturais o PCV tornou-se Lei passando a ser uma Política Nacional de Cultura Viva (PNCV).

São diversos os motivos para o PCV se tornar objeto e temática de estudos acadêmicos. Podemos listar como novidades do Programa a sua presença nacional, a diversidade de ações e o foco em fortalecer atividades promovidas pela sociedade civil. Com todos esses atrativos que incitam a curiosidade de pesquisa, em pouco tempo, o Cultura Viva tornou-se um dos programas do MinC com o maior número de estudos realizados na atualidade.

O tema da institucionalidade na gestão pública da cultura brasileira, entretanto

não é algo novo. Ele aparece sempre de modo imbricado com o das políticas culturais. Porém verificamos que as análises e observações sobre a arquitetura institucional se deram de forma tímida, secundária e, em geral, sem uma delimitação consistente do que seriam os eixos integrantes dessa chamada institucionalidade cultural.

Campos de estudo já inaugurados pelos chamados institucionalistas e também os neo-institucionalistas realizam investigações colocando o papel desempenhado pelas instituições na determinação dos resultados sociais e políticos em evidência, a exemplo da influência exercida pelas instituições no comportamento dos atores e na adoção de determinadas políticas (ANDREWS, 2005; HALL; TAYLOR, 2003). Mas, mesmo conscientes do caminho percorrido pelas teorias Institucional e Neo-institucional o que caracterizamos nesta dissertação como *institucionalidade* é resultado de um apanhado de elementos comumente acionados por pesquisadores das políticas culturais para adjetivar a existência ou ausência de institucionalidade no campo da cultura. Por isso, adotamos como categorias de análise os seguintes fatores: a) estrutura de gestão (dirigentes, governança, estruturas organizativas); b) presença de dispositivos legais (leis, decretos, portarias); c) existência de recursos (humanos, materiais e financeiros); d) processos ou mecanismos de participação; e) relação com os entes federados.

Considerando a amplitude do problema de pesquisa, que teve o desafio de analisar a institucionalidade do Programa Cultura Viva – desde a sua criação em 2004 até o ano de 2014 com a aprovação da lei nº13.018/2014, para avaliação de cada uma das dimensões da institucionalidade escolhida, foram acionados diferentes procedimentos metodológicos.

Primeiro foi realizada uma pesquisa histórica com objetivo delimitar dimensões, aspectos e desafios da institucionalidade da cultura no Brasil. Essa pesquisa acionou como fontes documentos (produzidos por organizações internacionais e nacionais como a Unesco, Ministério da Cultura, IPEA) e estudos produzidos sobre o tema, utilizando, basicamente, autores cuja trajetória de pesquisa dedica parte para a história das políticas culturais brasileiras: Antônio Albino Canelas Rubim, Alexandre Barbalho, Lia Calabre, Isaura Botelho, Sérgio Miceli.

Definidas as categorias de análise, para a compreensão da institucionalidade do PCV, foram utilizados vários documentos que incluem: textos acadêmicos (teses, dissertações, artigos publicados em eventos); documentos oficiais tais quais decretos, portarias; leis; relatórios de gestão; cartas elaboradas nas TEIAS (Encontros Nacionais de Pontos de Cultura) e pelas Comissões (Nacional de Pontos de Cultura e de Gestores do

Programa Cultura Viva); entre outros.

Para organizar essa trajetória e ordenar os resultados de pesquisa, esta dissertação foi estruturada em três capítulos, além de introdução e considerações finais.

No primeiro capítulo apresentamos uma revisão da literatura de trabalhos e pesquisas que tratam do PCV, selecionando aqueles que abordam aspectos/elementos de sua institucionalidade. Fazem parte dessa catalogação: pesquisas encomendadas pelo Ministério da Cultura (a exemplo das editadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada –IPEA) e produções acadêmicas (artigos, dissertações e teses) sobre o PCV e suas várias ações.

Foram ainda realizadas buscas em bases de dados de teses e dissertações e, selecionados artigos publicados sobre o Programa em eventos relevantes para o campo da cultura e das políticas culturais, são eles: Seminário Internacional de Políticas Culturais da Casa de Rui Barbosa, Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult) e Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cultura (EBPC). Somou-se a este levantamento textos publicados na revista Políticas Culturais em Revista.

O segundo capítulo procurou apresentar um contexto da institucionalidade cultural no Brasil. Nele, recuperamos informações históricas sobre o surgimento, fragilidades, tensões, avanços e retrocessos das instituições culturais no âmbito da administração pública nacional, observando elementos de institucionalidade. A partir de produções textuais de pesquisadores das políticas culturais conseguimos definir parâmetros de análise que nos guiaram na definição das categorias que propomos para o estudo da institucionalidade no campo da cultura.

Com a ênfase em uma das categorias de análise (estrutura de gestão), organogramas elaborados a partir de decretos do governo federal ajudaram sobremaneira na observação da trajetória do órgão gestor da cultura no Brasil. A análise dos organogramas considerou o surgimento do Ministério da Cultura (1985) enquanto organismo de gestão exclusivo da cultura até a gestão de Dilma Rousseff.

O terceiro capítulo dedicou-se à aproximação das categorias de análise selecionadas pela pesquisa para verificar em quais níveis se dá uma institucionalidade do Programa Cultura Viva no período que compreende desde a sua criação, em 2004, até a aprovação da lei em 2014.

Não podemos deixar de demarcar que esta dissertação foi construída em momento de grandes turbulências no cenário político brasileiro. A pesquisa e escrita que se iniciou em 2015, só pode ser concluída nesses meados de 2018. Nesse intervalo, um

impeachment de uma presidenta legitimamente eleita, sem a cassação dos seus direitos políticos. Instabilidades de instituições, o exemplo do Ministério da Cultura – extinto e recriado ainda no governo interino de Michel Temer é sintomático. Constantes denúncias de crimes de corrupção envolvendo poderosos do cenário político nacional. Uma polarização da sociedade em torno de ideais políticos. Descrença nas instituições, sobretudo no judiciário. A prisão, sem todos os direitos de defesa garantidos, de um ex-presidente.

Todo esse pano de fundo deixou marcas significativas no estudo que como um dos resultados apontou para uma conjuntura de grande instabilidade. Seja ela das instituições culturais, das políticas para a cultura, dos recursos designados tanto financeiros quanto humanos. A pesquisa deu conta de perceber no período dos dez anos em análise que vários foram os avanços, mas que as fragilidades ainda são enormes.

1 PROGRAMA CULTURA VIVA: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Com a gestão de Gilberto Gil (2003 -2008) o Ministério da Cultura passou a se afirmar como um órgão que deveria atuar em prol de políticas culturais para o conjunto da população brasileira. Antes disso, muitas pesquisas já haviam apontado para a atuação restrita do MinC – cujas políticas eram voltadas para as belas artes e para o patrimônio material - e também da gradual retirada do Estado da gestão direta do dinheiro público, quando, através das leis de incentivo, indicava-se que os recursos iriam para cultura na medida em que produtores culturais conseguissem sensibilizar o empresariado e os cidadãos da importância das suas propostas (DÓRIA, 2003).

Se tradicionalmente, conforme diagnosticado por Albino Rubim (2007), as políticas culturais estiveram regidas pelas *tristes tradições* das ausências, dos autoritarismos, e das instabilidades, as políticas elaboradas no âmbito do MinC do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva procuravam reelaborar o papel do Estado na formulação das políticas de cultura.

Logo, em 2003 foi criado o Programa Refavela, ponto transitório para a criação das Bases de Apoio à Cultura (BAC's), que apoiava atividades em comunidades locais e permitia que o acesso à cultura fosse expandido na sociedade (SARTOR, 2013).

O Projeto Refavela é, na verdade, um vasto programa de apoio às iniciativas culturais que nascem, e na maior parte das vezes morrem, nas periferias e no interior do nosso país, sem que o Brasil possa se dar conta de quanto talento é capaz o seu povo. É um projeto que irá ao encontro da criatividade popular não apenas para levar apoio institucional e técnico, oferecendo aos grupos locais condições reais de expressão, desenvolvimento dos talentos e métodos modernos de comunicação, mas sobretudo a troca de informações e experiências que permitirão livrá-los do anonimato e dos guetos a que estão confinados (GIL, 2003a).

O Refavela não chegou a ser implementado. O projeto das BAC's – que previa a construção de equipamentos culturais - não foi continuado por motivos que incluem sobretudo a ausência de recursos financeiros para executá-las. Em seu lugar foi concebido o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva.

Formalmente, o projeto das BAC's foi extinto através da portaria nº 156, de 06 de julho de 2004, que criou o Programa Cultura Viva (PCV) e revogou a portaria nº 525, de 18 de dezembro de 2003. Logo na sequência, foi publicado o primeiro edital do PCV para selecionar Pontos de Cultura em todo Brasil. Os Pontos de Cultura por sua vez eram instituições culturais que já existiam e que receberiam apoio técnico e financeiro do

governo federal para fortalecer e articular, em rede, culturas populares brasileiras (ROCHA, 2010).

O Programa Cultura Viva tratava-se de um programa de inclusão cultural, que considerava as produções culturais num sentido antropológico e que passou a se relacionar com grupos culturais que não tinham a atenção e o fomento públicos. Esta inclusão estava expressa no discurso do ministro Gilberto Gil: “O que nós queremos é justamente isto: incluir. Incluir na cultura, franqueando a todos o acesso à produção e ao consumo dos bens e serviços simbólicos” (GIL, 2003 apud ROCHA, 2011, p. 59).

O Cultura Viva foi concebido a partir da adoção do conceito antropológico de cultura e da afirmação do MinC de que era necessário *des-esconder, re-descobrir* o Brasil. Isaura Botelho, ao analisar o Ministério e as políticas implementadas no governo Lula, afirma que:

O Ministério da Cultura defende hoje uma conceituação ampla da cultura, considerando-a em sua dimensão antropológica, como a dimensão simbólica da existência social brasileira, como o conjunto dinâmico de todos os atos criativos de nosso povo, aquilo que, em cada objeto que um brasileiro produz, transcende o aspecto meramente técnico. Cultura como “usina de símbolos” de cada comunidade e de toda a nação, eixo construtor de identidades, espaço de realização da cidadania (BOTELHO, 2007, p. 128–129).

O conceito de cultura assumido pelo MinC e, conseqüentemente, pelo Programa Cultura Viva, assimila também como discurso a garantia do respeito à cultura como direito de cidadania, à diversidade cultural como expressão simbólica e como atividade econômica. O PCV engloba três dimensões da cultura e reafirma: a *dimensão simbólica* como a possibilidade dos seres humanos de criar símbolos; a *dimensão cidadã* como um reforço às garantias legais do fazer cultura - já previstas pela Declaração dos Direitos Humanos (1948) e pela Constituição Brasileira (1988) - ou seja, traz a cultura como um direito básico de todos os cidadãos; por fim, a *dimensão econômica* admite o papel da cultura para o desenvolvimento e geração de renda.

O PCV pode ser considerado como um abre alas para um novo momento das políticas públicas de cultura brasileiras. Gilberto Gil afirmou que “Os Pontos de Cultura são intervenções agudas nas profundezas do Brasil urbano e rural, para despertar, estimular e projetar o que há de singular e mais positivo nas comunidades, nas periferias, nos quilombos, nas aldeias: a cultura local” (GIL, 2004). Célio Turino, afirma que:

a equação que sustenta a teoria dos Pontos de Cultura foi construída a partir da observação empírica, com casos vivenciados. E pode ser expressa em uma equação simples, em que a soma Autonomia +

Protagonismo resulta em um contexto favorável ao rompimento de relações de dependência, ou assistencialismo, tão comuns na aplicação de políticas governamentais (TURINO, 2009, p. 66).

Para Célio Turino, que esteve à frente do Cultura Viva na gestão do ministro Gilberto Gil, o Ponto de Cultura, eixo principal desse Programa, deveria ser compreendido como “um conceito de política pública” através da qual organizações culturais da sociedade passaram a receber reconhecimento institucional (TURINO, 2009).

A característica de ter como público-alvo o conjunto da população brasileira, chegando aonde não se chegava, potencializando o que já existia e ajudando a superar a situação de se ter um Ministério para poucos (políticas de patrimônio, produtores culturais e artistas), ao tempo em que auxiliava, mesmo de forma tímida, na diversificação e descentralização do fomento (praticamente restrito ao eixo RJ-SP e Brasília) coaduna para que o PCV contribuísse para dotar as ações MinC de alcance nacional. A portaria de nº 156/2004 tinha como objetivo:

Criar o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - CULTURA VIVA, com o objetivo de promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando a construção de novos valores de cooperação e solidariedade.(...) O Programa CULTURA VIVA se destina à **populações de baixa renda; estudantes da rede básica de ensino; comunidades indígenas, rurais e quilombolas; agentes culturais, artistas, professores e militantes que desenvolvem ações no combate à exclusão social e cultural** (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2004 grifo nosso).

Era objetivo do Programa estruturar as bases culturais, mas também valorizar a diversidade da produção cultural brasileira. Em geral, setores da sociedade que estavam afastados das políticas do MinC e que nunca antes tinham sido considerados na formulação das políticas de cultura no Brasil. Ou seja, com essa política o Ministério propõe alargar sua atuação, deixando de estar restrito ao trato das políticas de patrimônio e artes e passando a propor políticas para um conjunto social que não era vislumbrado como fazedores de cultura. São exemplos: artesãos, capoeiristas, mestres da cultura popular, bordadeiras, produtores de manufaturas advindas da agricultura familiar etc.

Em síntese, se isso é possível, afirma-se que o Programa, que inovou no conceito de cultura adotado e público a que se destinava ganhou, além de visibilidade nacional e internacional, atenção de pesquisadores da academia que o observaram através de diferenciados vieses. Na visão do professor e pesquisador Albino Rubim,

O programa Cultura Viva ganhou imensa visibilidade nacional e internacional, com seus pontos, pontões e pontinhos de cultura. Ocupando lugar de destaque, ele alargou a base social do Ministério, incorporando comunidades até então desassistidas e sem nenhuma relação cultural com o Estado Nacional brasileiro (RUBIM, 2015a, p. 13)

Lia Calabre reconhece em seus estudos que o PCV é o programa do Ministério da Cultura mais pesquisado academicamente. Além de também ser um programa que, nos últimos anos, foi objeto de diversas ações de acompanhamento e análise de políticas públicas.

O Programa Cultura Viva, criado em 2004, é um marco de efetividade no que diz respeito à ampliação do conceito de cultura, invocado em inúmeros discursos, oriundos dos mais variados dirigentes do MinC. O programa, além de ampliar o escopo do público atendido e dos interlocutores, buscou inovar nas formas de ação e no papel planejado para cada um dos integrantes do mesmo, elevando a sua importante ação no campo da participação do cidadão e da gestão compartilhada. Pelas próprias inovações e complexidades, este é o programa do Ministério da Cultura mais estudado academicamente e que igualmente acumulou um grande número de problemas de gestão. Tendo ainda o fato de ter sido objeto de diversas ações de acompanhamento e análise de políticas públicas (CALABRE, 2015, p. 35).

Cleiton Paixão (2013) ressalta que o crescimento e aperfeiçoamento do PCV estão atrelados ao então desenvolvimento econômico e social vivido pelo país. Corroborando com esse pensamento, Carla Sartor (2013) cita os esforços de transversalidade interna e externa para adequar a demanda alcançada pelo Programa, bem como a expansão dos editais e financiamentos.

Uma tentativa de dar mais dinâmica na execução do Programa, uma vez que a realização e execução de convênios exigiam uma série de procedimentos, foi a concessão de prêmios e bolsas por meio de editais. A tabela abaixo sistematiza alguns prêmios e seus objetos:

Tabela 1 Prêmios do Programa Cultura Viva e seus Objetivos

| Nome do Prêmio | Objeto de premiação |
|---------------------|---|
| Prêmio Cultura Viva | Mobilizar, reconhecer e dar visibilidade a práticas culturais que ocorrem em todo o território brasileiro, de modo a favorecer o conhecimento da riqueza e da diversidade cultural do país. |

| | |
|--|--|
| Prêmio Asas | Premiar para entidades civis sem fins lucrativos selecionadas e conveniadas na qualidade de Pontos de Cultura, que apresentem as melhores práticas de implantação na execução dos projetos apoiados, contribuindo para a divulgação dos meios mais efetivos de promover o desenvolvimento autônomo de suas atividades e o avanço do processo cultural da rede dos Pontos de Cultura. Destinava-se para instituições com convênios finalizados ou que tivessem recebido todas as parcelas referentes ao convênio firmado. |
| Prêmio Agente Escola Viva | Conceder bolsas, a Pontos de Cultura que inscreverem projeto pedagógico de caráter cultural, realizados em parceria com escolas públicas de nível fundamental e/ou médio e organizações estudantis. |
| Prêmio Agente Cultura Viva | Selecionar projetos de Pontos de Cultura com foco no protagonismo juvenil, empoderamento social e o desenvolvimento pessoal e social de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos envolvidos em uma das ações do Programa Cultura Viva: ação Escola Viva, ação Griô, Cultura Digital, Cultura e Saúde etc. |
| Prêmio Intercâmbio Cultura Ponto a Ponto | Selecionar projetos de Intercâmbio propostos conjuntamente por 02 (dois) Pontos de Cultura. Tinha por finalidade promover a documentação recíproca e partilhar uma experiência de ação cultural entre os Pontos proponentes do projeto de intercâmbio, por meio da convivência direta dos representantes de cada Ponto de Cultura, visando ampliar a troca de conhecimentos e fortalecimento da rede dos Pontos de Cultura. |
| Prêmio Cultura e Saúde | Identificar e mapear práticas inovadoras que desenvolvam ações de cultura com foco na saúde, concedendo prêmios a entidades sem fins lucrativos, legalmente constituídas (Pontos de Cultura) e instituições governamentais estaduais, distritais e municipais que atuam com propostas sócio-culturais que tenham como ênfase ações de promoção da saúde. |
| Prêmio Tuxaua | Premiar projetos que demonstrem um histórico de protagonismo no contexto do programa Cultura Viva e proponham a sua continuidade em ações de mobilização e articulação em rede. |
| Prêmio Interações Estéticas | Apoiar projetos de diferentes segmentos artísticos por meio do intercâmbio cultural e estético entre artistas do campo da arte e a rede de Pontos de Cultura. |

| | |
|--------------------------------------|---|
| Prêmio Pontos de Mídia Livre | Premiar iniciativas de mídia livre realizadas por Pontos de Cultura e/ou instituições da sociedade civil sem fins lucrativos, legalmente constituídas, que desenvolvem diretamente ou apoiam iniciativas de mídia livre. |
| Prêmio Areté | Apoiar pequenos eventos em rede. Incentivar a troca de saberes em seminários oficinas, festividades, mostras de poesia, literatura, artes plásticas, teatro, cinema, circo, capoeira e música, além da viabilização de shows, feiras e exposições. |
| Prêmio Estórias de Pontos de Cultura | Divulgar, valorizar e dar visibilidade às ações dos Pontos de Cultura nas diversas regiões do país, por meio da publicação de histórias biográficas institucionais, juntamente com a biografia de um personagem da comunidade que se destaca pelo seu conhecimento, atuação e história de vida. |
| Prêmio Ludicidade | Conceder prêmios no seguimento da Criança e Adolescente ou que estejam envolvidos em parceria com escolas, universidades públicas ou demais instituições com o objetivo de promover uma política nacional de transmissão e preservação da Cultura da Infância e da adolescência. |
| Pontinhos de Cultura | Premiar entidades com o objetivo de promover uma política nacional de transmissão e preservação da Cultura da Infância e da adolescência, por meio de projetos e ações que assegurem seus direitos segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente. |

Fonte: Elaboração própria a partir de editais de seleção pública.

A ampliação do Programa começa a ser sentida de forma mais nítida com a capilaridade alcançada a partir do processo de estadualização - quando o governo Federal firmou convênios com estados para a elaboração e gestão de editais estaduais para Pontos de Cultura - iniciado em 2007 e tendo como projeto piloto o desenvolvido no estado da Bahia para implantação de 150 Pontos de Cultura. Depois de iniciada a sua estadualização, o PCV teve editais lançados por quase totalidade dos estados brasileiros.

Com o passar dos anos, os rumores de sua execução e capacidade transformadora fizeram com que o PCV ganhasse também relevância internacional e começou a ser replicado/implementado em vários países da América Latina, são exemplos Argentina, Bolívia, Costa Rica, Colômbia e Peru. Em maio de 2013, com a realização do 1º Congresso Latino-americano Cultura Viva Comunitária, por exemplo, tinha como

objetivos fortalecer os Pontos de Cultura política e institucionalmente em todo o continente e consolidar a articulação latino-americana em torno da pauta da Cultura Viva Comunitária.

Vários pesquisadores que realizaram análises sobre o Programa Cultura Viva (DOMINGUES, 2008; LIMA, 2013; ROCHA, 2014; RODRIGUES, 2014a; VILUTIS, 2009) deixaram registrado em suas pesquisas seu marco de criação, modo de funcionamento, características das ações que o compõem etc., ou seja, sua trajetória desde os discursos do ministro Gilberto Gil, na missão de massagear os pontos vitais do Brasil, até desdobramentos e feitos que circundavam o Programa no momento das suas respectivas pesquisas. Do levantamento de pesquisa, que não consideramos exaustivo, verificamos que, até o ano de 2016, em doze anos de existência, o PCV foi alvo de 173 produções (teses, dissertações e artigos) de mais de 160¹ estudiosos, com elaborações e pesquisas em distintos graus de maturidade.

O capítulo que se apresenta, propõe uma análise quantitativa e, em partes, qualitativa sobre a produção de conhecimento sobre o Cultura Viva. Em linhas gerais, pesquisas sobre o PCV e suas ações foram feitas tanto por designação do Ministério da Cultura (a exemplo das editadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA) quanto produções acadêmicas (artigos, dissertações e teses). O que se pretende é apresentar um cenário sobre os diversos estudos aguçando o olhar para aqueles que analisam direta ou indiretamente elementos de institucionalidade. Para nós, a revisão da literatura sobre o Programa Cultura Viva foi um passo essencial para estabelecer uma ideia mais próxima do atual estado dos conhecimentos sobre o programa, suas lacunas, além de localizar a contribuição da atual investigação para o desenvolvimento do mesmo.

1.1 PROGRAMA CULTURA VIVA: OLHARES MULTIDISCIPLINARES

1.1.1. Sobre o método de catalogação

Conforme exposto, o universo das produções acadêmicas que tem como tema o Programa Cultura Viva, suas ações e transversalidades é bastante amplo. Como ponto de partida para essa catalogação utilizamos bancos de teses e dissertações da Capes e do CNPq que nos deram a dimensão quantitativa de trabalhos acadêmicos. Além disso, escolhemos como fonte de pesquisa anais de eventos relevantes para o campo das políticas culturais e estudos sobre cultura: Seminário Internacional sobre Políticas

¹ Considerando autores e co-autores das produções catalogadas.

Culturais da Casa Rui Barbosa, Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult), Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cultura (EBPC). Complementamos esse levantamento acadêmico com dados da revista Políticas Culturais em Revista.

Para além das produções encontradas nesses meios, checamos nas referências bibliográficas dos textos pesquisados outras referências sobre o PCV com objetivo de ampliar esse levantamento. Para os estudos técnicos, além de materiais de acervo da pesquisadora adquiridos ao longo da trajetória de trabalho que envolvia o PCV, acionou-se tanto as referências indicadas na bibliografia de textos acadêmicos como buscas na internet e, sobretudo no site oficial do Ministério da Cultura².

Num segundo momento, buscamos categorizar esses estudos e agrupá-los por eixos temáticos sobre o Cultura Viva que examinou produções que tinham como objeto o PCV e suas ações (Pontos, Pontinhos, Agente Cultura Viva, Cultura Digital, Griô, Escola Viva, Cultura e Saúde e Economia Viva). Seleccionamos do material catalogado, sempre que possível, algumas informações consideradas relevantes, como: 1) as áreas que produziram conhecimento sobre o programa; 2) instituições de origem do(a) pesquisador(a) ou universidade onde a pesquisa aconteceu, 3) tipos de pesquisa (acadêmicas, técnicas); 4) período, ação e/ou característica estudada³. Essa análise foi realizada a partir de elementos pré-textuais: resumos, palavra-chave e sumários.

Além disso, tendo como diretriz o tema central da pesquisa em cena, avançamos para avaliar estudos que apresentaram em seus objetos análises dirigidas ou transversais aos elementos de institucionalidade selecionados por esta pesquisa: a) estrutura de gestão (dirigentes, governança, estruturas organizativas); b) presença de dispositivos legais (leis, decretos, portarias); c) existência de recursos (humanos, materiais e financeiros); d) processos ou mecanismos de participação e, e) relação entre os entes federados. Foram considerados também trabalhos que trouxeram contribuições para a formatação da institucionalidade do PCV.

Como forma de organizar a produção encontrada, esses achados foram sistematizados no software gratuito *Mendeley*⁴, que auxilia no processo de gerenciamento e compartilhamento online de textos. Neste aplicativo é possível adicionar arquivos em formatos variados e identificá-lo com: a) título; b) ano; c) autores; d) palavras-chave; e) tipo (matéria de jornal, revista, teses, artigos, leis etc); etc. Somado a isso, é possível

² www.cultura.gov.br

³ Planilhas desse levantamento estão disponíveis nos anexos 1 ao 4 desta dissertação.

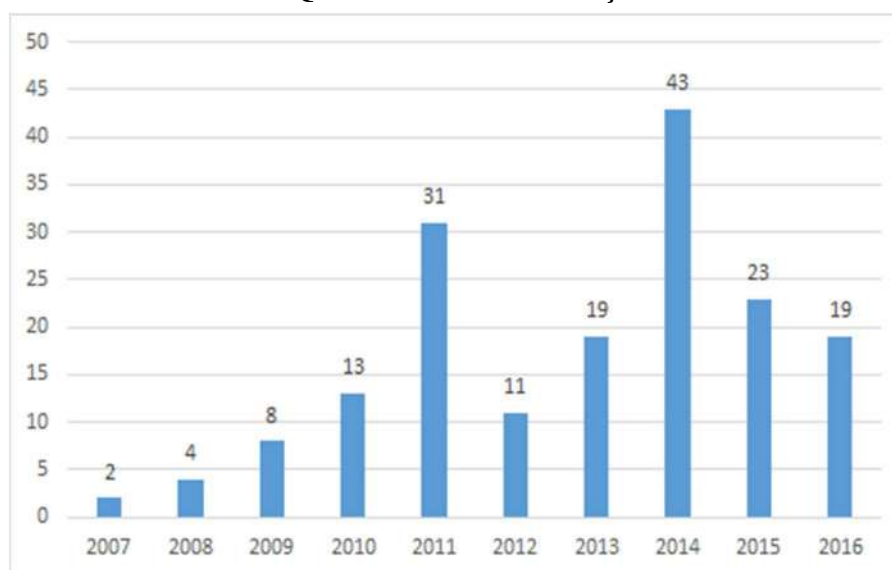
⁴ Disponível em: <<https://www.mendeley.com/>>

adicionar notas e ele, caso alimentado com as informações necessárias, é também um aliado na formatação das referências que podem ser adicionadas automaticamente com o uso de uma extensão no programa de edição de texto.

Além do arquivamento dos textos capturados na internet no *Mendeley* foi elaborada uma planilha síntese que nos auxiliou na geração das análises quantitativas, através de gráficos e em tabelas que facilitam a visualização do cenário pesquisado. Esse levantamento cuidadoso, nos permitiu identificar estudos provenientes de várias áreas do conhecimento – comunicação, administração, ciências sociais, educação, história, biociências, filosofia, psicologia, medicina – e, com interesses e diversos olhares como exploraremos na sequência.

A distribuição dos 173 trabalhos catalogados ao longo dos anos ocorre de forma muito distinta. O gráfico abaixo apresenta a produção anual sobre o PCV.

Gráfico 1 Quantidade de Publicação x ano



Fonte: elaboração própria a partir de levantamento bibliográfico

A partir dele, notamos que existe uma regularidade das produções. Entre os anos de 2007 e 2011 há um visível incremento numérico dos trabalhos. E, nos anos seguintes passam por ondas de redução e ampliação. O pico das publicações fica no ano de 2014 e temos como hipótese que esse *boom* se dá por conta do momento de avaliação e comemoração pelos dez anos do Programa.

1.1.2 Análises possíveis: aproximação inicial

As buscas realizadas em bancos de teses e dissertações renderam um levantamento bibliográfico que reuniu: 15 teses de doutorado, 67 dissertações de mestrado. Soma-se a esse quantitativo pesquisas feitas em ambientes considerados gravitacionais dos estudos sobre cultura, ao todo, foram localizados 91⁵ artigos publicados até o ano de 2016. Esses ambientes gravitacionais foram escolhidos pela sua relevância em aglutinar estudos multidisciplinares que tratam a cultura em sua complexidade, sem necessariamente enquadrar em estudos disciplinares.

Na publicação eletrônica da Rede de Estudos em Políticas Culturais (REDEPCULT), criada em 2007 e com periodicidade semestral, a *Políticas Culturais em Revista*⁶ foram localizados 14 (quatorze) artigos.

Em edições do Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult)⁷ - o primeiro encontro científico no Brasil que acolheu estudos da cultura, independente das suas inscrições disciplinares (RUBIM, 2014a) e atualmente um dos mais importantes eventos científicos do país dedicado ao tema da cultura (RUBIM; VIEIRA; SOUZA, 2014) - foram identificados 26 (vinte e seis) artigos cuja temática trata do Programa Cultura Viva.

Nas edições realizadas até o ano de 2016 do Seminário Internacional de Políticas Culturais⁸ foram encontrados 38 (trinta e oito) trabalhos com a temática desse levantamento. O seminário criado em 2006 e anualmente realizado pela Casa Rui é um encontro de especialistas, estudiosos e interessados nas questões relativas à área de políticas culturais. Em 2009, a Casa Rui, em parceria com a Secretaria de Cidadania Cultural e a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), realizou o I Seminário *O Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura – Novos Objetos de Estudo*, que resultou na publicação do livro *Pontos de Cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva*, que reúne trabalhos acadêmicos sobre o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva e, mais especificamente, sobre os Pontos de Cultura.

O mais jovem dos eventos acadêmicos que discutem o tema da cultura numa visão multidisciplinar, o Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cultura (EBPC), em três

⁵ Tabelas com título, autor, ano e palavras-chave estão disponíveis nos anexos 1 ao 4 desta dissertação.

⁶ Disponível em: <www.politicasculturaisemrevista.ufba.br>

⁷ Mais sobre o Encontro nos sites: <www.enecult.ufba.br> e <www.cult.ufba.br/enecult>

⁸ Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br>>

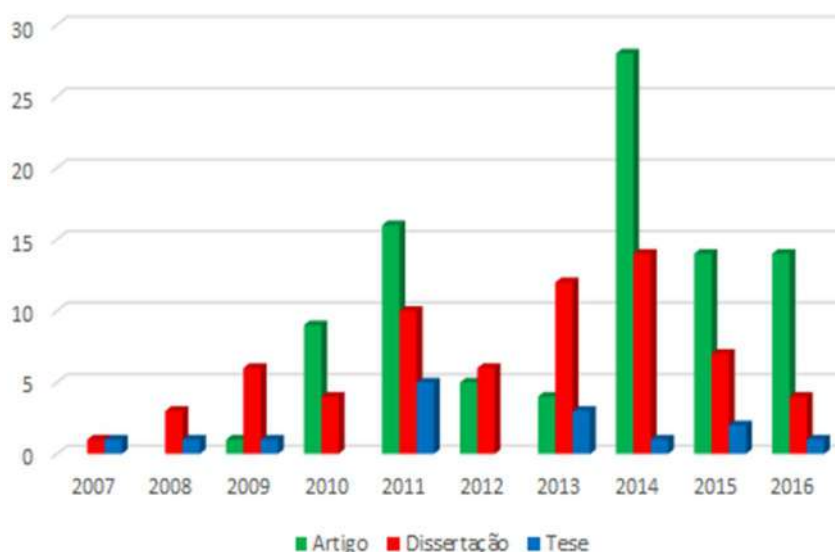
edições teve o total de 13 (treze) artigos que tratam do Cultura Viva apresentados e publicados em seus anais.

Enquanto objeto de estudo acadêmico, os primeiros resultados sobre o Cultura Viva começam a surgir em 2007. Neste ano são publicadas uma dissertação de mestrado e uma tese doutoral. Por se tratar de resultados de pesquisas acadêmicas, esses primeiros trabalhos têm data de início estimada nos anos de 2004 e 2006, considerando que o tempo regular de curso é para doutorado e mestrado, respectivamente, quatro e dois anos, com isso, podemos observar que o programa de cultura desperta interesse de pesquisa na academia logo em seu nascedouro.

A tese de Liliana Sousa e Silva (2007), que pelo levantamento realizado pode ser considerado um estudo inaugural da política, apresentada na Universidade de São Paulo, utiliza indicadores culturais: participação cultural, o diálogo cultural e a sustentabilidade, para analisar a ação “Prêmio Cultura Viva”. Na síntese elaborada pela autora,

a partir do estudo do “Prêmio Cultura Viva” e de seus eixos avaliativos, a tese teve por objetivo apresentar uma proposta de marco conceitual e de indicadores culturais voltados para políticas culturais de proximidade – políticas que buscam recuperar a proximidade com os problemas cotidianos dos cidadãos, com vistas à participação ativa na vida cultural da cidade (SILVA, 2007).

Já a dissertação de Alessandra Cabral Nogueira (2007) analisa a proposta de gestão compartilhada e transformadora para organizações culturais e os desafios encontrados pelas entidades denominadas Pontos de Cultura. A pesquisa tem como objetivo central analisar as influências do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura na gestão de organizações culturais a partir dos Pontos de Cultura de Olinda, Pernambuco. Dentre as inquietações específicas, busca-se: identificar a influência do PCV para a burocratização das instituições selecionadas como Pontos de Cultura e a influência do programa na ação administrativa dos Pontos. O estudo conclui que mesmo as proposições teoricamente inovadoras não rompem com o modelo burocrático, o que dificulta a relação entre Ministério da Cultura e Pontos de Cultura.

Gráfico 2 Tipo de publicação e sua evolução anual⁹

Fonte: elaboração própria a partir de levantamento bibliográfico

Conforme pode ser observado no gráfico acima, de 2007 até 2009 o número de pesquisas com mais profundidade - como as de mestrado e doutorado - apresentam crescimento. Nesse período, são realizados, principalmente, investigações sobre as dificuldades e avanços do PCV nos estudos de caso dos Pontos de Cultura em todo Brasil.

No gráfico verificamos em destaque que um segundo pico de análises aconteceu no ano de 2014. A *Políticas Culturais em Revista* em edição de comemoração dos dez anos do Programa Cultura Viva, por exemplo, apresentou uma coletânea de textos que lançam diferentes olhares para a política pública. Conforme afirmam as coordenadoras do dossiê comemorativo, os textos que compõem a revista “são oriundos de pesquisas bem diferentes entre si, seja em suas origens, seja em seus estágios de desenvolvimento ou nos recortes realizados. O Programa Cultura Viva é dinâmico e múltiplo, assim como múltiplas também devem ser as análises que se produzem sobre o mesmo” (CALABRE; LIMA, 2014a).

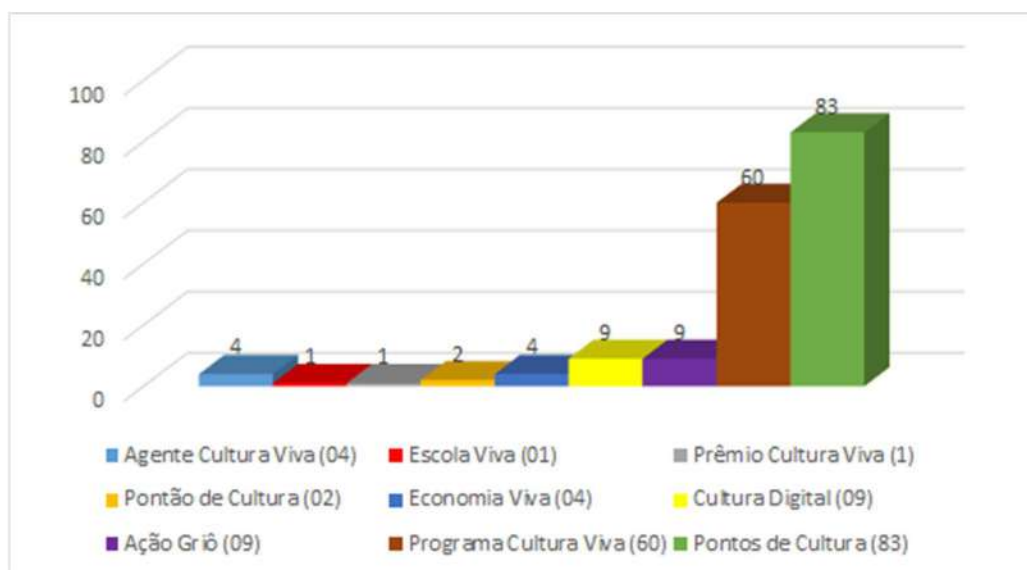
Os textos que integram a edição da revista tratam: 1) da trajetória do programa através da análise da ação governamental; 2) do processo de descentralização a partir da experiência piloto da Bahia; 3) da inadequação dos instrumentos jurídicos reguladores do programa; 4) do Cultura Viva enquanto ferramenta de mobilização pelos direitos culturais; 5) da potência discursiva do PCV, a partir de depoimentos de participantes da política; etc.

⁹ A pesquisa não se dedicou à catalogação de monografias de conclusão de curso.

O ano de 2014 foi também emblemático por ser o último ano do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff. Neste ano, após um processo midiático que tentava a criminalização de organizações da sociedade civil, a partir de uma série de denúncias de má utilização dos recursos públicos por ONG's^{10/11}, são aprovadas duas leis que tinham como cerne a desburocratização e a normatização da relação do Estado com as organizações sociais: a Lei 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), e no âmbito do Programa Cultura Viva, a Lei 13.018/2014.

As 173 publicações analisam diferentes ações do Programa Cultura Viva, mas reafirmam quantitativamente a predominância de sua principal ação, os Pontos de Cultura, que recebem atenção de mais de 80 estudos, superando inclusive as 60 publicações que tratam de forma mais geral do PCV sem estudar dedicadamente alguma de suas ações. O gráfico abaixo ilustra essa afirmação.

Gráfico 3 Ação central do estudo



Fonte: elaboração própria a partir de levantamento bibliográfico

Outro aspecto que se confirma sobre estudos da política cultural é a abrangência de campos disciplinares e também multidisciplinares que dedicaram pesquisas tendo-a

¹⁰ Até um ato do governo Dilma colaborou para a onda de descrédito por qual passaram as organizações da sociedade civil, o Decreto nº7592, publicado em 2011, suspendeu temporariamente as transferências de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos por meio de convênios. A deliberação era pela revisão dos contratos para avaliação de regularidade.

¹¹ Atualmente o uso da nomenclatura ONG'S (Organizações Não Governamentais) tem sido substituída pela denominação que afirma a condição de sociedade civil, Organização da Sociedade Civil (OSC).

como objeto de análise. O escopo dessas pesquisas alcança desde estudos que se ocupam de aspectos econômicos e sociais àqueles que dedicam atenção à tecnologia e saúde.

Estudos sobre o Programa Cultura Viva e suas ações aconteceram em diversas áreas. É possível destacar alguns campos pela quantidade de estudos: Ciências Sociais (16); Educação (14); Administração (13); Comunicação (12); História (9). Mas de todo modo, mesmo estudos em uma mesma área, em geral, abordam aspectos diferentes do Programa que, pela sua complexidade, como já descrito, permite múltiplos enquadramentos de pesquisa.

Observando esses variados ambientes de pesquisa cabe destacar que a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC) do Ministério da Cultura foi responsável por estimular a abertura de novos espaços de pesquisa. Exemplo disso foi a Especialização em Acessibilidade Cultural¹², vinculada ao curso de Terapia Ocupacional, que, conforme descrito em site institucional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), nasceu da parceria entre a Universidade, através do Laboratório de Arte, Cultura, Acessibilidade e Saúde, do Curso de Terapia Ocupacional, e o Ministério da Cultura. Essa é uma das iniciativas da SCDC que mostra a preocupação em fomentar estudos que dialogassem com a missão desta Secretaria, outras como, por exemplo, as pesquisas feitas pelo IPEA e FCRB serão abordadas mais adiante nesta dissertação.

1.1.3 Análises de política pública

A avaliação é uma das etapas que compõem o *ciclo das políticas públicas*. Tal sistematização preconiza que toda política pública passa por estágios para a sua implementação que envolvem: 1) identificação do problema, 2) inclusão na agenda pública, 3) levantamento de soluções, 4) tomada de decisão pelo ator público, 5) planejamento da execução, 6) implementação da política pública e 7) monitoramento e avaliação.

A avaliação figura como uma fase primordial para a continuidade de qualquer política. O Programa Cultura Viva, dentre as ações do Ministério da Cultura, pode se destacar também pela existência de avaliação na perspectiva de monitoramento e aperfeiçoamento da política pública.

(...) uma política pública se formula a partir de um diagnóstico de uma realidade, o que permite a identificação de seus problemas e

¹²Disponível em: <<http://www.medicina.ufrj.br/acessibilidadecultural/sitenovo/>>

necessidades. Tendo como meta a solução destes problemas e o desenvolvimento do setor sobre o qual se deseja atuar cabe então o planejamento das etapas que permitirão que a intervenção seja eficaz, no sentido de alterar o quadro atual. Para ser consequente, ela deve prever meios de avaliar seus resultados de forma a permitir a correção de rumos e de se atualizar permanentemente, não se confundindo com ocorrências aleatórias, motivadas por pressões específicas ou conjunturais. Não deve se confundir também com ações isoladas, carregadas de boas intenções, mas que tem consequência exatamente por não serem pensadas no contexto dos elos da cadeia criação, formação, difusão e consumo (BOTELHO, 2006 apud BOTELHO, 2007, p. 112–113).

Nesta linha de pensamento – mesmo conscientes que a análise de política pública deve ocorrer a partir da percepção e definição de problemas, da *agenda-setting*, da elaboração de programas e decisão, da implementação e, finalmente, da avaliação e a eventual correção da ação – é fundamental a ressalva sobre o caráter dinâmico da política pública que com suas redes e arenas setoriais podem sofrer modificações no decorrer dos processos de elaboração e implementação (FREY, 2000).

Neste sentido, Marta Arretche também nos alerta que, além de realizar análises de políticas públicas, considerando os objetivos e a estratégia de implementação definidas pelos formuladores de programas, deve-se observar que:

na gestão de programas públicos, é grande a distância entre os objetivos e o desenho de programas, tal como concebidos por seus formuladores originais, e a tradução de tais concepções em intervenções públicas, tal como elas atingem a gama diversa de seus beneficiários e provedores (ARRETCHE, 2001, p. 43).

Compreender os elementos que o compõem e o caráter dinâmico do percurso de modelagem de uma institucionalidade contribui para definir parâmetros de análise que sejam aplicáveis ao campo da cultura. Conforme analisado por Celina Souza,

a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos (SOUZA, 2006, p. 25).

No caso do Programa Cultura Viva, estudos de avaliação foram realizados dentro

e fora das universidades. Além dos estudos no âmbito acadêmico, outras pesquisas contribuíram mais enfaticamente para a avaliação da política e indicaram questões fundamentais para a institucionalidade do Programa e/ou de suas ações.

Em destaque, dentro desse cenário, estudos foram feitos com a encomenda do Ministério da Cultura, como os realizados pelo Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LPP/UERJ); pelo Instituto Paulo Freire (IPF); e pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA).

A pesquisa feita pelo LPP/UERJ teve uma síntese apresentada numa reunião de “Avaliação Piloto” realizada no Rio de Janeiro em 28 de junho de 2006. Nesta reunião, foi apresentada metodologia e resultados preliminares da pesquisa pioneira em termos de análise da política pública sobre o Programa Cultura Viva.

O estudo desenvolvido pelo Laboratório da UERJ teve por objetivo a avaliação e monitoramento do Programa Cultura Viva na sua fase piloto de implementação. E tinha como diretrizes: 1. verificar a consonância dos projetos de Pontos de Cultura em execução com as metas, linhas de ação e ideologia do PCV; 2. fornecer dados e indicadores (quantitativos e qualitativos) para análise do programa; 3. elaborar e testar metodologias de avaliação dos Pontos de Cultura e gestão do Programa Cultura Viva; 4. elaborar subsídios teóricos para apoiar a gestão e execução do PCV e 5. formular alternativas para auxiliar na eficiência, eficácia e efetividade social do programa.

Em termos de metodologia, o LPP utilizou técnicas quantitativas e qualitativas que se imbricaram na construção de um cenário dos Pontos de Cultura em atividade no momento da pesquisa. Inicialmente os Pontos de Cultura responderam a uma pesquisa on-line composta de 155 questões, e na sequência foram realizadas visitas técnicas a 20 Pontos de Cultura definidos a partir de critérios que procuravam: 1. atender uma diversidade regional, todas as regiões geográficas do país receberam vistas, 2. conteúdo do projeto, 3. tipo de organização proponente do Ponto de Cultura, 4. público atendido e 5. disponibilidade de informações resultado da pesquisa on-line.

As conclusões preliminares desta pesquisa-piloto já identificavam uma série de questões que se tornaram pauta para a institucionalidade do Cultura Viva. Sobre o processo de seleção para Pontos de Cultura, por exemplo, já estava clara para a maioria das instituições a dificuldade em interagir com o poder público. De acordo com o relatório, em sua fase quantitativa, 41% das instituições tiveram dificuldades em apresentar documentos requeridos na inscrição do projeto. A dificuldade de gestão por parte do Ministério fica evidente a partir de alguns resultados como: liberação com atraso

de parcelas para 87% das instituições conveniadas, que impactaram diretamente na continuidade das ações; e, além da apontada ausência de participação das instituições na gestão do Programa afirmada por 68% dos Pontos, que sinaliza para o descumprimento de uma das diretrizes do PCV, a gestão compartilhada.

Nos anos de 2006 e 2007, o Instituto Paulo Freire, utilizando questionários quantitativos e qualitativos, para o universo de 130 Pontos de Cultura, realizou avaliação da ação Agente Cultura Viva. Pela investigação dessa ação, foi possível identificar o atraso nos pagamentos das bolsas dos jovens como um dos principais problemas relatado pelos Pontos de Cultura.

O IPEA, a partir de uma parceria com o Ministério - por meio da Secretaria de Cidadania Cultural (SCC) - iniciada em 2007, realizou duas pesquisas avaliativas cujo objetivo geral estava no estabelecimento de uma reflexão contínua e sistemática sobre o desempenho e os impactos do Cultura Viva.

O livro *Cultura Viva: avaliação do programa arte educação e cidadania*, publicado em 2010, foi resultado da primeira avaliação coordenada pelo IPEA nos anos 2007 e 2008. A pesquisa tinha como expectativa “conhecer melhor os pontos, suas atividades, atuação, dificuldades, desafios e sugestões dos gestores e, com base nestas informações, criar indicadores de acompanhamento do Programa Cultura Viva” (IPEA, 2010).

Um dos desafios dessa pesquisa estava em estabelecer indicadores e organizar as ações do programa, sintonizando com as premissas do Plano Plurianual (PPA) do governo federal. O modelo de avaliação adotado teve como objetivo o aperfeiçoamento do PCV, a avaliação aconteceu durante a sua execução e se fixou nos Pontos de Cultura, dando ênfase à ação Cultura Digital. A equipe de trabalho envolvia tanto gestores do programa (no âmbito do Ministério) quanto a sociedade civil.

O modelo lógico de análise procurou, inicialmente, observar o contexto de implementação da política e aspectos desfavoráveis, que demonstram a pouca institucionalidade do programa na sua implementação tais como: insuficiência de pessoal, composto por um quadro de funcionários instáveis, que sinalizam uma tendência de rotatividade e dificulta a criação de cultura e memória institucional; e inexistência de norma legal que regulamente a relação do Estado brasileiro com grupos sociais com baixo grau de institucionalidade.

Num segundo momento da metodologia de avaliação, foi realizado um grupo focal que considerou 526 Pontos e Pontões de cultura. Dos oito pontos relatados como

síntese das análises do grupo focal, três apontam de forma clara para elementos que integram as categorias de análise que selecionamos para aferir a institucionalidade do PCV: 1) a relação federativa, colocada na pesquisa como “um grande temor no que se refere às ingerências político-partidárias, o que denota um ceticismo quanto ao processo de descentralização dos editais para estados ou municipalidades” (IPEA, 2010, p. 33) mas, ao mesmo tempo, reconhece a insuficiente presença do MinC e a potência da descentralização em ambientes de participação e controle social; 2) estrutura de gestão e recursos, quando se pontua o pouco preparo institucional do MinC, que não foi dotado de pessoal, infraestrutura, e fluxos técnicos e administrativos; e 3) instâncias de participação, avaliadas com importância inegável, mas com capacidade de articulação restrita e insuficiente, o que aponta para a necessidade de ações contínuas e duradouras e, como contraponto, a existência da relação em rede mediada pelo uso das tecnologias - um dos estímulos do programa - considerados no estreitamento dessas relações e articulações.

A publicação de 2014, *Linhas gerais para um planejamento participativo para o Programa Cultura Viva* do IPEA organizada por Frederico Barbosa e Valéria Labrea reconhece a inovação trazida com o Programa Cultura Viva ao tempo em que avalia que:

A operacionalização e institucionalização do programa, contudo, enfrentaram problemas que demandaram um processo de avaliação, com pesquisas e diagnósticos que subsidiaram a reformulação de sua operação e dos instrumentos utilizados. Dados o ineditismo e a especificidade de suas ações, a implementação do PCV representou um grande desafio para a estrutura pública, que foi levada a trabalhar com pequenos grupos e com a grande gama de representantes das redes culturais brasileiras (IPEA, 2014, p. 7).

Anterior a esta última publicação em novembro de 2012, foi publicado o *Relatório do Redesenho do Programa Cultura Viva*. Com coordenação geral de Márcia Rollemberg, então secretária da SCDC, e realizado em parceria com o IPEA. Um dos objetivos do Redesenho estava centrado em “estruturar um planejamento interno junto à SCDC para mapear os principais gargalos e deficiências da gestão, a fim de apontar caminhos para a superação dessas dificuldades ao estabelecer um novo fluxo de informações, formação, rotinas e modelos” (IPEA, 2014).

Outras publicações do IPEA tiveram como finalidade difundir o conhecimento produzido sobre o Programa Cultura Viva. O livro *Pontos de Cultura: olhares sobre o programa cultura viva*, publicado em 2011 foi organizado por Frederico Barbosa e Lia Calabre e trata-se de um compilado de análises realizadas sobre o PCV. Os textos publicados, conforme descrito na apresentação do livro, tratam-se de pesquisas que

estavam dispersas e são resultados de teses, dissertações, trabalhos técnicos e artigos e que foram escritos tendo como base diferentes perspectivas de análise e adesão teórico-conceitual.

Os textos disponíveis no livro foram também, em sua grande maioria, apresentados no I Seminário o Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura: novos objetos de estudos, realizado em 2009 na Casa Rui Barbosa. Em linhas gerais, essa publicação reúne nove textos que possuem como discussão central: 1. a problemática da inclusão digital; 2. a identificação de princípios e práticas de proteção e promoção da diversidade cultural; 3. a elaboração de indicadores para análise de políticas culturais de proximidade; 4. a juventude, os direitos e a cidadania cultural a partir da ação Agente Cultura Viva; 5. a projeção nacional da Ação Griô; 6. A comparação das leis de incentivo com o Programa Cultura Viva; 7. o papel do MinC na contemporaneidade a exemplo da execução do PCV; 8. análise do Ponto de Cultura Estrela de Ouro (PE); e 9. a questão do território.

O IPEA, em parceria com a Secretaria de Articulação Institucional - SAI, publica em 2011 o livro *As políticas públicas e suas narrativas: o estranho caso entre o Mais Cultura e o Sistema Nacional de Cultura*. Criado em 2007 para ser conduzido pela SAI, o Mais Cultura surgiu em decorrência da reorganização de ações de outros programas do Ministério. Duas de suas peculiaridades são o fato de não ser inscrito como um programa no PPA e o de ser estratégia articuladora de ações de vários outros programas que se propõem a dialogar com a descentralização e o SNC (IPEA, 2011). Quando da sua criação, possuía três linhas de ação: 1. Cultura e Cidadania; 2. Cidade Cultural e 3. Cultura e Renda. Na ação Cultura e Cidadania estavam contempladas ações como: Pontos e Pontões de Cultura; Vale Cultura, Lei Rouanet e Rede de Bibliotecas Públicas.

Em linhas gerais, este estudo contribui de forma significativa para a presente pesquisa pois, dentre as suas preocupações iniciais está a de traçar um panorama histórico institucional das políticas culturais no Brasil e discutir o papel do Estado na cultura. A análise realizada, no entanto, destaca os mecanismos jurídicos, conforme descrito abaixo, como preocupação central do livro:

destaca-se o diálogo com os mecanismos jurídicos que podem constranger ou habilitar as políticas culturais. Como relacionar a política cultural e a norma constitucional? É possível usar esta norma para embasar e até estruturar uma política cultural? É de fato necessário esperar por uma emenda constitucional? Estas e outras perguntas são levantadas e remodeladas para serem devolvidas aos atores na forma de

sugestões sobre como se equilibrar no fio desta tensa relação envolvendo políticas públicas e direito (IPEA, 2011, p. 7)

Cabe destacar, no entanto, a efemeridade do Mais Cultura que teve início em 2007, encerrando-se com a mudança da administração no fim de 2009. De toda forma, o aprendizado gerado pela avaliação dessa política é pertinente ao entendimento da institucionalidade da cultura, como destacado, principalmente se relacionado ao arcabouço jurídico.

1.2 AVALIAÇÕES E PESQUISAS: CONTRIBUIÇÕES PARA A INSTITUCIONALIDADE DO PCV

A existência de variadas pesquisas sobre o Programa, se por um lado impõe o desafio de propor um estudo inédito e/ou complementar, por outro, nos propicia uma base de reflexão inaugurada por diversas perspectivas de estudo. Apesar da constatação da inexistência de pesquisa que tenha se debruçado dedicadamente à análise da institucionalidade do PCV, é inegável que, mesmo de forma dispersa, alguns estudos contribuem para o entendimento da institucionalidade do Programa.

Além das análises da política pública promovidas a pedido do Ministério da Cultura, com objetivo de aprimoramento, há também trabalhos realizados por pesquisadores em instituições de ensino, dentre as quais podemos destacar alguns que colaboram com o objeto da pesquisa em cena:

1. a tese de Doriedson Alves de Almeida, *Relações entre o estado, sociedade e TIC: uma análise das tensões a partir do modelo proposto pelos Pontos de Cultura*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), procurou “compreender como as relações entre Estado e sociedade, (...), contribuem ou não para a construção de uma política de estado centrada na cogestão e no controle social das ações de governo” (ALMEIDA, 2011). O estudo que possui como problemas norteadores tensões, embates e diferentes visões, orientações ideológicas e políticas que determinam a gestão do Estado, procurou ainda compreender a remodelagem proposta com a gestão compartilhada com os Pontos de Cultura. Por este esforço, consideramos a importância deste trabalho na compreensão da estrutura de gestão proposta pelo PCV, bem como para a identificação, em algumas passagens, da participação social nos processos de decisão. Alguns aspectos transversais ao centro desta pesquisa ajudam em alguma medida na

compreensão/mapeamento de outras categorias de análise da institucionalidade. O capítulo quatro desta tese, por exemplo, trata de desafios políticos, jurídicos e institucionais para a consolidação de políticas públicas e analisa o aporte orçamentário para o PCV.

2. a dissertação de Sophia Cardoso Rocha, *Programa Cultura Viva e seu processo de Estadualização na Bahia*, apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA, analisou a partir do exemplo do estado da Bahia o processo de descentralização (estadualização) da política pública. O trabalho, que apresentou o processo de constituição da política pública de cultura, contribuiu para o entendimento que a estadualização do Projeto Ponto de Cultura auxiliou no fortalecimento do pacto federativo brasileiro e, conseqüentemente, para a consolidação do Programa Cultura Viva. Para a construção do argumento central da dissertação, a pesquisadora aborda questões cruciais para a institucionalidade do Cultura Viva como: a estrutura de gestão, que é analisada no segundo capítulo deste trabalho, a partir da trajetória da Secretaria de Cidadania Cultural; e, neste mesmo capítulo, os desafios institucionais do Programa e ação Pontos de Cultura. Dentre os desafios, estão contemplados: insuficiência do quadro de pessoal; baixo número de servidores estáveis; interpretação divergente de normas; inexistência de norma legal que fundamente especificamente a relação do Estado com a sociedade civil com baixo nível de organização/institucionalização; insuficiência e inadequação dos fluxos de recursos e dificuldade da administração pública com as ações do Programa (ROCHA, 2014, p. 91).
3. a dissertação de Deborah Rebello Lima, *As Teias de uma rede: uma análise do Programa Cultura Viva*, resultado do mestrado acadêmico em História, Política e Bens Culturais apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, concentrou-se na análise das Teias (Encontros Nacionais de Pontos de Cultura) e indicou os avanços conquistados nesses espaços de celebração, mas também de discussão sobre os rumos da política pública. O percurso escolhido pela pesquisadora buscou fazer um desenho do contexto do Programa no cenário das políticas públicas, na sequência, realizou-se um estudo dos elementos de base do Cultura Viva e, por fim centrou-se no entendimento da relação construída entre os partícipes da política e o governo por meio do acompanhamento dos encontros

nacionais - as Teias. O segundo capítulo desta dissertação destaca, no esforço de compreender o programa, alguns elementos que, para além do tema central que trata da participação social no Programa, contribuem com o entendimento ampliado do que chamamos de institucionalidade como: o aspecto formal do programa, que inclui a compreensão do percurso do PCV e suas ações; o papel dos atores envolvidos, inclusive do gestor do Ministério da Cultura; e o caráter político de sustentação do Programa (LIMA, 2013).

4. por fim, a dissertação de Alexandre Santini Rodrigues, *Cultura Viva Comunitária: a possível construção de um repertório comum para as Políticas Culturais na América Latina*, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Cultura e Territorialidades (PPCULT) da Universidade Federal Fluminense, observou a potência da política em ser replicada/adaptada para outras realidades da América Latina, considerando o Cultura Viva como um repertório comum para as políticas culturais na região (RODRIGUES, 2016). Para alcançar o objetivo da pesquisa, o autor avalia avanços e impasses da gestão do PCV, mapeia as ações estruturantes do Programa e trata, de forma sintética, do processo de construção e aprovação da Lei Cultura Viva. Como pano de fundo das discussões sobre o programa, o pesquisador apresenta aspectos importantes para a institucionalidade do Programa tais como: dados orçamentários em paralelo à atenção dada à política por diferentes gestões, observações sobre rupturas e continuidades das ações do PCV, etc.

Os trabalhos acima relacionados contribuem com intensidades diferentes para a presente dissertação, embora não aprofundem a análise pelo viés da institucionalidade. O compilado dos trabalhos nos permite aproximar análises já realizadas complementando-as. Considera-se que os indicadores de institucionalidade aqui selecionados existem dispersos e, conseqüentemente, pouco sistematizados para compreender o percurso institucional do programa enquanto processo complexo e que converge para vértices que conformam o Programa Cultura Viva enquanto política cultural estruturante e de destaque no cenário nacional e latino-americano.

Por este diagnóstico, o esforço e o diferencial que se empreende nesta dissertação é o de convergência e investigação estruturante a partir das categorias de análise tendo como referencial uma gama de estudos já produzidos confrontando-os, mesclando-os e construindo uma visão menos recortada do processo de construção institucional do Programa.

2 DESAFIOS E AVANÇOS DA INSTITUCIONALIDADE CULTURAL NO BRASIL

Considerando a inexistência de um estudo que elenque de forma consistente quais eixos são de sumária importância para a caracterização de uma arquitetura institucional para as políticas públicas no setor da cultura, foi necessária a construção de categorias de análise que dessem conta do pensar a institucionalidade. O presente capítulo tem por objetivo apresentar os desafios e avanços da institucionalidade da cultura no Brasil. Para tanto procurou-se, inicialmente, delimitar os elementos que compõem o que aqui denominamos institucionalidade.

Algumas referências foram cruciais para a construção dos rumos dessa análise. Dentre elas, cabe destacar as contribuições dadas por: Sérgio Miceli (1984a) que analisou o processo de construção institucional nos anos de 1970; José Álvaro Moisés (2001) que, a partir de um apanhado histórico, procurou apresentar a estrutura institucional do setor da cultura no Brasil; Lia Calabre (2009) que, ao apresentar um panorama das políticas culturais dos anos 1930 ao século XXI, observou elementos que integravam a institucionalidade da cultura no setor público; Isaura Botelho (2000) que, tendo como objeto de estudo a Fundação Nacional das Artes (FUNARTE), apresentou um panorama da institucionalização da área cultural no Brasil olhando para aspectos como o modelo organizacional e a legislação e Antonio Albino Canelas Rubim (2013, 2015b; RUBIM; PAIVA NETO, 2017) que em diversos textos foi dando pistas do que caracterizaria uma institucionalidade para a cultura. Contribuições também surgiram do documento da Unesco intitulado *Indicadores da Unesco para el Desarrollo* (UNESCO, 2014) que a partir de dimensões delimita aspectos essenciais para a institucionalidade da cultura.

Feito isto, optou-se por realizar uma breve remontagem histórica da construção institucional da área da cultura no Brasil observando, sempre que possível: 1) o contexto de criação; 2) modelos organizacionais; e 3) ampliação e/ou desmonte de estruturas. Parte desse histórico foi-se desenhando a partir da colaboração de pesquisadores cujo objeto de análise aparecem circunscritas as relações entre Estado e Cultura no Brasil. Essa contextualização considerou os anos de 1930 como marco inaugurador das políticas culturais no Brasil¹³ e avançou até o último ano do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff ano de 2014.

¹³ Marco considerado por quase totalidade dos pesquisadores e estudiosos das políticas culturais no Brasil. Apesar da existência de estudos que consideram intervenções realizadas desde o Brasil-Império a exemplo de Márcio Souza (2000).

Esse marco temporal procurou abranger do período de inauguração até o período em análise nesta dissertação que envolve os anos de 2004 até 2014. Mesmo assim, por conta das turbulências e instabilidades vividas pelo organismo máximo de gestão pública da cultura no âmbito federal, em alguns momentos, foi inevitável olhar para acontecimentos mais recentes.

Vale ressaltar que a pretensão deste texto, devido à complexidade e ausência de estudos sobre os elementos que compõem a institucionalidade e da pouca bibliografia existente acerca deste tema, é pensar eixos/elementos/categorias de análise que caracterizem a institucionalidade da cultura e a contextualização do percurso das instituições de gestão pública da cultura no Brasil.

2.1 ELEMENTOS DE INSTITUCIONALIDADE PARA A CULTURA

Pensar a consolidação de um campo, seja ele social, político ou cultural requer olhar para os elementos que integram a sua estrutura. Isso não poderia ser diferente com as políticas culturais. No Brasil, o estudo das políticas culturais, ainda hoje, conforme diagnosticado por alguns autores, pode ser caracterizado como um campo de estudos (relativamente) recente, com pesquisas realizadas por diversas áreas (história, comunicação, sociologia etc.) e pela existência de poucos trabalhos preocupados em trazer uma discussão mais conceitual (BARBALHO, 2005; ROCHA, 2017; RUBIM, 2007a).

O tema da institucionalidade na gestão pública da cultura brasileira aparece sempre de modo imbricado com o das políticas culturais. Entretanto, as análises e observações sobre a arquitetura institucional se deram de forma tímida, secundária e, em geral, sem uma delimitação consistente do que venham a ser os eixos que integram essa chamada institucionalidade cultural.

Se a institucionalidade for caracterizada pela existência de elementos como: instituições, normas e recursos (financeiros, mas também materiais e humanos) e as políticas culturais forem compreendidas como “resultado das atividades políticas – que envolvem diferentes agentes e, assim, necessitam de alocação de recursos de natureza diversa, e possuem caráter normativo e ordenador” (CALABRE, 2009, p. 9) podemos concluir que institucionalidade é particular às políticas culturais. O conceito de políticas culturais, atrelado a uma série de dimensões analíticas propostas por Albino Rubim (2007a), ajuda a comprovar essa relação de simbiose. Para se caracterizar enquanto

política cultural, na perspectiva do autor, é necessário, dentre outros procedimentos: definir e delimitar as noções de cultura e de política; desenvolver um conjunto de formulações e ações, objetivos e metas; delimitar e caracterizar os atores; passar pelo crivo público e verificar a existência de instrumentos, meios e recursos, sejam eles: humanos, legais, materiais (instalações, equipamentos etc.), financeiros etc. A presença de institucionalidade, por seu turno, requer tal qual as políticas culturais, uma série de definições que passam pelos mesmos requisitos. Ou seja, a criação e desenvolvimento de políticas culturais requer um arcabouço institucional (RUBIM, 2007a).

Compreender os elementos que compõem e o caráter dinâmico do percurso de modelagem de uma institucionalidade contribui para definir parâmetros de análise que sejam aplicáveis ao campo da cultura.

Ao entender que a institucionalidade atende a uma perspectiva formalista, ou seja, que necessita existir enquanto elemento protocolar que envolve sobretudo a restrita criação de organismos – mas que para além da manutenção das estruturas formais exige outros complexos como a) manutenção e ampliação de um orçamento, que indica a importância institucional de um órgão ou política a ser fomentada, b) quantidade de equipamentos mantidos, c) quantidade e qualificação da equipe de trabalho, d) capacidade de formulação de políticas que transcendam o período governamental (RUBIM, 2013) – conclui-se que para além do formalismo, para que uma institucionalidade seja substantiva ela deve ultrapassar o marco de criação proporcionando avanços nos mecanismos e procedimentos adotados pelas políticas públicas, gerando maior legitimidade e desencadeando no reconhecimento de que os serviços públicos são, antes de tudo, serviços profissionais que atendem a um sistema democrático e não estão restritos às determinações dos que detém temporariamente (através do voto) o poder político.

Sérgio Miceli (1984a) no artigo “O processo de ‘construção institucional’ na área cultural federal (anos 70)” apesar de não se debruçar em definir e justificar quais elementos integrariam a *construção institucional*, a partir da análise da construção formal de organismos de gestão da cultura, vai, ao longo do texto, expondo elementos que contribuíram para a institucionalidade, são eles: criação, implantação e reformulação de órgão de gestão; existência de planejamento; de estrutura organizacional; de equipes estáveis de técnicos responsáveis pela elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos; e de projetos para ampliar a presença do estado na produção cultural.

Nesse artigo, o autor ressalta a gestão Ney Braga (1974-1978) por contribuir

consideravelmente para a “construção institucional”. Miceli destaca que nesse período foram: a) implantados o Conselho Nacional de Direito Autoral e Conselho Nacional de Cinema; b) lançada a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro; c) reformulada a Empresa Brasileira de Filmes; e d) criada a Fundação Nacional das Artes. Outro aspecto a que se atribui relevância é a existência de um plano para nortear a ação governamental na cultura “Política Nacional de Cultura” pioneira nas políticas de cultura brasileiras. Além disso, o fato de se ter a cultura entre as metas do governo Geisel para o desenvolvimento também é recordado pelo autor como fundamental para a construção institucional do setor cultural.

Foi a única vez que na história republicana [até aquele momento] que o governo formalizou um conjunto de diretrizes para orientar suas atividades na área cultural, prevendo ainda modalidades de colaboração entre os órgãos federais e outros ministérios, com secretarias estaduais e municipais de cultura, universidades, fundações culturais e entidades privadas (MICELI, 1984a, p. 57).

Porém, o que não pode passar despercebido neste contexto é que a formulação de uma política nacional não contou com a participação da sociedade civil, e, portanto, não passou pelo crivo e deliberação do público o que, segundo definição de Albino Rubim (2007a) não torna a política proposta uma política pública.

Como parte da análise realizada no citado artigo, Miceli trata das mudanças na estrutura de gestão. A evolução da estrutura organizacional que iria, por fim, resultar na criação do Ministério da Cultura, na observação dele iniciou-se com o Departamento de Assuntos Culturais, implantado na gestão do ministro Jarbas Passarinho (1969-1973), passou pela Secretaria de Assuntos Culturais, criada em 1978, na gestão Ney Braga e, por fim, Secretaria de Cultura do MEC na gestão de Rubem Ludwig (1980-1982).

As características que embalavam a formatação de uma institucionalidade formal esbarravam, porém, nos relatos do próprio Miceli em função da importância (ou falta dela) conferida à política cultural e capacidade de influência dos ministros e grupos de cúpula do MEC para captar recursos. Num trecho em que se percebe a importância dos atores políticos para a institucionalidade, Miceli afirma que:

Somente um ministro forte teria condições para assegurar o montante de recursos necessários ao trabalho de ‘construção institucional’ nas dimensões apreciáveis em que acabou se desenvolvendo, ou então, para guindar aos postos executivos de confiança nas instituições culturais

porta-vozes legítimos da ‘classe intelectual e artística’, sobejamente à esquerda dos administradores culturais típicos até então recrutados pelo regime de 64 (MICELI, 1984a, p. 65).

Em texto publicado no volume cinco da coleção “Cadernos do nosso tempo”, José Álvaro Moisés (2001) apesar de não traçar diretrizes para uma institucionalidade, propõe uma síntese histórica pela qual afirma que o Brasil passou, até os anos 1990, por quatro momentos de construção de instituições de apoio a administração pública da cultura: 1) iniciativas do império – tendo como marco inaugurador a criação, em 1810, da Biblioteca Nacional; 2) inovações do governo Vargas nos anos 1930; 3) reformas institucionais nos anos 1960 e 70 nos governos militares; e 4) criação e consolidação do Ministério da Cultura (MOISÉS, 2001).

Ao longo da análise de José Álvaro Moisés algumas variantes da institucionalidade vão aparecendo: a estrutura de gestão, legislação, quadro de funcionários, fontes de financiamento, influência dos gestores e participação da sociedade civil etc., mas, tal qual Miceli, essas análises se dão também sem a preocupação de se definir o que caracteriza a estrutura institucional que aparece como sinônimo de existência formal de estruturas de gestão.

O documento *Indicadores Unesco de Cultura para el Desarrollo – Manual Metodológico* (UNESCO, 2014), trouxe relevantes contribuições aos aspectos relativos à governança, para a construção da análise e interpretação dos dados relativos à institucionalidade. Nele, duas dimensões ajudam na caracterização da institucionalidade: 1) econômica, que diz respeito aos gastos públicos no setor cultural; e de 2) governança, que envolve a) a existência de marco normativo; b) características do sistema político-administrativo, ou seja, tipo de organismo, principais competências e grau de hierarquia; c) grau de descentralização da governança (relações federativas); e d) participação da sociedade civil nos processos de concepção e tomada de decisão.

A partir da formulação dos indicadores, delimitam-se aspectos fundamentais à institucionalidade. A dimensão da governança, por exemplo, abarca desde marcos normativos e políticas culturais até capacidades institucionais e infraestrutura, o manual explica que:

Esta dimensión examina las normativas, las políticas, las medidas de intervención así como la disponibilidad y repartición de las infraestructuras culturales y otros mecanismos institucionales puestos en marcha por las autoridades públicas para estructurar sectores

culturales dinámicos, fortalecer los procesos culturales desde una perspectiva de desarrollo y proteger y promover la diversidad cultural en todas sus formas. En su conjunto, esta dimensión permite obtener un panorama general del sistema de gobernanza e institucionalidad de la cultura a nivel nacional y ofrece así una primera aproximación a las condiciones existentes para el ejercicio de los derechos culturales (UNESCO, 2014, p. 64).

Podemos, com isso, aferir que existem vários indicadores da institucionalidade da cultura. Numa tentativa de ordenar a partir da perspectiva dos autores estudados elaboramos o quadro abaixo que sistematiza elementos de institucionalidade que aparecem nos estudos.

Tabela 2 Elementos característicos da institucionalidade da cultura

| Miceli (1984) | Moisés (2001) | Rubim (2013) | Unesco (2014) |
|---|---|---|---|
| órgão de gestão /estrutura organizacional | órgão de gestão/ estrutura organizacional | órgão de gestão/ estrutura organizacional | órgão de gestão/ estrutura organizacional |
| orçamento/recursos financeiros | orçamento/recursos financeiros | orçamento/recursos financeiros | orçamento/recursos financeiros |
| legislação / normas | legislação / normas | legislação/normas | legislação/normas |
| planejamento/ rotinas /procedimentos | ----- | planejamento/ rotinas /procedimentos | ----- |
| equipe de trabalho estáveis | equipe de trabalho estáveis | equipe de trabalho estáveis | ----- |
| influência dos gestores | influência dos gestores | ----- | ----- |
| ----- | elaboração de políticas públicas | elaboração de políticas públicas | ----- |
| ----- | participação da sociedade civil | participação da sociedade civil | participação da sociedade civil |
| ----- | descentralização (relações federativas) | ----- | descentralização (relações federativas) |

Fonte: elaboração própria a partir da síntese dos elementos de institucionalidade para autores

diversos.

A partir desse quadro-síntese pode-se notar que alguns desses elementos parecem consenso entre estudiosos: a) a existência de órgão de gestão /estrutura organizacional; b) a presença de orçamento/recursos financeiros; c) a formatação de legislações / normas e, d) a presença de equipes de trabalho. Outros elementos, não estão presentes em todos os textos analisados, mas mesmo assim, não podemos considerar que há um dissenso pois, como foi dito, os trabalhos estudados não tinham como esforço o de categorizar elementos de institucionalidade. Além disso a delimitação desses elementos pode variar de acordo com o período histórico e as definições conceituais de cada pesquisador. Por exemplo, a dimensão da “elaboração de políticas públicas” foi considerada apenas nos estudos que concebiam a passagem pela discussão com a sociedade civil, mas os escritos de Miceli (1984) indicam a formulação de uma Política Nacional de Cultura.

Mesmo sem o consenso evidente, a ocorrência de outros elementos, sejam eles: 1) participação social, 2) descentralizações resultantes de um pacto federativo, e a própria 3) elaboração de políticas públicas (contrariando a lógica de políticas de governo), apontam para uma maior complexidade do arcabouço institucional o que, ao nosso ver, sinalizam para sua perenidade. Por isso, como veremos, essas outras características deverão compor as análises propostas por esta dissertação.

Antes disso, uma passagem histórica pelas políticas culturais brasileiras nos ajuda a compreender avanços e desafios do campo da cultura quando pensamos em categorias que compõem sua institucionalidade.

2.2 TRAJETÓRIA DA INSTITUCIONALIDADE CULTURAL NO BRASIL

A trajetória da institucionalidade da gestão pública da cultura no Brasil pode, em certas passagens, confundir-se com a própria história das políticas culturais. A construção institucional da cultura guarda, também, uma relação de intimidade com a atuação do Estado. Cabe destacar que, conforme reiteram estudiosos das políticas culturais (BOTELHO, 2000; CALABRE, 2009; MICELI, 1984b; RUBIM, 2007b), a associação estabelecida entre o Estado e a cultura no Brasil é complexa.

Paradoxalmente, essa vinculação pode ser ilustrada pela concentração de ações do Estado em períodos de restrição das liberdades. Ou seja, no Brasil, principalmente em governos conservadores/ditatoriais a administração pública assume um protagonismo no setor cultural. As *tristes tradições* das políticas culturais brasileiras podem ser

caracterizadas, segundo Albino Rubim, por “expressões como: autoritarismo, caráter tardio, descontinuidade, desatenção, paradoxos, impasses e desafios” (RUBIM, 2007b).

Há mais de 30 anos, Sérgio Miceli (1984b) organizou um livro que reuniu pontos de vista e análise sobre *Estado e Cultura no Brasil*. Naquele livro já se tratava da reduzida atenção dispensada pelos setores públicos, em qualquer que fosse a esfera federativa, à área da cultura. A diagnosticada ausência de políticas culturais era, naquela ocasião, justificada e compreendida pela vastidão de “problemas fundamentais de organização democrática” por qual passava o país (MICELI, 1984b).

Para Miceli, a ausência de autonomia para o campo da cultura caracterizava-se pela dispersão dos órgãos destinados à gestão pública da cultura; pela pobreza orçamentária e pela ausência de diretrizes. O tratamento institucional dado à cultura não se concentrava, na macroestrutura do governo federal, no Ministério da Educação e Cultura, e mesmo estando neste Ministério, os órgãos destinados à gestão cultural não estavam alocados na sua Secretaria de Cultura.

De acordo com Isaura Botelho, no Brasil nos anos de 1930, implantou-se um sistema articulado em nível federal. Naquele momento, “instituições foram criadas com o fito de preservar, documentar, difundir e mesmo produzir diretamente bens culturais, transformando o governo federal no principal responsável pelo setor” (BOTELHO, 2000, p. 38).

Na sequência o texto se dedicará a exposição histórica da institucionalidade da cultura em âmbito federal. A observação dos organogramas do Ministério da Cultura foi parte relevante para a remontagem da trajetória da estrutura de gestão da cultura.

2.2.1 Contribuições inaugurais

A década de 1930 no Brasil foi de grandes transformações em campos variados. Neste período, por exemplo a chamada Revolução de 1930, pôs fim à primeira república brasileira, conhecida popularmente como "República do Café com Leite" caracterizada, basicamente, pelo revezamento dos estados de São Paulo e Minas Gerais no poder político do país.

José Álvaro Moisés (2001) mesmo considerando que instituições criadas no Brasil-Império a exemplo da Biblioteca Nacional, criada em 1810, a Orquestra Filarmônica, em 1841, e a Ópera Nacional, datada de 1857 foram relevantes para a construção institucional da cultura no Brasil; compartilha do entendimento de que a “era Vargas” marcou o início de um processo de modernização institucional no país que não

se limitou ao aparato estatal. Para o autor:

[Na “era Vargas”] Se criou importantes condições infra-estruturais indispensáveis ao desenvolvimento do país, o modelo getulista, no entanto, capturou dentro do Estado a expressão de diferentes interesses sociais e econômicos, estimulando o processo de ‘corporativização’ da política e da sociedade brasileiras. Mas, como observam vários autores, isso não estimulou apenas a emergência do corporativismo estatal, mas também um corporativismo societário, que nas novas condições institucionais, abriu espaço para que importantes setores sociais se utilizassem das novas estruturas de poder e de representação para assegurar proteção de Estado aos seus interesses. Esse padrão de relação entre Estado e sociedade iria se refletir também sobre as novas estruturas institucionais da cultura (MOISÉS, 2001, p. 23).

Para a maioria dos estudiosos é também a partir da década de 1930, com as ações empreendidas pelo Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, sob a gestão de Mário de Andrade (1935-1938), e na gestão do ministro Gustavo Capanema (1934-1945), que se pode afirmar a existência de políticas culturais no Brasil definidas pelo emprego sistemático de ações governamentais na área cultural (CALABRE, 2007; RUBIM, 2007a). Orientado por uma definição ampla de cultura, abarcando as culturas populares, o patrimônio imaterial e diversos estratos da sociedade, a experiência do Departamento de Cultura de São Paulo integra os marcos inaugurais também pela característica de extrapolar o território municipal ao realizar, inclusive, duas missões etnográficas à região Amazônica e Nordeste brasileiros.

Na administração de Gustavo Capanema (1934 – 1945), ministro de Educação e Saúde durante 11 anos, várias estruturas de gestão pública da cultura foram criadas. Na perspectiva de Cecília Londres (apud CALABRE, 2009) a gestão de Gustavo Capanema foi responsável por esboçar “o desenho básico da organização institucional da cultura no Estado brasileiro” (LONDRES, 2001 apud CALABRE, 2009, p. 16). Dentre os mais emblemáticos e que existe desde aquele momento, mesmo com mudanças de nomenclatura pode ser lembrado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), hoje Instituto.

“A criação do IPHAN não foi ato isolado. Ao contrário, inseriu-se no processo de legalização, institucionalização e sistematização da presença do Estado na vida política e cultural do país” (FALCÃO, 1984, p. 26–27). Para Falcão, a criação do IPHAN deveria superar três desafios: 1) estimular a participação social para a preservação cultural (desafio político), 2) identificar um patrimônio cultural brasileiro, dissociado do europeu e estadunidense e, ao mesmo tempo, síntese da diversidade cultural brasileira (desafio

ideológico) e; 3) criar e consolidar uma estrutura estatal burocrático-cultural, nacional e eficiente (desafio administrativo) (FALCÃO, 1984).

Em funcionamento antes mesmo de sua criação formal e regulamentação em 1937, o SPHAN, é gerado a partir da reorganização do Ministério da Educação e Saúde Pública. O projeto que criou o órgão foi encomendado à Mário de Andrade por Gustavo Capanema, mas, na prática, a implementação não seguiu todas as diretrizes traçadas pelo projetista.

Mário de Andrade, propôs preservar os bens móveis e imóveis, e mais usos, hábitos, fazeres, lendas, folclore, música e até superstições populares. O Decreto-lei restringiu-se às coisas, isto é, bens móveis e imóveis. Estes limites iniciais, no correr dos anos, se evidenciaram na atuação do IPHAN. A política federal de preservação do patrimônio histórico e artístico se reduziu praticamente à política da preservação arquitetônica do monumento de pedra e cal (FALCÃO, 1984, p. 28).

Resultado disso é que, desde sua criação, apesar das mudanças de nomenclatura e graus de subordinação, as ações do órgão são voltadas, prioritariamente, para o patrimônio material (tombamentos) (BRASIL, 1937). Como constatado por Albino Rubim:

O Serviço, depois Instituto ou Secretaria, opta pela preservação do patrimônio de pedra e cal, de cultura branca, de estética barroca e teor monumental. Em geral: igrejas católicas, fortes e palácios do período colonial. Com isto, o SPHAN circunscreve a área de atuação, dilui possíveis polêmicas, desenvolve sua competência técnica qualificada e profissionaliza seu pessoal (RUBIM, 2007b, p. 17).

Ainda nessa década (1930) foram criados outros organismos de gestão da cultura: em 1937, o Serviço de Radiodifusão Educativa; o Instituto Nacional do Livro (INL); o Serviço Nacional de Teatro (SNT) e o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE); no ano seguinte, o Conselho Nacional de Cultura e alguns museus¹⁴ (BOTELHO, 2007; CALABRE, 2005; MICELI, 1984b; MOISÉS, 2001).

Conforme afirma Lia Calabre, no campo da administração pública a gestão de Vargas foi marcada pela construção inicial de uma estrutura administrativa. Neste período se buscava aperfeiçoar os instrumentos de intervenção do Estado e se viabilizava um projeto nacional¹⁵ (CALABRE, 2009). Para Carlos Alberto Dória,

No tocante à institucionalização das formas de administração da cultura é o governo Vargas, no período ditatorial, que promove a mais

¹⁴ Museu do Paço Imperial, Museu Histórico Nacional, Museu Nacional de Belas Artes e Museu da Inconfidência (MOISÉS, 2001)

¹⁵ O Projeto Nacional consistia, dentre outros aspectos, na criação de uma identidade nacional unificadora. Ver (ORTIZ, 2006).

importante inovação pela ação de Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde. Datam dessa época a instituição do princípio do *tombamento* de bens históricos integrantes do patrimônio cultural nacional e a própria formação do embrião do que hoje vem a ser o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (DÓRIA, 2003, p. 36).

Importante sublinhar que o surgimento de estruturas institucionais voltadas exclusivamente para apoiar a cultura brasileira, na década de 1930, acontece de modo orquestrado com um contexto de mudança política no país, quando o governo de Getúlio Vargas se transformou em uma ditadura (Estado Novo) que engloba o período de 1937 até 1945.

No período que sucede esses impulsos inaugurais de institucionalidade e se estende até a década de 1960, parece, pela ausência de destaque por parte de estudiosos do setor que o movimento que se orquestrou foi o de pouca ou nenhuma inovação para a criação de uma institucionalidade. Já a década de 1970, como veremos a seguir apresenta-se no percurso histórico das políticas culturais com alguns avanços.

2.2.2 Avanços da década de 1970

O golpe civil-militar de 1964, a edição do AI-5, em 1968, são momentos decisivos no processo de constituição de uma institucionalidade autoritária. Se o período Vargas é o de estruturação formal da área cultural é, na década de 70, que o Estado começa a ampliar a sua atuação nesse campo, representando um importante momento de institucionalização no interior do governo (BOTELHO, 2001a; CALABRE, 2005; MICELI, 1984b; RUBIM, 2007b).

Ao destacar momentos relevantes da institucionalização da cultura no Brasil, Isaura Botelho (2000) salienta que “o segundo momento mais importante se dá, nos anos de 70, quando a ditadura militar, implantada no país desde o golpe de 1964, preparava a abertura democrática e necessitava melhorar sua imagem interna e externa (...)” (BOTELHO, 2000, p. 40).

Na gestão de Jarbas Passarinho (1969-1973) foi criado o Plano de Ação Cultural (PAC) que tinha três objetivos principais: 1) preservar o patrimônio histórico e artístico; 2) incentivar a criatividade e a difusão de atividades artístico-culturais e 3) capacitar recursos humanos. Essa ação pode ser pensada como uma das iniciativas pioneiras para a

criação de um programa de política cultural (MICELI, 1984a).

Lançado em agosto de 1973, o plano teve como meta a execução de um ativo calendário de eventos culturais, com espetáculos nas áreas de música, teatro, circo, folclore e cinema. O PAC deveria abranger o setor de patrimônio, as atividades artísticas e culturais prevendo ainda a capacitação de pessoal. Ocorria um processo de fortalecimento da área da cultura dentro do Ministério da Educação – os recursos financeiros do PAC vinham do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), mas nunca foi criado o fundo de cultura similar ao da educação proposto desde a década de 1960 (CALABRE, 2009, p. 77).

Com o ministro Ney Braga (1974-1978) o trabalho de ‘construção institucional’ foi ampliado a partir da implantação do Conselho Nacional de Direito Autoral e do Conselho Nacional do Cinema; do lançamento da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e da reformulação da Empresa Brasileira de Filmes, além da ampliação da atuação do Serviço Nacional do Teatro (MICELI, 1984a).

A Fundação Nacional das Artes - Funarte também desse período foi criada como resultado de um processo de transformação no quadro institucional do Ministério da Educação e Cultura, em 1975. Concebida “com a finalidade de promover, incentivar e amparar, em todo o território nacional, a prática, o desenvolvimento e a difusão das atividades artísticas, resguardada a liberdade de criação (...)” (BRASIL, 1975).

No entendimento de Isaura Botelho,

Para a FUNARTE, os anos seguintes a sua criação foram relativamente estáveis do ponto de vista político e administrativo. Foi o período de amadurecimento da instituição que, talvez por representar setores menos estratégicos do ponto de vista governamental, foi deixada livre pelo regime autoritário para a formulação de suas diretrizes e construção de sua prática institucional. Outro aspecto importante, e que me parece diretamente ligado ao processo de abertura política então em curso, é o fato de sua diretoria ter tido ampla liberdade de formar um quadro de pessoal de ponta, recrutando basicamente na área de artes e ciências humanas. Na prática, esta associação entre a construção institucional em bases modernas, buscando criar modelos que não fossem dominados pela prática burocrática governamental, e recursos humanos jovens, vindos das áreas afinadas com as artes e que apostavam numa abertura democrática, contribuiu para que a efetiva construção da instituição fosse feita por seus técnicos, com respaldo de suas respectivas diretorias (BOTELHO, 2000, p. 66).

Na gestão Ney Braga foi também elaborado o primeiro plano oficial para nortear a presença governamental na área da cultura, a *Política Nacional de Cultura*. O Plano de Cultura elaborado naquelas circunstâncias, momento em que o país ainda passava por

forte influência do autoritarismo, refletia no seu processo de formulação uma ação cuja participação popular não foi considerada. Neste sentido, não se constituiu enquanto uma política pública e pela falta de adesão popular também não alcançou relevância na agenda pública.

Os avanços institucionais alcançados na década de 1970 expandiram sua atuação para outras esferas da federação brasileira. A institucionalidade da cultura inaugurou um processo de fortalecimento que pode ser ilustrado pela criação de Secretarias de Cultura exclusivas em alguns estados, porém o avanço na estrutura organizacional, apesar da importância simbólica, não tinha reflexos em investimentos de recursos (BOTELHO, 2000). Lia Calabre destaca que a proliferação de instituições de gestão da cultura nos estados contribuiu para que fosse viabilizada, inclusive, a criação de um Ministério da Cultura:

O processo de institucionalização do campo da cultura dentro das áreas de atuação de governo ocorrido na década de 1970 não ficou restrito ao nível federal. Nesse mesmo período o número de secretarias de cultura e de conselhos de cultura de estados e municípios também cresceu. Em 1976, ocorreu o primeiro encontro de Secretários Estaduais de Cultura, dando origem a um fórum de discussão que se mantém ativo e que muito contribuiu para reforçar a ideia da criação de um ministério independente (CALABRE, 2007, p. 6).

Assim, o campo da cultura começa a ganhar uma maior dimensão no interior do Estado, traçando o caminho até a formação de um Ministério da Cultura autônomo em 1985.

2.2.3 Anos 1980: a criação do Ministério da Cultura

Historicamente nos anos de 1980 se encerra o processo de transição política iniciado ainda na vigência da ditadura civil-militar, com o projeto de “distensão lenta e gradual”, quando a institucionalidade autoritária estabelecida entre os anos de 1964 e 1974 começou a ser reformada por iniciativa do próprio governo militar e pela própria dinâmica do processo de disputa política, culminando com o fim dos governos militares em 1985.

No entanto, a ascensão do governo civil exigiu uma série de iniciativas que deveriam contribuir com as mudanças institucionais iniciadas anteriormente. O desafio neste momento era o estabelecimento de uma institucionalidade democrática, definida, fundamentalmente, pela Constituição de 1988.

As mudanças institucionais no campo da cultura naquele momento, indicavam

para a criação de um Ministério da Cultura enquanto órgão exclusivo de gestão da cultura. Porém o desmembramento da pasta da Educação não era consenso. Figuravam como argumentos que seria melhor ter uma secretaria “forte” que um ministério “fraco”.

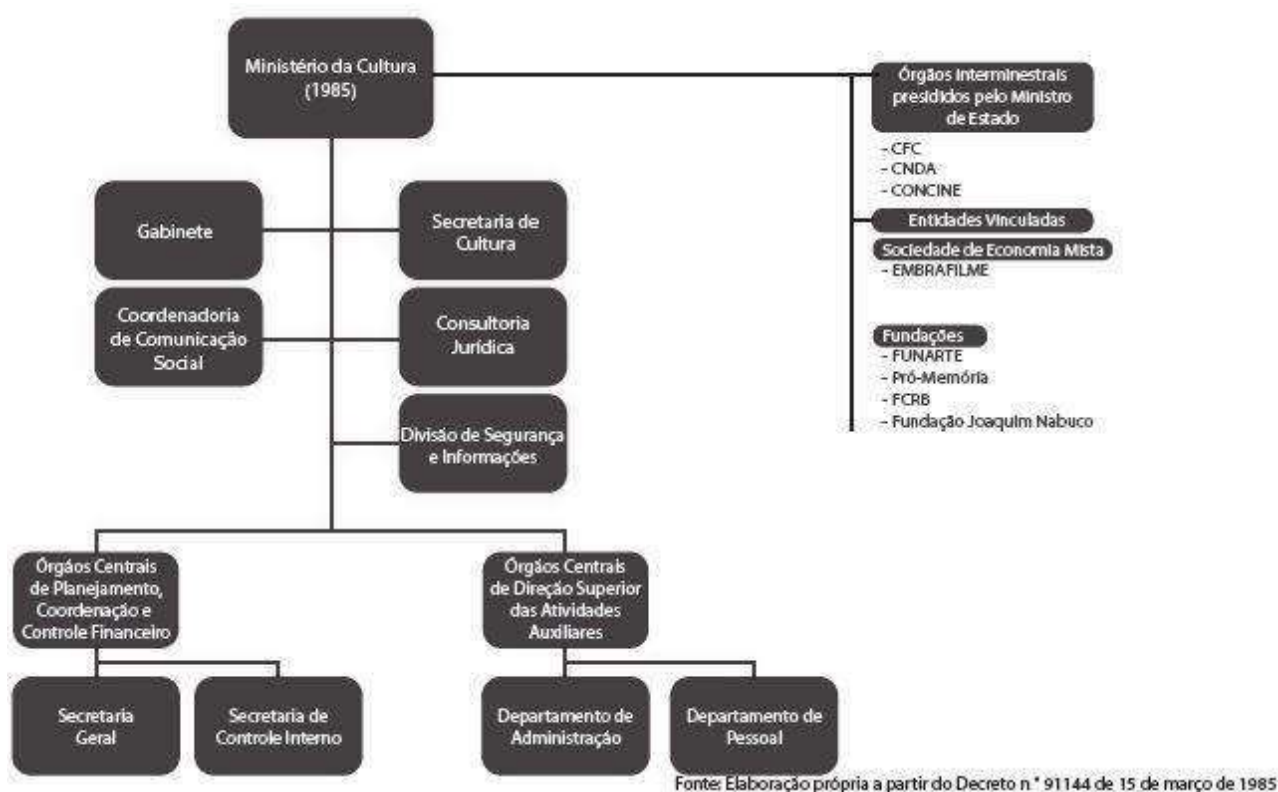
Uma das posições defendidas pelo Fórum de Secretários de Cultura era a criação do Ministério da Cultura, tema sem apoio por parte dos funcionários e dos técnicos da área de cultura no MEC, que temiam pela fragilidade da área. A problemática da criação de um ministério específico para a cultura havia sido muito debatida e defendida pelo Conselho Federal de Cultura na década de 1970, que também incentivava os estados e municípios a criarem estruturas autônomas (CALABRE, 2009, p. 99).

Mesmo sem pensamentos harmônicos que ajudassem na consolidação da sua estrutura, o Ministério da Cultura foi criado na gestão de José Sarney pelo decreto nº 91.144, de 15 de março de 1985. Os argumentos presentes no decreto de criação do órgão que foi desmembrado do Ministério da Educação foram: 1) a incapacidade do Ministério da Educação e Cultura (MEC) suprir exigências de dois campos; 2) a necessidade de métodos, técnicas e instrumentos diversificados de reflexão e administração diferenciados para os dois campos 3) a ausência de uma política de cultura mais consistente, uma vez que problemática educacional sempre foi prioritária no MEC e 4) a necessidade de uma política nacional de cultura considerando o desenvolvimento alcançado pelo país (BRASIL, 1985).

Ainda de acordo com decreto de criação, o Ministério da Cultura tinha como áreas de competência: letras, artes, folclore e outras formas de expressão da cultura nacional, patrimônio histórico, arqueológico, artístico e cultural. Sua estrutura organizacional foi estabelecida a partir da aglutinação de órgãos criados e que estavam subordinados ao Ministério da Educação e Cultura.

Na imagem abaixo é possível visualizar a estrutura organizacional do Ministério da Cultura no ano de 1985:

Figura 1 Organograma do Ministério da Cultura (1985)



2.2.4 Instabilidades: o vai e vem do Ministério da Cultura

O período que se sucede o de grandes intervenções foi traduzido no Brasil pela ideologia presente no neoliberalismo que fez com que o Estado tivesse seu “papel questionado e sua possibilidade de ação retraída” (DOMINGUES, 2008). Esse modelo econômico de gestão assentado no argumento que as empresas estatais eram improdutivas, davam prejuízo, estavam endividadas, funcionavam como cabides de emprego, se constituíam como um canal propício à corrupção e sobreviviam somente devido aos subsídios governamentais possibilitou a abertura do monopólio do Estado para uma série de privatizações¹⁶ e concessões públicas para a exploração privada.

A vida institucional do Ministério da Cultura criado em 1985 não durou muito. Com a ascensão de Fernando Collor de Mello foi editada uma medida provisória nº 150, de 15 de março de 1990, posteriormente transformada na lei nº 8.028 de 12 de abril de 1990, que extinguiu o Ministério da Cultura e criou uma Secretaria de Cultura que

¹⁶ Privatizações foram autorizadas por exemplo com a lei nº 8.029/1990 que em seu artigo 4º autoriza o Poder Executivo a dissolver ou a privatizar entidades. No caso da cultura, esse artigo possibilita a extinção da Distribuidora de Filmes S.A. – EMBRAFILME (BRASIL, 1990b).

juntamente com outras secretarias, a saber: Secretaria da Ciência e Tecnologia; Secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Desenvolvimento Regional; Secretaria dos Desportos; Secretaria da Administração Federal; e a Secretaria de Assuntos Estratégicos formavam o conjunto de órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente da República.

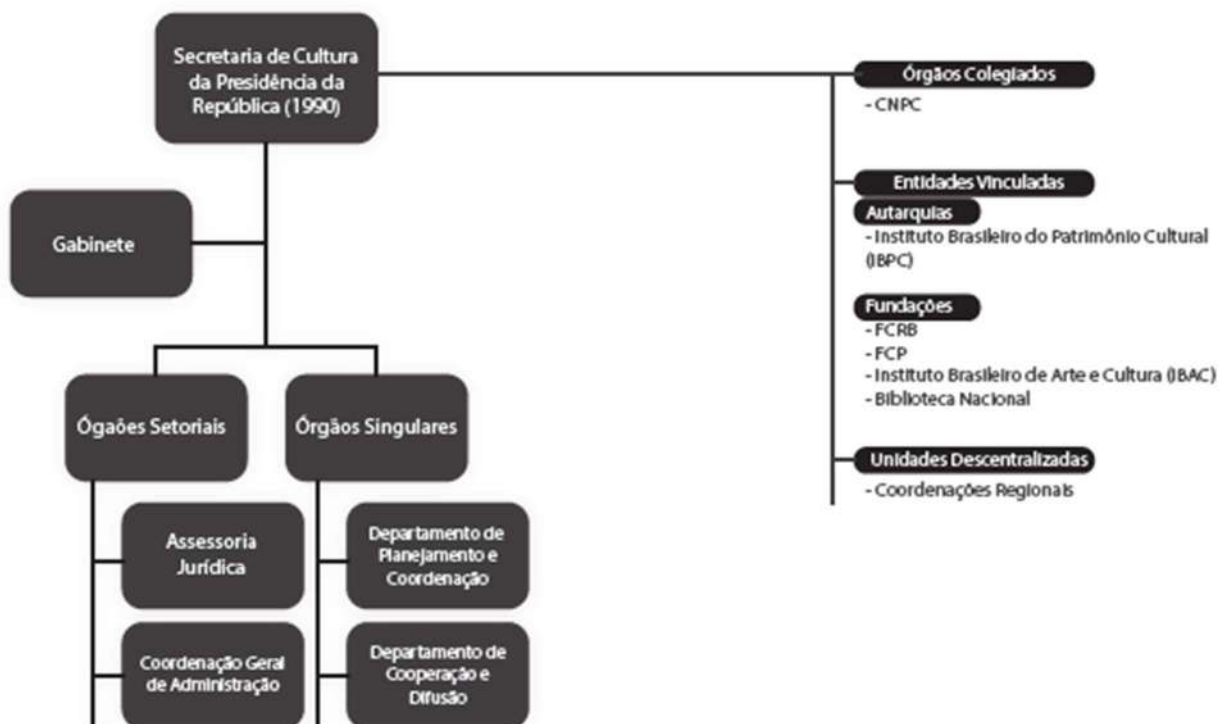
A Secretaria criada por Collor possuía como estrutura básica: Conselho Nacional de Política Cultural; Departamento de Planejamento e Coordenação e Departamento de Cooperação e Difusão. De acordo com a lei nº8.028 era finalidade do órgão de cultura:

planejar, coordenar e supervisionar a formulação e a execução da política cultural em âmbito nacional, de forma a garantir o exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura; apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais, promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro (BRASIL, 1990a).

A lei nº 8.029 de abril do mesmo ano, extinguiu uma série de entidades da administração pública federal. Dentre elas, a Fundação Nacional das Artes - FUNARTE; a Fundação Nacional de Artes Cênicas - FUNDACEN; a Fundação do Cinema Brasileiro - FCB; a Fundação Nacional Pró-Memória - PRÓ-MEMÓRIA; a Fundação Nacional Pró-Leitura - PRÓ-LEITURA. E, no mesmo ato, criou: 1) o Instituto Brasileiro da Arte e Cultura – IBAC que aglutinou o acervo, as receitas e dotações orçamentárias, bem como os direitos e obrigações da FUNARTE, da FUNDACEN e da FCB; 2) o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC que substituiu a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN a agrupou as responsabilidades e dotação da fundação PRÓ-MEMÓRIA; 3) a Biblioteca Nacional que acolheu a Fundação Pró-Leitura (BRASIL, 1990b).

A estrutura regimental da Secretaria criada pela medida provisória foi regulamentada em outubro daquele ano, como pode ser verificado na imagem abaixo, integravam essa estrutura: o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) enquanto autarquia e quatro fundações: Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB); Fundação Cultural Palmares (FCP); Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (IBAC); e a Biblioteca Nacional (BN).

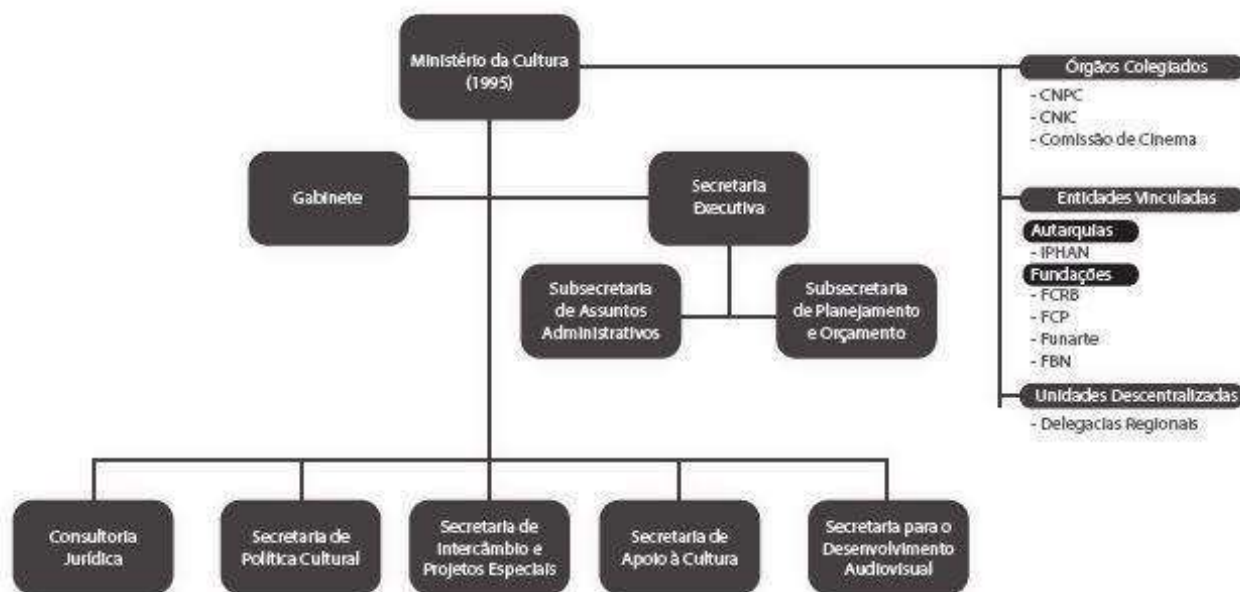
Figura 2 Organograma da Secretaria de Cultura (1990)



Fonte: Elaboração própria a partir do Decreto nº 99600 de 13 de outubro de 1990

O Ministério da Cultura é recriado pela lei nº 8.490 no governo de Itamar Franco com as seguintes atribuições: a) planejamento, coordenação e supervisão das atividades culturais; b) formulação e execução da política cultural; e c) proteção do patrimônio histórico e cultural brasileiro. A estrutura básica de gestão do MinC do governo Itamar ficou composta: a) pelo Conselho Nacional de Política Cultural; b) pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura; c) pela Comissão de Cinema; d) pela Secretaria de Informações, Estudos e Planejamento; e) pela Secretaria de Intercâmbio e Projetos Especiais; f) pela Secretaria de Apoio à Cultura; e g) pela Secretaria para o Desenvolvimento Audiovisual (BRASIL, 1992).

Figura 3 Organograma do Ministério da Cultura (1995)



Fonte: Elaboração própria a partir do Decreto n.º 1673 de 11 de outubro de 1995

Mesmo com a recriação do Ministério da Cultura, a grande instabilidade que se destacou neste período foram as sucessões de dirigentes do órgão de cultura. Durante a gestão de Itamar (1992-1994), passaram pelo ministério três dirigentes: Antônio Houaiss (1992-1993), José Jerônimo Moscardo (1993); e Luiz Roberto do Nascimento e Silva (1993 - 1994) (CALABRE, 2009).

2.2.5 A estabilidade de um gestor por oito anos

Na contramão da diagnosticada instabilidade de gestores vivida pelo Ministério da Cultura nas gestões Sarney, Collor e Itamar, Francisco Weffort esteve à frente do MinC durante os oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Na percepção de Paula Félix dos Reis (2010), faltou uma visão estratégica do papel do Estado para a cultura e uma sociedade mobilizada e participante.

Para o pouco envolvimento da gestão de Weffort, podemos supor uma série de hipóteses. A primeira delas, talvez a principal, relaciona-se à redução das responsabilidades do Estado, em um período influenciado pelas prerrogativas neoliberais assumidas pelo então presidente FHC.

A ideia de Estado mínimo estava presente em todos os campos do governo, inclusive no setor cultural (REIS, 2010, p. 53).

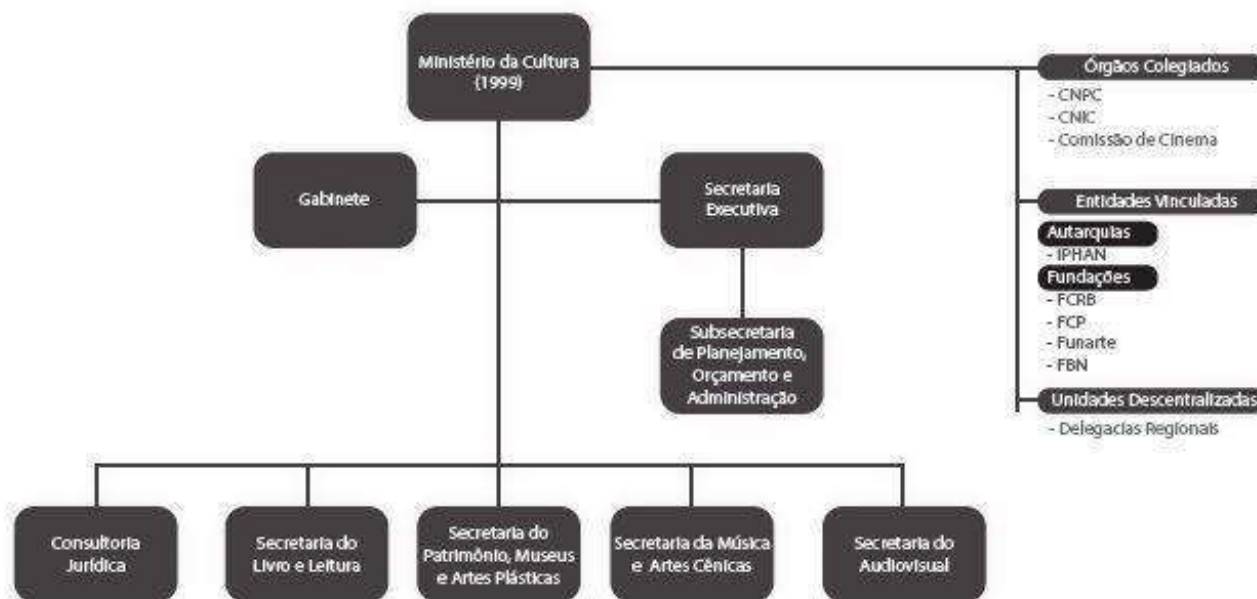
Os dois governos de FHC foram responsáveis pelo fortalecimento das leis de incentivo fiscal, como a política cultural por parte do Estado brasileiro. Além de praticamente reduzir o papel do Estado a mero repassador de recursos, as leis de incentivo, em geral, beneficiam produtos culturais com maior caráter de entretenimento e apelo mercadológico, deixando à deriva manifestações culturais tradicionais, experimentais e outras sem perfil vendável. Conforme observa Alexandre Barbalho:

A longa gestão de Francisco Weffort como ministro da cultura no período da presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) se possibilitou uma certa estabilidade às ações do governo federal, estas foram marcadas, paradoxalmente, por uma espécie de retirada do poder público posto que grande parte do que foi executado se deu por meio de leis de incentivo à cultura, a Lei Rouanet e a do Audiovisual, que transferem à decisão de quanto e onde investir aos departamentos de marketing ou, na melhor das hipóteses, ao gestor cultural das empresas (BARBALHO, 2014a, p. 189).

Com isso percebe-se que na cultura, a predominância do discurso neoliberal resultou na diminuição das atividades estatais e, como consequência foi cada vez mais deslocada da esfera de influência do governo através do argumento de que era preciso garantir a liberdade artística. Para assegurar a liberdade era necessário desvincular-se integralmente da influência do governo para fortalecer as indústrias culturais. Resultado desses investimentos, a ideia “Cultura é um bom negócio” incrementou o uso das leis de incentivo.

Apesar da continuidade do órgão de gestão com *status* de organismo autônomo, ou seja, sem vinculação com outras pastas e da estabilidade do gestor, ao longo da gestão Weffort a estrutura organizacional do MinC foi modificada algumas vezes. A última e mais radical dessas mudanças, criou, a partir da reestruturação organizativa do MinC, organismos que sombreavam as linhas de atuação de instituições vinculadas ao ministério. Essa observação fica visível no organograma elaborado a partir de decreto nº 3049 de 06 de maio de 1999.

Figura 4 Organograma do Ministério da Cultura (1999)



Fonte: Elaboração própria a partir do Decreto n.º 3049 de 6 de maio de 1999

Este decreto criou uma Secretaria do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas que tinha competências similares às do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e deveria inclusive formular políticas das áreas de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas tendo o IPHAN como parceiro (BRASIL, 1999). Criou ainda a Secretaria da Música e Artes Cênicas que deveria formular políticas para áreas das artes e que acabava por sobrepor, em partes, a ação da Fundação Nacional das Artes. Além da Secretaria do Livro e Leitura que tinha dentre suas funções a formulação das políticas do livro, da sua distribuição, da leitura, da biblioteca, de seu impacto econômico e de sua relação com o desenvolvimento social e nacional (BRASIL, 1999) quando já existia a Fundação Biblioteca Nacional.

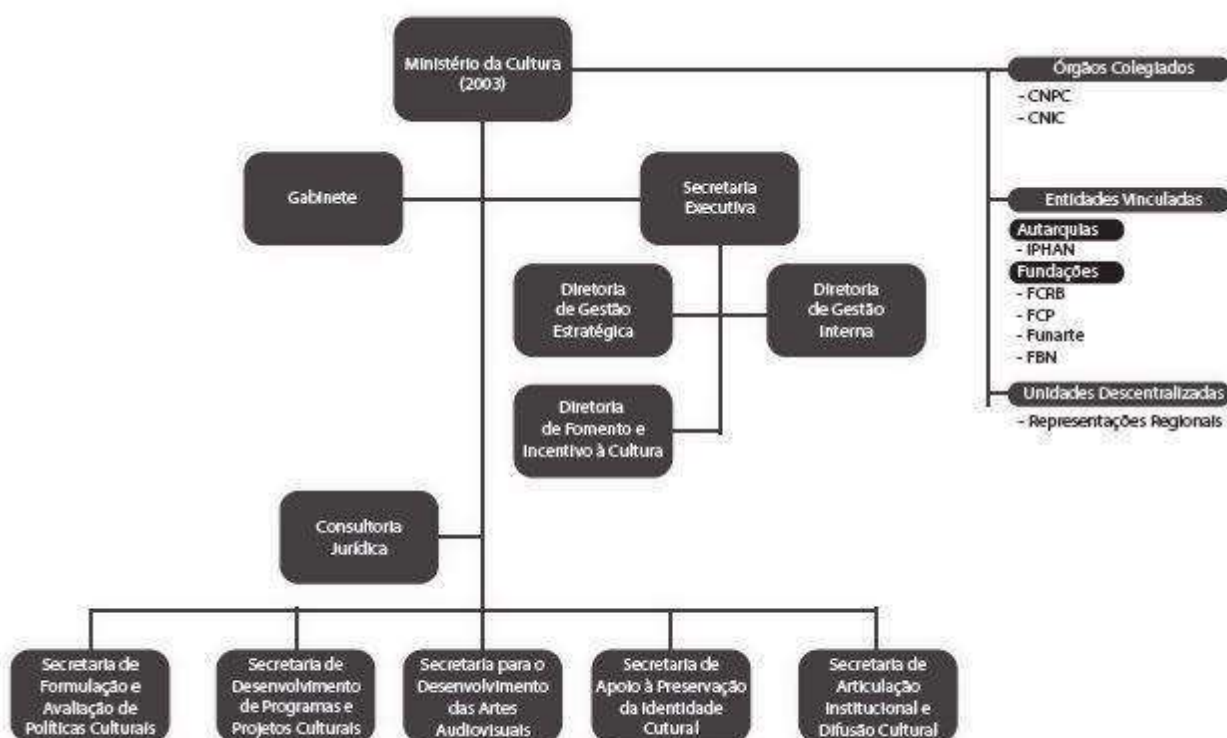
2.2.6 O Governo Lula

Após o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), quando a gestão do ministro Francisco Weffort tratava a cultura prioritariamente pela dimensão de negócio, Gilberto Gil – primeiro ministro de cultura do governo Lula – assume como diretriz adotar um

conceito ampliado de cultura. Este permite que o MinC deixe de estar restrito à cultura erudita, belas artes e patrimônio (material) e expanda seus horizontes para outras modalidades de cultura: populares; afro-brasileiras; indígenas; de gênero; de orientações sexuais; das periferias etc. Conforme já apresentado ao longo dessa dissertação, pode-se afirmar que as políticas culturais no Brasil começaram a passar por mudanças ao assumirem como diretriz dar conta da diversidade cultural brasileira.

Essa mudança de concepção se reflete inclusive na estrutura organizacional que indica uma reestruturação do Ministério da Cultura. Se, na gestão FHC a estrutura centralizada do MinC criou organismos que tinham atribuições semelhantes às das instituições vinculadas, a proposta organizacional que inaugura o governo Lula procura estar dissociado dessa lógica.

Figura 5 Organograma do Ministério da Cultura (2003)

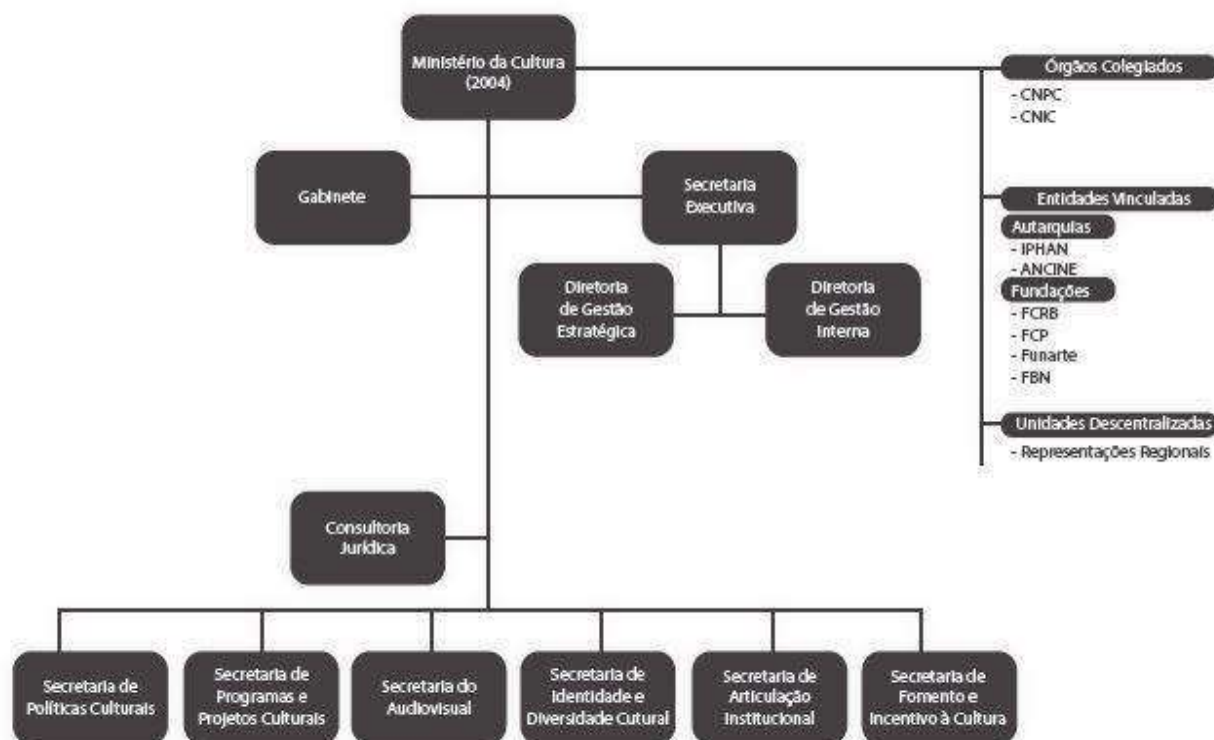


Fonte: Elaboração própria a partir do Decreto n° 4805 de 12 de agosto de 2003

Como pode ser verificado no organograma acima, o Ministério ganha uma secretaria a mais em relação ao período anterior e, a única que se mantém é a cuja atribuição se liga às políticas para o audiovisual. Porém, aparece nesse organograma uma Secretaria que se dedica à preservação da identidade cultural que logo no ano seguinte se

aprimora e incorpora o conceito de diversidade, como pode ser verificado no organograma abaixo:

Figura 6 Organograma do Ministério da Cultura (2004)



Fonte: Elaboração própria a partir do Decreto n.º 5036 de 7 de abril de 2004.

No governo Lula, se fortalece no Brasil uma nova compreensão da cultura, para além das linguagens artísticas, onde ela é vista nas dimensões simbólica, cidadã e econômica. As políticas públicas de cultura passam a ser pensadas e formuladas a partir dessa concepção, buscando incorporar os novos valores e responder às novas demandas da sociedade.

O protagonismo assumido pelo MinC no governo Lula não fica restrito aos limites territoriais brasileiros, conforme observa Roberto Peixe:

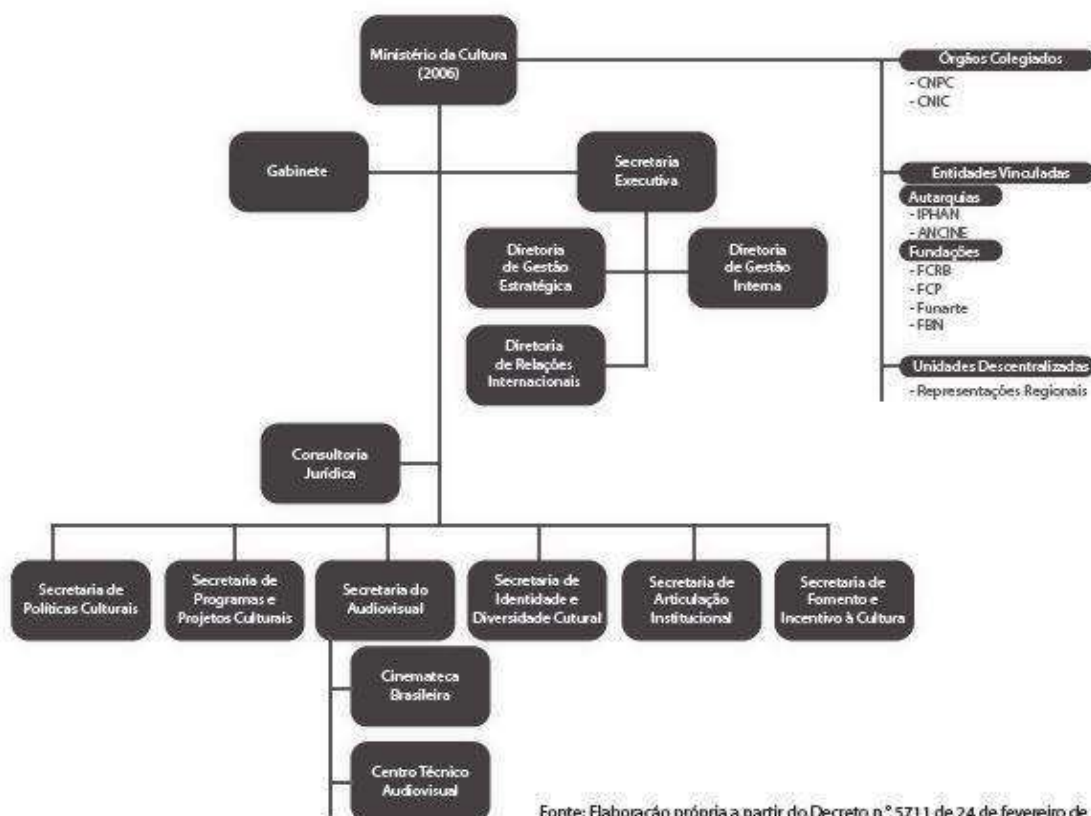
o país passa a ter um importante protagonismo na cena cultural global, sendo um dos países responsáveis pela formulação e aprovação por fóruns internacionais dos dois mais importantes documentos sobre política cultural deste início de século: a Agenda 21 da Cultura (IV Fórum de Autoridades Locais pela Inclusão Social de Porto Alegre, no marco do primeiro Fórum Universal das Culturas, Barcelona, maio

de 2004) e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (33ª reunião da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, Paris, outubro de 2005) (PEIXE, 2013).

Em sintonia com o que estava previsto no plano de gestão do governo Lula, alguns canais de participação – que superam o direito de exercer o pleito eleitoral – são abertos pelo MinC. São exemplos: em 2003 são realizados os seminários “Cultura para todos”, a partir de 2004 a instalação de Câmaras Setoriais (dança, música, teatro etc), em 2007 a ativação do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), além dos “Diálogos Culturais”, da realização das conferências nacionais e da instalação de uma ouvidoria do MinC.

A interlocução com a sociedade concretizou-se através de uma assumida opção pela construção de políticas públicas. Elas emergem como marca significativa das gestões ministeriais de Gil e Juca. Proliferaram encontros; seminários; câmaras setoriais; conferências, inclusive culminando com as conferências nacionais de cultura de 2005 e 2010. Através destes dispositivos, a sociedade pôde participar da discussão e influir na deliberação acerca dos projetos e programas e, por conseguinte, construir, em conjunto com o Estado, políticas públicas de Cultura (RUBIM, 2010, p. 14).

Figura 7 Organograma do Ministério da Cultura (2006)



Como reflexo dessa visibilidade do Ministério da Cultura para além do próprio país e a repercussão internacional de políticas culturais importantes, em 2006, uma reestruturação organizacional inclui na Secretaria Executiva do Ministério, responsável por dar assistência direta ao Ministro de Cultura, uma Diretoria de Relações Internacionais. Antes, uma das atribuições da Secretaria de Articulação Institucional. Além disso, a Secretaria do Audiovisual ganha duas novas divisões: a Cinemateca Brasileira e o Centro Técnico Audiovisual.

A opção por dialogar com a comunidade cultural brasileira também está expressa em decretos que cuidam da estruturação do ministério. Desde 2003, por exemplo, a criação da Secretaria de Articulação Institucional e Difusão Cultural, posteriormente apenas de Articulação Institucional (SAI), possuía dentre as suas atribuições “coordenar a implementação dos Fóruns de Política Cultural, responsáveis pela articulação entre o Ministério e a comunidade cultural” (BRASIL, 2003). Mas o que necessita ser observado também é a complexa divisão de responsabilidades entre a Secretaria de Articulação Institucional e a Secretaria de Políticas Culturais (SPC). O Sistema Nacional de Cultura (SNC), por exemplo, aparece como atribuição da SAI, porém, o Plano Nacional de Cultura (PNC), mesmo sendo parte do SNC é responsabilidade da Secretaria Executiva e/ou da SPC. Em nenhum dos decretos que tratam da estrutura organizacional a elaboração ou coordenação do PNC possui vinculação expressa com a SAI que cuida dos demais elementos do SNC, inclusive da realização de conferências.

De toda forma com a escolha por um modelo de gestão consultiva/dialógica, o elemento participação da sociedade civil começa a ser sedimentado nas políticas de cultura. Na lei nº 12.343/2010, que institui o Plano Nacional de Cultura, por exemplo, consta como atribuição do poder público “organizar instâncias consultivas e de participação da sociedade para contribuir na formulação e debater estratégias de execução das políticas públicas de cultura” (BRASIL, 2010a).

É pertinente destacar que para uma democracia ser entendida como substantiva é fundamental, conforme avalia o professor Albino Rubim, que ela extrapole os ritos estabelecidos pela democracia formal. Uma democracia substantiva deve ter além dos ritos – que tem como ícone a realização de eleições periódicas, quando a população é convocada a escolher quem estará embutido dos poderes políticos – a efetiva mudança das condições de vida dos cidadãos. Tais transformações estão relacionadas com a articulação entre democracia, desenvolvimento e enfrentamento da desigualdade social (RUBIM, 2014b). Infelizmente, os limites da recente democracia brasileira, ainda estão

sujeitos a condições insuficientes de inclusão, sem as garantias de cidadania que permitam a participação ativa na formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas.

Partindo dessas considerações, devemos ainda ponderar que processos de transição de regimes políticos vivenciados no Brasil podem ser caracterizados como uma “transição pelo alto”. Foi assim, por exemplo, na passagem do Brasil Colônia para o Brasil Império quando a independência foi proclamada sem a participação popular o que refletiu interesses da elite e culminou com a manutenção do poder já estabelecido ao se coroar D. Pedro I imperador do Brasil. Da mesma forma a ditadura civil-militar foi suplantada passando por uma transição sob tutela militar no governo Sarney. Ou seja, o processo de distensão/abertura ou transição política teve, mesmo considerando as pressões da sociedade civil, militares como protagonistas. Numa síntese do que avalia Rubim, os processos de transição brasileiros são, portanto, altamente limitados.

A instalação formal da democracia no período posterior à ditadura militar se realizou através de mais uma “transição pelo alto”, sem uma ruptura plena com o autoritarismo vigente na sociedade brasileira. Aliás, transições pelo alto são constantes em nossa história. Esta alternativa implicou na implantação de uma **democracia limitada**, sem que ela tenha representado aprofundamento da democracia, mudança mais substancial na vida da maioria de nossa população e enfrentamento da perversa estrutura social brasileira, sempre carregada de desigualdades e exclusões sociais (RUBIM, 2014b, p. 40 grifo nosso).

Fica expressa na questão elaborada pelo autor “Como pensar uma democracia substantiva sem uma cidadania plena e ativa, uma sociedade civil organizada atuante e novas práticas políticas de democracia representativa e direta? ” (RUBIM, 2014b, p. 42) a ausência de conexão do modelo político em vigor com o compromisso de torná-lo efetivo. Mas, pode-se considerar que algumas iniciativas do governo Lula demonstram uma tentativa de aprofundamento da democracia: a) a criação de programas sociais a exemplo do bolsa família que procuram enfrentar as condições de miséria em que vivia parte da população brasileira resultando na promoção de uma inclusão social acelerada e real; b) o aprofundamento das ações afirmativas, a exemplo das cotas sócio raciais para universidades, que auxiliam para a redução das desigualdades; c) o aumento gradativo do salário mínimo e d) o compartilhamento do poder político através da abertura para participação em processos de elaboração de políticas públicas.

Contribuíram para uma maior institucionalidade da cultura, neste período, além dos mecanismos de participação, a realização de reformas administrativas que buscaram

reduzir zonas de sombreamento das políticas; realização de concurso público para o Ministério da Cultura o que permitiu ampliar o corpo técnico de gestão das políticas (RUBIM, 2015b).

Mas algumas políticas e proposições protagonizadas pelo Ministério da Cultura acenam para missão de institucionalizar as políticas culturais para além do âmbito federal. O discurso em diversos momentos é em prol da criação de verdadeiras políticas de estado que consigam não sofrer tantas instabilidades (BARBALHO, 2014b).

(...) o Estado não deve deixar de agir. Não deve optar pela omissão. Não deve atirar fora de seus ombros a responsabilidade pela formulação e execução de políticas públicas, apostando todas as suas fichas em mecanismos fiscais e assim entregando a política cultural aos ventos, aos sabores e aos caprichos do deus-mercado. (...). Logo, não se trata somente de expressar, refletir, espelhar. As políticas públicas para a cultura devem ser encaradas, também, como intervenções, como estradas reais e vicinais, como caminhos necessários, como atalhos urgentes. Em suma, como intervenções criativas no campo do real histórico e social. Daí que a política cultural deste ministério, a política cultural do Governo Lula a partir deste momento, deste instante, passa a ser vista como parte do projeto geral de construção de uma nova hegemonia em nosso país (GIL, 2003b).

Pensando as iniciativas fundamentais a esse esforço de institucionalização, durante o governo Lula podemos destacar: realização de Conferências Nacionais de Cultura; elaboração do Plano Nacional de Cultura; reativação e redefinição do Conselho Nacional de Política Cultural e criação do Sistema Federal de Cultura (RUBIM, 2011; 2010). Na sequência, trataremos do papel desses elementos na missão de fortalecer uma institucionalidade para a gestão pública da cultura.

2.2.6.1 Ações de destaque para a institucionalidade da cultura

O Sistema Nacional de Cultura

O Sistema Nacional de Cultura configura-se como um importante instrumento de gestão de políticas públicas. Um dos grandes desafios das políticas públicas de cultura é a proposição e formulação de políticas de longo prazo, ou seja, políticas de estado que não podem ser dissolvidas ao sabor das mudanças eleitorais, somado a este desafio o de fragmentar responsabilidades entre os entes federados.

No entanto, historicamente não existe uma divisão clara das responsabilidades com as políticas para a cultura como ocorre com outros campos como educação e saúde.

As políticas educacionais, por exemplo, têm estabelecidas a responsabilidade pela educação básica como sendo dos municípios, o ensino médio como atribuições dos estados e o ensino superior como incumbência do governo federal. No que tange às políticas de saúde, há um outro modelo de atuação/divisão de responsabilidades. O Ministério da Saúde formula políticas nacionais de saúde, mas não realiza as ações. Sua função é planejar, elaborar normas, avaliar e utilizar instrumentos para o controle do SUS. Os estados devem aplicar recursos próprios na saúde além dos repassados pela União. Eles coordenam e planejam o SUS em nível estadual, respeitando a normatização federal. Já os municípios são a principal instância de execução das ações e serviços da política de saúde. Eles além de aplicar recursos nacionais e estaduais e de serem parceiros na implantação das políticas desenvolvidas nos demais entes podem ainda elaborar políticas de saúde próprias e, estabelecer parcerias com outros municípios para garantir o atendimento pleno de sua população (BRASIL, 2018)¹⁷.

De acordo com o Secretário de Articulação Institucional do Ministério da Cultura entre os anos 2009 e 2013, Roberto Peixe,

(...) os maiores desafios que hoje se apresentam são, de um lado, assegurar a continuidade das políticas públicas de cultura como políticas de Estado, com o nível cada vez mais elevado de participação e controle social. E, de outro, viabilizar estruturas organizacionais e recursos financeiros e humanos, em todos os níveis de governo, compatíveis com a importância da cultura para o desenvolvimento do país (PEIXE, 2011, p. 14).

Com objetivo de formular e implementar políticas de cultura democráticas, duradouras e pactuadas com a sociedade civil - o que segundo Albino Rubim, as torna políticas efetivamente públicas, pois “somente políticas submetidas ao debate e crivo públicos podem ser consideradas substantivamente políticas públicas” (RUBIM, 2007a, p. 151) - o sistema, ao exigir a criação de mecanismos mínimos para o seu funcionamento nos estados e municípios do país (órgão gestor específico, conselho, plano e fundo de cultura), possibilita algum grau de efetividade das políticas culturais que seja independente do governo vigente (BARBALHO; BARROS; CALABRE, 2013).

São elementos do Sistema Nacional de Cultura: 1) órgãos gestores de cultura; 2) conselhos de políticas culturais; 3) conferências de cultura; 4) planos de cultura; 5)

¹⁷ <http://portalms.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude/responsabilidade-dos-entes>

sistema de financiamento à cultura; 6) Comissão intergestores (bipartite e tripartite); 7) sistema de informações e indicadores culturais; 8) programa de formação na área da cultura.

De acordo com o Ministério da Cultura, a implementação do Sistema Nacional de Cultura deve seguir os procedimentos comuns a toda política pública, ao que se costuma caracterizar como “ciclo das políticas públicas”.

Em termos de institucionalização, o SNC conseguiu um precioso avanço, pela ação do governo Dilma Rousseff, através da atuação da ministra Marta Suplicy ao garantir a inclusão do artigo, 216A à Constituição Federal através da emenda constitucional nº 71, de 2012, que resguarda garantia jurídica. Por este artigo acrescido à Constituição:

Art. 216-A O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento - humano, social e econômico - com pleno exercício dos direitos culturais (BRASIL, 2012).

As Conferências de Cultura e o Plano Nacional de Cultura, apesar de serem elementos que compõem o Sistema Nacional de Cultura, estão destacados a seguir pela sua importância peculiar para a institucionalização, uma vez que se tratam de elementos que estão diretamente relacionados a participação e deliberação públicas e por serem instrumentos de planejamento de políticas públicas de longo prazo.

As conferências nacionais de cultura

Conforme apurado por Adélia Zimbrão, tendo como referência Pogrebinski e Santos (2011 apud Zimbrão, 2013), apesar de se ter como registro inaugural do processo realização de conferências no Brasil o ano de 1941, é no governo Lula que se percebe um aumento da frequência, da abrangência e da amplitude dessas consultas. Essa inovação na forma como lidar com esse mecanismo de participação envolve garantias legais, diversidade de temas em diálogo e adesão gradativa da sociedade nos processos de participação e consulta (ZIMBRÃO, 2013).

As conferências são espaços de exercício da democracia participativa direta e importante momento de discussões, debates e formulação de propostas que deverão embasar as políticas públicas. Componente obrigatório do SNC, as conferências de cultura são espaços de debate e proposição de políticas, programas e ações para o campo

da cultura, por representantes do poder público, da sociedade civil, das comunidades culturais, artistas, produtores, agentes e articuladores culturais. São amplos espaços de participação, onde representantes do poder público e da sociedade discutem e apresentam propostas para o fortalecimento e adequação de políticas públicas específicas, agrupando reflexões e contribuições nos âmbitos local, estadual e nacional (CANEDO, 2008).

A Conferência Nacional de Cultura (CNC) é o principal espaço de participação da sociedade na construção e aperfeiçoamento de políticas públicas de cultura e tem dentre suas características: a) a realização quadrienal; b) o envolvimento das três esferas da federação – com etapas que devem ser iniciadas nos municípios, passando pelo crivo das discussões, elaborações e filtros em âmbito estadual e, por fim, culminando com a realização da etapa nacional.

A Conferência Nacional de Cultura será constituída por representantes da sociedade civil indicados em Conferências Estaduais, na Conferência Distrital, em Conferências Municipais ou Intermunicipais de Cultura e em Pré-Conferências Setoriais de Cultura, e do Poder Público dos entes federados, em observância ao disposto no regimento próprio da conferência, a ser aprovado pelo Plenário do CNPC (BRASIL, 2005).

Por esta metodologia de trabalho, propostas priorizadas na etapa nacional são elaboradas inicialmente em âmbito municipal, passando por etapas intermunicipais e/ou territoriais e estaduais. Em geral, chegam até a Conferência Nacional propostas que têm mais força, aderência ou apelo sociocultural. Ao todo, foram realizadas no Brasil três conferências nacionais de cultura, a primeira, em 2005, propunha pensar “Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura”; a segunda, realizada em 2010, teve como centro das discussões “Cultura, Diversidade, Cidadania e Desenvolvimento” e a terceira, em 2013, no governo Dilma Rousseff, cujo objetivo foi discutir a implementação do “Sistema Nacional de Cultura (SNC) ”.

A despeito da ressalva de que conferências são - com exceção das conferências livres - planejadas, regulamentadas e convocadas pelo poder público e que “os participantes, apesar de levarem suas demandas e serem ouvidos, aderem a uma pauta que já se encontra preestabelecida” é necessário ratificar a importância e a legitimidade das conferências uma vez que elas podem ser um estímulo para fomentar a criação de outros espaços de articulação e deliberação auxiliando assim para o aprofundamento da democracia (ARAGÃO, 2013a).

Nas conferências de cultura realizadas no governo Lula, a Lei Cultura Viva, foi amplamente reivindicada pelos setores culturais, apontada, inclusive, como ação prioritária. Na II CNC por exemplo, das 32 propostas priorizadas, três faziam referência ao Cultura Viva (ROCHA, 2011, p. 75). Dentre elas, duas propostas reivindicavam uma maior institucionalidade para o Programa no seu viés normativo:

83 - Criar marco regulatório (Lei Cultura Viva) que garanta que os Pontos de Cultura se tornem política de Estado garantindo a ampliação no número de Pontos contemplando ao menos um em cada município brasileiro e Distrito Federal, priorizando populações em situação de vulnerabilidade social de modo a fortalecer a rede nacional dos Pontos de Cultura.

308 - Defender a aprovação do Programa Cultura Viva e o Programa Mais Cultura no âmbito da proposta de consolidação das leis sociais como políticas públicas de Estado, com dotação orçamentária prevista em lei e mecanismo público de controle e gestão compartilhada com a sociedade civil (BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010).

Infelizmente, deve-se registrar que sem a participação ativa da comunidade cultural toda estrutura construída em debates, ainda nos dias de hoje, pode sofrer grande influência política. Um exemplo disso é o atual descumprimento da Meta 49 estabelecida no Plano Nacional de Cultura que trata da realização de Conferências. Por esta meta, em 2017 deveria ser realizada a IV Conferência Nacional de Cultura. No entanto, estamos no segundo semestre de 2018 e o que temos é um Ministério sem perspectiva de comandar um processo de participação e jogado ao descaso das políticas do governo Michel Temer.

O Plano Nacional de Cultura

A aprovação de um plano plurianual para a Cultura num país marcado pela instabilidade de suas políticas culturais constitui-se como um precioso avanço. Um plano proposto para dez anos, supera períodos governamentais e contribui para uma política de Estado. A Lei nº 12.343 de 2010 que institui o Plano Nacional de Cultura (PNC) é estruturalmente composto por 36 estratégias, 274 ações e 53 metas. Ele faz parte do Sistema Nacional de Cultura e é considerado o norteador da política cultural nacional. Cabe destacar que ele foi construído com base em discussões ocorridas nas conferências municipais, estaduais e nacionais de cultura e consolidadas no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). Dessa forma, pode-se dizer que “(...) o PNC reflete anseios e demandas de todo o país, com respaldo do poder público e da sociedade civil” (BRASIL, 2013, p.08).

Em conformidade com os discursos que norteiam a política de cultura da gestão

dos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira, “o Plano reafirma uma concepção ampliada de cultura, entendida como fenômeno social e humano de múltiplos sentidos. Ela deve ser considerada em toda a sua extensão antropológica, social, produtiva, econômica, simbólica e estética” (BRASIL, 2010b). E, “as metas [do PNC] refletem uma concepção de cultura que tem norteado as políticas, os programas, as ações e os projetos desenvolvidos pelo Ministério da Cultura (MinC). Essa concepção compreende uma perspectiva ampliada da cultura, na qual se articulam três dimensões: a simbólica, a cidadã e a econômica” (BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2013a).

Pelo PNC “aos governos e suas instituições cabem a formulação de políticas públicas, diretrizes e critérios, o planejamento, a implementação, o acompanhamento, a avaliação, o monitoramento e a fiscalização das ações, projetos e programas na área cultural, em diálogo com a sociedade civil” (BRASIL, 2010). Observadas essas atribuições pode-se afirmar que estão contempladas as fases do proposto pelo *Ciclo das Políticas Públicas* que englobam: 1. Percepção e definição do problema e agendamento (agenda-setting); 2. Formulação de programas e decisão; 3. Implementação de políticas; 4. Monitoramento e avaliação.

Dentre os objetivos do PNC é pertinente destacar aquele que afirma a necessidade de “consolidar processos de consulta e participação da sociedade na formulação das políticas culturais”. Este objetivo vai de encontro à tradição das políticas culturais brasileiras, o *autoritarismo*, e reforça a condição de se propor e elaborar políticas públicas de cultura em ambiente democrático.

Os processos de participação social na elaboração das políticas públicas contarão com ferramentas sociais na internet que permitirão um diálogo mais próximo entre a sociedade civil e os gestores públicos. Tais ferramentas concretizarão o conceito de governança colaborativa proposto para que a sociedade possa acompanhar e participar diretamente da realização do Plano Nacional de Cultura e garantir a transparência pública com acesso livre às informações (BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2013a, p. 21).

Além da afirmação de que durante a realização do Plano, os cidadãos poderão apontar suas expectativas e encaminhar suas demandas. Assumindo corresponsabilidades nas tomadas de decisão, na implementação e avaliação de diretrizes, nos programas e nas ações culturais. Fato que dialoga como a potência de se propor políticas culturais em ambientes democráticos, uma vez que a participação acontece, ou é preconizada, para além do momento da concepção da política.

Na perspectiva de se pensar o papel do Estado (seja ele nacional, estadual ou municipal) cabe observar que o Sistema se institui enquanto o principal articulador federativo do Plano Nacional de Cultura, mas também da própria “virada” para a possibilidade de existirem, no Brasil, políticas de cultura com pensamento federativo. Na afirmação de alguns pesquisadores, “os governos Lula, tanto nas administrações de Gilberto Gil, quanto de Juca Ferreira, à frente do Ministério da Cultura (MinC), implementaram uma série de políticas, programas e ações que visaram estabelecer, pela primeira vez no Brasil, um pacto federalista no campo cultural (...)” (BARBALHO, BARROS, CALABRE, 2013).

2.2.7 Mulheres no comando: a primeira gestão de Dilma Rousseff

Depois dos mandatos do ex-presidente Lula (2003 – 2010), com a eleição presidencial de 2010 o Partido dos Trabalhadores consegue eleger uma sucessora ao cargo máximo da política brasileira. A primeira mulher presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff. Com essa eleição, as expectativas por um governo de continuidade estavam acesas.

Até pelos discursos proferidos no período eleitoral, esperava-se da gestão de Dilma Rousseff a continuidade e ampliação de políticas. Dentre as políticas mais defendidas no período eleitoral teve destaque o Bolsa Família, que contribuiu para a redução das desigualdades sociais ao retirar brasileiros da situação de pobreza e pobreza extrema dando-lhes poder de compra, mesmo que para subsistência. Além da proposta de continuidade de programas-chave do governo Lula como: Minha Casa, Minha Vida e ProUni (Universidade para Todos).

Antes de passar pelo pleito eleitoral, Dilma assumiu cargos relevantes no governo Lula. Formada em economia, inicialmente, entre os anos de 2003 e 2005, foi Ministra de Minas e Energia, posteriormente Ministra Chefe da Casa Civil (2005-2010) quando tocou projetos prioritários do governo Lula como os do Programa de Aceleração do Crescimento que designou obras em praticamente todo Brasil.

Ao assumir a presidência é fato que nunca antes tinha se submetido a cargos com investidura a partir do voto popular. Mesmo assim, foi eleita e depois reeleita. No seu primeiro mandato, ficou evidente, a presença feminina quando mulheres foram empossadas em várias pastas: 1. Luiza Helena de Bairros para a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial; 2. Tereza Campello para o Ministério do

Desenvolvimento Social; 3. Ideli Salvatti para o Ministério da Pesca; 4. Maria do Rosário para a Secretaria de Direitos Humanos; 5. Helena Chagas para a Secretaria de Comunicação Social.

Dentre os 13 compromissos programáticos da chapa de Dilma para a eleição de 2010, para a cultura estava listado o compromisso de “valorizar a cultura nacional, dialogar com outras culturas, democratizar os bens culturais e favorecer a democratização da comunicação”. O discurso central era de continuidade e aprofundamento, são algumas das diretrizes: 1) ampliação dos Pontos de Cultura e outros equipamentos culturais; 2) implementação do Vale Cultura; 3) fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura; 4) estabelecimento de conexão entre a política cultural e a política educacional e 5) aperfeiçoamento dos mecanismos de financiamento da cultura (PT, 2010).

Para liderar o Ministério da Cultura, Dilma empossa a atriz, cantora e compositora Ana de Hollanda que ficou no cargo menos da metade do primeiro governo. Numa visão dos problemas da primeira gestão de Dilma no campo da cultura Lia Calabre avalia que:

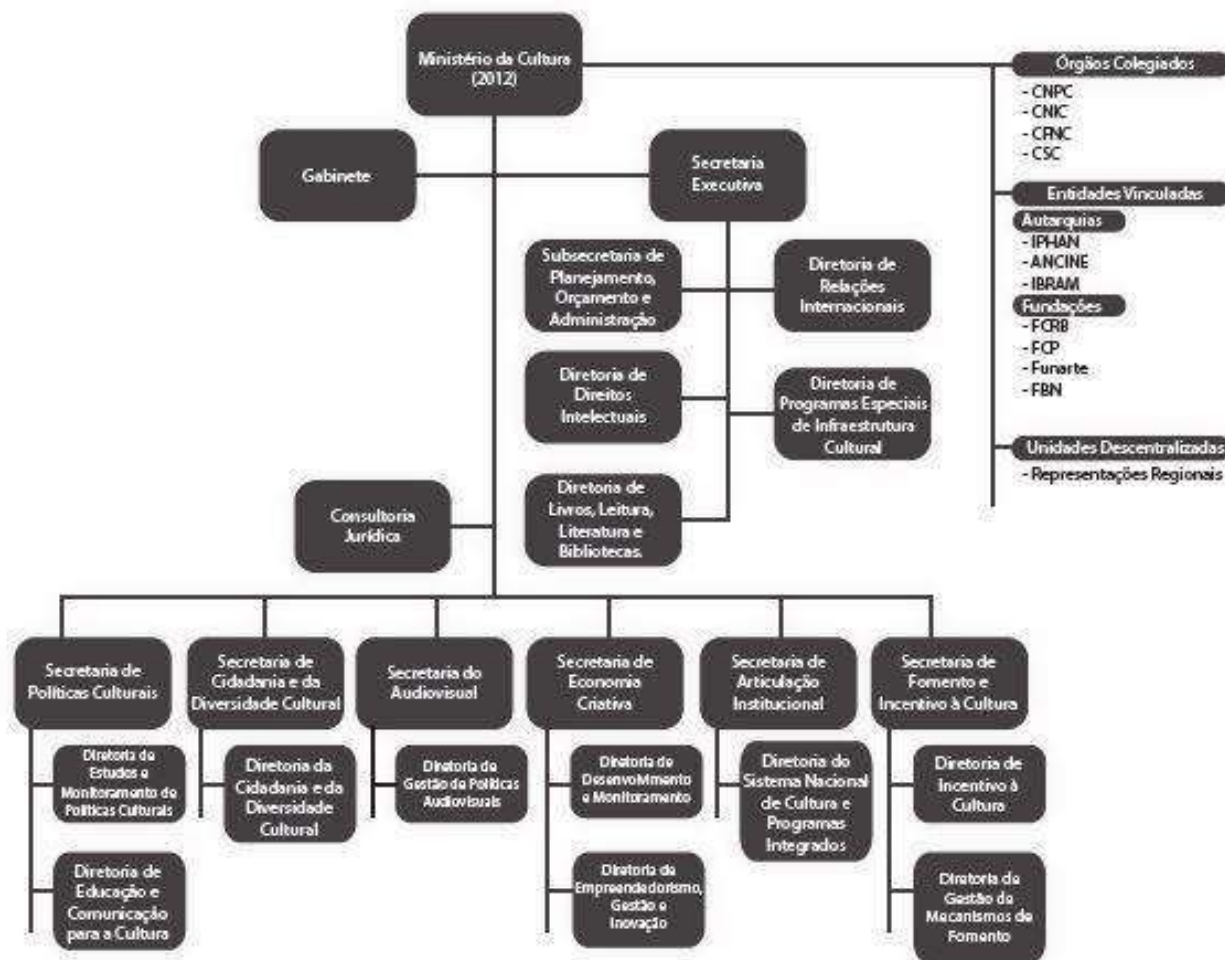
A primeira gestão do MinC (2011-2012) no governo Dilma, em especial, se configurou discursivamente em oposição a grande parte das ações implementadas nos oito anos anteriores. Chegando mesmo a gerar algumas áreas de conflito acentuadas, tais como a da problemática do direito autoral e a da forma de condução do Programa Cultura Viva. E aqui uma observação se faz importante. Pois no caso específico desse último, a crise de gestão e de relacionamento com o poder público federal e os atores envolvidos no processo e representados pela Comissão Nacional de Pontos de Cultura se intensifica, ao mesmo tempo em que o programa aumenta sua escala nacional com a parceria de inúmeros estados, além de ganhar visibilidade internacional, fortalecendo redes de atores da sociedade civil com diversos países da América Latina. Tal processo complexo é um interessante indicador de algumas lógicas “perversas” que ficam submetidas às políticas públicas (CALABRE, 2015, p. 43).

Ana de Hollanda teve sua gestão duramente criticada por inúmeros fatores. Uma das primeiras ações da ministra ao assumir a pasta foi retirar o selo *Criative Commons* (CC) da página oficial do MinC. Essa atitude ganhou enorme repercussão pois “os ativistas que tinham se mobilizado nas gestões anteriores e pautado a política no que diz respeito às culturas digitais e livres” relacionavam essa decisão com a relação dela com o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD)(BARBALHO, 2017) .

Uma mudança administrativa realizada no período, mais precisamente pelo Decreto nº7743/2012, criou a Secretaria de Economia Criativa e juntou Secretaria de Identidade e Diversidade (SID) com a Secretaria da Cidadania Cultural (SCC), criando a

Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC). Com isso, uma série de conflitos se desencadearam com os Pontos de Cultura, integrantes do Programa Cultura Viva. A pasta que inicialmente foi assumida por Marta Porto, logo foi substituída por Márcia Rollemberg que lentamente retomou o diálogo com atores do Programa Cultura Viva e de outros programas alvo da política daquela Secretaria. (CALABRE, 2015)

Figura 8 Organograma do Ministério da Cultura (2012)



Fonte: Elaboração própria a partir do Decreto nº 7743 de 31 de maio de 2012

As queixas dos Pontos de Cultura envolviam os atrasos nos repasses que foram atribuídos também à sobrecarga dos servidores que passaram a gerenciar políticas que eram antes atribuições de duas secretarias. Em entrevista, Ana de Hollanda explica os motivos pelos quais houve uma interrupção nos pagamentos e na interlocução com atores do PCV. Para ela, a prioridade assumida, inclusive diante das recomendações da presidenta, era de revisar projetos antes de realizar repasses financeiros. Mas ela sinaliza ainda que ao assumir a gestão havia um grande passivo de pagamento.

No primeiro e segundo ano, grande parte do orçamento foi reservado a “restos a pagar”, em especial os do *Cultura Viva*. Por outro lado, nos dedicamos a reexaminar a situação de cada ponto, uma vez que era de conhecimento público que nem todos os pontos cumpriam as funções a que se propuseram realizar na comunidade, boa parte estava fechada e em falta nas prestações de contas. (...). Quando entramos, a CGU (Controladoria Geral da União), nos alertou de que não poderíamos continuar repassando verbas sem um acompanhamento mais direto. Isso veio ao encontro da mesma preocupação que nos afligia. Montamos então equipes para periciar os pontos com funcionários da SCDC, das representações regionais e da própria CGU, que nos cedeu temporariamente peritos para visitar os mais de três mil pontos no país todo. É importante lembrar que faz parte de todos os procedimentos de gestor de verba pública, periciar e acompanhar a execução dos projetos. Nesse processo, tivemos que cancelar convênios e abrimos processos contra os que se mantinham irregulares, fechados ou, na realidade, não passavam de estabelecimentos privados, alguns, inclusive, com finalidades bastante escusas (HOLLANDA, 2016 in BARBALHO; ROCHA; OLIVEIRA, 2016).

Em entrevista concedida por Marta Porto (2012) ao jornal O Globo, a ex-secretária de Cidadania e Diversidade Cultural, mesmo com divergências que, segundo ela, culminaram na sua saída do cargo, compartilha com Ana de Hollanda, que a prioridade em relação ao Programa Cultura Viva era de “organizar” e acabar com passivos. No entanto, ressalta que o Programa perdeu prioridade naquela gestão que se ocupou de implementar e estruturar a secretaria recém-criada de Economia Criativa.

Perdemos a chance de propor uma política de cultura sintonizada com os principais desafios da sociedade brasileira para além da economia: a democracia e todos os valores culturais que ela exige para ser mais do que um regime político. Criar as condições de participar da elaboração de uma nova agenda de direitos e cidadania onde o acesso a cultura - como oportunidade de criar e ser reconhecido, mas também de conhecer o desconhecido - se estabelece como um direito do cidadão, discutido não mais como discurso, mas como plataforma de Estado com os recursos necessários para engajar municípios, estados e redes culturais para superar as condições de desigualdade que se mantém há séculos nesse país. Estávamos desenvolvendo as condições técnicas e políticas para que isso fosse possível em pouco tempo, estimulando o debate intergovernamental e com as redes de produção cultural, mergulhando nas pesquisas, debatendo internamente. Como esse é caminho que vem sendo discutido amplamente nos últimos anos no país, não foi difícil encontrar as condições na sociedade para rapidamente colocar algumas propostas objetivas, mas aí faltou a prioridade política (...). A equipe foi sentindo que estava no lugar certo, mas no momento errado (PORTO, 2012).

A ausência de prioridade para o Programa Cultura Viva foi amplamente sentida e exposta, inclusive, por pesquisadores das políticas culturais. Na avaliação de Albino, “a

incompreensão do lugar de centralidade ocupado pelo Programa Cultura Viva nas políticas culturais nacionais tem marcado a atuação do Ministério da Cultura no período pós-governo Lula”. (RUBIM, 2015, p.24). Para Lia Calabre, muitos foram os conflitos com os Pontos de Cultura inaugurados com a gestão de Ana de Hollanda ao mesmo tempo em que o PCV vivenciava a um significativo aumento de parceria com estados da federação e ampliava sua inserção em países da América Latina (CALABRE, 2015).

As duas gestões do MinC no primeiro governo de Dilma, foram alvo de críticas, mas pesquisadores da área não deixaram de reconhecer alguns avanços. Destaca-se a atuação da Secretaria de Articulação Institucional que deu continuidade ao processo de fortalecimento dos mecanismos participativos (BARBALHO, 2015; CALABRE, 2015; RUBIM, 2015a). Nas palavras de Lia Calabre,

A Secretaria de Articulação Institucional, por outro lado, se empenhou no aprofundamento das relações federativas, sempre buscando fortalecer os processos participativos através dos conselhos, planos e conferências de cultura (CALABRE, 2015, p.39).

Diferente de Ana de Hollanda que demonstrou pouca habilidade política, inclusive no trato com comunidades culturais que haviam se aproximado do Ministério nas gestões anteriores, Marta Suplicy conseguiu encaminhar alguns avanços, sobretudo a partir da sua influência como figura política que conhecia os caminhos das negociações dos bastidores com câmara e senado federal. Nesta gestão algumas conquistas se firmaram no campo político/legislativo. Ainda conforme avalia Lia Calabre:

A ministra reproduz no interior do MinC as práticas tradicionais do político. Ou seja, agrega capital político ao MinC, mas com destaque na capacidade de reverter, rapidamente, em capital político individual, os resultados das ações que consegue concluir. Percebe-se uma constante busca de um tom particular que a vincule de maneira mais estreita à ação, colocando em segundo plano os processos de continuidade de longo prazo que podem estar sendo ali concluídos (CALABRE, 2015, p. 45).

Em se tratando de continuidades, mesmo com a pouca prioridade demonstrada pelas gestões que estiveram à frente do Ministério da Cultura no governo Dilma Rousseff, na III CNC, realizada em 2013, pôde-se mais uma vez presenciar que a pauta do Cultura Viva ainda estava aquecida na comunidade cultural. Nesta conferência surge mais uma proposta de institucionalização para o PCV, e é a segunda proposta mais votada, com 581

votos, no Eixo 3 “Cidadania e Direitos Culturais”. O texto da proposta expressa o desejo de:

3.21 - Garantir a aprovação, sanção e regulamentação da Lei Cultura Viva, PLC 70/2013 que institucionaliza a política nacional de cultura, educação e cidadania - Cultura Viva, efetivando sua implantação com a garantia de no mínimo um ponto de cultura em cada município, possibilitando a criação de consórcios culturais intermunicipais, consolidando uma política cultural de base comunitária para fortalecer e ampliar o Programa Cultura Viva; e investir, por meio de fundo mantenedor específico para o Programa Cultura Viva, na criação de novos pontos e pontos de cultura e no fortalecimento, revitalização e consolidação dos já existentes, com atenção aos pontos indígenas, quilombolas, aos grupos de culturas tradicionais, populares, comunitários, urbanos e rurais, garantindo o cumprimento das leis de acessibilidade (...) (BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2013).

Está presente nesta proposta a inclusão de bandeiras de reivindicação da Rede de Pontos de Cultura, como, a extinção da modalidade convênio¹⁸ nas relações dos Pontos de Cultura com os órgãos gestores da rede (união, estados e municípios), além da previsão legal de participação da sociedade civil no monitoramento e fiscalização dos recursos públicos transferidos.

Com a influência de Marta Suplicy projetos que estavam pendentes no Congresso Nacional, como o do Sistema Nacional de Cultura¹⁹; o Vale-Cultura e a Lei Cultura Viva foram aprovados (CALABRE, 2015; RUBIM, 2015a). Ainda que fossem percebidos esses avanços, Albino Rubim adverte que a pujança política de Suplicy não se converteu em um compromisso com as políticas culturais. Para o autor, uma marca da fragilidade institucional dessa gestão foi a rotatividade notada na chefia da Secretaria Executiva, acentuada pela concentração do poder e a instabilidade de equipe dirigente que foi substituída em quase totalidade (RUBIM, 2015).

Um avanço que deve ser destacado que estava previsto no plano de governo trata-se do aprofundamento da relação das políticas de cultura e educação. No primeiro governo Dilma conseguiu-se uma reaproximação da cultura com a educação (RUBIM; BARBALHO; CALABRE, 2015) e projetos importantes foram implementados como: o Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial n° 17, 24 de abril de 2007 cujo objetivo era fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por

¹⁸ O Convênio é a modalidade de relação que se estabelece entre os entes federados. Pela legislação que o rege – Lei n°8666 é um instrumento inadequado de relação com instituições culturais que em parte tem no Ponto de Cultura a primeira interlocução com a execução de recursos públicos. Um dos ganhos da lei n°13.018/2014 foi estabelecer um instrumento específico para regular esta relação, o Termo de Compromisso Cultural.

¹⁹ Aprovado antes mesmo da sua posse enquanto Ministra.

meio do apoio a atividades socioeducativas no contra turno escolar; o Mais Cultura nas Escolas financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; também com recursos do FNDE o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) Cultura, trata-se de cursos de educação profissional na área da cultura²⁰ e o Mais Cultura nas Universidade que tinha como objetivos: o fortalecimento do Ensino Superior; o incremento e circulação da pesquisa em cultura, em seus diferentes níveis; o fomento da extensão universitária em cultura; a melhoria de equipamentos culturais de universidades e institutos federais e o estímulo e promoção de eventos, mostras, festivais, grupos, redes, ações e circuitos culturais. O Programa pretendia ainda estimular a criação de Planos de Cultura nas Universidades Federais a fim de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais entre as comunidades acadêmicas (BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, [s.d.]).

Feito esse panorama, claro que com restrições e lacunas, pode-se assumir que a atuação do Ministério da Cultura nos governos Lula e Dilma se caracterizou pelo que Albino Rubim prefere chamar de “patamar de intervenção diferenciado”, pois não é possível de forma simplória identificar a atuação do MinC apenas pela continuidade ou interrupção de políticas. Pensar esse patamar de atuação envolve uma série de elementos como:

força política do ministro; visibilidade do ministro; qualidade e sintonia da equipe dirigente; trânsito na sociedade política; trânsito na sociedade civil; diálogo com a sociedade; articulação com partidos políticos; interação com sociedade civil e com comunidades culturais; legitimidade; representatividade; capacidade de formulação de políticas públicas; iniciativas político-culturais; competência na implantação de políticas; acionamento de interesses; atendimento de demandas; mobilização de segmentos culturais (RUBIM, 2015a, p. 28).

Olhando para essas variáveis é possível identificar, em linhas gerais, um grande desnível entre a política cultural inaugurada pelo governo Lula e as políticas que conseguiram ser fortalecidas e/ou implementadas na gestão de Dilma Rousseff. Percebendo a pressão do campo da cultura e os vazios da política cultural no segundo mandato de Dilma, reeleita nas eleições presidenciais de 2014, Juca Ferreira é convidado para ser Ministro da Cultura. Analisando suas antecessoras, Juca avalia em entrevista concedida ao jornal Nexo²¹, que:

²⁰ Cursos como: agente cultural, arquivista de música, artesanato, artista circense, produção cultural, auxiliar de cenotecnia, confeccionador de instrumentos etc. Disponível em: www.cultura.gov.br

²¹ <https://www.nexojornal.com.br>

No caso de Ana de Hollanda, a responsabilidade não é dela. Foram os que conspiraram contra Gil e depois contra mim e não tinham nada para botar no lugar. Ana de Hollanda chegou despreparada porque não tinha um projeto. Houve queda de qualidade em todos os aspectos. Ela demonstrou incompreensão da cultura do século 21, subestimou o que é internet e as mudanças que chegaram com a cultura digital. Depois a ministra Marta Suplicy deu uma melhorada, mas não foi uma pessoa que se dedicou à reconstrução das políticas. E não acrescentou nada em termos mais profundos de qualificar a gestão pública. Mas não me interessa muito essa polêmica. É preciso olhar para frente (FERREIRA, 2016).

O retorno de Juca ao MinC, mesmo ocorrendo fora do recorte da presente pesquisa é relevante para complementar o percurso recente dos caminhos da institucionalidade da cultura no Brasil. A sua segunda gestão no MinC pode ser caracterizada por uma retomada do diálogo com a comunidade cultural, mas, devido às restrições orçamentárias, de poucas realizações. Nas palavras do então ministro:

A restrição orçamentária dificulta, e possivelmente será discutida uma redução de cargos e secretarias. Há uma certa dificuldade de viver o encantamento neste momento na sociedade. Há má vontade, beirando a intransigência, a impaciência e a falta de expectativa. Mas, ao mesmo tempo, continuamos crescendo no diálogo com a sociedade. No governo Lula, havia 5.000 pessoas participando do Conselho Nacional de Políticas Culturais. Neste ano são 70 mil. Isso é uma vitória. Mas não vou dizer que o governo vai indo mal e nós, bem. É uma dificuldade sistêmica. E eu diria que hoje é um ministério pós-crise (FERREIRA, 2016).

Desta declaração, conseguimos constatar uma série de instabilidades que incluem desde o orçamento até as estruturas organizativas do órgão de gestão, quando indicado pelo ministro a possibilidade de redução de cargos e secretarias. Mais sintomático que as avaliações feitas por Juca Ferreira foram os capítulos históricos que culminaram em outras tantas instabilidades. A primeira delas, a instabilidade do órgão de gestão, foi vivenciada no processo do impeachment da presidenta Dilma Rousseff quando Michel Temer, ainda assumindo interinamente a presidência, extinguiu o Ministério da Cultura neste mesmo ato, transformou o MinC numa Secretaria de Cultura vinculada ao gabinete da presidência, mas devido a repercussão e pressão de artistas e comunidade cultural a ação de extinguir o Ministério foi desfeita.

Desde lá até os dias atuais o MinC já teve quatro ministros - Marcelo Calero (maio/2016 até novembro/2016); Roberto Freire (novembro/2016 até maio/2017); João

Batista de Andrade (interino) (maio/2017 até junho/2017) e, atualmente, Sérgio Sá Leitão - tais mudanças indicam para instabilidade da estrutura de gestão, exemplificada aqui pela grande rotatividade de dirigentes.

João Batista de Andrade, que assumiu a pasta interinamente, afirmou em entrevista que o Ministério estava em situação absolutamente precária, que tinha sofrido com um corte de 43% do seu orçamento e se tornou um "Ministério inviável" (FÓRUM DE SECRETÁRIOS, 2017).

Conforme tornou público o Fórum Estadual de Secretários de Cultura:

Em todo esse período o MinC não foi nem tem sido capaz de aprovar qualquer Plano de Trabalho, responder as diligências, empenhar os recursos, ordenar despesas e repassar os recursos financeiros referentes aos convênios com os estados da federação brasileira, acarretando em prejuízos imensuráveis para a política de descentralização dos recursos e do pacto federativo de fortalecimento do SNC - Sistema Nacional de Cultura (FÓRUM DE SECRETÁRIOS, 2017).

Ademais, é possível afirmar que políticas que estavam em atividade não tiveram, nessas curtas gestões, condições de serem continuadas. Se a mudança de gestor do Ministério impacta tão fortemente nos rumos das políticas então, fica demonstrada a incapacidade de continuidade de políticas – subjugadas ao desejo do dirigente do órgão - o que exhibe que ainda são grandes os desafios frente à reiterada fragilidade da institucionalidade na gestão pública da cultura em suas diversas dimensões.

Sob o pressuposto das pedaladas fiscais, no dia 17 de abril de 2016, o plenário da Câmara aprovou o impedimento da presidenta eleita, Dilma Rousseff, sem crimes de responsabilidade ou de qualquer outra natureza provados. O vice-presidente, Michel Temer (PMDB), assumiu interinamente o executivo federal, compondo uma nova equipe ministerial. Existiam ali marcantes distinções de orientação política e programática além do clima de ruptura que dava sinais de mudança de rota em relação ao projeto político executado por Dilma Rousseff.

A gestão que foi finalizada com o golpe midiático-político-parlamentar deixou de legado uma grande lacuna. Por um momento ações de resistência como o “Ocupa MinC” - movimento que contrapôs ao golpe e à temporária extinção do Ministério da Cultura e tinha como mote a recriação do MinC e a garantia de continuidade das suas políticas - mantiveram mobilizado o setor cultural em defesa das políticas que vinham sendo implementadas.

3 DIMENSÕES DA INSTITUCIONALIDADE DO PROGRAMA CULTURA VIVA

Após a verificação da inexistência de estudos voltados especificamente para os elementos que compõem a institucionalidade do Programa Cultura Viva e o percurso histórico realizado no segundo capítulo dessa dissertação, que verifica a frágil institucionalidade do campo da cultura e elenca categorias de análise para verificação dessa institucionalidade, esse capítulo se dedica a realizar uma aproximação dos aspectos teóricos com os aspectos da vivência, implementação e desenvolvimento da política pública de cultura. Conforme defendido ao longo dessa dissertação, a institucionalidade da cultura aqui se analisa por aspectos como: a) estrutura de gestão (dirigentes, governança, estruturas organizativas); b) presença de dispositivos legais (leis, decretos, portarias); c) existência de recursos (humanos, materiais e financeiros); d) processos ou mecanismos de participação e, e) relação entre os entes federados.

A estrutura de gestão diz respeito ao quadro técnico-político responsável por gerir uma determinada política. O administrativo, o político e o humano estão intrinsecamente ligados, considerando que a formação, experiência e história de vida dos dirigentes influenciam diretamente nas tomadas de decisões. Aspectos como a instabilidade do corpo técnico e a grande rotatividade de pessoal atuam sobremaneira em mudanças das diretrizes e rumos (para o bem e para mal) de determinada política. Para a garantia da memória e continuidade dos procedimentos, considerando o cenário de falência de pessoal, o registro de procedimentos e rotinas auxilia na continuidade de uma política.

As leis são comumente reconhecidas como o instrumento institucional de grande importância pois, nelas estão registradas, em geral, princípios e rumos gerais de uma política pública. A existência de normas auxilia na garantia de estabilidade às políticas uma vez que, ao ganhar notoriedade legal essa deixa de ser uma ação isolada, atribuída a determinado governo - e por esta característica ser descontinuada e até mesmo extinta ao sabor de mudanças de gestões - e passa a estar legalmente assegurada. O que se constitui como um impedimento para a sua súbita dissolução.

Complementar à presença de normas, para a institucionalidade de qualquer política é crucial a existência e manutenção (e também ampliação) de recursos. A implementação, execução e avaliação de políticas – independente da área - requer pessoal qualificado e disponível, recursos financeiros para o financiamento de ações (o que inclui a remuneração de pessoal) e ainda recursos materiais. Esvaziar uma política de recursos,

mesmo que ela esteja devidamente fundamentada em texto legal, é contribuir significativamente para a sua extinção uma vez que, a inexistência de recursos inviabiliza a realização de qualquer ação duradoura.

Mesmo não sendo ponto pacífico entre os pesquisadores das políticas culturais, consideramos, em nosso estudo, como categoria fundamental a existência de processos e mecanismos de participação social. A aderência social interfere diretamente para a continuidade de uma política sobretudo aquelas que tem como beneficiário parte da sociedade. Participar dos processos de proposição e tomadas de decisão faz com que o cidadão acompanhe e cobre para que os rumos da política sigam as diretrizes pactuadas pela coletividade.

Para analisar uma política de cultura que tem aderência nacional a partir de pactos com instâncias subnacionais (estados e municípios) a participação desses entes nos rumos da política também é considerada estratégica. Cabe observar que, em linhas gerais, a descentralização das ações, programas e projetos e conseqüente inclusão de diversos dirigentes e modelos de gestão impõem uma complexificação de qualquer projeto de governo que na execução torna-se diverso e adaptado a diferentes realidades. Neste sentido, principalmente em políticas descentralizadas, a participação dos entes federados interferindo nos rumos das políticas é essencial para incluir no todo aspectos, dentre outros, conceituais, administrativos e culturais que poderiam passar despercebidos por uma política “de cima para baixo”.

3.1 ESTRUTURA DE GESTÃO

A partir dessas categorias, para a análise da “estrutura de gestão” nos propomos estudar o arranjo administrativo do Ministério da Cultura, em especial da Secretaria que gestou o Programa Cultura Viva, observando variáveis como: as estruturas organizativas; o papel dos dirigentes e a governança.

A análise da estrutura organizativa levou em consideração os organogramas institucionais e observou o quadro funcional e o papel dos dirigentes responsáveis diretamente com a política cultural, bem como o nível de hierarquia em relação à instância máxima do Ministério da Cultura.

Cabe ressaltar que a perspectiva de análise proposta parte da política feita pelo Estado, mais precisamente no âmbito do federal. Mesmo que em alguns momentos o olhar se amplie para a relação federativa e participação da sociedade civil, metodologicamente,

as análises se concentram nas realizações do MinC.

Por este recorte é conveniente observar que Ernesto Bohoslavsky e Germán Soprano (BOHOSLAVKY; SOPRANO, 2009) destacam que uma investigação que se proponha a pensar que o Estado deve dar conta, não apenas da constante modificação dos equilíbrios, das alterações de forças e dos constantes reassentamentos produzidos no interior deste Estado, mas também da negociação entre agentes estatais e atores e entidades não estatais. Ou seja, os “límites de la acción estatal son porosos ya que son el resultado de un proceso permanente de desafíos, restauración y re-legitimación, protagonizado por personas, grupos e instituciones ‘estatales’ y ‘no estatales’” (BOHOSLAVKY; SOPRANO, 2009, p. 30).

Para José Álvaro Moisés, existe uma importante conexão entre as estruturas institucionais (que organizam e regulam as atividades culturais) e as estruturas políticas da sociedade. Tal qual as políticas de cada época distinguem as sociedades, sua cultura política pode ser compreendida através do funcionamento das suas estruturas institucionais (MOISÉS, 2001). Nesse sentido, a consolidação da institucionalidade e da organização do campo cultural passa pelo fortalecimento de suas estruturas organizativas.

O Programa Cultura Viva surge, como já salientado, no governo Lula e tendo como responsável pela pasta ministerial o artista, cantor e compositor baiano, Gilberto Gil, que esteve à frente do Ministério de 1 de janeiro de 2003 a 30 de julho de 2008. A gestão de Gilberto Gil para muitos pesquisadores inaugura uma nova etapa das políticas culturais brasileiras. O período em que o MinC estava sobre seu comando é analisado por estudiosos como Albino Rubim, Alexandre Barbalho e Lia Calabre como sendo de (muitos) acertos e (alguns) erros. Para os pesquisadores as ações realizadas tanto em Gil (2003-2008) quanto em Juca Ferreira (2008-2010) colocaram as políticas culturais em um importante patamar, nacional e internacional.

O artista Gilberto Gil emprestou seu prestígio ao seu lugar de ministro e isso sem dúvida foi fundamental para as repercussões das ações desenvolvidas pelo MinC – que ganhavam mais facilmente os holofotes da mídia – para ganhos políticos, uma vez que, o ministro era figura respeitada dentro e fora do cargo público e, em linhas gerais, para a visibilidade das políticas, discursos e conceitos defendidos por este Ministério nacional e internacionalmente.

Talvez uma das maiores dificuldades do MinC quando comandado por Gil tenha sido a ousadia da amplitude. Trabalhar o campo cultural em uma perspectiva antropológica exige um esforço institucional que, mesmo o Ministério na gestão de Gil

com apoio irrestrito do presidente Lula, não seria capaz de dar conta de tamanha abrangência. Tal qual alertam os pesquisadores Albino Rubim e Isaura Botelho, ter a amplitude como horizonte deixa evidente a ausência de delimitação da área de atuação. Neste sentido, considerando as limitações organizacionais, de pessoal e financeiras do Ministério da Cultura atender as demandas culturais em sentido antropológico dificilmente torna-se exequível (BOTELHO, 2001b; RUBIM, 2010).

Um dos Programas criados numa perspectiva simbiótica com o pensamento antropológico de cultura e que procurava dialogar com diferentes linguagens e apoiar ações que já vinham sendo desenvolvidas por grupos culturais distintos foi criado em 2004. O Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania estava sob a coordenação da Secretaria de Programas e Projetos Culturais. Em termos de estrutura regimental do MinC, o decreto^o 5.036 de 7 de abril 2004 indicava como competências desta Secretaria: 1. elaborar, executar e avaliar programas e projetos estratégicos necessários à efetiva renovação da política cultural; 2. gerar informações que possibilitem subsidiar o monitoramento e acompanhamento dos programas e projetos culturais; 3. coordenar e promover estudos e pesquisas aplicados que subsidiem a elaboração, execução e avaliação de programas e projetos culturais.

A equipe de gestão dessa Secretaria era composta por 10 integrantes observado o *Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão das Funções Gratificadas* do referido decreto. O momento da edição do regulamento que trata da estrutura do Ministério é anterior à criação do Programa, o que nos leva a observar que se optou por encaixar o Programa como atribuição da Secretaria ao invés de criar uma secretaria específica para gerir o Cultura Viva.

Em 2006 é publicado um decreto de nº 5711 que amplia a linha de atuação da Secretaria de Programas e Projetos Culturais que deixa de estar restrita ao planejamento e estudo das políticas e passa a ocupar-se também da execução, recepção, análise, controle, aprovação, acompanhamento e avaliação de projetos culturais.

Ainda no governo Lula e com Juca Ferreira à frente do MinC, em abril de 2009, cinco anos após a criação do Cultura Viva, a estrutura geral do MinC é modificada e a Secretaria de Programas e Projetos Culturais extinta. No seu lugar é criada a Secretaria de Cidadania Cultural (SCC) pelo decreto nº 6368, de 30 de abril de 2009, que inclui como atribuição a de executar as atividades relativas à celebração e à prestação de contas

dos convênios, acordos e outros instrumentos congêneres, que envolvam a transferência de recursos do Orçamento Geral da União. Tal função dialoga com a gestão dos convênios que vinham sendo firmados desde 2004 com instituições culturais diversas. O quadro de servidores em função gratificada é também incrementado por este decreto e passa de dez a 26 funcionários.

Contextualizando com os avanços alcançados pelo Programa, até aquele ano, podemos indicar que o incremento foi fundamental, mas que, conforme apontado em estudos, ainda era insuficiente para gestão do Cultura Viva. Antes disso, o ano de 2007 marca uma mudança na administração do programa que, a partir do projeto de descentralização piloto firmado com o estado da Bahia, começa a se “estadualizar”, o que contribui para um pacto federativo como veremos adiante.

A gestão descentralizada do Programa Cultura Viva, através dos Pontos de Cultura a partir deste momento começa a ganhar fôlego e diversos são os termos de cooperação firmados pelo MinC com secretarias estaduais de cultura até o final do governo Lula. A estratégia por ampliar o Programa com o envolvimento de entes federados parecia a mais factível para a continuidade, uma vez que os convênios firmados ultrapassavam a gestão em curso, e a adesão do público a que se destinava a política fazia com que possibilidades de desmontes com mudanças advindas do processo eleitoral fossem dificultadas.

No primeiro governo Dilma com a gestão de Ana de Hollanda no MinC, conforme relatado no segunda capítulo desta dissertação, a continuidade esperada para as políticas iniciadas no governo Lula parecia não tão óbvias. Num primeiro momento, a gestão do Programa Cultura Viva, ficou sob responsabilidade de Marta Porto, jornalista e especialista em políticas de comunicação, arte e cultura. Ainda que compreendendo a importância do Programa, Porto avaliava que ele sofria das “dores do crescimento”, pois não contava com recursos humanos, tanto para a sua gestão, quanto para o seu acompanhamento, o que tinha causado problemas com órgãos de controle do Estado. Além disso, a secretária defendia a renovação dos projetos e a inclusão de outras iniciativas. Contudo, talvez por estarem inseridas em um contexto turbulento, as declarações e primeiras medidas tomadas por Porto no sentido de mudar os rumos do Programa foram vistas com desconfiança pela rede dos Pontos de Cultura provocando forte oposição a essa nova orientação.

Marta Porto deixou o MinC em setembro de 2011, mas, em entrevista concedida alguns meses depois, ainda durante a gestão de Hollanda, credita sua saída a diferenças no interior do Ministério, no que ela denominou de “falta de compatibilidade política e de confiança mútua”. Segundo a ex-secretária, suas posições e compromissos públicos não se alinhavam com as posições tomadas pela gestão em relação a vários temas que tencionaram o campo político-cultural. Não havia, na sua avaliação, vontade política em relação à sua secretaria (PORTO, 2012).

Em março de 2012, um grupo de intelectuais, alguns ligados ao PT, lança uma carta onde cobra da presidenta Dilma um Ministério à altura dos desafios e programas apresentados nas gestões de Gil e Juca, posto que estaria ocorrendo uma “decadência do protagonismo” do MinC. Para os signatários, o primeiro ano de Hollanda no MinC, incapaz de “gerar consensos mínimos”, foi marcado por “hesitações, conflitos e por mudanças de rumo”. Assim, a nova gestão frustrou os “inúmeros grupos envolvidos no processo de emancipação cultural” iniciado em 2003 e que resultou no “acolhimento entusiástico de uma vasta gama de manifestações antropológicas, tradicionais como modernas, regionais como nacionais, locais como globais, deu direito de cidadania e densidade política a vários conceitos novos” (CALABRE; LIMA, 2017).

Em maio do mesmo, ano foi instituída a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC), com as seguintes competências: planejar, coordenar, monitorar e avaliar políticas, programas, projetos e ações para a promoção da cidadania e da diversidade cultural brasileira, e para a proteção, valorização e difusão do patrimônio, da memória e das identidades, expressões, práticas e manifestações artísticas e culturais, individual ou coletiva, de grupos étnicos e suas derivações sociais, bem como promover ações que estimulem a convivência e o diálogo entre diferentes, e a prática da interculturalidade, o respeito aos direitos individuais e coletivos, a proteção e o reconhecimento da diversidade simbólica e étnica, dentre outras.

Adversamente ao cenário otimista que se desenhou com a continuidade do Partido dos Trabalhadores no poder e mesmo com a presença política de Marta Suplicy²² (segunda ministra da cultura no governo Dilma) que, conforme já sinalizado, devido a sua experiência e a capacidade de articulação política no legislativo conseguiu aprovação de projetos que estavam pendentes no Congresso Nacional, como o do Sistema Nacional de Cultura (que ela conduziu para a aprovação ainda como senadora, mas já indicada para

²² Que foi Ministra da Cultura entre setembro de 2012 até novembro de 2014.

o Ministério); o Vale-Cultura; a Lei Cultura Viva; algumas reformulações na chamada Lei do ECAD, instituindo a fiscalização e novas formas de gestão dos direitos; o Marco Civil da Internet; e a PEC da Música (CALABRE, 2015).

Na avaliação de Albino Rubim, uma das dificuldades na gestão da cultura foi a falta de continuidade. Se o governo Lula colocou as políticas culturais brasileiras num elevado patamar. A continuidade das ações iniciadas por Gil/Juca foram um desafio não alcançado, a ruptura nas políticas nas gestões de Ana de Hollanda e Marta Suplicy acarretaram em diversas críticas dos setores culturais que apontavam a ausência de prioridade para políticas que haviam alcançado “visível centralidade: SNC; PNC; relações entre políticas de cultura, educação e comunicação; política nacional de financiamento; Programa Cultura Viva, dentre outros” (RUBIM, 2015a).

Graduada em Serviço Social e Educação Artística pela Universidade de Brasília e com especialização em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde pela Universidade Estadual de Campinas, Márcia Rollemberg, esteve no Ministério da Cultura, no cargo de Secretária da Cidadania e Diversidade Cultural (2011 a 2014). Empossada ainda na gestão de Ana de Hollanda após a exoneração de Marta Porto, permaneceu Secretária na gestão de Marta Suplicy. Nos anos em que geriu a SCDC alguns embates com os interlocutores sociais do Programa (sobretudo os Pontos de Cultura) foram travados, o primeiro deles dizia respeito ao Redesenho do Programa Cultura Viva - que sofreu críticas dos ponteiros que compreendiam que a ação estagnou a ação dos Pontos, sobre “pretexto” de organizar, o período destinado ao estudo que resultaria nas proposições de ajustes ao PCV praticamente imobilizou a realização de repasses e cumprimento dos acordos preestabelecidos, mas no discursos do Ministério era um “freio de arrumação necessário”. A ausência de realização de Teias também foi palco de reivindicações, nos quatro anos à frente da Secretaria apenas uma Teia, a de 2014 foi realizada praticamente como ato de encerramento de sua participação na gestão.

Com a reeleição de Dilma Rousseff, devido à grande pressão da comunidade cultural, Juca Ferreira foi convidado para liderar o MinC pela segunda vez. Apesar do otimismo e aprovação por parte dos interlocutores do MinC, o retorno de Juca não acontece em cenário tão promissor quanto na sua primeira gestão. A crise financeira pela qual passava a economia mundial se instalava no Brasil e o governo, mesmo legitimamente eleito, era diariamente arranhado em sua imagem pública com bombardeios de editoriais que procuravam deslegitimar o ganho nas urnas. Em virtude da crise financeira uma série de cortes orçamentários foi implementada o que atingiu todos

os setores, não excluindo a cultura, apesar das campanhas e discursos impetrados pelo próprio ministro.

De acordo com matéria da Folha de São Paulo, em 2015

No primeiro semestre, o governo bloqueou quase 25% dos R\$ 928,5 milhões previstos pela Lei Orçamentária de 2015 para a pasta que por pouco não foi ceifada na reforma ministerial que cortou oito de 39 ministérios de Dilma (BALLOUSSIER, 2015).

Em relação ao Cultura Viva, a SCDC foi assumida pela professora Ivana Bentes e a diretoria que cuidava mais diretamente do Cultura Viva ficou sob liderança de Alexandre Santini, ambos provenientes de Pontos de Cultura. Os feitos dessa gestão foram tímidos. Apesar de uma reabertura para o diálogo, em termos de financiamento pouco se avançou. O discurso era, prioritariamente, pela auto declaração dos Pontos de Cultura fato que colaborava para o cumprimento da meta do SNC, mas contrariamente ao ideal do Programa em sua origem não apoiava financeiramente instituições que careciam de fomento para ampliar/consolidar as suas ações culturais. O propósito da chancela reconhecia Pontos de Cultura, mas na prática apenas somava instituições reconhecidas pelo MinC, sem que elas recebessem qualquer natureza de fomento.

Ainda em 2016 (mesmo ultrapassando o escopo desta pesquisa), a SCDC passa por uma nova alteração de estrutura quando ganha dois departamentos: 1. Cidadania Cultural e 2. Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas. Essas mudanças fruto do Decreto nº 8.837, de 17 de agosto, altera a estrutura regimental do Ministério da Cultura. Por este decreto a SCDC possui, dentre as suas competências, a coordenação da Política Nacional de Cultura Viva - PNCV e demais programas de fomento às atividades de incentivo à diversidade e ao intercâmbio e a participação, o controle social e a gestão participativa de programas, projetos e ações culturais que visem à promoção da cidadania e que venham a ser instituídos pelo MinC. Com o acréscimo do departamento que cuida das políticas de livro, leitura, literatura e bibliotecas passa a ser responsabilidade da SCDC o Programa Nacional de Incentivo à Leitura, instituído pelo Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992, e a implementação do Plano Nacional de Livro e Leitura e a coordenação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, instituído pelo Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992.

A estrutura funcional, declarada em decreto, indica a existência de um corpo funcional composto por 40 pessoas, sendo que 17 deles estão designados exclusivamente para atividades relacionadas à política de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, enquanto 11 ficam responsáveis pelas políticas de Diversidade Cultural. Ou seja, mais

uma vez, na história brasileira, as políticas de cultura estão voltadas prioritariamente para setores culturais tradicionais. A política nacional de Cultura Viva neste governo, instituído pós-golpe cívico-parlamentar, com essas mudanças na estrutura regimental do Ministério da Cultura começa a pautar um retrocesso para as políticas de inclusão da diversidade cultural brasileira.

3.1.1 Governança

A governança não é ação isolada da sociedade civil buscando maiores espaços de participação e influência em políticas públicas. Ao contrário, o conceito compreende a ação conjunta de estado e sociedade na busca de soluções e resultados para problemas comuns. Ao nosso ver, participação dos atores não-estatais deve ser pensada como aspecto central para o desenvolvimento da ideia e da prática da governança.

Se essa é construída a partir da participação crescente da sociedade civil global nas decisões e nas formulações estratégicas, é mister que as organizações envolvidas tenham legitimidade. Deve ser lembrado que legitimidade é um conceito subjetivo, segundo a teoria weberiana: “parte da atitude do sujeito que legitima com respeito ao poder de legitimar, isto é, de uma ‘crença’, seja na validade do que é racional (segundo um valor ou propósito), na força da tradição ou na virtude do carisma” (BOBBIO, s/d, p. 172, *apud* GONÇALVES, 2005).

Convencidos que uma série de mecanismos de participação foi inaugurada no governo Lula, avaliamos que para a gestão do Cultura Viva foram incrementadas estruturas organizativas que passaram a ser “lugares autorizados” à participação. As estruturas de governança que consideramos neste trabalho para a composição do PCV são: a Comissão Nacional de Pontos de Cultura e a Comissão Nacional dos Gestores Estaduais e Municipais do Programa Cultura Viva – instâncias de diálogo reconhecidos pela lei Cultura Viva (BRASIL, 2014) – além do GT Cultura Viva. Sobre as duas primeiras estruturas, a Instrução Normativa (IN) nº01 define:

VI - Comissão Nacional de Pontos de Cultura: colegiado autônomo, de caráter representativo de Pontos e Pontões de Cultura, instituído por iniciativa destes, e integrada por representantes eleitos em Fórum Nacional de Pontos de Cultura; **VIII - rede de gestores da PNCV:** grupo articulado e integrado por gestores públicos em nível estadual, do Distrito Federal e municipal, partícipes da gestão compartilhada da PNCV (BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2015).

Já o GT Cultura Viva – grupo de trabalho com ação específica e tempo determinado de atuação – é considerado aqui como uma estrutura de governança pela sua colaboração com o aperfeiçoamento do PCV.

Todas essas instâncias com seus papéis e instrumentos de pressão tiveram participação (em maior ou menor proporção) na formulação/regulamentação da Lei Cultura Viva, o que, sem dúvida, se reflete no espaço de participação conquistado nos termos da lei.

3.1.1.1 Comissão Nacional de Pontos de Cultura

A Comissão Nacional de Pontos de Cultura (CNPdC)²³ é escolhida na reunião do Fórum dos Pontos de Cultura²⁴ que ocorre, tradicionalmente, como parte da programação da Teia. A CNPdC é composta por representações dos estados e de linguagens artísticas e formam uma espécie de conselho. Atuam de forma representativa na interlocução com o Ministério da Cultura. Pelas funções de articulação, negociação e representação que acumulam na interação com o poder público esta Comissão é também uma organização legítima (e legitimada) de pressão social.

A Comissão Nacional dos Pontos de Cultura surge como resultado do 1º Fórum Nacional de Pontos de Cultura, realizado em 2007 cuja demanda era a produção de uma agenda comum de atuação entre os beneficiários do Programa. De acordo com o regimento interno da organização, ela deve adotar um tom crítico e, ao mesmo tempo, propositivo sobre as demandas existentes no Programa Cultura Viva e em outras políticas públicas gestadas pelo MinC.

A CNPdC tem como objetivo geral garantir o fortalecimento dos Pontos de Cultura em todo o território brasileiro, sendo instância permanente de atuação e representação político-cultural, identificação de demandas e elaboração de propostas para o desenvolvimento de políticas públicas e de ações culturais no país. O grupo, que se articula através da Rede Nacional de Pontos de Cultura, é um movimento autônomo que cobra do Estado e, ao mesmo tempo, contribui com ele, abrindo canais de diálogo para avançar nas políticas públicas; com destaque para o Programa Cultura Viva, Mais Cultura e Sistema Nacional de Cultura (CNPdC, 2009).

²³ Existem Comissões Estaduais de Pontos de Cultura que agem de forma semelhante à Comissão Nacional, interagindo de forma representativa com os Estados (gestores das redes).

²⁴ As contribuições do Fórum Nacional de Pontos de Cultura para a institucionalidade, bem como o detalhamento do seu funcionamento será tratado no item deste capítulo que fala dos espaços e instâncias de participação.

Para Valéria Labrea, a inexistência de uma problematização por parte dos Pontos de Cultura ou do MinC quanto ao caráter representativo da Comissão - numa rede discursivamente horizontal - demonstra que há certo desconforto com a fluidez, a descentralização de poder e a ausência de hierarquias (LABREA, 2014).

Originada do Fórum dos Pontos de Cultura, realizados desde a segunda Teia, a Comissão Nacional é uma estrutura convencional, hierárquica, representativa e setorial criada com a finalidade de fazer a gestão compartilhada do Programa Cultura Viva junto à secretaria. Pode-se perguntar se a estratégia de sustentabilidade da CNPdC é a melhor opção e relativizar sua autonomia em relação ao Estado se seus recursos são provenientes exclusivamente do MinC e sua agenda - mesmo a de enfrentamento e reativa, desde a saída de Célio Turino - é pautada em grande parte pelo ministério. Embora participe das reuniões, os pontos raramente reconhecem a CNPdC como uma instância que lute por eles (LABREA, 2014, p. 264).

Na visão de Valéria Labrea, os discursos por uma horizontalidade da rede, com a formatação da Comissão, recai nas tradicionais formas hierárquicas de representação setorial. Apesar dos espaços de interlocução enfatizarem a rede ou as redes do programa como espaços de gestão compartilhada, para a pesquisadora, verifica-se uma ausência de inovação nesses espaços (LABREA, 2014).

Precisa-se observar, no entanto, que os desafios de representar uma rede tão heterogênea como a composta pelos Pontos de Cultura são enormes. É necessário pensar algumas variáveis como: a estrutura da Comissão (formato de representação/composição) e sua institucionalidade frente ao MinC, a periodicidade de reuniões e as formas de articulação com a rede de Pontos.

Sobre o aspecto da composição, observamos que diante de uma rede tão diversa e sem segmento cultural definido – uma vez que em planos de trabalhos propostos por Pontos de Cultura poucos são os que definem uma única vocação setorial – representações setoriais parecem não dar conta da complexidade de atuação das instituições culturais. Definir categorias ou segmentos não alcança a atuação dos Pontos de Cultura que são muitas vezes multi-inter-trans segmentados.

Se, por outro lado, avaliarmos que as reuniões presenciais da CNPdC eram pautadas e financiadas pelo Ministério, os espaços de articulação não tinham uma periodicidade definida. A CNPdC, conforme relatado era eleita no Fórum que acontecia por ocasião da Teia. A própria inconstância de realização das Teias (como veremos) teve impactos que resultaram ausência de renovação da Comissão por um longo período.

A lógica da representatividade deixa lacunas, mas qual seria um modelo capaz de articular essa rede? Algumas tentativas e arranjos foram sendo feitos dentro da própria política de Cultura Viva, os Pontões de Cultura, por exemplo, foram uma iniciativa de articulação da rede. Eles tinham como objetivo a mobilização e desenvolvimento de ações conjuntas a partir da conexão entre os diferentes Pontos de Cultura. Outro exemplo, a ação Cultura Digital (que deveria atingir toda rede de Pontos) deveria funcionar também com a finalidade de fortalecer a rede.

A Cultura Digital estava presente na aquisição de um kit multimídia pelos pontos de cultura contendo equipamentos necessários para a difusão dos seus conteúdos na Internet com o uso de programas de software livre. A intenção, segundo Turino (s/d), era tornar essa ação um instrumento de aproximação entre os pontos, propiciando um novo modo de pensar a tecnologia, em um misto de generosidade intelectual e trabalho colaborativo (BRAGA JUNIOR, 2014, p. 34).

A instrumentalização das instituições com kits multimídia – composto por equipamentos digitais, tais quais computadores, câmeras fotográficas, filmadoras, impressoras, ilhas de edição etc.– tinham como objetivo além de registrar as atividades dos projetos, estimular o intercâmbio e a formação de redes. O ideal de conectar as instituições em redes virtuais era uma das bandeiras do PCV no seu nascedouro.

Porém, o ideal de conectar Pontos formando uma rede esbarrou em problemas cotidianos. O uso do kit multimídia e do software livre eram diferentes a depender do grau de amadurecimento tecnológico das instituições, ou seja, nem todos os Pontos de Cultura tinham vocação/habilidade para o manuseio de equipamentos. Soma-se a esta realidade dificuldades estruturais que incluem, por exemplo, a desigual distribuição e disponibilização de internet no país. Considerando todos esses aspectos, os desafios de conectar uma rede nacional eram (e continuam sendo) enormes.

3.1.1.2 Comissão Nacional dos Gestores Estaduais e Municipais do Programa Cultura Viva

A inexistência de formalização do papel dos entes federados na gestão compartilhada motivou uma mobilização de gestores estaduais e municipais do Programa Cultura Viva. Como já apresentado, o PCV havia iniciado a sua descentralização no ano de 2007. Inicialmente, o papel dos estados e municípios nesta relação estava pontualmente descrita em Convênio de Cooperação Técnica e Financeira que, a exemplo

do convênio nº 427/2007 formalizado com o estado da Bahia, indicava como obrigações do convenente as de cumprimento do objeto do termo como realização de edital de seleção, acompanhamento das instituições e de prestação de contas.

Com as mudanças de gestão por qual passou o MinC uma crítica recorrentemente feita pelos interlocutores da gestão do Cultura Viva era a ausência de prioridade dada ao Programa. O chamado “freio de arrumação” iniciado no governo da presidenta Dilma Rousseff trazia impactos para a continuidade do Cultura Viva. De acordo com o relatado por Ana de Hollanda (2016)²⁵, havia um passivo de pagamentos, além de recomendações dos órgãos de controle por uma melhor fiscalização dos convênios.

Os estados e municípios que haviam firmado convênios de cooperação com o Ministério para a descentralização do Cultura Viva sentiam o impacto do atraso das análises de prestações de contas e, conseqüente, repasses das prestações subseqüentes. A pressão por parte dos Pontos de Cultura, também reflexo do atraso dos repasses dos convênios para os entes federados, aumentava a sensação de descaso por qual passava a política.

Somada à problemática administrativa, que tinha pleitos protagonizados de forma individualizada por cada um dos partícipes da gestão descentralizada do Programa junto ao MinC, a ausência de participação dos entes federados no processo de avaliação e proposição do “Redesenho do Cultura Viva” era sentida. O protagonismo desse processo estava com o Ministério e contava com a participação da Comissão Nacional de Pontos de Cultura.

Reunidos no ano de 2013, na cidade de Salvador - Bahia, gestores estaduais e municipais do Programa Cultura Viva realizaram uma reunião. O I Encontro de Gestores Estaduais de Pontos de Cultura aconteceu nos dias 25 e 26 de fevereiro, no Conselho Estadual de Cultura da Bahia e contou com a participação de além da Bahia, 16 estados brasileiros e Distrito Federal: Alagoas, Amapá, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Sergipe e São Paulo.

Este encontro teve como objetivo principal discutir o papel dos Estados na gestão do Programa Cultura Viva, a partir do processo do Redesenho do Programa, além de fortalecer a articulação e o intercâmbio de experiências entre os Estados e com a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural, no tocante à gestão nacional dos

²⁵ Conforme citado nesta dissertação nas páginas 76-77.

Pontos de Cultura.

Como parte da programação do Encontro, aspectos da gestão do Cultura Viva foram discutidos com os participantes a partir de duas frentes de trabalho: 1) Qualificação e Normatização de Instrumentos (editais, seleção, convênios e prêmios) e 2) Acompanhamento, Monitoramento e Fiscalização. Essas discussões resultaram num documento que foi enviado ao Ministério da Cultura²⁶.

Dentre as reivindicações, sugestões e encaminhamentos que impactavam diretamente na gestão das redes do Cultura Viva indicados no documento estavam: a) necessidade de equipes dentro da SCDC para atender aos estados e regiões; b) a cobrança por maior agilidade nas respostas dos processos entre o MinC e as Secretarias Estaduais; c) o fortalecimento da articulação dos Gestores Estaduais do Programa Cultura Viva com a bancada federal para apresentar o Programa Cultura Viva e discutir emendas para a Lei Cultura Viva; d) realizar grupo de trabalho para alinhar o Programa Cultura Viva com as procuradorias e controladorias através de reuniões, seminários, encontros, etc.; e) facilitar a utilização dos rendimentos do convênios firmados com os estados através da criação de portaria federal que autorizasse o seu uso para realização de Teias, formação, ações de acompanhamento e monitoramento.

Outra demanda que parecia urgente era a adoção de procedimentos e metodologias do Programa Cultura Viva que fossem comuns a todos os estados. Tal demanda deveria envolver os entes federados em grupos de trabalho que auxiliassem o Ministério na tomada de decisão, uma vez que a descentralização, como já sinalizado, tomou como base especificidades estaduais e, por essa característica, enquanto que para estados como a Bahia a parceria realizou-se através de convênios, no caso de São Paulo concretizou-se como formato de seleção a premiação.

Apenas essa peculiaridade relacionada ao instrumento de parceria que iria ser estabelecido com as instituições culturais interferiu de modo substantivo na gestão das redes estaduais. Ao passo que os Pontos de Cultura formalizados no estado da Bahia tinham onerosas prestações de contas para comprovar a execução das metas estabelecidas nos planos de trabalho dos convênios firmados, a execução de premiações tem prestações de contas mais amenas e que não são dispendiosas no que tange a comprovação da execução financeira, uma vez que se pautam no cumprimento do objeto.

Demandas associadas à comunicação indicavam como compromissos, a

²⁶ Programação do encontro e documento enviado ao Ministério da Cultura encontram-se nos anexos 5 e 6 desta dissertação.

necessidade de ter uma plataforma dos Pontos de Cultura no site do MinC que reunisse legislação, editais, informações, publicações, agendas, contatos, etc. Além disso foi estabelecido como compromisso dos estados a criação de uma plataforma digital nos sites das respectivas Secretarias para divulgação das ações dos Pontos de Cultura.

Um resultado substantivo dessa reunião foi a formação de uma Comissão dos Gestores Estaduais do Cultura Viva. Ela foi composta por representantes das 5 regiões brasileiras, justificando-se na percepção da necessidade de melhor articulação dos entes federados na interlocução com o MinC para discutir a gestão e os itinerários do Programa.

Consonante com esse propósito, Cláudia Vasconcelos, então Diretora de Cidadania Cultural e gestora da rede de Pontos de Cultura da Secretaria de Cultura da Bahia, em matéria publicada no site do MinC afirmou que:

Os estados têm muito o que dizer, pois, nestes anos de experiência, [eles] têm dialogado muito diretamente com os Pontos de Cultura. A gente vai conseguir sair daqui com uma instância de representação dos estados propondo a continuidade e aprofundamento deste diálogo sistemático com o MinC (VASCONCELOS, 2013).

A formalização da Comissão rendeu alguns frutos na estruturação do Programa. Do primeiro encontro, que foi provocado pela Bahia e contou com a presença do Ministério, além da eleição da Comissão, os gestores produziram um documento com propostas para a qualificação do Programa, visando mais efetividade na participação social, na gestão nos Estados e ações de monitoramento e acompanhamento do Programa²⁷.

A Comissão formalizada após encontro na Bahia teve espaço garantido para discussão e articulação durante a Teia Nacional da Diversidade. Reunida no I Fórum Nacional de Gestoras e Gestores do Programa Cultura Viva, ela discutiu temas como: “Desafios para institucionalização do Programa Cultura Viva”; “O Sistema Nacional de Cultura e a Política de Base Comunitária: atribuições dos Entes Federativos” e “Participação Popular: democratização dos recursos públicos e controle social”.

De acordo com a carta resultante do Fórum (2014):

Em sua primeira edição o Fórum focou, em seu objetivo geral, sua consolidação como instância permanente de atuação político-cultural, assim como avançar na institucionalização do Programa Cultura Viva, construindo dispositivos que contribuam para consolidá-lo como política de Estado – política de base comunitária do Sistema Nacional

²⁷ Documento anexo 5 a esta dissertação.

de Cultura – garantindo a adequação dos marcos legais e regulatórios à realidade da diversidade cultural brasileira ampliando e regionalizando os recursos, promovendo a participação e o controle social a partir da realidade comunitária, bem como a democratização das gestões públicas (COMISSÃO NACIONAL DE GESTORAS E GESTORES DO PROGRAMA CULTURA VIVA, 2014).

A participação mais ativa dos estados e municípios no aperfeiçoamento da política pública foi de grande contribuição para o amadurecimento do programa que tinha nos estados e municípios parceiros a gestão e o acompanhamento das Redes descentralizadas, mas que ainda não estavam envolvidos plenamente na avaliação, monitoramento e revisão do Cultura Viva.

3.1.1.3 GT - Cultura Viva

Na perspectiva de “contribuir (...) para o aprimoramento e a simplificação dos procedimentos de construção de parcerias com as organizações da sociedade civil e para a gestão do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva” (BRASIL, 2014a) foi publicada Portaria Ministerial nº34 que criava um grupo de trabalho (GT) para:

I - propor diretrizes para a estruturação, monitoramento e avaliação do Programa Cultura Viva, em especial das suas parcerias com a sociedade civil; II - monitorar o processo de pactuação e o encaminhamento de compromissos da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural - SCDC - com órgãos e entidades do Ministério da Cultura, com outros órgãos e entes públicos e com organizações da sociedade civil, no âmbito do Plano Intersetorial e Intra-setorial de Trabalho da Secretaria; III - definir demandas para o aprimoramento da gestão de convênios do Programa Cultura Viva; IV - identificar e encaminhar demandas de estruturação e de aperfeiçoamento de instrumentos do marco legal aplicável ao melhor desempenho do Programa Cultura Viva; V - elaborar o modelo de gerenciamento, estruturação e regulamentação do instrumento da Chancela de Pontos e Pontões de Cultura, estabelecendo suas condições, prazos, regras de funcionamento e monitoramento; e VI - identificar, organizar e difundir as melhores práticas de gestão do Programa Cultura Viva, com ênfase na gestão de parcerias. (BRASIL, 2014a)

O GT Cultura Viva, apesar de facultada a participação de alguns entes para a realização das reuniões, era, estruturalmente formada por representações: a) do Ministério da Cultura, b) Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura; c) Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Cultura das Capitais e Regiões Metropolitanas; d) dos Pontos de Cultura; e) da Secretaria Geral da Presidência da República e f) do Poder

Legislativo.

A existência de um GT enquanto uma instância consultiva e propositiva de aspectos cruciais para a continuidade da política cultural - proposição de diretrizes, aprimoramento da gestão, difusão de melhores práticas, aperfeiçoamento de marcos legais - configura-se, ao nosso ver, como um importante elemento da governança do Programa Cultura Viva. O estabelecimento de escopo de trabalho indicado em portaria específica deixa evidente uma pactuação de compromissos compartilhados. Esse GT, em sua configuração que envolve participantes do estado e da sociedade civil, é um exemplo cabal do compartilhamento de responsabilidade em prol de uma causa. Neste caso, o aperfeiçoamento e a continuidade do Programa Cultura Viva.

Uma segunda portaria do mesmo ano, a nº 106, “Cria Grupo de Trabalho Interno para, no âmbito do Ministério da Cultura, apresentar proposta de regulamento da Política Nacional de Cultura Viva, instituída pela Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014” (BRASIL, 2014b). Coordenado pela SCDC, o grupo tinha na sua composição representações: a) da Secretaria Executiva - SE; b) da Secretaria de Políticas Culturais - SPC; c) a Secretaria de Articulação Institucional - SAI; d) da Consultoria Jurídica - CONJUR; e e) da Assessoria Especial de Controle Interno - AEI.

Considerando que esse GT tinha como objeto central a elaboração de proposta de regulamentação da Lei Cultura Viva, a proposição de GT interno do MinC, ou seja sem a participação de interlocutores do Programa Cultura Viva - leia-se entes federados envolvidos na gestão da política pública e os Pontos de Cultura - foi alvo de bastante crítica por parte dos grupos que se sentiram excluídos de momento decisivo para a Lei 13.018/2014 pois, é com a regulamentação que os rituais e detalhamentos da aplicação da lei se estabelece.

Em resposta aos questionamentos/pressões facultou-se a participação de gestores estaduais e municipais, além da participação de integrantes dos Pontos de Cultura, especificamente, da Comissão Nacional de Pontos de Cultura (CNPdC) na condição de convidados do GT. A abertura para essa possibilidade de participação também neste processo decisório deixou duas coisas evidentes: 1) uma vez estimulados pelo Ministério da Cultura, os grupos culturais organizados (em comissões, fóruns etc) tornaram-se capazes de exercer evidente pressão a ponto de reivindicarem presença em rituais que incluíam decisões relacionadas intimamente aos rumos das política; 2) mesmo em gestões

potencialmente favoráveis à participação, essa deve ser cotidianamente reivindicada. Ou seja, a participação em processos decisórios ainda carece de constante vigilância dos atores políticos envolvidos/beneficiados e/ou interessados na execução das políticas.

3.2 DISPOSITIVOS LEGAIS

Consoante com o pensamento de Norberto Bobbio (1909), a prática jurídica de uma época não pode ser analisada alijada do seu contexto histórico. Para o pensador, os direitos do homem são, portanto, direitos históricos que nascem em determinadas circunstâncias e são frutos de embates político-ideológicos. E também por isso, tratam-se de direitos adquiridos de forma gradual e passíveis de mudanças/adequações. Neste sentido, é possível afirmar que todo e qualquer ordenamento jurídico não surge do nada, nem é algo fixo e imutável, mas constitui-se a partir da junção de relações e normas sociais. Ou seja, sofrem a influência do ambiente sócio-político e das transformações históricas, econômicas e culturais que interferem nas relações sociais de um determinado povo.

De acordo com esse pensamento, tal qual nos alerta a pesquisadora Ana Aragão, sabemos que a elaboração de normas (constituições, leis, decretos, portarias etc.) é resultado de construções nem sempre harmônicas, uma vez que essas concepções assimilam as disputas pelo poder e atendem as mais diversas correntes de pensamento e ideologias (ARAGÃO, 2013b). Refletindo sobre os direitos fundamentais do homem, Bobbio afirma que:

O elenco dos direitos do homem se modificou, e continua a se modificar, com a mudança das condições históricas, ou seja, dos carecimentos e dos interesses, das classes no poder, dos meios disponíveis para a realização dos mesmos, das transformações técnicas, etc. (...) Não é difícil prever que, no futuro, poderão emergir novas pretensões que no momento nem sequer podemos imaginar, como o direito a não portar armas contra a própria vontade, ou o direito de respeitar a vida também dos animais e não só dos homens. O que prova que não existem direitos fundamentais por natureza. O que parece fundamental numa época histórica e numa determinada civilização não é fundamental em outras épocas e em outras culturas (BOBBIO, 1909, p. 13)

O argumento de Bobbio se relaciona com o *juspositivismo*, corrente filosófica do direito que possui como característica a percepção do caráter temporal, territorial, anulável, variável e mutável dos direitos pensamento que se contrapõe a corrente

jusnaturalista que defende a existência de direitos que são naturais do homem, e, portanto, eternos e universais.

Algumas premissas de Bobbio ajudam a pensar um pano de fundo para os direitos:

1. como já tratamos, **os direitos humanos são históricos**, quer dizer, estão sujeitos a alterações e adequações que envolvem contextos históricos, estrutura social e de poder vigente;
2. a luta por **um direito sempre contesta uma ordem anterior estabelecida**. O que significa que a conquista de um direito move um sistema preestabelecido. Por exemplo, o direito à liberdade, com o fim do regime escravocrata, desautoriza o direito de escravizar;
3. **inexiste uma teoria pronta e acabada dos direitos humanos**. Considerando o caráter camaleônico dos direitos, que precisam ser adaptados ao momento histórico e romperem com estruturas sociais e culturais predeterminadas, os direitos refletem, por esta última premissa, o inacabamento e a constante necessidade de embates que resultam em avanços e/ou recuos.

Se a temática dos direitos humanos suscita uma série de questões que são, inclusive, de ordem cultural, pensar os direitos culturais não é tarefa simples. De acordo com a socióloga Farida Shaheed (2011), que foi especialista dos direitos culturais do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas (ONU), “os direitos culturais estão tão intimamente interligados com os direitos humanos que às vezes é difícil traçar uma linha divisória entre os direitos culturais e os demais” (SHAHEED, 2011).

No ordenamento jurídico internacional, o direito cultural aparece desde o século XVII e verifica-se a sua presença em uma série de declarações e pactos: Estatuto da rainha Ana (1689); Convenção de Berna (1886); Declaração Americana dos Direitos e Deveres do homem (1948); Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966); Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966); Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Direitos dos Povos (1981); Declaração do México sobre as Políticas Culturais (1982); Declaração das Pessoas pertencentes a Minorias Nacionais ou étnicas, Religiosas e Linguísticas (1992); Declaração Universal da Unesco sobre a Diversidade Cultural (2001); Agenda 21 da Cultura (2004); Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005); Carta Cultural Ibero Americana (2006) e Declaração de Friburgo sobre Direitos Culturais (2007) (ARAGÃO, 2013b)²⁸

²⁸ A dissertação de Ana Lúcia Aragão realiza de forma consistente a remontagem deste cenário e apresenta as características dessas normas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), por exemplo, possui dois artigos (Art. 22 e Art. 27) que expressam a garantia dos direitos culturais, considerados indispensáveis ao desenvolvimento. Eles preconizam a possibilidade de participar da vida cultural da comunidade, gozar das artes, desfrutar dos benefícios do progresso científico, bem como da proteção jurídica à criação. No Brasil, somente a partir da Constituição Federal de 1988, fruto da redemocratização do país, os direitos culturais foram explicitamente reconhecidos. Até então, as constituições (1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967) não tratavam de direitos culturais e o tema cultura aparecia de forma tímida, em geral relacionado com a educação. O texto constitucional de 1988 inclui os direitos culturais e percebe a cultura num conceito amplo. Além disso, abre espaços de participação antes não previstos o que marca a transição de um Estado autoritário para um Estado democrático de direito. Por essa característica essa constituição ficou apelidada de cidadã (ARAGÃO, 2013b).

Nos últimos anos, a cultura esteve presente no legislativo federal através de alguns acontecimentos que contribuíram para a visibilidade deste campo dotando-o de legitimidade. A Emenda Constitucional nº48/2005, por exemplo, foi um passo primordial para as políticas culturais brasileiras. Através dela, é acrescida à Constituição Federal o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, que institui o Plano Nacional de Cultura, aprovado pelo Congresso Nacional em 2010 (Lei nº 12.343/10).

Em alinhamento com uma política internacional, a Convenção sobre a Proteção e Diversidade das Expressões Culturais (2005) é ratificada pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo 485/2006. Composta por 35 (trinta e cinco) artigos, 09 (nove) objetivos, 08 (oito) princípios diretores, esta Convenção reforça a diversidade cultural enquanto elemento indispensável para garantir a paz e a segurança em níveis local, nacional e internacional e para a plena realização dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Seus objetivos apontam para uma preocupação com igualdade de condições para que se estimule o benefício mútuo no florescimento das culturas, a necessidade do diálogo entre culturas e o estímulo aos intercâmbios multiculturais para a manutenção da paz. Reafirma-se o vínculo cultura - desenvolvimento, com destaque aos países em desenvolvimento. E, no que tange a formulação de políticas, destaca o lugar dos Estados e o “direito soberano dos Estados de conservar, adotar e implementar as políticas e medidas que considerem apropriadas para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais em seu território” (UNESCO, 2005).

Especificamente no caso da Convenção, cabe sublinhar o papel ativo do Brasil

na sua formulação, que, conforme avaliado por Giuliana Kauark, teve um papel decisivo por alguns motivos que incluem desde o capital simbólico do artista-ministro, Gilberto Gil, até a construção da argumentação técnica da comitiva brasileira que havia destacado aspectos como: a presença da dimensão cultural como fator de desenvolvimento; a necessidade de fortalecimento das indústrias culturais nos países em desenvolvimento; a importância da proteção dos conhecimentos tradicionais; a definição mais abrangente da cultura, não a restringindo somente às artes e patrimônio material; etc. (KAUARK, 2010).

Em um momento mais recente, podemos sublinhar a inclusão Emenda Constitucional nº71 de novembro de 2012 que insere o art. 216-A na Constituição Federal, artigo que se dedica a instituir o Sistema Nacional de Cultura. O texto do artigo afirma:

Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais (BRASIL, 2012).

Na perspectiva de se pensar o papel do Estado (seja ele nacional, estadual ou municipal) cabe observar que o SNC se institui enquanto o principal articulador federativo do Plano Nacional de Cultura, mas também enquanto instrumento para a possibilidade de existirem, no Brasil, políticas de cultura com pensamento federativo. Para alguns pesquisadores, o governo Lula, tanto nas administrações de Gilberto Gil, quanto de Juca Ferreira, implementou uma série de políticas, programas e ações que visavam estabelecer, pela primeira vez no Brasil, um pacto federalista no campo cultural (BARBALHO; BARROS; CALABRE, 2013). O envolvimento do legislativo, no que tange a normatização de garantias, inclusive constitucionais, para o setor cultural configura-se como um avanço. Mas, uma série de desafios também precisam serem superados na expectativa de que a inclusão histórica de conquistas para o setor não fique restritas à “letra fria da lei”.

Em debates sobre a institucionalidade da cultura, realizados como parte da programação do XIII Enecult no ano de 2017, por exemplo, desafios foram pontuados, a exemplo: da insuficiência dos instrumentos jurídicos, considerando que culturalmente no Brasil existem “leis que pegam, e leis que não pegam” (como complemento a esta visão, a necessidade de superar a visão de que as leis tratam-se de meras cartas de intenções);

da importância de se observar a institucionalidade enquanto um complexo que envolve, dentre outros, problemas estruturais e orçamentários.

Um cuidado que acrescentamos a este breve elenco é a necessidade de se avaliar a adequação dos marcos legais. Não podemos deixar de destacar que algumas vezes a existência de normas também se configura como um desafio a ser superado, sobretudo, nos casos em que legislações se constituem como barreiras ao ampliarem a burocracia e, conseqüentemente, dificultarem a efetividade de políticas.

3.2.1 Normas e o Programa Cultura Viva

Conforme aferido por uma série de estudiosos da cultura, um dos elementos cruciais para a consolidação de uma institucionalidade duradoura é o arcabouço jurídico que a sustenta (MICELI, 1984; MOISÉS, 2001; RUBIM, 2015). Pensar nas normas que respaldam qualquer política requer refletir sobre a hierarquia dos instrumentos, alcances e limites que cada um deles impõe. Para o direito, a hierarquia de uma norma é a subordinação desta a uma fonte geradora superior.

No mundo do direito, cabe à lei o primeiro lugar dentre as várias ordens emanadas do Estado. A lei é o rochedo de bronze contra o qual se quebra qualquer outra disposição que lhe seja contrária. E é nisto que reside a superioridade da lei (Fleiner, Fritz, 1933 *apud* CRETELLA JÚNIOR, 1974, p. 447).

No Brasil, temos uma hierarquia legal determinada constitucionalmente em que todas as leis são inferiores à Constituição Federal, pois encontram seu fundamento de validade na Carta Magna. Ou seja, qualquer lei ou ato administrativo que contrarie o disposto na Constituição Federal, será considerada uma norma inconstitucional e, por isso, será nula ou sem qualquer efeito no mundo jurídico.

O estabelecimento de uma ordem compatível com o que designa determinado ato administrativo colaboraria para a sua compreensão plena, mas cabe a ressalva de que existem casos em que determinados conteúdos podem ser veiculados por diferentes modalidades de atos. Bem como outros em que a vinculação com o ato formal impossibilita a utilização de outras modalidades de veiculação. Ou seja, “Determinadas formas de atos administrativos são fixadas *ratione personae* (autoridades que os editam) e *ratione materiae* (objeto sobre que versam)” (CRETELLA JÚNIOR, 1974).

Ao longo dos anos, que envolvem desde a criação do Programa Cultura Viva até a aprovação da Lei nº13.018/2014, algumas normas que regiam a formatação e

funcionamento do Programa foram lançadas. Inaugura este cenário a publicação da Portaria nº 156 de 6 de julho de 2004, que cria o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva. Composta por sete artigos, ela institui a criação do programa governamental e delimita as linhas gerais para a sua implementação, sejam elas: o objetivo da política; o público beneficiário; a forma de apoio; as fontes para viabilizar o fomento; e o órgão de gestão e controle responsável pela coordenação do Programa no Ministério. O quadro abaixo organiza os elementos elencados e os artigos da portaria.

Tabela 3 Linhas gerais para a implementação do PCV

| Elementos | Artigos da Portaria |
|----------------------|---|
| Objetivo da política | <p>Art. 1º: Promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando a construção de novos valores de cooperação e solidariedade.</p> <p>Art. 2º O Programa estimulará a exploração, o uso e a apropriação dos códigos, linguagens artísticas e espaços públicos e privados que possam ser disponibilizados para a ação cultural.</p> |
| Público beneficiário | <p>Art. 3º: Se destina à populações de baixa renda; estudantes da rede básica de ensino; comunidades indígenas, rurais e quilombolas; agentes culturais, artistas, professores e militantes que desenvolvem ações no combate à exclusão social e cultural.</p> |
| Forma de apoio | <p>Art 4º: A execução do Programa se procederá mediante editais convidando organizações não governamentais de caráter cultural e social, legalmente constituídas a apresentarem propostas para participação e parceria nas diferentes ações do mesmo</p> |
| Fontes de Fomento | <p>Art 5º: Os recursos para implementação das ações do Programa serão advindos da Lei</p> |

| | |
|---|---|
| | Orçamentária e de parcerias agregadas ao Programa. |
| Órgão de gestão, controle e coordenação do Programa | Art. 6º: A coordenação das ações do Programa será objeto de competência da Secretaria de Programas e Projetos Culturais |

Fonte: *Elaboração própria a partir da Portaria nº 156 de 6 de julho de 2004.*

Publicada no ano seguinte, a Portaria nº 82 de 18 de maio de 2005, promove algumas alterações no Programa, dentre as quais: adequa o público-alvo do Programa, incluindo o público LGBT como beneficiários explícitos pela portaria ministerial; acrescenta instituições públicas como parceiros na execução do Programa, que na portaria anterior estava restrito a instituições culturais da sociedade civil sem fins lucrativos.

Ainda a partir de 2005, começam a serem criados prêmios que passam a ser agregados enquanto integrantes do Programa Cultura Viva. A portaria ministerial nº 215 de 25 de novembro de 2005, dispõe sobre a criação do Prêmio Cultura Viva enquanto uma ação do PCV. A portaria, no entanto, não determina critérios e formas de premiação, mas deixa indicado em seu texto que a responsabilidade por tal demanda será da Secretaria de Programas e Projetos Culturais.

Como parte das comemorações pelo dia do índio, em 18 de abril de 2006 é publicada a Portaria nº 31 que criou o Prêmio Culturas Indígenas, definidas como:

todas as expressões dos modos de vida próprios a cada povo ou etnia indígena incluindo língua, religião e rituais religiosos, histórias e mitos, medicina tradicional, expressões dramáticas e de canto e dança, pinturas corporais, grafismos, artesanato, culinária tradicional, arquitetura tradicional, educação da oralidade, brincadeiras infantis entre outras (BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006).

No que tange ao estabelecimento de rotinas administrativas, a Portaria nº 29 GM/MinC, de maio 2009, trata da elaboração e gestão de editais de seleção pública para apoio a projetos culturais e para concessão de prêmios a iniciativas culturais no âmbito do Ministério da Cultura. Anexo a essa portaria, o *manual de orientação para elaboração e gestão de editais de seleção pública de projetos e iniciativas culturais* normatiza as etapas da seleção pública de projetos, deixando explícita a obrigatoriedade de publicação na imprensa oficial de atos relacionados aos editais, além de estabelecer critérios de seleção etc. Dentre as determinações de procedimentos regulados pela portaria, destacamos ainda as proposições que tratam das comissões de seleção que indicam: a sugestão de comissões com membros de notório saber e de reconhecida atuação na área

cultural da seleção pública, e representantes designados por entidades representativas da área cultural; além de, em caso de editais nacionais, que a comissão seja constituída por representantes de todas as regiões do país.

Essa portaria, apesar de não ser específica para o Programa Cultura Viva, colabora para a sua institucionalidade uma vez que ratifica princípios constitucionais que incluem: I – transparência; II – isonomia; III – legalidade; IV – moralidade; V – impessoalidade; VI – publicidade; e VII – eficiência, se somam nesta portaria ao VIII – equilíbrio na distribuição regional dos recursos; e IX – acesso à inscrição (BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2017). Ao regular e dar publicidade aos procedimentos, inclusive com a previsão de participação da sociedade civil, os processos de seleção e procedimentos de gestão procuram superar a tradição do autoritarismo nos atos públicos e as decisões acompanhadas por processos transparentes colaboram para eliminação do caráter discricionário que por tanto tempo foi prioritário na gestão da coisa pública.

Outro avanço em termos de regulamentação de competências e procedimentos no âmbito do Ministério da Cultura, a Portaria nº 27 GM/MinC, de março de 2010, define as regras de classificação e distribuição de projetos culturais entre peritos pareceristas credenciados, bem como procedimentos e competências relativas à implementação do Sistema de Credenciamento, no âmbito do Sistema MinC. Esse ato pode ser considerado como complementar à Portaria nº 29/2009 pois avança para a regulamentação dos critérios de seleção de pareceristas (externos ao Ministério) no que se relaciona com as competências e pré-requisitos dos mesmos em relação à complexidade dos projetos culturais submetidos à seleção pública além de fixar parâmetros de pagamento por parecer emitido (BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010a), o que mais uma vez, colabora para manutenção de isonomia e transparência dos atos públicos resguardando o ente público de definições arbitrárias.

A portaria nº 123, de 13 de dezembro de 2011, estabelece as metas do Plano Nacional de Cultura. A aprovação em 2005 do PNC, estruturalmente composto por 36 estratégias, 274 ações e 53 metas é um exemplo. Ele faz parte do Sistema Nacional de Cultura (SNC), sendo o norteador da política nacional de cultura. Construído com base em discussões ocorridas nas conferências municipais, estaduais e nacionais de cultura e consolidadas no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), pode-se dizer que “(...) o PNC reflete anseios e demandas de todo o país, com respaldo do poder público e da sociedade civil” (BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2013a, p. 8).

Em conformidade com os discursos que orientam a política de cultura da gestão

dos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira, “O Plano reafirma uma concepção ampliada de cultura, entendida como fenômeno social e humano de múltiplos sentidos. Ela deve ser considerada em toda a sua extensão antropológica, social, produtiva, econômica, simbólica e estética” (BRASIL, 2010b). E, as metas [do PNC] refletem uma concepção de cultura que tem norteado o Ministério da Cultura (MinC). Essa concepção compreende uma perspectiva ampliada da cultura, na qual se articulam três dimensões: a simbólica, a cidadã e a econômica (BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2013a).

O Plano Nacional de Cultura aponta como competências do Estado: a) formular políticas públicas, b) qualificar a gestão cultural, c) fomentar a cultura, d) proteger e promover a diversidade cultural; e) ampliar e permitir o acesso; f) ampliar a comunicação e possibilitar as trocas entre os diversos agentes culturais, g) difundir bens, conteúdos e valores, e h) estruturar e regulamentar a economia da cultura.

Dentre seus objetivos destacamos a necessidade de “consolidar processos de consulta e participação da sociedade na formulação das políticas culturais”. De acordo com documento que apresenta as Metas do PNC:

Os processos de participação social na elaboração das políticas públicas contarão com ferramentas sociais na internet que permitirão um diálogo mais próximo entre a sociedade civil e os gestores públicos. Tais ferramentas concretizarão o conceito de governança colaborativa proposto para que a sociedade possa acompanhar e participar diretamente da realização do Plano Nacional de Cultura e garantir a transparência pública com acesso livre às informações (BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2013a, p. 21)

Tem impacto direto no Programa Cultura Viva a meta n° 23. Esta prevê que até 2020 devemos ter “15 mil Pontos de Cultura em funcionamento, compartilhados entre o Governo Federal, as Unidades da Federação e os municípios integrantes do Sistema Nacional de Cultura (SNC)” (BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2013a).

De acordo com a plataforma de acompanhamento do Plano Nacional de Cultura, para alcançar a meta, no ano de 2015, foram realizadas algumas atividades: a) Regulamentação da Lei 13.018/2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva - Instrução Normativa n° 1, de 07/04/2015 e b) Lançamento do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura.

Porém, mesmo tendo como potencialidade a nova forma de chancela pelo Ministério da Cultura - leia-se a auto declaração dos Pontos e Pontões de Cultura - que

auxiliam no cumprimento da meta estipulada pelo Plano Nacional de Cultura, ao tempo em que “desobriga” a realização de apoio financeiro às instituições canceladas como Pontos e Pontões de Cultura, até 2015, de acordo com a plataforma de acompanhamento, apenas 31,6% da meta havia sido cumprida.

Figura 9 Indicador de Cumprimento de Metas do PNC (2010 – 2015)

| Indicador | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | Ponto da meta 2020 |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------------------|
| Quantidade total de Pontos de Cultura em funcionamento | 3.405 | 3.613 | 3.618 | 4.155 | 4.502 | 4.733 | 15.000 |
| % de Pontos de Cultura em funcionamento | 22,7% | 24,1% | 24,1% | 27,7% | 30,0% | 31,6% | 100% |

Fonte: Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC)

Data de atualização: 31/12/2015

Na leitura de Rubim, o Cultura Viva passou nas gestões das ministras Ana de Hollanda e Marta Suplicy por um processo de redução de protagonismo:

O lugar estratégico do Cultura Viva na ampliação da base social do Ministério nunca foi devidamente compreendido pelas gestões de Ana de Hollanda e Marta Suplicy. O programa quase entrou em colapso, com evidentes riscos de retrocesso. A aprovação da Lei Cultura Viva pelo Congresso Nacional, apesar de sua relevância, enfrenta, com limitações, este tema. A reforma democrática e republicana dos procedimentos do programa continua a solicitar a devida atenção e resolução pelo poder público. A meta, inscrita no PNC, de alcançar 15 mil Pontos de Cultura em 2020 parece comprometida, caso não aconteça uma urgente e ágil revisão destes processos (RUBIM, 2015a, p. 25).

Na perspectiva de enfrentar esse cenário, podemos destacar a publicação da portaria nº118 de 30 de dezembro de 2013, que revoga as portarias nº 156, de 06 de julho de 2004, e nº 82, de 18 de maio de 2005, e reformula o Programa Cultura Viva. Uma das mudanças substanciais determinadas por este ato, incluem a definição dos Pontos de Cultura “grupos e coletivos sem personalidade jurídica”, bem como a indicação de que consórcios públicos e instituições públicas poderiam ser qualificados como Pontões de Cultura. A forma de repasse aos Pontos de Cultura, antes limitadas a seleções via editais públicos, por esta portaria passam a ocorrer também através de “transferências voluntárias e subvenções sociais” (BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2013b).

Uma repercussão percebida por esta portaria trata-se de uma estratégia para cumprir a meta nº 23 estipulada no Plano Nacional de Cultura, mas é frágil no que tange

a colaboração com as instituições culturais. A inclusão das transferências voluntárias na forma de repasse, por exemplo, não deixa claros critérios para a escolha das instituições que deveriam ser apoiadas como Pontos e Pontões de Cultura. A contabilidade de grupos e coletivos sem personalidade jurídica enquanto Pontos de Cultura - ao mesmo tempo que colabora para atingir quantitativamente a meta e discursivamente para a inclusão de agentes culturais que não tem interesse em se formalizar - não deixa marcas no ato de como será dada essa relação. Se acontecerá apenas em forma de chancela, confirmando o caráter de aceleração numérica ou através de apoios discricionários, aspecto que retroage na caminhada por uma institucionalidade.

A portaria nº 34, de 17 de abril de 2014²⁹, institui Grupo de Trabalho - GT Cultura Viva, ainda anterior a Lei 13.018/2014 que foi aprovada no mesmo ano. O GT tinha por objetivo contribuir para o aprimoramento e a simplificação dos procedimentos e gestão do Programa. As formas de contribuição eram diversas e a portaria previa que ocorresse através de diálogos, estudos e elaboração de propostas de normativas.

A portaria nº 106, de 26 de setembro de 2014, cria grupo de trabalho interno para apresentar proposta de regulamento da Política Nacional de Cultura Viva, instituída pela Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014. Conforme já mencionado, a ausência dos entes federados e outras representações do Programa neste GT, que sedimentaria as normas de funcionamento da Lei, foi alvo de críticas. Com um prazo de quarenta e cinco dias para a conclusão das atividades esse GT ficaria responsável por aprofundar aspectos que na Lei não estavam amplamente detalhados como, por exemplo, o grau de simplificação das prestações de contas. Assuntos que eram de notório interesse de outros partícipes do Programa e que fizeram com que houvesse uma mobilização destes pelo pedido de participação mais ativa no processo de regulamentação da lei.

O valor jurídico de uma portaria dentre os atos administrativos tem sido objeto de análise há bastante tempo. Apesar disso, continua sem ter uma aplicação determinada e única, sendo utilizada em duas situações: uma mais restrita, “delimita os funcionários inferiores, como os destinatários únicos da medida” e outra mais geral, quando os efeitos do ato administrativo recaem sobre os cidadãos (CRETELLA JÚNIOR, 1974). De acordo com Rodolpho Priebe Pedde Junior (PEDDE JUNIOR, [s.d.]), as portarias tratam-se de *atos ordinatórios* uma vez que visam a disciplinar o funcionamento da administração e a conduta funcional de seus agentes, para ele, contrariamente ao pensamento de Cretella

²⁹ Conforme tratado no item desta dissertação que analisa a estrutura de gestão.

Júnior, o alcance das portarias é de âmbito interno das repartições e só alcançam os servidores hierarquizados à chefia que os expediu.

No caso dos atos do Ministério da Cultura e do que se relaciona com o PCV é possível verificar que as portarias servem tanto ao âmbito restrito quanto ao geral. A criação de um programa de cultura tem impactos sobre a sociedade e as normas de funcionamento regulam a forma de condução das políticas pelos servidores.

Outro tipo de ato administrativo do executivo, os decretos, por sua natureza normativa, são destinados a detalhar o que se encontra de forma abstrata na legislação. Mas, como todo ato administrativo, encontra-se hierarquicamente inferior a lei. Os decretos instituídos que se relacionam com a institucionalidade do Programa, em geral, dizem respeito à aprovação da estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério da Cultura, uma vez que temos como categoria de análise a existência de recursos humanos³⁰ e aprovação ou promulgação de acordos que tratam de assuntos que se relacionam com o PCV, sejam eles relacionados com linguagens ou setores culturais atendidos pelo PCV. Dentre esses acordos, cabe destacar:

1. Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006, que promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003. A ratificação desta Convenção pelo Brasil dialoga com algumas das diretrizes de governo, sobretudo àquela que se relaciona com o conceito de cultura assumido para a formulação das políticas públicas e com o PCV no que tange também ao público beneficiário do Programa. Pela convenção e, conseqüentemente, pelo decreto afirmam-se como patrimônio cultural imaterial: “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural” (BRASIL, 2006).
2. Decreto legislativo nº 485, de 20 de dezembro 2006 e o decreto nº 6.177, de 01 de agosto 2007 que, respectivamente, aprova o texto da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais,

³⁰ Decretos tratados no item destinado a análise dos recursos para a institucionalidade.

celebrada em Paris, em 20 de outubro de 2005 e promulga a mesma Convenção. Esta se relaciona com o PCV por exaltar a diversidade cultural e reconhecer a importância dos conhecimentos tradicionais como fonte de riqueza material e imaterial.

3.2.2 *Proposições de leis a partir do Cultura Viva*

Hierarquicamente, temos na lei uma tipologia de norma mais robusta e de baixa instabilidade. Apesar da máxima, bastante disseminada pelo senso comum no Brasil, de que existem “leis que pegam” e “leis que não pegam”, este ainda é o mecanismo que garante uma maior institucionalidade (normativa) e a possibilidade de garantias de manutenção das políticas, sendo um elemento que contribui para a consolidação de políticas de estado.

Como já salientado, no percurso histórico do programa Cultura Viva, as reivindicações por uma institucionalidade duradoura, respaldada em lei, surgiram em variados espaços: conferências, seminários, encontros, teias, fóruns. Algumas ações do Programa Cultura Viva, pela sua relevância, apelo, ou ainda influência política em esferas de governo variadas, saíram na frente na busca dessa perenidade. Trataremos a seguir de duas proposições de lei: a lei Griô (mais específica de uma ação do Programa) e a lei Cultura Viva, mais ampla por contemplar uma visão sistêmica do Cultura Viva.

Compreendendo as leis na perspectiva *juspositivista*, cabe salientar que neste processo, ficam também evidentes conflitos e lutas de interesse que fizeram com que algumas ações aparecessem com protagonismo enquanto outras foram, de alguma forma, silenciadas pelas propostas de legislação.

Lei Griô

A Ação Griô passou a integrar o Cultura Viva a partir da seleção do projeto da Associação Grãos de Luz e Griô, localizada em Lençóis, Bahia e que tinha como cerne a implantação de um projeto pedagógico de transmissão de saberes através da contação de histórias e por meio de transmissão oral realizado por *Griôs*- entendidos como mestres da sabedoria popular. O projeto aprovado no primeiro edital para Pontos de Cultura despertou o interesse do Ministério, que vislumbrou transformar a proposta da pedagogia Griô em uma ação nacional. Neste sentido, a Associação e o MinC elaboraram, conjuntamente, a ação Griô Nacional que, assim como outras que passaram a integrar o Programa Cultura Viva, realizou-se através da concessão de bolsas de trabalho para *Griôs*

e aprendizes, com o intuito de promover pesquisas e divulgar a tradição oral do Brasil. Esta ação nasceu com pensamento de transversalidade com a educação, seu primeiro edital, lançado em 2006, tinha por característica aceitar projetos pedagógicos que envolvessem Griôs e Mestres de Tradição Oral, em parceria com escolas e/ou universidades (ROCHA, 2011; VILUTIS, 2009).

numa iniciativa inovadora, a Ação Griô, incentivando trocas de experiências e estimulando vínculos entre comunidade e educadores e entre gerações, propõe o diálogo direto entre os espaços de educação formal (escolas e universidades), espaços não formais de educação (ONGs e outras entidades do terceiro setor), e os mestres da cultura popular, para o planejamento e a sistematização de práticas educativas que valorizem os saberes e fazeres de tradição oral (CARVALHO; ABIB, 2013, p. 7).

Em 2009, é realizado, durante o encontro Estadual de Pontos de Cultura da Bahia, uma reunião que resultou na proposição de uma minuta de uma Lei Griô Nacional. O processo de articulação usou a estrutura das conferências (municipais, territoriais, estaduais) montadas naquele ano para discutir e disseminar a lei³¹.

Pelo projeto de Lei, entende-se por *Griôs*:

todo(a) cidadão(ã) que se reconheça e/ou seja reconhecido(a) pela sua própria comunidade como herdeiro(a) dos saberes e fazeres da tradição oral e que, através do poder da palavra, da oralidade, da corporeidade e da vivência, dialoga, aprende, ensina e torna-se a memória viva e afetiva da tradição oral, transmitindo saberes e fazeres de geração em geração, garantindo a ancestralidade e identidade do seu povo (BRASIL, 2011).

Durante a II Conferência Nacional de Cultura, dentre mais de 347 propostas, aprovar e implementar a Lei Griô Nacional foi eleita como uma das prioridades de política de cultura no Brasil no Eixo Cultura, Educação, Criatividade, e a Rede Ação Griô mobilizou-se em busca de um milhão de assinaturas, para apresentar ao Poder Legislativo Federal o projeto de lei. O texto da proposta declarava:

36 - Instituir a lei Griô, que estabelece uma política nacional de transmissão dos saberes e fazeres de tradição oral, em diálogo com a educação formal, para promover o fortalecimento da identidade e ancestralidade do povo brasileiro, por meio do reconhecimento político, econômico e sociocultural dos Griôs Mestres e Mestras da tradição oral, acompanhado por uma proposta de um programa nacional, a ser

³¹ <http://www.leigrionacional.org.br/>

instituído, regulamentado e implantado no âmbito do MINC e do Sistema Nacional de Cultura.

O projeto de lei (PL) de iniciativa popular tinha a finalidade de instituir uma política nacional de transmissão dos saberes e fazeres de tradição oral, em diálogo com a educação formal, com objetivo de promover o fortalecimento da identidade e ancestralidade do povo brasileiro, por meio do reconhecimento político, econômico e sócio cultural dos Griôs e mestres de tradição oral (BRASIL, 2011; ROCHA, 2011).

Dentre as diretrizes da Política Nacional Griô, elencadas no PL, estão além do reconhecimento oficial da transmissão dos saberes e fazeres de tradição oral como parte integrante do patrimônio cultural imaterial brasileiro e a responsabilidade do poder público em estabelecer mecanismos de fomento e proteção para essas culturas, a gestão compartilhada, a criação de redes e a remuneração, por meio da concessão de bolsas (BRASIL, 2011).

A última tramitação no legislativo por qual passou o PL da Lei Griô, ocorreu, recentemente, em dezembro de 2016, quando avaliada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) foi apensado ao PL 1176/2011. Este PL, apresentado em 27 de abril de 2011, e, portanto, anterior ao PL da Lei Griô (apresentado em 06 de julho de 2011), possui como objeto, instituir o Programa de Proteção e Promoção dos Mestres e Mestras dos Saberes e Fazeres das Culturas Populares. Tal qual o PL da Lei Griô, o projeto de lei para reconhecimento dos mestres da cultura prevê a destinação de auxílio financeiro, além do objetivo comum de proteger e difundir os conhecimentos e expressões culturais tradicionais através da valorização dos mestres.

Uma vez que a nomenclatura Griô, marca uma identificação com uma política específica, neste caso, a Ação do Programa Cultura Viva, avaliamos que apensar o PL da Lei Griô a um PL mais amplo, maximiza o alcance da lei que dialoga com um extenso grupo de mestre e mestras da sabedoria popular que estão alheias as discussões ensejadas pelo movimento do Cultura Viva e por uma pedagogia de transmissão oral de conhecimento marcada por um grupo restrito.

De certo que algumas contribuições do PL da Lei Griô, pela sua proposição com participação social, ajudam no aperfeiçoamento do PL que preconiza a Proteção e Promoção dos Mestres e Mestras dos saberes e fazeres das culturas populares, somados esses projetos de lei deveriam fortalecer a luta pelo reconhecimento dos mestres de cultura popular. Avaliar as tensões e concordâncias bem como o pano de fundo das articulações

políticas que ensejaram a proposição dessas leis é uma tarefa ainda não realizada e que demanda uma pesquisa que envolva tanto a análise dos textos dos projetos de lei quanto o papel dos atores envolvidos, interesses e tensões. Como já afirmado ao longo deste item, as leis são resultado de tensões e, portanto, passíveis de mudanças.

A lei Cultura Viva, nº13.014/2018

Através de discussão pública e pressão de setores sociais e culturais, após decorridos 10 anos da existência, o Programa Cultura Viva torna-se Lei, passando a ser uma Política Nacional de Cultura Viva (PNCV). Sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff em 22 de julho de 2014, momento em que tinha Marta Suplicy à frente do MinC, a política ratificou a proposta de ampliar o acesso da população brasileira às condições de exercício dos direitos culturais.

Resultado de uma série de ações que envolveram tanto o poder público quanto a sociedade civil, a tramitação da Lei Cultura Viva ocorreu imerso num contexto de mudanças no comando do MinC e da SCDC. Avanços e recuos na proposição de uma institucionalidade normativa deixaram marcas na Lei. Conforme trataremos em sessão destinada a pensar os espaços de participação que influenciaram na institucionalidade do Cultura Viva, demandas pela Lei tinham como horizonte o aperfeiçoamento do Programa. A preocupação de afastar mecanismos pouco democráticos e demasiadamente burocráticos (que se revelavam a partir de procedimentos inadequados de relação com o público a que se destina a política) está presente em propostas que surgem de reflexões que envolveram as Teias e as Conferências de Cultura e estão também diagnosticadas em pesquisas realizadas por estudiosos da academia e de institutos de pesquisa em colaboração e com o financiamento do Ministério.

A gestão de Márcia Rollemberg à frente da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do MinC teve dentre as ações prioritárias o “redesenho” institucional do programa Cultura Viva, realizando em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Antes disso, o discurso de Marta Porto, Secretária que antecedeu Márcia Rollemberg, e esteve à frente da SCDC, já apresentava indícios de que o Programa carecia de ajustes/adequações para a sua ampliação. Em entrevista concedida à TV Senado³², a então Secretária afirmou que:

³² TV Senado, Cidadania , em 09/07/2011 - Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=7djANI9WLLc>> Acesso em 16 de dezembro de 2017.

Existe uma concepção que foi muito importante, mas que na avaliação que a gente tem hoje ela não acompanhou um modelo de gestão pública eficiente. Na verdade, você tinha uma necessidade de abrir o Ministério da Cultura para uma série de demandas de viés mais popular, aprofundar essa dinâmica, e isso foi feito de uma forma bem eficiente. Hoje a gente tem uma Rede de mais de 2500 Pontos de Cultura no Brasil. E aí você consegue gerar um certo nível de escala para falar que o Estado brasileiro tem responsabilidade ou que se sente corresponsável pela sustentabilidade de grupos que não teriam (...) O gestor público tem que responder qual o propósito e a finalidade dessa política para o conjunto da sociedade brasileira. (...) houve um crescimento muito grande dos Pontos de Cultura e, portanto, do orçamento que está vinculado aos Pontos sem que tivesse uma avaliação de como que o Estado estaria monitorando esse processo e orientando esse processo (PORTO, 2011).

A necessidade de controle, por parte do Estado, o que corresponde a uma das fases do *Ciclo das Políticas Públicas* estava latente. A proposição de um Redesenho para o PCV, iniciado na gestão de Márcia Rollemberg tratava de operacionalizar ações em prol de adequações sinalizadas pelo acúmulo de pesquisas sobre o Programa. Resultado inicial dessa proposição de ajustes, a Portaria nº 118/2013 que, como vimos, reformula o Programa Cultura Viva, passando a denominá-lo “Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva” traz consigo uma série de atualizações das quais destacamos:

1. abrangência do que viria a ser Pontos e Pontões de Cultura que passam a congregam grupos ou coletivos sem personalidade jurídica;
2. vinculação com a Lei 12.343 que Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC;
3. definição dos Pontos e Pontões de Cultura como **unidades culturais de base comunitária**, voltadas ao desenvolvimento de políticas públicas regionais ou setoriais de cultura (*grifo nosso*).

A reformulação do Programa proposta pela portaria, configura-se como mais um degrau para a proposição da Lei. Por possuir maior estabilidade no ordenamento jurídico, a lei era vista como o caminho para sanar descontinuidade por quais passaram o Programa como as mudanças da equipe de gestão (tanto do Ministério, quanto da SCDC).

Uma das peças de divulgação disseminadas na época na aprovação da lei, replicada abaixo, elencava as mudanças que seriam proporcionadas com a vigência da legislação.

Figura 10 Banner de divulgação das mudanças alcançadas com a Lei Cultura Viva - Lei nº13018/2014



A aprovação da lei 13.018 institui a Política Nacional de Cultura Viva e revoga todas as portarias e dispositivos infra legais anteriores relacionados ao Programa. Com a lei são implementadas mudanças que envolviam como sintetizado em banner digital:

1. uma nova modalidade no estabelecimento de parceria entre Estado e Sociedade. A substituição da modalidade convênio, regido prioritariamente pela Lei nº 8.666/1333 de Licitações e Contratos, por um instrumento de regulação próprio o **Termo de Compromisso Cultural**.

Conforme salientado ao longo desta dissertação, as críticas ao *convênio* adotado, inicialmente, como mecanismo de relação do ente público com as instituições culturais apontavam para a inadequação do instrumento. Regido, prioritariamente, pela Lei nº8666/1993, as obrigações e procedimentos que normatizam a referida lei tornava o processo de execução bastante dificultoso e burocrático. Cabe frisar o público prioritário do PCV, composto por grupos que nunca antes haviam se relacionado formalmente com

a máquina pública, e as dinâmicas e procedimentos peculiares ao campo da cultura (sobretudo popular) que são recheados de informalidades.

A imposição das normas e rotinas da lei nº8666/1993, indicava, por exemplo, a necessidade de realização de licitações - procedimento de compras utilizado pelos órgãos públicos - para aquisição de produtos e serviços pelos Pontos de Cultura. Os consequentes problemas que se desencadearam por conta do uso de normas inadequadas e que dificultavam a realização de atividades culturais (muitas vezes pouco profissionalizados e desprovidos de conhecimento prévio e habilidade para adequar-se ao sistema) esteve presente como resultado de várias pesquisas cujo objeto era o Programa e suas ações. Normatizar um instrumento de formalização da relação Estado-Sociedade no âmbito do Cultura Viva trata-se de um reconhecimento, por parte do organismo público, da inadequação das normas anteriormente aplicadas, da assimilação das variadas críticas aos procedimentos indevidos e, sobretudo, da incorporação de reivindicações dos grupos culturais, ou seja, tratava-se de democratizar o estado.

2. a auto declaração dos Pontos de Cultura.

A lei trouxe com ela uma ampliação do que viriam a ser os Pontos de Cultura que deixaria de estar restrito a instituições formalmente constituídas, dotadas de responsabilidade jurídica e abrigaria coletivos e grupos sem esta formalização, o que contribuiria para aumentar o alcance da política. Na avaliação de Alexandre Santini Rodrigues (2016), a definição ampliada do que poderiam ser os Pontos de Cultura:

Trata-se de um avanço considerável, no sentido de ampliação da base social potencialmente beneficiada pela Política Nacional de Cultura Viva. (...) a exigência de constituição jurídica sempre foi um claro limite para o acesso aos instrumentos desta política. A nova definição legal amplia as possibilidades de reconhecimento de Pontos de Cultura, convertendo-os em instrumentos mais efetivos de democratização cultural (RODRIGUES, 2016, p. 89).

A realização da certificação simplificada de Pontos de Cultura, por um lado pode ser aclamada como um importante instrumento de reconhecimento e chancela das instituições e grupos culturais enquanto partícipes do Cultura Viva, por outro transforma o mecanismo de inclusão/adesão no/ao Programa, antes dada, exclusivamente, via seleção pública e formalização de parceria com envolvimento de investimento financeiro

para a continuidade, ampliação das ações desenvolvidas pelas entidades visando fortalecimento e (questionada) sustentabilidade das ações dos grupos.

No ano de 2015 é lançada uma Plataforma Rede Cultura Viva³³ por meio da qual deveria se realizar a auto declaração e a certificação simplificada de Pontos de Cultura. Para tanto, é criada, naquele ano, uma comissão paritária que resultou na certificação de 100 entidades e coletivos culturais como Pontos de Cultura (RODRIGUES, 2016):

A auto declaração, se tomada como um instrumento da sociedade civil, pode ser um caminho para resistência e manutenção das premissas do Cultura Viva. (...) no panorama de implementação das políticas culturais inspiradas no Cultura Viva e nos Pontos de Cultura em países latino-americanos, a auto declaração e os processos de registro e mapeamento se fazem presentes, por exemplo, no autor reconhecimento ou na legitimação pelo Estado dos grupos e organizações culturais comunitárias. Talvez seja esta uma chave para compreender e explorar as perspectivas para o Cultura Viva e os Pontos de Cultura no Brasil nos próximos anos (RODRIGUES, 2016, p. 92).

O discurso impetrado pelo poder público para a adesão à auto declaração - expressa na Plataforma - indica como ganhos com a adesão a possibilidade de estar conectado à Rede Cultura Viva. Essa conexão, por seu turno, possibilitaria uma articulação com outros grupos o que desencadearia no fortalecimento de redes produtivas com objetivos comuns ou convergentes.

A auto declaração, no entanto, não encontra consenso enquanto instrumento de fortalecimento do Cultura Viva. A redução de recursos (que não se restringem aqui ao financeiro) e/ou a ausência de fomento para o florescer da política, ao nosso ver, não a fortalece. A pura chancela, se por um lado, contribui para a disseminação da política e para o cumprimento da Meta estabelecida no Plano Nacional de Cultura, não age de forma efetiva na continuidade das ações culturais.

3. Neste contexto é também criado o **Cadastro Nacional dos Pontos de Cultura.**

De acordo com a lei o Cadastro Nacional dos Pontos de Cultura deve ser integrado, por “grupos, coletivos e pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que desenvolvam ações culturais e que possuam certificação simplificada concedida pelo Ministério da Cultura” (BRASIL, 2014).

³³ <http://culturaviva.gov.br/>

A criação deste cadastro dialoga com a constatada assertiva de que existe um desconhecimento sobre as instituições que compõem a rede de Pontos de Cultura. Pela Instrução Normativa (IN) que regulamenta a Lei Cultura Viva, o cadastro nacional dos Pontos de Cultura trata-se de um instrumento de reconhecimento, mapeamento e certificação simplificada e deverá oferecer ferramentas de interação e comunicação, possibilitando o reconhecimento por parte do Ministério da Cultura e a auto declaração como Ponto ou Pontão de Cultura por parte das entidades e coletivos culturais. A rigor, o Cadastro engloba a Plataforma Cultura Viva e a integra com a auto declaração de Pontos e Pontões de Cultura.

4. a simplificação da prestação de contas, com base no § 2º do art. 8º, da Lei nº 13.018/2014.

A lei propõe que a prestação de contas seja, essencialmente, fundamentada em resultados. Aspecto crucial para a relação do ente público com a sociedade através de repasse de verbas públicas e um dos impasses do Programa, a prestação de contas dos convênios eram apontadas como um grande desafio para instituições culturais que, tradicionalmente, não sabiam lidar com recursos públicos.

Fundamental observar que os princípios que regem a administração pública e estão resguardados em lei maior - a constituição federal, em seu artigo nº37 - também devem ser resguardados pelos Pontos e Pontões de Cultura. A prestação de contas nesse cenário, mesmo pautada em resultados precisa contemplar a demonstração da correta aplicação das verbas disponibilizadas pelo ente público. Na IN 01/2015, fica expressa que:

Art. 31. As contratações de bens e serviços pelos Pontos e Pontões de Cultura, feitas com o uso de recursos transferidos pela administração pública vinculados à execução de TCC, deverão observar os princípios da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade (BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2015)

A pauta por melhorias nas relações estabelecidas entre o ente público e a sociedade civil é também objeto da Lei 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC. A demanda por esta lei surge após um

vácuo na formalização de parcerias entre os organismos da administração pública e as organizações sociais, fato que foi desencadeado a partir de uma série de denúncias de má execução dos recursos públicos por Organizações da Sociedade Civil (OSC).

Essa lei, tramitou praticamente ao mesmo tempo que a Lei Cultura Viva, e apresenta num escopo mais alargado – por não ser restrito a um programa – normas para a formalização de parcerias entre as organizações da sociedade civil e a administração pública. Alterada em dezembro de 2015 pela Lei nº 13.204, a lei do MROSC:

Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999 (BRASIL, 2015).

A simplificação da prestação de contas, fruto de reivindicações da sociedade, parece atender demandas do público com quem o estado deseja estabelecer diálogo e parceria. Mas, ao mesmo tempo, simplifica a ação do ente público no acompanhamento, no monitoramento e na avaliação do cumprimento do objeto da parceria.

5. uma autonomia para **alterações de planos de trabalho**. Com possibilidade de mudanças de até 30% do plano de trabalho sem a prévia autorização do Ministério da Cultura.

A IN 01/2015 regulamenta a flexibilização no manejo de verbas indicada pela Lei e prevê alterações na ordem de até 30% (trinta por cento) para Pontos, e de até 15% (quinze por cento) para Pontões. Os remanejamentos devem ser posteriormente justificados em relatório de execução e podem ser feitos desde que não alterem o objeto da proposta, nem a natureza de despesas programadas. Essa mudança, além de proporcionar mais autonomia à execução dos planos de trabalho pelas instituições culturais, procuram reduzir o gargalo de análises por parte da administração pública que passa a analisar previamente apenas alterações que envolvam percentuais superiores ao teto estabelecido.

Cabe sinalizar que dentre as dificuldades relatadas em pesquisas no que tange a execução dos recursos pelos Pontos e Pontões de Cultura envolviam, inclusive, a ausência de diálogo com o Ministério e a demora do órgão em orientar soluções.

6. a desburocratização do **uso dos rendimentos e saldos remanescentes**.

Como procedimento,

Art. 38. Enquanto não empregados na sua finalidade, os recursos recebidos em decorrência da parceria serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando o prazo previsto para sua utilização for igual ou inferior a um mês (BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2015)

A lei e sua regulamentação indicam como fatores que facilitam o uso de rendimentos e saldos remanescentes permissões para utilizá-los na realização de ações que ampliem as metas do objeto de parceria desde que o Termo de Compromisso Cultural ainda esteja dentro da vigência, o uso seja comprovado em prestação de contas e não ultrapassem o valor total do orçamento e não realizem troca da natureza dos recursos (capital e custeio). O tempo de espera para a análise de solicitações de uso de recursos repassados muitas vezes implicava em necessidades de termos de aditamento de prazo e outros procedimentos para que fosse possível utilizar saldos e rendimentos. Essa normativa, promove uma economia de recursos sejam eles, por exemplo humanos (na execução de pedidos, na análise e aprovação dos ajustes) ou financeiros (uma vez que, muitas vezes a formalização de pedidos de alteração de plano de trabalho requeria envio formal o que implicava em gastos com postagens, por exemplo).

Outros aspectos peculiares da lei que merecem destaque dizem respeito a previsão de variadas formas de apoio, fomento e parceria para cumprimento de seus objetivos: I - fomento a projetos culturais de Pontos e Pontões de Cultura juridicamente constituídos, por meio da celebração de Termo de Compromisso Cultural (TCC); II - premiação de projetos, iniciativas, atividades, ou ações de pontos e pontões de cultura; III - premiação de projetos, iniciativas, atividades, ou ações de pessoas físicas, entidades e coletivos culturais, no âmbito das ações estruturantes da PNCV; IV - concessão de bolsas a pessoas físicas visando o desenvolvimento de atividades culturais que colaborem para as finalidades da PNCV; e V - parcerias entre União, entes federados, instituições públicas e privadas. Para todas essas formas de fomento o Ministério da Cultura deverá lançar

editais de chamamento público a fim de selecionar os beneficiários dos apoios definidos em lei.

O uso de editais para seleção pública, estipulados em lei, ajuda a tornar institucional o mecanismo de seleção, que por normatização legal não poderá ser discricionário, mas outros avanços são necessários no que tange o alcance e acessibilidade dos instrumentos de seleção. Eles, a exemplo das simplificações dos mecanismos de comprovação de execução de objetos, devem também ser descomplicados.

3.3 EXISTÊNCIA DE RECURSOS

Em linhas gerais, recursos organizacionais são os meios utilizados pelas instituições para atingirem seus objetivos. E, portanto, quando falamos em recursos, não estamos limitando ao aspecto monetário mas, de forma ampliada, englobamos os recursos materiais e humanos³⁴.

Os recursos financeiros, talvez os mais convencionais, compreendem a capacidade orçamentária para investimento nas ações. Por recursos humanos compreendemos todo corpo (técnico ou político) que compõem os organismos, independente do seu nível hierárquico. Já os materiais abrangem desde o espaço físico, necessário a realização da atividade profissional, até equipamentos e tecnologias que colaborem para o desempenho das funções. Este tema foi brevemente problematizado por Albino Rubim como elemento fundamental para as políticas culturais:

O tema dos recursos – financeiros, materiais, legais e humanos – tem lugar crucial na configuração de condições e possibilidades para o desenvolvimento de políticas culturais. Recursos financeiros escassos dificultam em muito a construção de políticas culturais. A fragilidade dos recursos materiais – instalações, equipamentos etc. – tem forte incidência sobre tais possibilidades. As legislações – inexistentes ou existentes – podem facilitar ou bloquear políticas, através da interdição ou da lentidão burocrática. A presença ou ausência de pessoal qualificado afeta profundamente as possibilidades inscritas nas políticas (RUBIM, 2014b, p. 12).

Consoante com o que expõe o pesquisador, consideramos a existência de recursos uma das dimensões fundamentais para a institucionalidade. Ela pode demonstrar a prioridade (ou falta dela) dada a uma determinada política. Uma ação discursivamente

³⁴ ainda que outros recursos possam ser listados como os legais (RUBIM, 2014) e que para efeito das análises feitas por esta dissertação aparecem desenvolvidos em tópico específico.

prioritária, mas aleijada em seu orçamento, por exemplo, não têm condições de viabilidade. Da mesma forma, um programa com visíveis recursos financeiros, mas sem corpo técnico habilitado para operacionalizá-lo não tem condições de ser continuado.

Uma série dos estudos realizados sobre o Programa Cultura Viva demonstram, quase de forma unânime, que problemas de gestão, em alguma medida, estão associados com uma insuficiência de recursos, sejam eles financeiros, humanos ou ainda materiais. Alguns pesquisadores observaram em suas análises que o discurso da autonomia, um dos pilares do Programa, ao mesmo tempo que inovou na relação com grupos culturais que tinham (relativa³⁵) liberdade em propor e decidir o que deveria ser apoiado, passaram a depender dos repasses financeiros e ficarem reféns dos atrasos. Como bem ponderou Deborah Rebello Lima (2013):

Afinal, uma autonomia temática é extremamente válida, mas ela não consegue se operacionalizar se for extremamente dependente dos recursos públicos. Na prática, vimos diversos grupos terem suas atividades suspensas ou finalizadas por problemas na liberação destes recursos, no relacionamento com o Estado. Com isso percebemos um indício de que o discurso político sobre os potenciais do Cultura Viva são sim inovadores, mas também esbarram em problemas burocráticos que devem ser repensados (LIMA, 2013, p. 103).

Outro pertinente exemplo sobre a implicância da carência de recursos diz respeito ao reduzido corpo técnico do Ministério. O surgimento do Programa Cultura Viva e a sua expansão criou uma demanda por rotinas administrativas. A decisão por editais de chamamento público ensejou na elaboração do instrumento, divulgação, comissões de seleção. O repasse de recursos aos selecionados implica ainda na abertura de processos e trâmites para pagamento. Após firmar acordos de cooperação e realizar os repasses, começam a surgir necessidades de análises que envolvem, por exemplo, mudanças nos planos de trabalho, contatos dos proponentes para sanar dúvidas sobre a execução e por fim análise das prestações de contas.

3.3.1 Recursos Financeiros

Dentre as recomendações, presentes na Agenda 21 da Cultura, documento orientador das políticas públicas de cultura aprovado em Barcelona, no âmbito do Fórum Universal das Culturas, em maio de 2004, está a de estipular um piso orçamentário para

³⁵ Ver citação de Sophia Rocha sobre a autonomia de escolhas dos Pontos de Cultura.

a cultura. De acordo com o documento, deve-se:

Estabelecer instrumentos de intervenção pública no campo cultural, levando-se em conta o aumento das necessidades culturais dos cidadãos, a insuficiência de programas e recursos atualmente existentes e a importância da desconcentração territorial nas atribuições orçamentárias. Também é preciso trabalhar para atribuir **um mínimo de 1% do orçamento nacional para a cultura** (“AGENDA 21 DA CULTURA”, 2004 *grifo nosso*).

Historicamente no Brasil é possível constatar o descaso ou falta de prioridade dada à pasta da Cultura. Se uma das preocupações dos movimentos que temiam a autonomia do órgão da cultura dialogava com o argumento de que seria mais efetivo ter uma Secretaria “forte” do que um Ministério “fraco”, a percebida instabilidade do órgão que foi criado, extinto e posteriormente recriado parecia confirmar o receio anunciado. Inclusive pelo viés orçamentário atribuído ao órgão é possível verificar que a pasta da cultura esteve alijada de recursos. A ausência de políticas estruturantes e continuadas contribuía para a baixa destinação orçamentária.

A ausência de verbas para aplicação em cultura é criticada no documento “A imaginação a serviço do Brasil”:

O orçamento do MinC, correspondente a ridículos 0,25% da arrecadação da União, é o que sobra para aplicação no custeio de instituições públicas importantes como o IPHAN e a Funarte, que, obviamente, não conseguem dar capilaridade nacional a suas áreas. No ano 2000, por exemplo, o IPHAN teve um orçamento de pouco mais de 70 milhões de reais, dos quais nem 20% foram destinados a investimentos. Some-se a isto o fato de que os principais equipamentos federais de cultura estão concentrados na região sudeste, a mais rica do país (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p. 12–13)

Análises do orçamento da cultura, realizada por vários estudiosos, esteve permanentemente associado à falta de prioridade para implementar políticas públicas de estado para a cultura. Angelo Oswaldo de Araújo Santos que foi chefe de gabinete do MinC entre os anos de 1986 e 1988 durante parte do governo Sarney, ilustra esse cenário.

O ministério no primeiro momento ficou com os poucos recursos da Secretaria de Cultura do Ministério da Educação e Cultura, que tinha deixado de ser “de Educação e Cultura”, mas ficou com a sigla MEC. O Ministério da Cultura teve poucos recursos, mas foi gradativamente

ampliando a sua participação no Orçamento-Geral da União, e também com a lei de incentivo, é claro, em que ele passou a conquistar recursos (SILVA; MIDDLEJ, 2011, p. 49)

Com o advento da Lei Sarney, primeira lei de incentivo à cultura do Brasil, começa a destinação de mais verbas para a cultura, mas o percentual desse investimento, apesar do aumento gradativo afirmado por Angelo Oswaldo, ainda deixava de escanteio a pasta recém-criada. As políticas implementadas nos anos seguintes também ajudaram a perpetuar o lugar de poucos investimentos públicos. A prioridade dada à lei de incentivo, como sendo, em muitos momentos, o reflexo das políticas para a cultura davam o tom para os baixos orçamentos. O destacado lugar da iniciativa privada nos discursos que exaltavam as leis de incentivo (primeiro a Lei Sarney e depois a Rouanet e do audiovisual) acompanhada da ausência do Estado nas decisões referentes ao fomento via mecanismo fiscal somava recursos, mas eximia o MinC da formulação de políticas de estado.

Nos oito anos da gestão Weffort, que comandou o MinC durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o ministério com pouco reconhecimento na Esplanada, manejava minguados recursos. Mesmo com a criação de duas leis de incentivo (Rouanet e Audiovisual) o número de projetos financiados e o recurso disponível em dotação eram mínimos. O Estado encontrava-se ainda imerso em contingenciamentos da implementação do Plano Real.

Numa virada conceitual que incluía o Estado enquanto formulador de políticas para a cultura, pensando a cultura num viés ampliado e o público do Ministério se aproximando do conjunto da sociedade brasileira, um dos resultados latentes do governo Lula, no que tange a gestão pública da cultura, foi a evolução orçamentária do MinC. Inclusive na observação de ex-gestores do Ministério, há o reconhecimento da ampliação dos recursos destinados. Na avaliação de Luiz Roberto Nascimento e Silva, ministro do governo Itamar:

Na prática, como todo processo histórico, há avanços e recuos. Há saltos e retrocessos, mas eu acho que, certamente, nós temos hoje uma situação inteiramente diferente da que encontramos. E as observações pontuais que eu tenho sobre a forma de atuação atual do ministério não me cegam, não me tornam insensíveis ao reconhecimento dos avanços que foram feitos. **O governo Lula transferiu um volume expressivo para a área da cultura, o ministério hoje tem um orçamento bem mais expressivo**, todos os estados e municípios se conscientizaram disso (SILVA; MIDDLEJ, 2011, p. 89–90 grifo nosso)

No início do governo Lula (em 2003) o orçamento à disposição representava apenas 0,2% das receitas totais de impostos da União. Nos anos seguintes o orçamento foi sendo gradativamente ampliado. E, em 2010 atingiu seu maior patamar, mas apesar do maior investimento no campo cultural da história brasileira, o Ministério não atingiu o patamar mínimo de 1% – preconizado pela Agenda 21 para Cultura - e protagonizado nos discursos do Ministro. Mesmo assim, de acordo com Rubim, a ampliação do seu orçamento do MinC no governo Lula: de 0,14% para quase 1% do orçamento nacional foi um dos aspectos que teve essencial significado para a construção institucional do ministério (RUBIM, 2015a)

Com o fim dos períodos presidenciais de Lula e a ascensão de Dilma e a mudança ministerial promovida, observou-se que a continuidade das políticas implementadas pelo MinC foi comprometida apesar de esforços como a aprovação do PNC, a criação das suas metas e a aprovação do SNC que, inicialmente, sinalizaram para uma continuidade. Após críticas dos setores culturais que envolveu a presença das ministras Ana de Hollanda e Marta Suplicy na gestão do governo Dilma Rousseff, a decisão de convidar Juca Ferreira (que havia sido Ministro no governo Lula) para mais uma vez comandar ao MinC foi, para setores culturais, uma indicação de reabertura que os canais de diálogo e pretensa retomada de políticas que haviam sido fundamentais para a ampliação da ação ministerial.

Algumas ações no campo político podem ter contribuído para o incremento do orçamento. Podemos destacar: 1. inicialmente, a própria presença de Gilberto Gil como Ministro da Cultura, que conforme caracterizado por Ana de Hollanda, gozava de imenso prestígio, e estava presente internacionalmente, o que dava para ele, em contrapartida, um lugar de destaque, que se revertia, inclusive em orçamento, como nenhum outro ministro da cultura conseguiu (HOLLANDA *apud* BARBALHO; ROCHA; OLIVEIRA, 2016). 2. a criação da Proposta de Emenda Constitucional 150 que propõe acrescentar ao artigo 216-A da Constituição Federal um piso para destinação de recursos, estabelecendo garantias de 2% dos orçamentos Federais, 1,5% dos Estados e 1% dos municípios, em investimentos em cultura. Posteriormente apensada à PEC 324/2001, que também propõe uma vinculação constitucional de verbas para a cultura, a PEC ganhou grande repercussão nas Conferências de Cultura. 3. a presença da cultura como pauta em ambientes de diálogo participativo, dada, sobretudo, via Conferências de Cultura, bem como sua aproximação com o legislativo a partir de proposições que resultaram no Sistema e Plano Nacionais de Cultura que fizeram com que surgisse uma atmosfera de otimismo diante

das proposições para o fortalecimento das políticas para cultura.

Em entrevista concedida, em janeiro de 2006, à Pedro Alexandre Sanches para a revista Carta Capital, Gilberto Gil, num balanço do primeiro governo Lula afirma:

Nós temos marcado uma certa diferença. Dobramos o nosso orçamento em relação ao que encontramos no governo anterior. Hoje temos um orçamento de R\$420 milhões para 2006, que é duas vezes o de 2002. A lei de incentivo fiscal vem trabalhando com patamares recordes, de R\$550 milhões a R\$600 milhões. O programa Monumenta está tendo desempenho cinco ou seis vezes maior do que teve no governo anterior. O atendimento aos museus é 40% acima do que era. Toda a dimensão imaterial da atuação do MinC também cresceu muito nesta nossa gestão (GIL, 2006 apud SANCHES, 2006).

Embora o ex-ministro tenha obtido avanços nesse aspecto, deixando a pasta, em 2006, com o percentual de 0,8% do orçamento da União, ele não conseguiu atingir sua meta inicialmente anunciada de, pelo menos, 1% para o MinC. Dentre os programas do governo Lula/Gil, o Cultura Viva foi ao longo dos anos crescendo em visibilidade e o orçamento dele esteve alinhado com o discurso de prioridade que seria dado as suas ações na perspectiva de ampliar o público do MinC. Conforme aferido por Luana Vilutis (2009):

O programa Cultura Viva foi o programa que mais cresceu em termos orçamentários no MinC. Em 2004, ano de sua criação, o programa detinha o segundo menor orçamento dentre os programas do Ministério, ficando a frente apenas do Programa Cultura e Tradições: Memória Viva, uma iniciativa realizada apenas no ano de 2004. Em 2008, o programa Cultura Viva passou a ser o terceiro programa de maior investimento de recursos orçamentários do Ministério, sem considerar suas ações administrativas, de recursos humanos ou previdência (VILUTIS, 2009, p. 63).

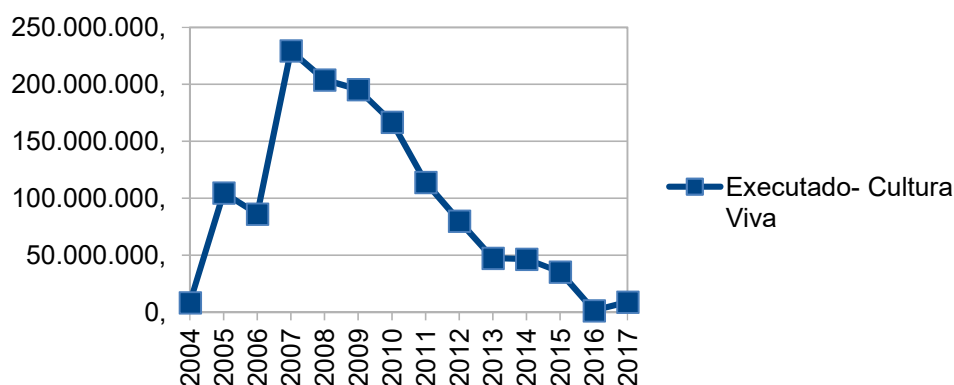
Parte deste crescimento orçamentário percebido por pesquisadores do programa deu-se a partir da descentralização do Programa. Cabe lembrar que em 2007 o Cultura Viva inicia um processo de expansão pautado na relação com entes federados. Estados e municípios que firmaram acordo de cooperação técnica e financeira com o Ministério para a implantação da rede de Pontos de Cultura tinham dentre as obrigações a contrapartida de $\frac{1}{3}$ do valor alavancado para a implementação da ação descentralizada.

Neste contexto, o orçamento de apenas 1% do destinado ao MinC em 2004, cresceu para 15,4% em 2007 (ROCHA, 2010). Pesquisa do IPEA (2012) também constata esse crescimento orçamentário atribuído ao crescimento dos conveniamentos. Se em 2004 o orçamento girava em torno de R\$16.160.000,00 em 2012, esse orçamento atingiu a

marca de R\$113.624.780,00 (IPEA, 2012).

Esse crescimento, no entanto, não foi exatamente uma constante uma vez que o orçamento do PCV sofreu oscilações ao longo dos anos. O gráfico abaixo, elaborado a partir dos recursos executados (empenhado liquidado) do Ministério da Cultura com o Programa Cultura Viva compreendendo os anos de 2004 até 2017 demonstra o crescimento nos anos iniciais da política, entre 2004 e 2007. Nos anos subsequentes é observado um declínio dos investimentos. O ano de 2016 marca o menor aporte orçamentário na política. Os valores utilizados para a confecção do gráfico foram concedidos através da lei da transparência e deflacionados para dezembro de 2017 utilizando como índice o IPC-A³⁶.

Gráfico 4 - Recurso Executado com o Programa Cultura Viva (2004-2017)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério da Cultura, disponibilizados através da lei da transparência.

3.3.2 Recursos Humanos

Com a proposição de ações para o campo da cultura, começa a ser notada a escassez de recursos humanos para a gestão das políticas. A estrutura de pessoal herdada do MEC passou a ser vista como insuficiente quando a demanda por execução de projetos começou a se complexificar. Essa fragilidade foi sublinhada em relato de Francisco Weffort, que notou que quando se aumentou a demanda, o quadro funcional mostrou-se precário.

Nós tivemos uma reforma administrativa depois de três, quatro anos de experiência. Aumentamos o número de secretarias e começamos a ter um fenômeno administrativo que é muito interessante. Na medida em que a visibilidade do Ministério da Cultura era muito pequenininha,

³⁶ Calculadora do Banco Central do Brasil disponível em <<https://www3.bcb.gov.br>>

you had time left over in the ministry, you had staff, in a certain way, left over, because the number of projects that entered was very small. As we began to make a campaign in favor of initiatives entrepreneurial and artistic cultural directed to the Ministry of Culture, we began to increase the number of projects and we began to invert this relationship. Or, in other words, **at the beginning there was time and staff left over, so to speak, probably by the end of the year or in the following year, there was already a huge shortage of staff, because demand increased.** We stimulated demand, it increased and we began to have a problem created by the success of our own effort. The administrative structure proved to be very fragile and we had to expand it to be able to meet this demand (WEFFORT *apud* SILVA; MIDDLEJ, 2011, p. 93 grifo nosso).

Not different from what was reported by Weffort, the expansion of policies of the Ministry with the management of Gilberto Gil resulted in a great impact on human resources available. In the FHC government the culture policy was, in a certain way, concentrated on the execution of incentive laws, the creation of new programs and projects in the Lula government made the relationship between administrative demand and the technical body available for operationalizing policies.

Right from the beginning of the management of Gilberto Gil it was verified the need to increase the technical staff of the MinC, to organize administratively the roles of managers and public agents of culture and to adapt the routines. It was still perceived a continued decrease in the number of MinC servers and institutions linked since 1997, reaching in 2003 its lowest index (SILVA, 2007 *apud* VILUTIS, 2009). The shortage of the technical body of the Ministry was diagnosed as one of the variables that imply in the difficulty of execution of government policies. The noted growth of the MinC - with the largest financial input, with the launch of public calls and expansion of the concept of culture, which passed to guide the proposal of policies, as well as of the public, which passed to be beneficiary of these policies - contributed to the perception of the lack of staff. Or, in other words, the set of changes through which the MinC resulted in national visibility reached by the Culture Ministry and in an exponential growth of processes that, consequently, began to demand for more human resources.

Some measures were important for the adaptation of the Ministry to meet the reality of the expansion of programs and projects. In 2006, the MinC held its first public competition for hiring career employees. The edital provided for the hiring of two hundred and fifteen (215) servers of higher level. Besides the centralized structure of the MinC, the competition was to meet demands of the following

vinculadas: Fundação Biblioteca Nacional – BN, da Fundação Nacional de Artes – FUNARTE, e da Fundação Cultural Palmares – FCP. As áreas de abrangência deste concurso, eram as mais variadas: **1. administração, economia e finanças**, que tinham dentre as atribuições a função de realizar estudos estatísticos sobre os resultados alcançados com a execução das políticas de cultura; colaborar no desenvolvimento de indicadores culturais e colaborar no desenvolvimento de estudos sobre assuntos de cultura; **2. gestão de pessoas**, destinado a cuidar de atividades gerenciais referentes ao quadro de pessoal e elaborar estudos relativos ao redimensionamento da força de trabalho; **3. tecnologia da informação**, que seriam responsáveis em colaborar com a elaboração de projetos de desenvolvimento de sistemas de informação. **4. tratamento e conservação de acervos documentais**, que dentre as atribuições deveriam cuidar da classificação, registro, guarda e conservação de acervos documentais, colaborando com o desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes; **5. cultura e educação**, que deveriam articular a cooperação entre as diversas áreas do conhecimento e instituições de ensino e pesquisa, além de colaborar na formulação de projetos de inclusão social na área de cultura; **6. comunicação social**, ações relativas à área de comunicação social, coletando, redigindo, editando, divulgando notícias, informações e mensagens de interesse institucional, e **7. engenharia e arquitetura**, colaborar no planejamento de projetos e na elaboração de especificações para obras de construção e reformas prediais.

Em 2010 é realizado um segundo concurso para provimento de cargos efetivos do Ministério da Cultura e formação de cadastro de reserva. Este concurso previa a seleção para 253 (duzentas e cinquenta e três) vagas, sendo vinte e sete (27) de nível superior e duzentos e vinte e seis (226) de nível intermediário. As vagas a serem preenchidas estavam destinadas para **1. analista técnico-administrativo**, que poderia ser preenchido por qualquer candidato com nível superior. Eram atribuições do cargo descritas em edital um elenco de várias atribuições que no edital anterior estavam segmentados e detalhados em cargos que tinham como pré-requisito formação específica. Pelo texto do certame, os selecionados deveriam:

(...) subsidiar a realização de estudos voltados para a formulação de políticas e diretrizes para o setor cultura do governo federal; supervisionar, coordenar e executar ações relativas a planejamento, desenvolvimento, controle e avaliação de programas e ações voltadas à promoção da cidadania cultural, ao desenvolvimento do cinema e do audiovisual, ao resgate da identidade cultural e da compreensão da

diversidade brasileira, bem como à promoção da articulação entre os níveis de governo, visando à estruturação do Sistema Nacional de Cultura; executar atividades relacionadas com o recebimento, a análise, a aprovação, a execução, o acompanhamento e a fiscalização de projetos apoiados pelo Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura, bem como pelos mecanismos de fomento à atividade audiovisual; Planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas aos Sistemas de Gestão: Pessoas, Recursos de Informação e Informática, Serviços Gerais, Patrimônio, Administração Financeira e Orçamentária; monitorar e avaliar a execução das ações que integram o Plano Plurianual do Setor Cultura; executar outras atividades afins (BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010b)

Somado ao mérito de se realizar concursos públicos para provimento de cargos em caráter permanente do Ministério da Cultura, que contava com a escassa mão-de-obra herdada do antigo MEC, é necessário observar que surtiram efeito as pressões feitas por servidores que realizaram greves nos anos de 2005 e 2007. Dentre as reivindicações estavam a necessidade de valorização salarial do MinC que tinha por característica ser o menor da Esplanada dos Ministérios.

A pressão pelo fortalecimento da estrutura administrativa do Ministério também foi realizada por parte dos servidores do MinC e de suas instituições vinculadas. A categoria se mobilizou e os servidores fizeram duas greves: uma em 2005, com duração de 100 dias, e outra em 2007, que durou 73 dias. As paralisações reivindicavam a aprovação e implantação do Plano Especial de Cargos da Cultura e maior investimento do governo na qualificação e na profissionalização dos servidores ligados ao Ministério da Cultura. Em dezembro de 2005, o governo sancionou a Lei nº 11.233, que instituiu o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Especial de Atividade Cultural (GEAC). Além de reajuste dos salários, o Plano regulamentou as gratificações incorporando-as aos salários. Após a greve de 2005, houve uma valorização dos vencimentos dos funcionários por parte do governo; no entanto, ainda em 2007, as reivindicações pela implementação do Plano Especial de Cargos da Cultura e a formalização de um plano de carreira aos funcionários do MinC continuou (VILUTIS, 2009, p. 62).

Medidas como a realização de concursos públicos para provimento de cargos efetivos e aprovação de planos de valorização salarial de servidores contribuem para o fortalecimento institucional. A estabilidade do corpo de servidores auxilia na continuidade de ações pois reduzem, conseqüentemente, uma rotatividade do quadro de pessoal, o que colabora para a memória institucional de determinado órgão. No caso do Ministério da Cultura, considerando as peculiaridades do campo, é fundamental para garantir um avanço na coesão institucional que esses servidores (vindos de várias áreas

do conhecimento) passem por uma qualificação que inclua o olhar mais sensível para o campo da cultura que engloba, tanto as linguagens artísticas como os saberes e fazeres culturais em seu sentido ampliado. A gestão de programas de cultura são, portanto, desafiadoras.

Quando voltamos nosso olhar para o caso do Programa Cultura Viva, nos deparamos, principalmente em seus anos iniciais, com a questão do aspecto territorial como sendo um dos obstáculos para o acompanhamento das ações. Sendo o Ministério sediado em Brasília, todas as etapas (seleção, pagamento, acompanhamento) eram executadas à distância. “Com a estadualização, entes subnacionais passaram a acompanhar os Pontos de Cultura desde a fase de seleção à prestação de contas. O MinC, portanto, reduziu seu vínculo formal com os Pontos de Cultura” (ROCHA, 2011, p. 92) conforme tratado quando nos debruçamos sobre a participação dos entes federados na gestão do PCV. Contudo, mesmo com a descentralização, foi realizado um importante incremento da Secretaria que cuidava da política. Conforme aferido por Sophia Rocha:

Com o decorrer dos anos, e especialmente com a reforma administrativa de 2009, a equipe de gestão da SCC passou a contar com 23 funcionários, um aumento de 328%. Em 2010, a estrutura da Secretaria contava com 63 funcionários (...). O aumento da quantidade de funcionários e a estadualização do Programa parece ter contribuído para melhorar o desempenho da SCC (ROCHA, 2011, p. 91-92).

Mas, o crescimento verificado pela pesquisadora não fez com que a política alcançasse um patamar ideal de recursos humanos para a gestão de suas ações. Um estudo do IPEA realizado no ano de 2012 avalia em seu relatório que apenas o olhar para gráficos de incremento de pessoal e investimento financeiro no Cultura Viva podem dar a falsa impressão de sustentabilidade. De acordo com o diagnóstico da pesquisa, a Secretaria não alcançou êxito em administrar os fluxos e organizar “rotinas, procedimentos, modelos e fazer a gestão da informação”. Tal situação estaria comprovada, por exemplo, pela dificuldade de se realizar pagamentos de editais dentro de um cronograma de desembolso razoável (IPEA, 2012).

(...) identificamos que a principal dificuldade da SCC é organizar a própria secretaria, cujos recursos humanos são insuficientes para dar conta dos desafios que o crescimento do programa colocou. A resposta mais rápida e aparentemente consistente foi a descentralização. Não estava no horizonte de questões aumentar as capacidades de supervisão, coordenação, geração de dados e informações, e gerir capacidades de governo e articulação em rede, mas compartilhar, mesmo que de forma

não muito clara, responsabilidades por questões chave do programa: recursos financeiros por parte do governo federal e acompanhamento das prestações de contas por parte dos Estados e municípios (IPEA, 2012, p. 2–3)

Pensar parâmetros que direcionem quantitativamente o quadro funcional ideal para uma determinada política depende de uma série de variáveis, podemos citar por exemplo, a disposição de aparato tecnológico ou grau de sistematização das informações com que se trabalha determinado setor. Por isso, para além quantidade de pessoal e orçamento disponíveis, os meios materiais auxiliam para uma análise mais complexa de determinada política.

3.3.3 Recursos Materiais

A ampliação do corpo técnico do Ministério implica quase que instantaneamente na necessidade de aprimoramento da estrutura material do órgão. Com o crescimento de pessoal é fundamental que se amplie, na mesma proporção, o ambiente e a estrutura de trabalho. Esses materiais, imprescindíveis para operacionalizar a gestão incluem por exemplo, desde computadores conectados e telefones até materiais de escritório em gerais como papel, envelopes, grampos etc.

Sobretudo na atualidade o uso de equipamentos eletrônicos e sistemas tem contribuído para a modernização da gestão de informações. Se pensarmos a quantidade de instituições contempladas pelo Programa Cultura Viva e a sua meta de expansão incluída na meta 23 do Plano Nacional de Cultura, a inexistência de sistema de informações, torna o acompanhamento dessas ações impraticável.

Em sua dissertação, Sophia Rocha avalia a existência de divergência de dados em instâncias federais. De acordo com a pesquisadora, considerando os anos de 2004 a 2009, o IPEA (publicado pelo MinC) identifica o total de 2.372 Pontos de Cultura, enquanto para a Controladoria Geral da União (CGU) no mesmo período são contabilizados 2.517 (ROCHA, 2011). A ausência de informações confiáveis sobre instituições contempladas em editais e o grau de execução das propostas são exemplo da imprecisão de dados sobre o PCV.

A ampliação do Programa e a controversa carência de sistemas de acompanhamento exhibe uma fragilidade da gestão. O reconhecimento da necessidade de aprimorar o monitoramento do Programa estava expresso inclusive em documentos que subsidiaram a estadualização. No *Acordo de Cooperação* firmado entre o MinC e o estado

da Bahia, por exemplo, estava dentre as obrigações do Ministério o de implantar um sistema de informação e gestão do Programa.

Com a federalização da política a existência de sistema integrado para gestão seria um importante passo para possibilitar o acompanhamento das ações. No entanto, esse item do acordo não foi cumprido pelo Ministério e o acompanhamento das redes estaduais ficou sendo realizado através de relatórios de prestação de contas e planilhas. A quase inexistência de recursos tecnológicos dotados de inteligência sistêmica acaba por desencadear numa sobrecarga do corpo técnico que realiza acompanhamentos a partir de documentos físicos (pilhas intermináveis de papéis) e cuja análise fica demasiadamente suscetível à falha humana.

3.4 MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO

Como demonstrado no segundo capítulo desta dissertação, na realidade brasileira, possibilidades de participação cidadã são muito recentes. Mas para ser efetivo, o processo de construção democrática, que implica na participação social para o alcance da cidadania, deve deixar de fora a "redução maniqueísta dos dois polos principais dessa dinâmica": Estado e sociedade civil. Redução que tem gerado uma separação nítida que congrega para o entendimento do estado como a "encarnação do mal" e a sociedade como "o polo das virtudes democratizantes" (DAGNINO, 2005).

Com a abertura para a participação cidadã, o que se espera como mudança é a transição de uma população que transfere a responsabilidade - aos moldes da política representativa - para o povo que participa. Para efetivar essa transformação é necessário também uma nova forma de Estado, que não pode ser um Estado intervencionista e burocrático (autoritário), nem um Estado mínimo. Um Estado capaz de compartilhar seu poder com os sujeitos sociais é um Estado inscrito numa nova relação e forma de elaborar políticas. Conforme analisa Marilena Chauí:

a participação popular só será política e democrática se puder produzir as próprias leis, normas, regras e instituições que dirijam a vida sociopolítica. Assim, a cada passo, a democracia exige a ampliação da representação pela participação, o que leva ao surgimento de novas práticas que garantam a participação, como ato político efetivo, o qual aumenta a cada criação de um novo direito. Em outras palavras, só há democracia com a ampliação contínua da cidadania (CHAUÍ, 2006, p. 140)

A descentralização do poder através do compartilhamento da responsabilidade e gestão da coisa pública, por essa lógica, deixa de estar restrita aos especialistas e intelectuais comumente das classes abastadas e passa a incluir o “cidadão não-especializado” (DAGNINO, 2002 *apud* DOMINGUES, 2008). Essa nova relação consta dentre os conceitos que rondam o Programa Cultura Viva (PCV) que possuía, desde sua concepção, como premissa, a participação social. Um dos seus conceitos, a gestão compartilhada, trata mais diretamente deste desejo por um novo Brasil.

Para Célio Turino:

A aplicação do conceito de gestão compartilhada e transformadora para os Pontos de Cultura tem por objetivo estabelecer novos parâmetros de gestão e democracia entre Estado e Sociedade. No lugar de impor uma programação cultural ou chamar os grupos culturais para dizerem o que querem (ou necessitam), perguntamos como querem. Ao invés de entender a cultura como produto, ela é reconhecida como processo. Este novo conceito se expressou com o edital de 2004, para seleção dos primeiros Pontos de Cultura (TURINO, 2009, p. 63)

Alguns pesquisadores (DOMINGUES, 2008; LABREA; CHALUB, 2014; LACERDA, 2010) que se debruçaram sobre a gestão compartilhada no PCV, compreendem que os processos de cogestão estabelecidos entre estado e sociedade civil no âmbito do Programa o aproxima de uma democracia cultural, ao passo que o distancia do projeto neoliberal. A participação, enquanto ideia de descentralização do poder, precisa ser vista em sua complexidade que envolve, não sem conflitos, “o direito de tomar decisões políticas, de definir diretrizes políticas e torná-las práticas sociais efetivas” (CHAUÍ, 2006, p. 147).

Neste item iremos analisar quais, se, e/ou em que medida, os canais de participação acionados auxiliaram na institucionalidade do Programa Cultura Viva. Os espaços de participação selecionados por esta pesquisa foram: 1) as Conferências Nacionais de Cultura, realizadas até o limite do recorte temporal deste estudo, consideradas ápices das ações de participação social por abranger todas as unidades federativas e congregar os mais divergentes anseios da população no que diz respeito às políticas públicas de cultura; 2) os Encontros Nacionais dos Pontos de Cultura (Teias) e 3) os Fóruns Nacionais de Pontos de Cultura – espaços construídos especificamente para a discussão do Programa Cultura Viva e sua relação direta com o público dos Pontos de Cultura e demais ações do Programa Cultura Viva.

O reconhecimento de algumas dessas instâncias e espaços de diálogo foram

fortalecidos pela sua manutenção/legitimação quando regulamentada a Lei nº13.018/2014. Na Instrução Normativa (IN) nº01 estão formalizados: o Fórum Nacional de Pontos de Cultura e a Teia (BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2015)

3.4.1 Conferências Nacionais de Cultura

No Brasil, como parte do reconhecimento da importância da participação direta da sociedade para a formulação de políticas públicas, foram realizadas Conferências de Cultura convocadas pela união, através do Ministério da Cultura, pelos estados e municípios, por meio dos respectivos órgãos gestores de cultura.

Pelo modelo de funcionamento das conferências de cultura, as etapas municipais, territoriais³⁷ e estaduais antecederam a culminância nacional do processo de escuta, diálogo e participação social. Cabe observar que, pela metodologia de trabalho, as propostas que poderiam ser aprovadas e priorizadas na etapa nacional já haviam passado pelos “filtros” nas etapas que a antecediam. Ou seja, eram discutidas nos eixos e plenárias federais propostas com força, aderência ou apelo sociocultural.

A I CNC, convocada pela portaria ministerial nº 180 de 31 de agosto de 2005, e realizada em Brasília, além de colocar em diálogo estado e sociedade como afirmado em seu tema “Estado e Sociedade construindo políticas públicas de cultura”, contribuiu para acender o tema da cultura nas pautas políticas governamentais sendo um importante espaço de retomada do diálogo pelas diferentes camadas de governo.

Diversas proposições desta conferência, conforme sistematizado em seu relatório final, apontam para necessidade de institucionalidade da gestão cultural. Dentre as reivindicações pela institucionalidade da gestão pública estão em destaque: a) propostas de constituição de órgãos de gestão (secretarias e fundações), b) adequação orçamentária para as atividades culturais (estruturação de fundos) e c) efetivação de instâncias participativas e consultivas (conferências e conselhos) (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006).

Esta preocupação pode ser observada em proposições como: a) a vinculação orçamentária, através da aclamada Proposta de Emenda Constitucional - PEC 150³⁸, que previa percentagens mínimas de investimento pelos entes federados, sendo 2% no

³⁷ As Conferências de Cultura acontecem em várias etapas: Municipais; Territoriais; Setoriais; Estaduais e culminam na realização da Conferência Nacional de Cultura. As Conferências Territoriais acontecem a partir do agrupamento de vários municípios e é responsabilidade dos Estados. Quase nenhum estado realiza conferências territoriais, a Bahia, por realizar é uma exceção.

³⁸ Atual PEC 421

Orçamento da união, 1,5% no orçamento dos estados e Distrito Federal, 1% do orçamento dos municípios; b) a implantação do Sistema Nacional de Cultura como instrumento de articulação, gestão, informação, formação e promoção de políticas públicas de cultura com participação e controle pela sociedade; e c) a implementação de um sistema de financiamento diversificado.

A II Conferência Nacional de Cultura, convocada pela Portaria nº46 de 10 de julho de 2009, teve, como tema geral, "Cultura, Diversidade, Cidadania e Desenvolvimento" ocorreu num momento em que o Programa Cultura Viva já havia ganhado uma maior visibilidade nacional e tinha iniciado seu processo de expansão. Essa constatação, se confirma, em alguma medida, nos resultados do encontro, no qual foram retiradas 32 propostas prioritárias e três delas tinham relação com o PCV.

Um dos cinco eixos temáticos da II CNC era voltado para refletir a institucionalidade da cultura e tinha como diretriz, exposta em regimento interno, *pensar o fortalecimento da ação do Estado e da participação social no campo da cultura* (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2009). Apesar disso, outros eixos elegeram propostas prioritárias que tratavam de institucionalidade. Conforme pode ser observado na tabela abaixo, propostas relacionadas com o Cultura Viva que reivindicavam uma institucionalidade para o Programa, no seu viés normativo e com garantia de dotação orçamentária, apareceram em eixos diversos.

Tabela 4 Proposta de institucionalidade do PCV priorizadas na II CNC (2009)

| Eixo | Sub-Eixo | Proposta Priorizada |
|---|--|--|
| EIXO 1: PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL | 1.3 - Cultura, Educação e Criatividade | 36 - Instituir a lei Griô, que estabelece uma política nacional de transmissão dos saberes e fazeres de tradição oral, em diálogo com a educação formal, para promover o fortalecimento da identidade e ancestralidade do povo brasileiro, por meio do reconhecimento político, econômico e sociocultural dos Griôs Mestres e Mestras da tradição oral, acompanhado por uma proposta de um programa nacional, a ser instituído, regulamentado e implantado no âmbito do MINC e do Sistema Nacional de Cultura. |

| | | |
|--|---|---|
| EIXO 2: CULTURA, CIDADE E CIDADANIA | 2.1: Cidade como fenômeno cultural | 83 - Criar marco regulatório (Lei Cultura Viva) que garanta que os Pontos de Cultura se tornem política de Estado garantindo a ampliação no número de Pontos contemplando ao menos um em cada município brasileiro e Distrito Federal, priorizando populações em situação de vulnerabilidade social de modo a fortalecer a rede nacional dos Pontos de Cultura. |
| EIXO 5: GESTÃO E INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA | 5.2 Planos Nacional, Estaduais, Distrital, Regionais e Setoriais de Cultura | 308 – Defender a aprovação do Programa Cultura Viva e o Programa Mais Cultura no âmbito da proposta de consolidação das leis sociais como políticas públicas de Estado, com dotação orçamentária prevista em lei e mecanismo público de controle e gestão compartilhada com a sociedade civil. |

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados da 2ª Conferência disponibilizadas pelo MinC.

Essas propostas demonstram aproximações com o entendimento da necessidade da formulação de uma institucionalidade mais perene para a política de cultura quando apontam: 1) a criação de uma lei, como proposição de uma norma que assegure continuidade; 2) o estabelecimento legal de dotação orçamentária, o que auxilia no entendimento da prioridade de uma política e garantias de dotações mínimas para a sua permanência; e 3) a participação da sociedade civil através de mecanismos de participação, gestão e controle o que interage com o conceito de política pública em ambientes democráticos e republicanos.

Realizada no governo Dilma Rousseff, no ano de 2013, a III Conferência Nacional de Cultura teve como mote a discussão de “Uma política de estado para a cultura: desafios do Sistema Nacional de Cultura”. Nesta conferência o Programa Cultura Viva aparece, mais uma vez, com propostas aprovadas que se preocupam com aspectos que o dotem de uma institucionalidade assegurada por normas. Das propostas aprovadas, como transcrito na tabela abaixo, uma delas é priorizada (3.2.1). É possível perceber ainda, de forma clara, o discurso de inserção do Cultura Viva enquanto política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura, e em outra proposta (3.5) a relevância da ação Pontos de Cultura, quando reivindicada a sua ampliação sem a necessária vinculação com o PCV.

Tabela 5 Propostas priorizadas e aprovadas na III CNC que têm relação com a institucionalidade do Programa Cultura Viva

| Eixo | Tipo de Proposta | Proposta |
|--|------------------|--|
| I - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA | Aprovada | 1.2 Aprovar e regulamentar o PL 757/2011 (Cultura Viva), contemplando estratégias de vinculação e fortalecimento entre o Cultura Viva, Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Cultura, e Sistemas Nacional, Estaduais e Municipais de Cultura considerando o Programa Cultura Viva como política de base comunitária do SNC (incluindo Conselhos, Setoriais, Fundos, e demais elementos constitutivos do Sistema) para garantir os direitos à cultura dos cidadãos, assegurados pelos artigos 215 e 216 e 216-A da Constituição Federal. |
| CIDADANIA E DIREITOS CULTURAIS | Priorizada | 3.21. Garantir a aprovação, sanção e regulamentação da Lei Cultura Viva, PLC 70/2013 que institucionaliza a política nacional de cultura, educação e cidadania - Cultura Viva, efetivando sua implantação com a garantia de no mínimo um ponto de cultura em cada município, possibilitando a criação de consórcios culturais intermunicipais, consolidando uma política cultural de base comunitária para fortalecer e ampliar o Programa Cultura Viva; e investir, por meio de fundo mantenedor específico para o Programa Cultura Viva, na criação de novos pontos e pontões de cultura e no fortalecimento, revitalização e consolidação dos já existentes, com atenção aos pontos indígenas, quilombolas, aos grupos de culturas tradicionais, populares, comunitários, urbanos e rurais, garantindo o cumprimento das leis de acessibilidade e considerando as seguintes necessidades: a) alterar o processo de financiamento e prestação de contas, através do cadastro nacional dos pontos de cultura, por meio de resultados e tabela de preços regionalizada, criando mecanismos de monitoramento e fiscalização com a participação da sociedade civil organizada e população em geral; b) extinguir a modalidade de convênio, simplificando os mecanismos de repasse de recursos, |

| | | |
|---------------------------------------|-----------------|--|
| | | <p>priorizando prêmios, bolsas e outras maneiras de financiamento e fomento; c) propiciar e consolidar o desenvolvimento profissional de artistas e produtores de cultura com capacitação e formação continuada; d) regionalização e municipalização dos programas; e) ampliação dos investimentos compartilhados entre o Governo Federal, Estados e Municípios integrantes do Sistema Nacional de Cultura e fortalecimentos das fontes de financiamento por meio de uso de recursos dos fundos de cultura, mecanismos de incentivo e renúncia fiscal, vale-cultura, bem como recursos de outras políticas e fundos públicos; f) atenção a todas as linguagens artísticas e manifestações culturais, grupos e coletivos da diversidade cultural; g) integração de iniciativas como pontos de leitura, pontos de memória, museus comunitários, ecomuseus dentre outros.</p> |
| <p>CIDADANIA E DIREITOS CULTURAIS</p> | <p>Aprovada</p> | <p>3.5 Criar, descentralizar e ampliar as redes de Pontos de Cultura, através de processo de premiação, em todos os municípios, promovendo sua articulação com conselhos municipais, estaduais, nacionais e internacionais com o objetivo de fortalecer os conselhos de cultura, os fazedores de cultura e as atividades desenvolvidas pelos pontos e democratizar a inclusão artística e o acesso à cultura para crianças, jovens, e adultos, idosos e pessoas com deficiência.</p> |

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados da III Conferência disponibilizadas pelo MinC.

Em termos de institucionalização, destaca-se como proposta priorizada e segunda mais votada, com 581 votos, no Eixo 3 “Cidadania e Direitos Culturais” a que inclui bandeiras de reivindicação do PCV e sobretudo da rede de Pontos de Cultura, como: a extinção da modalidade convênio nas relações dos Pontos de Cultura com os órgãos gestores da rede (união, estados e municípios), além da previsão legal de participação da sociedade civil no monitoramento e fiscalização dos recursos públicos transferidos.

O conceito de cultura alvo das políticas do Ministério, que vinha sendo ampliado, retroagiram substantivamente, e o modo de relação com as instituições e atores do campo parece, cada vez mais, inexistente. Fica notório que as sucessivas mudanças de gestão e

condução do MinC tem influenciado negativamente na pauta da cultura no Brasil, acarretando na ruptura de importantes ações que contavam com o apoio direto e contundente da sociedade civil.

3.4.2 Encontros Nacionais de Pontos de Cultura - Teias

Até 2014 foram realizadas cinco Teias nacionais³⁹: 1) em 2006, em São Paulo para “Ver e ser visto”, 2) em 2007, em Belo Horizonte “Tudo e Todos”; 3) em 2008 a Teia aconteceu em Brasília e o tema foi “Direito Humano: iguais na diferença”; 4) em 2010, foi a vez de Fortaleza sediar a Teia com o tema “Tambores Digitais”; e 5) depois de quatro anos sem a realização de encontros nacionais, acontece em 2014, em Natal, a “Teia Nacional da Diversidade”.

Dentre os estudos sobre o Programa Cultura Viva, a pesquisa de Deborah Rebello Lima (2013) se debruçou especificamente ao estudo desses encontros. O que distancia a análise feita por Lima e a que propomos neste item é o foco que damos em ações, discussões e reivindicações que trataram das iniciativas por garantir institucionalidade para o PCV.

Como antecedentes das Teias, no ano de 2006, foram realizados mais de 10 Encontros de Conhecimentos Livres. Estes encontros, como primeiras iniciativas do MinC em promover espaços de diálogo entre os Pontos de Cultura, colaboraram para uma articulação em rede. Neles foram realizadas oficinas de produção de áudio, edição de vídeo, metarreciclagem, montagem de blogs e sites utilizando software livre (VILUTIS, 2009).

As Teias começaram então a serem formatadas como espaço para planejar atividades com temas que dialogassem com a melhoria do Programa Cultura Viva. Déborah Lima definiu “as Teias Nacionais como ‘marcos emblemáticos’ de conceitos, anseios, mudanças”. Mas com isso não assumiu as Teias como rupturas e sim como indicadores para a compreensão das questões que vinham sendo discutidas pelos partícipes do Cultura Viva e que se tornavam mais evidentes nos encontros nacionais (LIMA, 2013).

As Teias são ambientes de produção de significados por meio das redes de interação estabelecidas. São ambientes de partilhamento de signos,

³⁹ Teias estaduais em dado momento começaram a ser realizadas e tal qual o mecanismo de participação via conferências, funcionaram como um “aquecimento” regionalizado das discussões que seriam travadas em âmbito nacional.

idéias, identidades; mas também um momento de catarse, de cobrança de novas propostas, e rumos para as ações executadas pelo Programa Cultura Viva (LIMA, 2013, p. 94)

Como constatou a pesquisadora, o ambiente das Teias mostrou-se propício para as trocas e reivindicações dos atores culturais que integram o Programa. Elas também se tornaram espaços para discussões e proposições. Alguns processos e resultados dessas Teias contribuíram significativamente para a institucionalidade do PCV. É necessário considerar que esses ambientes se tornaram espaços privilegiados nos quais era possível estar presencialmente poder público e sociedade civil em diálogo sobre as diretrizes, dificuldades e potencialidades para o fortalecimento e difusão das ações do PCV.

Mesmo com a prioridade inegável da ação Pontos de Cultura, as Teias passaram a ser o espaço de diálogo e interação com o Programa em sua totalidade, local em que começou a ser construída presença e discussão das outras ações do Cultura Viva.

A temática do primeiro encontro, realizado no ano de 2006 em São Paulo, sintetizava o sentimento daquela ocasião. “Ver e ser visto!” era fundamental para inaugurar um processo de integração e formatação de uma necessária articulação em rede, ainda que a iniciativa do encontro exaltasse, primordialmente, o aspecto de celebração.

As inovações do Programa, que colocava em prática uma inversão da lógica de fomento à cultura e ia de encontro ao protagonismo de departamentos de marketing, precisavam ser atestadas pela sociedade que integrava o público beneficiário das políticas públicas de cultura encampadas pelo MinC. Era um momento de grande encantamento com as possibilidades de integrar políticas para uma diversidade cultural brasileira.

Como bandeira hasteada pelo ministro Gilberto Gil estava a ampliação do público do Ministério da Cultura que deveria ser, além dos artistas e produtores culturais, a comunidade brasileira. Uma analogia adotada para explicar a necessidade de ampliação do público do MinC comparava este ao Ministério da Saúde (MS). Por esta relação se explicava que o público do MS não poderia estar restrito os médicos e profissionais de saúde, mas deveria atender toda a população brasileira. Enquanto se hasteava a bandeira da ampliação do conceito e público-alvo das políticas do MinC, se entoava o hino da diversidade.

Neste sentido, o primeiro Encontro foi realizado em clima de celebração que envolvia entidades culturais e Estado. Para Deborah Lima,

o tom deste período foi marcado pelo maravilhamento e pelo (re)conhecimento de grupos, artistas e localidades integrantes da

diversidade cultural brasileira. O encantamento do próprio Estado em ter contato efetivo com organizações de todas as partes que tinham sido selecionadas por meio de edital público e ficavam distantes geograficamente (LIMA, 2013, p. 128).

Consoante com o constatado pela pesquisadora, na ocasião da realização da primeira Teia, o Estado atuava como condutor da política, existiam poucas instituições em relação formalizada com o MinC, o clima de festa no qual se celebrava a inovação da política e a alegria do encontro presencial com a diversidade de instituições eram a grande chama. Além disso, naquela ocasião, notava-se um baixo grau de cobrança em relação às atividades e proposições do MinC (LIMA, 2013).

Em síntese, como resultado desta Teia não foi possível verificar um grande avanço em termos de institucionalidade, mas como ponto de partida um passo fundamental para o pensamento e articulação em rede.

O segundo Encontro Nacional da Rede de Pontos de Cultura, aconteceu em 2007, em Minas Gerais, com o tema “Tudo de Todos”. O evento teve como proposta realizar o encontro presencial dos Pontos de Cultura, apresentar avanços do MinC na formulação de políticas de estado e lançar uma metodologia orientadora do processo de articulação dos Pontos.

De acordo com notícia publicada no site do Ministério, este evento contou com a atuação do Ponto de Cultura mineiro Instituto Pensarte que foi responsável pela articulação da sociedade civil para o desenvolvimento da metodologia e da produção da TEIA 2007. Além disso, a construção e implementação da metodologia e do aporte de subsídios para auxiliar a realização do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura (como parte da programação do encontro e que trataremos em item à parte) na Teia 2007 foi resultado de uma parceria entre Instituto Paulo Freire e o Instituto Pensarte.

Um diferencial da II Teia foi o seu processo de organização, que contou com a realização de encontros regionais e estaduais. Esses encontros favoreceram tanto a organização da própria Teia - que aos moldes das conferências tiveram etapas preparatórias para a culminância nacional - quanto a realização do I Fórum Nacional dos Pontos de Cultura (FNPC)⁴⁰ - que surge enquanto ambiente de discussão democrática dos rumos do PCV - e eleição da primeira Comissão Nacional dos Pontos de Cultura - enquanto uma estrutura permanente de diálogo para a gestão compartilhada do Programa (LACERDA; MARQUES; ROCHA, 2010; LIMA, 2013).

⁴⁰ Ainda neste capítulo traremos mais informações sobre ações do FNPC que contribuíram para a institucionalidade do PCV.

Destoando do entusiasmo de “ver e ser visto”, neste segundo encontro, considerando as etapas preparatórias que possibilitaram uma maior maturação da Rede de Pontos na experiência do compartilhamento, somaram-se aos resultados cartas cujas preocupações já indicavam a necessidade de um marco legal que tornasse o Programa Cultura Viva uma política de Estado, e com críticas ao modelo da prestação de contas do Programa que, naquele momento já gerava problemas para as entidades da sociedade que haviam formalizado convênios de cooperação com o governo federal.

Para Deborah, nesta Teia houve uma mudança de postura dos grupos em relação ao Estado, era possível observar, de forma mais ordenada, a cobrança por mudanças dentro do Cultura Viva (LIMA, 2013). De acordo com o relatório de atividades da Teia 2007, como resultados foi possível observar a existência de aspiração por parte dos Pontos de Cultura de “se constituírem enquanto um movimento, de intervir e de ter voz no desenvolvimento das políticas das áreas de atuação” (INSTITUTO PAULO FREIRE; INSTITUTO PENSARTE, 2007).

Pensando a institucionalidade, podemos avaliar que este encontro ajuda na conformação de um dos pilares do Cultura Viva no que diz respeito à gestão compartilhada. E, a criação de um Fórum, como sujeito político, auxiliou como um passo decisivo para a organização e sistematização de uma agenda de reivindicações da Rede.

Com participação dos Pontos de Cultura desde a organização/produção do evento, a terceira edição da Teia, realizada em 2008, no Distrito Federal, contou com o protagonismo dos Pontos de Cultura, o que divergiu das edições anteriores do encontro que tinham a concepção e produção sob responsabilidade do MinC.

Em 2008, o Cultura Viva já tinha ganhado em visibilidade e era percebido como uma das ações prioritárias do Ministério da Cultura. Neste momento, o PCV integrado ao Mais Cultura, tinha iniciado o seu processo de expansão a partir das ações pela descentralização do programa e compartilhamento de responsabilidade com outros entes federados. Em se tratando dos problemas de gestão já estão em cena as crescentes queixas que apontam para a inadequação das normas e demandas por garantias de perenidade para o programa, que deveria ser conformado enquanto uma política de estado.

O conflito entre a gratidão pela existência da ação e a cobrança por mudanças estava presente nos debates, especialmente nas plenárias dedicadas aos gestores de Pontos de Cultura (LIMA, 2013).

Neste contexto, como reflexo das discussões empreendidas pela Teia de 2008 e durante o ano que se seguiu, a sociedade civil, os Ponteiros

começam a sentir a necessidade de estabelecer também garantias mais institucionalizadas de manutenção do Cultura Viva. Surgem reflexões e propostas para a criação de uma Lei Cultura Viva e uma Lei Griô (LIMA, 2013, p. 159).

A ideia que se apresentava com força nas discussões era a de que a transformação em lei, vinculada ao Plano Nacional de Cultura, livraria as ações da instabilidade política de ser um programa, ao tempo em que o descolaria da marca de uma gestão específica. A discussão desta lei é iniciada na III Teia, mas desdobramentos mais consistentes vão surgir dois anos após o encontro do Distrito Federal, na Teia Ceará, em 2010, quando foi apresentada uma minuta para o texto legal. Os caminhos para a institucionalidade estavam intrinsecamente relacionados ao caráter normativo.

Com o tema "Tambores Digitais", foi realizada em Fortaleza, no ano de 2010, a IV Teia. A programação do evento foi composta por uma série de manifestações culturais de todos os cantos do país. Naquele momento a rede era composta por quatro mil Pontos de Cultura e sua capilaridade alcançava mais de mil municípios ⁴¹.

Além da extensa mostra artística, feira de economia solidária e de abrigar o III Fórum Nacional de Pontos de Cultura, dentro da programação deste encontro, foi realizada a "Teia das Ações", que teve como objetivo ser um ambiente de trocas e intercâmbio que culminou com uma sistematização de iniciativas para a consolidação e continuidade do Programa. A programação abrigou ainda o seminário *O Programa Cultura Viva e suas ações como objetos de estudo* cujo foco estava na apresentação e discussão de estudos que colaborassem para reflexão, análise e crítica sobre a atuação do Programa Cultura Viva.

Mesclando celebração e reflexão, a Teia 2010, aconteceu num momento em que alguns resultados, desafios e lacunas do Programa já podiam ser sentidos e tinham sido alvo de pesquisas estruturantes. Era imprescindível tratar de questões que diziam respeito à institucionalidade do programa, conforme destacado por Deborah Rebello Lima:

Neste contexto da Teia de 2010, os anseios pela institucionalização eram a todo o momento sinalizados. Começaram a surgir, entre os próprios Pontos, os defensores da mobilização em torno da institucionalização das ações. Não somente pela aprovação da Lei Cultura Viva, mas também pela maior independência da Comissão Nacional de Pontos de Cultura, a busca por formas de financiamento que permitisse o trabalho continuado dos Pontos (LIMA, 2013, p. 164).

⁴¹ Dados de abril de 2010, registrados no almanaque do Encontro.

Não apenas os desafios estavam em evidência, mesmo com lacunas e problemas de gestão que ampliavam as discussões pela adequação de normas e ajustes operacionais, durante o evento de 2010 iniciou-se também a articulação com países da América Latina em torno da compreensão do “fenômeno” Cultura Viva. Crescia o interesse de outros países, principalmente sul americanos, em compreender melhor os detalhes da ação para replicá-la em seus países (LIMA, 2013).

Muitas discussões realizadas nesta Teia apareciam conectadas com o desejo pela continuidade do PCV e temerosas com possíveis mudanças no cenário político nacional dada a eleição presidencial daquele ano. O resultado do pleito não se configurou pela ruptura partidária, pelo contrário, viu-se a ascensão de um chamado “governo de continuidade” operando nos anos seguintes.

Como discutimos ao avaliar a estrutura de gestão e seus impactos para a institucionalidade do Programa, mesmo com o “alívio” da continuidade muitos desafios apareceriam com a nova gestão.

Aparentemente não há possibilidade de potência e gestão no mesmo discurso. Cria-se um efeito de exclusão e muitos pontos e pontões de cultura não mais se reconhecem na política. Em 2011, Ana de Hollanda assume o MinC e com a chegada de uma nova gestão mudam as prioridades do ministério. (...). Um sinal de que a orientação argumentativa e prática da política se modificou é dado no discurso de posse da nova Ministra em que se enfatiza que embora a Presidenta Dilma tenha se comprometido a continuar a obra do Presidente Lula, continuar não é repetir. (...) O discurso de Ana de Hollanda instaura uma ruptura com a gestão anterior e há descontinuidade na gestão da política. Por parte do MinC, embora se mantenha discursivamente o vínculo com o que já foi feito, as práticas traduzem uma nova orientação que é entendida pelos pontos e pontões de cultura como um retrocesso (LABREA, 2014, p. 44-45).

Reflexo da descontinuidade e falta de prioridade dada ao Programa Cultura Viva, como vimos, a quinta Teia só aconteceu em 2014, quatro anos após o quarto encontro. Na cidade de Natal (RN), a Teia Nacional da Diversidade reuniu grupos dos segmentos das políticas setoriais atendidos pelo Programa Brasil Plural. Dentre eles: grupos de culturas populares, culturas indígenas, culturas ciganas, LGBT, Hip-Hop, pessoas com deficiência, povos de terreiro, quilombolas, imigrantes, etc.

A Teia ilustra a complexidade deste período marcado por redefinições e pelo esforço governamental e dos grupos de tecer novos desenhos a serem percorridos pelos partícipes do Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura. O evento ao amalgamar outras necessidades da Secretaria de Cidadania Cultural confere ao encontro uma nova configuração,

pulverização de atividades e anseios a serem ouvidos. A Teia da Diversidade é a marca de novos rumos que serão percorridos na gestão do Cultura Viva (LIMA, 2014, p. 30).

Assim como na edição anterior, faziam parte da programação da Teia, uma mostras artísticas e uma feira de Economia Solidária e Criativa protagonizadas pelos Pontos de Cultura, além de oficinas, fóruns e seminários temáticos. De acordo com hotsite do encontro⁴²:

A TEIA da Diversidade tem o objetivo de consolidar o Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva (PCV) como o programa de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura. Também é um espaço que se propõe a refletir criticamente sobre: a proposta de realinhamento do novo PCV para um programa de base comunitária, a partir da Portaria 118 de 30 de dezembro de 2013⁴³; O processo de integração de programas, projetos e ações do Sistema MinC ao Cultura Viva; E sobre as contribuições da TEIA 2014 para o desenvolvimento do Programa (“Teia Nacional da Diversidade 2014”, 2014).

A decisão de definir o Cultura Viva como programa de base comunitária das políticas culturais brasileiras, no entanto, dialoga com um contexto de expansão do PCV para a América Latina.

Neste percurso de internacionalização da ação, é possível perceber que grupos sociais caminham para o fortalecimento de fóruns e atividades autônomas. O que, de certa forma, também contribui para o fortalecimento de um bloco conceitual original do Cultura Viva, pois tais processos ocorrem mais por força dos movimentos sociais do que pelo esforço do Estado. A partir desse movimento, as noções de políticas de base comunitária ganham maior destaque no Brasil – ainda que sendo bem apropriadas por alguns grupos sociais, mas encontrando certa resistência em tantos outros. Por outro lado, na esfera pública, governos de distintos países estabelecem acordos de cooperação, com o intuito de executar ações multilaterais e permitir o contato entre estas diversas ações de “base comunitária”, que se espalharam pela América Latina (CALABRE; LIMA, 2014b, p. 21–22).

Neste momento, incorpora-se aos discursos sobre o Cultura Viva a aderência ao Sistema Nacional de Cultura e a inclusão do Cultura Viva como a base comunitária deste Sistema. De acordo com Lia Calabre e Deborah Lima é possível notar o envolvimento de grupos sociais para o fortalecimento de fóruns e atividades autônomas. Com esse

⁴² Disponível em < <http://culturadigital.br/teiadadiversidade/>>

⁴³ Portaria que reformula o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva. Disponível em:<http://www.cultura.gov.br/legislacao/-/asset_publisher/siX11QMnlpZ8/content/portaria-n%C2%BA-118-2013-minc/10937> Acesso em: 04 de nov. de 2017. Essa Portaria é revogada pela Lei 13.018/2014.

movimento, noções de políticas de base comunitária alcançam destaque também no Brasil (CALABRE; LIMA, 2014b).

Em clima de comemoração e preocupação com os rumos que poderiam ganhar o Programa com as mudanças advindas de um novo processo eleitoral, as discussões relacionadas à institucionalidade do Programa estavam em pauta, sobretudo no seu viés normativo. Um grupo engajado neste processo de discussão e elaboração foi o dos gestores estaduais e municipais do Programa Cultura Viva que se organizaram em Comissão e almejavam participar, ativamente, na concepção e gestão do PCV.

Essa penetração dos entes federados (que ultrapassam a burocracia de selecionar, repassar recursos e controlar as redes descentralizadas) foram ações que se fizeram presentes de forma mais ordenada após requisição desta Comissão no processo do *Redesenho* do Programa e na regulamentação da Lei Cultura Viva.

3.4.3 Fóruns Nacionais dos Pontos de Cultura

O Fórum dos Pontos de Cultura é, na programação das Teias, um espaço de reflexão e formulação de melhorias para o Programa. No Fórum eram discutidos aspectos diversos do Programa (gestão, orçamento, sustentabilidade etc.) e produzidos documentos (cartas de apoio, textos de repúdio, abaixo assinados etc.).

Nos quatro Fóruns Nacionais de Pontos de Cultura realizados até 2014, algumas resoluções e recomendações foram importantes para o aperfeiçoamento da gestão compartilhada e do exercício da participação tanto no âmbito do Programa, quanto em demais instâncias de participação abertas pelo MinC. Uma observação que se fez notável é que o Fórum é definido pela ação Pontos de Cultura, o que, mais uma vez, confirma o protagonismo desta ação e a centralidade adquirida diante do PCV.

A realização do 1º Fórum Nacional de Pontos de Cultura durante a TEIA 2007 é fruto da percepção que a “TEIA 2006 não se apresentou como espaço para um debate político” (FÓRUM NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA, 2007 apud DOMINGUES, 2008) e contou com baixa participação dos Pontos em sua “concepção, execução e programação”. Com isso a realização do 1º Fórum foi oportuna para promover debates em nível nacional, com grande adesão de todas as regiões do Brasil.

Como síntese do Fórum, foi realizada uma avaliação da Teia 2007 que sinalizava: 1) a ausência de envolvimento dos Pontos de Cultura na construção da Teia; 2) problemas de produção/organização do encontro (recepção, transporte, hospedagem e logística); 3) questionamentos sobre centralidade da produção em um único Ponto de Cultura - Instituto

Pensarte; 4) pedido de prestação de contas dos gastos com a Teia além de uma auditoria dos gastos realizados pelo Instituto Pensarte (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010).

Foi um caminho de muitos desencontros. Entre a constituição de uma Comissão Nacional de Pontos de Cultura destinada a viabilizar a realização do Fórum e acompanhar a organização da própria Teia, e a realização efetiva dos eventos, discordâncias e críticas quase acabaram por se transformar em confronto na Planária que encerrou o Fórum. Esperava-se muito da sua realização. A primeira avaliação dos Pontos de Cultura foi dura, talvez tanto por motivos ideológicos quanto por falhas reais. Muitos se sentiam excluídos pela forma de organização da Teia, quando não “traídos” pelo Ministério, quando este encaminhou uma sugestão preliminar de pauta para os debates do Fórum. Ainda seria preciso caminhar bastante para compreender e tornar efetiva a noção de gestão compartilhada dos Pontos de Cultura. Mas, por isso mesmo, este foi um momento importante de amadurecimento da reflexão e da organização política dos Pontos de Cultura (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010, p. 118).

Por esta avaliação é possível compreender que o I Fórum, apesar da sua importância simbólica, nesta primeira edição, apenas tangenciou, agindo de forma embrionária, a missão de aperfeiçoar o Programa. As cobranças de cunho político-estruturantes foram minimizadas pelos problemas de produção do Encontro. E, dentre as funções de controle social e gestão compartilhada do PCV restou o pedido por prestação de contas, na sua forma de demonstração de desembolsos.

Em 15 de novembro de 2008, foi encaminhada ao Ministério, pelo II Fórum Nacional de Pontos de Cultura, uma carta que teve como mote a “Re-proclamação da República”. Realizado como parte integrante da programação da Teia Brasília, o Fórum, afirma em carta que: “O que começou como um programa governamental extrapolou as fronteiras institucionais e hoje os Pontos de Cultura emergem com a força de um movimento social presente e organizado em todo país” (COMISSÃO NACIONAL DE PONTOS DE CULTURA, 2008a).

O segundo Fórum contou com uma metodologia organizada em grupos de trabalho (GT) que geraram propostas específicas para cada um dos 25⁴⁴ segmentos/categorias. Deviam ainda propor diretrizes mais gerais, que envolvessem o PCV como um todo. Os GTs que se reuniram na ocasião do II Fórum tinham relação com

⁴⁴ Grupos de Trabalho/ Áreas Temáticas e Ações: 1.LGBT 2.Matriz Africana 3.Cultura da Paz 4.Juventude 5.Grupo Amazônico 6.Estudantes 7.Audiovisual 8.Patrimônio Material 9.Rádios Comunitárias 10.Hip-Hop 11.Economia Solidária 12.Artes Cênicas 13.Criança e Adolescente 14.Literatura 15.Música 16.Gênero 17.Ribeirinhos 18.Patrimônio Imaterial, Culturas Tradicionais e Indígenas 19.Redes da Terra 20.Ação Grô 21.Escola Viva 22.Cultura Digital 23.Legislação 24.Sustentabilidade e 25.Pontões e articulação da rede (COMISSÃO NACIONAL DE PONTOS DE CULTURA, 2008b).

ações do PCV (Escola Viva; Pontões e Articulação das Redes; Cultura Digital e Ação Griô), estavam relacionadas a expressões artísticas ou segmentos representativos na Rede (Grupo Amazônico/Ribeirinhos; Matriz Africana; Artes Cênicas; Audiovisual etc.) ou ainda eram temas/conceitos relevantes (Sustentabilidade; Economia Solidária) para o desenvolvimento do Programa.

Um destaque quando pensamos avanços e proposições para a institucionalidade foi a existência do GT - Legislação, que apresentou cinco propostas gerais e cinco específicas. As propostas gerais, além da interlocução com outras políticas do Ministério, como a implementação do Sistema Nacional de Cultura, tinham como sugestões que tratam de uma institucionalidade direta ou indiretamente para o PCV: a criação de um fundo do Programa Cultura Viva; o aumento do corpo técnico do MinC e a criação de um fórum digital permanente sobre legislação: Legislação Viva da Cultura.

Uma vez que os discursos majoritários identificavam a falta de experiência das instituições em gestar recursos públicos e as entidades culturais que possuíam convênio com as esferas de governo para implementação do Programa estavam enfrentando problemas para execução e prestação de contas, as propostas específicas procuravam capacitar as instituições para essa desigual relação através de medidas como: o estudo da lei nº 8.666 (lei de licitações e contratos que regiam os convênios) na perspectiva da cultura e capacitação em gestão das instituições conveniadas pelo Programa Mais Cultura através de vídeo aula passo a passo para a prestação de contas.

O problema que identificamos nessas proposições é a mera assimilação de que as entidades culturais deveriam adaptar-se ao Estado - regido por normas rígidas e autoritárias - quando numa relação de cooperação técnica e financeira essas adaptações deveriam, no mínimo serem de mão-dupla. As instituições que foram cortejadas pelo ideal de um projeto inovador, com discurso de autonomia, empoderamento e sustentabilidade eram, no momento do gozo da relação conjugal, a parte penalizada pelas tarefas árduas do dia-a-dia.

Propostas mais ousadas, estruturantes e com uma visão de médio prazo relacionadas à institucionalização do PCV surgiram no GT Juventude, que dentre as ações gerais apontaram como fundamental a transformação do Cultura Viva em política de estado a partir da formulação de um projeto de lei e pleiteavam um apoio mais consistente a lei dos griôs. No GT Artes Cênicas também se indica a necessidade de formulação de uma lei própria para reger os Pontos de Cultura.

Na tabela abaixo sistematizamos as propostas elencadas como prioritárias pelo II

Fórum.

Tabela 6 Proposta do II Fórum Nacional de Pontos de Cultura e relação com a institucionalidade do PCV (2008)

| Proposta | Relação com a institucionalidade |
|---|---|
| Garantia da permanência dos Pontos de Cultura como política de Estado, com dotação orçamentária prevista em dispositivo legal, mecanismos públicos de controle e gestão compartilhada com a sociedade civil. | <ul style="list-style-type: none"> - conformação enquanto política de estado (relação com a continuidade da política); - dotação orçamentária determinada em instrumento legal; - participação social. |
| Aprovação da PEC 236, que pretende acrescentar a cultura como direito social no Capítulo II, artigo 6º da Constituição Federal. | <ul style="list-style-type: none"> - adequação de normas (leis). |
| Aprovação da PEC 150 que vincula 2% do Orçamento Federal, 1,5% do Orçamento Estadual, 1% do Orçamento dos Municípios para a Cultura. | <ul style="list-style-type: none"> - dotação orçamentária determinada em instrumento legal. |
| Garantia da inclusão do Programa Cultura Viva no Plano Nacional de Cultura. | <ul style="list-style-type: none"> - conformação enquanto política de estado (relação com a continuidade da política); - adequação de normas (leis). |
| Regulamentação e implantação do Sistema Nacional de Cultura em todos os níveis da federação com definição de suas atribuições, e ampla participação da sociedade. | <ul style="list-style-type: none"> - conformação enquanto política de estado (relação com a continuidade da política); - adequação de normas (leis); - participação social. |
| Revisão da legislação que rege os convênios entre a sociedade civil e o Estado, garantindo transparência, funcionalidade, e agilidade nos processos administrativos, regulamentando a transferência de recursos públicos para ações da sociedade civil com finalidades sociais e culturais. | <ul style="list-style-type: none"> - adequação de normas (leis); - adequação dos recursos e estabelecimento de rotinas que resultem na agilidade dos procedimentos administrativos. |
| Reconhecimento pelo Estado brasileiro dos saberes e fazeres dos mestres e griôs de tradição oral e da cultura popular, com a criação de mecanismos permanentes de apoio e incentivo às redes de transmissão oral e seus vínculos com a educação formal, bem como suas práticas nos diversos grupos étnico-culturais que formam o povo brasileiro. | <ul style="list-style-type: none"> - adequação de normas (leis); - conformação enquanto política de estado (relação com a continuidade da política); - transversalidade com outras políticas. |
| Incentivo à participação da juventude nas políticas públicas de cultura, através do estímulo ao envolvimento da juventude em programas de formação, criação e atuação comunitária em atividades culturais, artísticas e de comunicação. | <ul style="list-style-type: none"> - participação social. |

Fonte: elaboração própria a partir da carta do II Fórum Nacional de Pontos de Cultura

Pelas propostas elencadas, nota-se um avanço substantivo em relação ao I FNPC

que se ocupou de questões pontuais e cuja pauta não reverberou para questões que dialogassem com uma política de estado e que, conseqüentemente, resultassem na perenidade das ações do PCV. A realização do II Fórum, por seu turno, demonstra um salto qualitativo no entendimento do papel dos atores em relação à política e aponta para um amadurecimento da Comissão Nacional de Pontos de Cultura (CNPdC) e das discussões geradas.

Um aspecto que ajuda a confirmar essa assertiva são as diretrizes adotadas como objetivos permanentes do FNPC: a) a elaboração de propostas de políticas públicas de estado para a cultura no Brasil, em especial no que se refere aos Pontos de Cultura, ao Programa Cultura Viva e ao Plano Nacional de Cultura; b) a proposição de novos marcos legais que afirmem a cultura como direito de cidadania e dever do estado, reconhecendo a autonomia e o protagonismo cultural do povo brasileiro; c) a articulação e fortalecimento dos fóruns e redes estaduais de pontos de cultura; d) o fortalecimento de ações transversais em rede entre pontos de cultura de todo o país; e) a discussão sobre os desafios institucionais da gestão compartilhada das políticas públicas de cultura entre o estado e a sociedade civil; e f) a construção de uma pauta política e de uma agenda de ações do movimento nacional dos pontos de cultura (COMISSÃO NACIONAL DE PONTOS DE CULTURA, 2008b).

O terceiro Fórum, realizado em Fortaleza em 2010, teve o objetivo de consolidar-se como uma instância permanente de atuação político-cultural, identificação de demandas e elaboração de propostas para o desenvolvimento de políticas públicas. Com uma metodologia que incluía o debate prévio via plataforma web⁴⁵, o III FNPC de acordo com o seu regimento, deveria ser composto por 25 grupos de trabalho que representavam as ações nacionais do PCV e suas áreas temáticas⁴⁶(COMISSÃO NACIONAL DE PONTOS DE CULTURA, 2010).

Dois dos seis objetivos deste Fórum estavam alinhados com a ideia de fortalecer propostas aprovadas em Conferências Nacionais: 1) a elaboração de propostas de políticas públicas de Estado para a cultura no Brasil, em especial, no que se refere aos

⁴⁵ <www.casadosmeninos.net.br/teia2010>, conforme indicado no Artigo 18 do Regimento do Fórum, infelizmente o endereço não está acessível para mais informações.

⁴⁶ Estavam sinalizados no regimento: 1) Ação Griô, 2) Artes Cênicas, 3) Audiovisual; 4) Crianças e Adolescentes; 5) Cultura da Paz; 6) Cultura Digital; 7) Economia Solidária; 8) Escola Viva; 9) Estudantes; 10) Gênero; 11) Grupo Amazônico; 12) Hip-hop; 13) Juventude; 14) legislação; 15) LGBT; 16) Literatura; 17) Matriz Africana; 18) Música; 19) Patrimônio Imaterial, Culturas Tradicionais e Indígenas; 20) Patrimônio Material; 21) Pontões e Articulação da Rede; 22) Rádios Comunitárias; 23) Rede da Terra; 24) Ribeirinhos; e 25) Sustentabilidade.

Pontos de Cultura, Programa Cultura Viva, Mais Cultura e ao Sistema Nacional de Cultura, conforme proposta nº83 aprovada na II Conferência Nacional de Cultura⁴⁷ e 2) proposição de marcos legais, como Lei Cultura Viva, Lei Ação Griô, PEC150, PEC 230, que afirmam a cultura como direito de cidadania e dever do estado, reconhecendo a autonomia e o protagonismo cultural da sociedade brasileira, conforme proposta nº 262⁴⁸ aprovada na II CNC (COMISSÃO NACIONAL DE PONTOS DE CULTURA, 2010).

Os demais objetivos tinham como centro a articulação que envolvia tanto a relação entre os beneficiários da política, quanto o fortalecimento das instâncias de participação e interlocução com o estado através do aperfeiçoamento da gestão compartilhada. Figuravam ainda dentre os ideais o envolvimento de atores internacionais, evidenciando o reconhecimento da política para além das fronteiras brasileiras.

O Fórum em sua 4º edição, na Teia Nacional da Diversidade 2014, foi precedido e amplificado por fóruns regionais, realizados nos 27 estados da nação, que emprestaram para a pauta deste FNPC uma legitimidade ainda maior. A Carta Aberta, documento final da realização do Fórum, deixou clara a insatisfação dos Pontos de Cultura diante da falta de prioridade recebida por essa política na gestão de Dilma Rousseff, quando o que se esperava era por um governo de continuidade. O texto lido na abertura na Teia da Diversidade, descreve a dificuldade em realizar o IV Fórum, que só ocorreu quatro anos após o terceiro, e afirma que mesmo sem a realização formal do Fórum, a Rede de Pontos e a Comissão Nacional continuou ativa:

Nesse período, o Movimento Nacional dos Pontos de Cultura e a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC) não ficaram parados. Apesar da abrupta interrupção do Programa Cultura Viva e da alarmante incompreensão por parte do governo Dilma acerca da importância social, cultural, política e econômica dos Pontos de Cultura, em sentido oposto à ideia original do Programa que preconiza que não somos nós que precisamos do Estado, mas sim o Estado que precisa de todos e todas nós, não ficamos parados (FÓRUM NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA, 2014).

⁴⁷ Presente na Tabela 03 desta dissertação.

⁴⁸ O texto desta proposta propõe “Consolidar, institucionalizar e implementar o Sistema Nacional de Cultura (SNC), constituído de órgãos específicos de cultura, conselhos de política cultural (consultivos, deliberativos e fiscalizadores), tendo, no mínimo, 50% de representantes da sociedade civil eleitos democraticamente pelos respectivos segmentos, planos e fundos de cultura, comissões intergestores, sistemas setoriais e programas de formação na área da cultura, na União, Estados, Municípios e no Distrito Federal, garantindo ampla participação da sociedade civil e realizando periodicamente as conferências de cultura e, especialmente, a aprovação pelo Congresso Nacional da PEC 416/2005 que institui o Sistema Nacional de Cultura, da PEC 150/2003 que designa recursos financeiros à cultura com vinculação orçamentária e da PEC 049/2007, que insere a cultura no rol dos direitos sociais da Constituição Federal, bem como dos projetos de lei que instituem o Plano Nacional de Cultura e o Programa de Fomento e Incentivo a Cultura- Procultura e do que regulamenta o funcionamento do Sistema Nacional de Cultura”

Dentre as reivindicações da carta apareceram demandas pela ampliação dos espaços e canais de diálogos e de participação dos Pontos de Cultura no planejamento, na implementação e na avaliação de políticas públicas e pela continuidade e ampliação do Programa Cultura Viva. Como resultado deste Fórum, foi eleita a nova Comissão Nacional composta por composta por 34 representantes dos Grupos de Trabalho e 27 representações dos estados brasileiros e do Distrito Federal além de elaboradas sete propostas prioritárias (FÓRUM NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA, 2014).

A tabela abaixo, recupera as propostas priorizadas pelo IV Fórum e sistematiza elementos de institucionalidade presentes em cada uma das propostas.

Tabela 7 Proposta do IV Fórum Nacional de Pontos de Cultura e relação com a institucionalidade do PCV (2014)

| Proposta | Relação com a institucionalidade |
|--|--|
| <p>Reconhecer por meio de portaria governamental da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura como instância formal e legítima de representação dos Pontos de Cultura brasileiros, bem como, a garantia de realização, com aporte do Ministério da Cultura, de no mínimo, 03 encontros presenciais nacionais, de funcionamento de uma plataforma virtual permanente de discussão e de recursos para mobilização e articulação dos planos de trabalho dos GTs temáticos.</p> | <ul style="list-style-type: none"> - reconhecimento formal de instância de participação; - garantias orçamentárias e financeiras. |
| <p>Assegurar a permanência dos Pontos de Cultura como política de Estado, com dotação orçamentária prevista em dispositivo legal, mecanismos públicos de controle e gestão compartilhada com a sociedade civil, tendo como ponto fundamental para a consecução desse item a aprovação da Lei Cultura Viva e a destinação de percentuais das Leis Rouanet e do Audiovisual para o Fundo Nacional de Cultura vinculando esse recurso ao Programa Cultura Viva.</p> | <ul style="list-style-type: none"> - garantias orçamentárias (vinculação orçamentária); - mecanismos de participação (controle e gestão compartilhada); - garantias legais (aprovação da Lei Cultura Viva). |
| <p>Garantir a existência de Pontos de Cultura em todos os municípios do Brasil, bem como a consecução da meta de constituição de no mínimo 15000 pontos de cultura até 2020.</p> | <ul style="list-style-type: none"> - capilaridade do programa (cumprimento e ampliação da Meta nº23 do Plano Nacional de Cultura) |
| <p>Revisar a legislação que rege a relação entre pontos de cultura e Ministério da Cultura, desenvolvendo mecanismos administrativos e jurídicos de repasse financeiro, de acompanhamento e de prestação de contas mais</p> | <ul style="list-style-type: none"> - revisão/adequação de instrumentos legais; - instituir mecanismos de transparência e controle |

| | |
|--|--|
| <p>simples, sem, no entanto, deixar de ser rigorosos, transparentes, funcionais e ágeis, conforme orientações da portaria 118 de 30 de dezembro de 2013.</p> | |
| <p>Reconhecer e fomentar política e financeiramente experiências que se desenvolvem tendo como foco os saberes e fazeres dos mestres e griôs de tradição oral e da cultura popular, com a criação de mecanismos permanentes de apoio e incentivo às redes de transmissão oral e seus vínculos com sistema educacional, bem como suas práticas nos diversos grupos étnicos culturais, que formam o povo brasileiro.</p> | <ul style="list-style-type: none"> - fomento a ações do PCV (ênfase nas ações de tradição oral e griôs) - proposição de transversalidade na política pública através da relação com outras instâncias de governo (Educação). |
| <p>Reconhecer e fomentar política e financeiramente ações permanentes e estruturantes de promoção da equidade de gênero; de afirmação das diversas identidades de gênero e orientação sexual; de valorização e afirmação de todos os recortes geracionais, étnico raciais e de crença religiosa; de afirmação e de criação de mecanismos que garantam acessibilidade a todas e todos à fruição e à produção de bens culturais; sempre se orientado por uma perspectiva política e econômica de ultrapassagem ou minimização das desigualdades classe.</p> | <ul style="list-style-type: none"> - garantias financeiras e orçamentárias para implementação de ações |
| <p>Viabilizar junto ao BNDES um programa de fomento para desapropriação de imóveis que não cumpram a função social da propriedade conforme previsto no Estatuto da Cidade, que também permita a construção, manutenção, adequação e reforma, para garantir o acesso às pessoas com deficiência, incapacidade temporária e/ou mobilidade reduzida, e necessidades visuais, sonoras e verbais em conformidade com a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU, 2008) , além gerar portaria que indique a concessão de uso de imóveis ociosos públicos para pontos de cultura, pontos de memória, pontos de leitura, reconhecidos pelo Programa Cultura Viva e que não possuem sede própria pública de projeto de arquitetura e urbanismo.</p> | <ul style="list-style-type: none"> - garantias legais (destinação de imóveis para beneficiários de ações do PCV). |

Fonte: elaboração própria a partir das propostas do IV Fórum Nacional de Pontos de Cultura

Pode-se aferir dessas propostas uma preocupação compartilhada pelo Fórum Nacional de Pontos de Cultura da necessidade de garantias, sobretudo legais e orçamentárias, que resguardassem o aperfeiçoamento e a continuidade do Programa Cultura Viva.

O grifo feito na primeira proposta descrita na Tabela 06 deixa evidente a inexistência de articulação diante da omissão do estado já que considera necessário o aporte financeiro do Ministério para garantir uma constância na articulação social. Essa ausência de autonomia, deixa o braço social do Programa refém da disponibilidade orçamentária (e boa vontade) do poder público.

3.5 RELAÇÃO ENTRE OS ENTES FEDERADOS

No Brasil, ações de compartilhamento de responsabilidades entre os entes federados começaram a se desenhar com a redemocratização. Em alguns segmentos da vida político-social essa segmentação de responsabilidades, traduzida na descentralização de políticas públicas, já se encontra melhor consolidada. Conforme já tratado nesta dissertação, o exemplo da educação ajuda a ilustrar essa divisão. Declaradamente os municípios são responsáveis pela educação básica, os estados pelo ensino médio escolar e a união pelo ensino superior (universitário). Essa divisão, apesar de não ser estanque - o que permite que os entes assumam outras incumbências além dos serviços preestabelecidos como sendo de suas responsabilidades - auxilia para um ordenamento e uma clareza de atribuições.

Para Marta Arretche, existe uma inegável influência em torno da ideia de que o fortalecimento institucional e político dos municípios, enquanto ente que se relaciona mais diretamente com os cidadãos pela proximidade, colaboraria com a democracia e com a consequente eliminação da política meramente representativa. A participação cidadã em processos de decisão ajudam a consolidar esse ideário, uma vez que "a vida democrática de âmbito municipal poderia representar uma alternativa aos limites e vícios postos pelas instituições nacionais da democracia representativa". E, mesmo numa corrente com influências e princípios liberais, a crença de que a descentralização acarretaria num fortalecimento da vida cívica sob a ótica de que com essa participação é possível caminhos mais independentes do Estado (ARRETCHE, 2008).

O que se coloca em discussão, e que precisamos estar atentos, diz respeito a descentralização apenas da esfera de centralidade. Em termos práticos, não existe nenhuma garantia que a proximidade da esfera de decisão enseje num processo de maior participação.

A centralização significa a concentração de recursos e/ou competências e/ou poder decisório nas mãos de entidades específicas no "centro" (governo central, agência central etc.). Descentralizar é deslocar esses

recursos do “centro” e colocá-los em outras entidades específicas (os entes descentralizados). A primeira tem sido identificada como antidemocrática, na medida em que ensejaria a possibilidade de dominação política. Contudo, não existe uma garantia prévia - intrínseca ao mecanismo da descentralização de que o deslocamento desses recursos implique a abolição da dominação. Deslocar recursos do “centro” para subsistemas mais autônomos pode evitar a dominação pelo “centro”, mas pode permitir essa dominação ao interior desse subsistema (ARRETCHE, 2008, p. 5).

Ainda pensando o cenário nacional, no caso da cultura, ações pensadas numa perspectiva federalista ainda são raras. As iniciativas e responsabilidades mantêm-se generalizadas em todos os âmbitos de governo. A proposição de um Sistema Nacional de Cultura, aos moldes do Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é para o segmento cultural um passo relevante na implementação de políticas pensadas numa perspectiva federalista. Mas para além de abraçar o ideal e as vantagens da descentralização de políticas, cabe observar criticamente, tal qual faz a pesquisadora Marta Arretche, que os impulsos pela descentralização também atendem aos ideais de poder por parte de elites políticas de âmbito local (ARRETCHE, 2008).

A descentralização do Programa Cultura Viva, foco da análise em cena, foi alvo de alguns questionamentos que dialogam com essas inquietações. Além da percepção da micropolítica e do ainda enraizado “coronelismo” presente em centros de poder mais regionalizados, a gestão do Programa por entes descentralizados, em termos práticos, não resultaria numa simplificação burocrática. Na avaliação feita pelo IPEA, publicada no ano de 2010, o tema da descentralização aparecia com algumas ressalvas. De acordo com o resultado da avaliação:

Em alguns casos há muita desconfiança em relação a participação das municipalidades, **por razões políticas e por argumentos que apontam que as prefeituras teriam condicionantes similares às do órgão federal, ou seja, estariam sujeitas à mesma legislação (Lei 8.666, de 21/06/93)**. Aliás, vale assinalar, grande parte dos gestores avalia que os princípios presentes na lei são importantes, embora devam ser adaptados para instituições com as características e especificidades das pequenas associações (IPEA, 2010, p. 38 grifo nosso)

Em contraposição a essa análise, existem pensamentos que consideram que, com o processo de descentralização para estados e municípios o Programa que era gerido, exclusivamente, pelo Ministério, passa a contar com entes federados como parceiros. A descentralização, inicialmente, proposta a partir da ação Ponto de Cultura - enquanto ação prioritária do PCV - é aclamada como a responsável por tornar o MinC nacional. Com

ela, pela primeira vez, o MinC supera a tradicional centralização de recursos e passa a ter visibilidade como uma ação nacional.

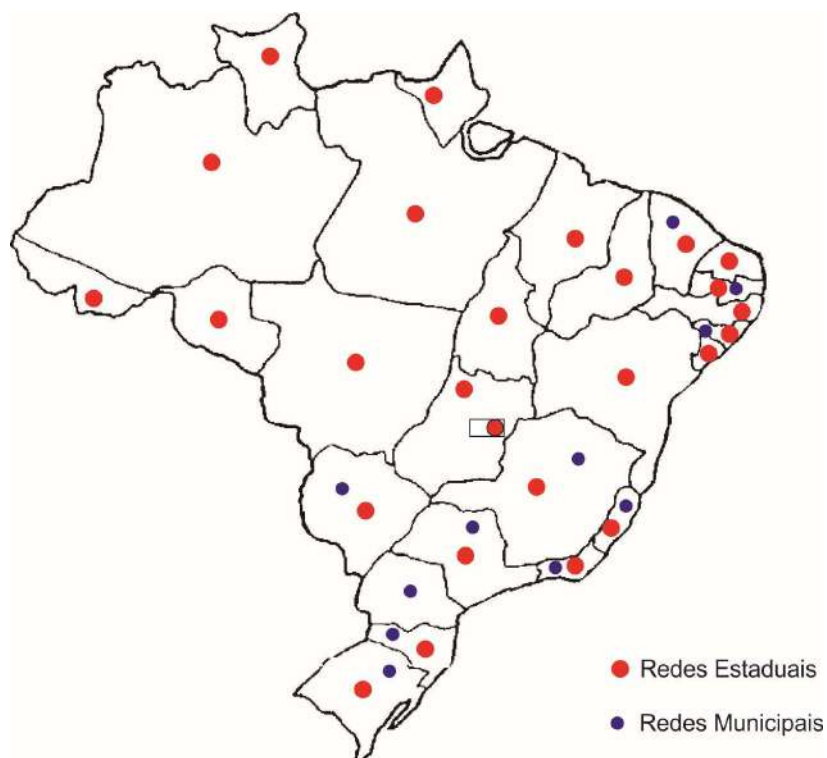
A federalização das ações e a entrada dos estados e municípios como novos mediadores desta relação entre Estado e Sociedade sinaliza novos cenários. Se o esforço dos encontros nacionais, do governo, da Comissão Nacional e o “movimento” como um todo era o de construção de bandeiras conjuntas e o protagonismo e empoderamento dos canais de pressão, a multiplicidade de realidades, as diferentes relações com cada um dos governos locais, as diferenças entre os editais fez surgir dinâmicas específicas (LIMA, 2013, p. 171).

O edital nº 4, de 20 de abril de 2005 foi a primeira iniciativa para a descentralização. Este edital convocava instituições governamentais estaduais, distritais e municipais para que apresentem projetos governamentais para estímulo a propostas de entidades sem fins lucrativos (Pontos Cultura) (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2005) Conseguiu-se, através deste edital “um aumento significativo dos Pontos e Pontões, dando escala ao Programa e, teoricamente, tornando possível à SCC administrar o fluxo burocrático resultante dos convênios firmados com 24 estados e 16 municípios” (IPEA, 2012).

Um intento que se seguiu a realização de editais para entes governamentais se deu por meio de convênios de cooperação técnica e financeira firmados diretamente com organismos públicos. O processo de “estadualização” teve como pioneiro o Convênio 427/2007 firmado com o Estado da Bahia pelo qual a SecultBA iniciou a implementação descentralizada do Programa Mais Cultura e do Programa Cultura Viva por meio do projeto Ponto de Cultura. Tal convênio previu a publicação de um edital com o intuito de selecionar 150 instituições da sociedade civil sem fins lucrativos para conveniarem com o Estado e receberem recursos financeiros (180 mil reais), divididos em três anos, com o objetivo de incentivar a continuidade das atividades culturais nas comunidades.

A dispersão dos dados e a ausência de memória institucional - considerando que as informações não se encontram ordenadas de forma pública - nos fez recorrer a um balanço das ações encontrado em uma planilha anexa à uma matéria da assessoria de comunicação do Ministério, produzido para a Ministra Marta Suplicy, que assumiu com a saída de Ana de Hollanda. O mapa abaixo, dá um panorama da pulverização da Rede.

Mapa 1 Distribuição das Redes Estaduais e Municipais de Pontos de Cultura (2012)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponíveis no site do MinC

A descentralização resultou na realização de acordos de cooperação com quase totalidade dos Estados brasileiros que, conforme pode ser visualizado no mapa acima, deixa de fora apenas o estado do Paraná⁴⁹. Já sobre as redes municipais, naquela ocasião, listava-se a presença de convênios nos seguintes estados: Alagoas (1); Ceará (1); Minas Gerais (4); Mato Grosso do Sul (1); Paraíba (2); Rio de Janeiro (1); Rio Grande do Sul (6); Santa Catarina (1); São Paulo (14). No entanto, a matéria diverge das informações contidas na planilha. Enquanto a primeira indica a existência de 44 (quarenta e quatro) Redes Municipais, nos dados brutos estão listados apenas 33(trinta e três).

Um trabalho de mapeamento da descentralização foi iniciado pela pesquisadora Luana Vilutis. Numa tentativa de complementar esse levantamento, que esteve concentrado no ano de 2008 e fez o mapeamento a partir de editais, buscamos atualizar esse levantamento. Porém, mais uma vez, dada a falta de ordenamento dos dados - dispersos pela web - não consideramos que este quadro se encontra completo e confiável.

⁴⁹ Consulta feita através do Portal da Transparência confirma a ausência (até os dias atuais) de termo de cooperação para implantação da Rede Estadual do Paraná, mas não responde sobre o motivo de não se ter parceria firmada.

Contudo, as ausências também dizem algo. Neste caso, reforçam a fragilidade da memória institucional do Programa.

Tabela 8 Editais de Seleção para a implementação descentralizada de Pontos de Cultura em parceria com o Ministério da Cultura

| DATA DE PUBLICAÇÃO | ÓRGÃO EMISSOR | PONTOS DE CULTURA PREVISTOS |
|---------------------------|--|------------------------------------|
| 02 de dezembro de 2008 | Secretaria de Estado dos Esportes, da Cultura e do Lazer /SECEL de Rondônia | 30 |
| 03 de novembro de 2008 | Secretaria de Estado da Cultura do Amazonas | 40 |
| 04 de dezembro de 2008 | Subsecretaria Executiva de Cultura da Secretaria Estadual da Educação e Cultura da Paraíba | 20 |
| 05 de julho de 2008 | Secretaria Estadual da Juventude do Tocantins | 24 |
| 09 de outubro de 2008 | Secretaria de Estado da Cultura do Pará | 60 |
| 10 de setembro de 2008 | Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão | 60 |
| 12 de dezembro de 2008 | Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira – AGEPEL/ Governo do Estado de Goiás | 40 |
| 12 de setembro de 2008 | Fundação de Cultura do Estado do Mato Grosso do Sul | 30 |
| 14 de outubro de 2008 | Fundação Cultural do Piauí - FUNDAC / Governo do Estado do Piauí | 80 |
| 16 de julho de 2008 | Secretaria Municipal da Cultura da Prefeitura de Goiânia/GO | 30 |
| 16 de outubro de 2008 | Secretaria de Estado da Cultura do Ceará | 100 |
| 19 de dezembro de 2008 | Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais | 100 |
| 20 de outubro de 2008 | Fundação Catarinense de Cultura / Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina | 150 |
| 21 de novembro de 2008 | Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas | 20 |
| 22 de dezembro de 2008 | Secretaria de Estado da Cultura de Sergipe | 30 |
| 25 de novembro de 2008 | Fundação Cultural de Curitiba / Fundo Municipal de Cultura da Prefeitura de Curitiba | 30 |
| 26 de março de 2008 | Secretaria de Estado da Cultura da Bahia | 150 |
| 27 de novembro de 2008 | Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour / Governo Estadual do Acre | 15 |
| 28 de outubro de 2008 | Secretaria de Estado da Cultura do Rio de Janeiro | 60 |

| | | |
|------------------------|---|-----|
| 29 de outubro de 2008 | Secretaria de Estado da Cultura do Amapá | 15 |
| 30 de junho de 2008 | Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – Fundarpe, da Secretaria Estadual de Educação do Pernambuco | 120 |
| agosto de 2008 | Fundação José Augusto / Governo do Estado do Rio Grande do Norte | 53 |
| 29 de setembro de 2009 | Governo do Distrito Federal /Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal | 20 |
| 30 de novembro de 2010 | Município de São José dos Pinhas | 5 |
| 22 de agosto de 2012 | Governo do Estado de Roraima/Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos | 2 |
| 16 de dezembro de 2013 | Prefeitura do Município de São Paulo/ Secretaria Municipal de Cultura | 85 |
| 21 de janeiro de 2014 | Governo do Estado da Bahia/ Secretaria de Estado de Cultura da Bahia | 150 |
| abril de 2014 | Prefeitura Municipal de Arapiraca/ Secretaria de Cultura, Lazer e Juventude | 10 |
| 30 de novembro de 2015 | Município de São Luís/ Fundação Municipal de Cultura de São Luís | 40 |
| 12 de setembro de 2017 | Prefeitura Municipal de Maceió / Fundação Municipal de Ação Cultural | 15 |

Fonte: complementação de informações disponibilizadas por Luana Vilutis (2009), a partir de informações encontradas em websites diversos.

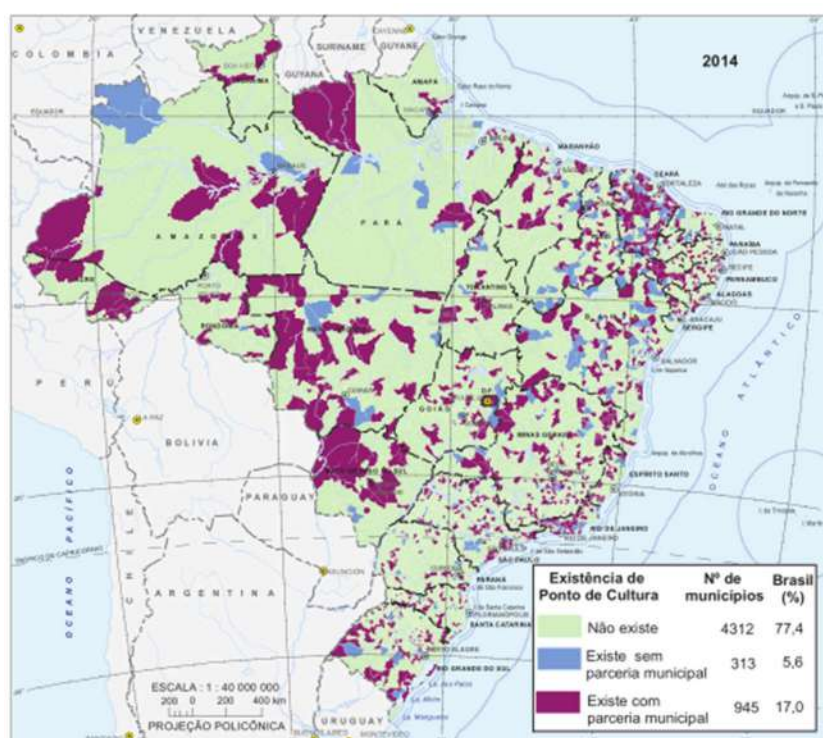
Se formalizados todos os Pontos de Cultura previstos nos editais listados na Tabela nº 7, a descentralização implicaria num incremento de 1584 instituição à Rede dos Pontos.

A pesquisa de Informações Básicas Estaduais (ESTADIC) e a pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) realizadas no ano de 2014 mapearam um conjunto de informações sobre a cultura a partir do olhar de órgãos gestores dos poderes públicos estadual e municipal. O Suplemento de Cultura buscou dados relativos aos órgãos de cultura; condições de infraestrutura; características dos recursos humanos; políticas culturais; instrumentos de gestão; legislação específica; existência e características de conselhos e fundos relativos ao tema; ações, projetos e atividades desenvolvidos; atividades artísticas e artesanais, além de meios de comunicação e equipamentos culturais (IBGE, 2015). No relatório gerado a partir desta pesquisa está declarado o número de 3.422 Pontos de Cultura. A distribuição dos Pontos foi alvo de análise da pesquisa:

Existiam em 2014, segundo as informações prestadas pelas prefeituras à Munic, 3. 422 pontos de cultura no País. Pelo Cartograma 2 observa-se que os Estados do Rio de Janeiro e Ceará eram os maiores percentuais de municípios com pontos de cultura em seus municípios: 64,1% e 59,8%. Ressalte-se também a presença em torno de um terço dos municípios nos Estados de Pernambuco (34,6%), Espírito Santo (32,1%), Acre (31,8%), Piauí (29,0%), Bahia (27,6%) e Amazonas (27,4%) (ESTADIC, 2014, p. 24).

O mapa de elaboração do IBGE indica espacialmente, a partir dos dados presentes no suplemento da Cultura, a localização dos Pontos. É possível verificar a distribuição espacial, no entanto, não é possível detectar com qual ente (união, estado ou município) foi celebrado o convênio. Neste sentido, a ilustração serve para visualizar a distribuição territorial, mas não nos dá a dimensão do pacto federativo. Além disso, essa relação com os municípios, retratada em roxo no mapa, que corresponde a um total de 945 municípios aparece sem uma avaliação qualitativa que informe qual tipo de parceria está estabelecida. Pelo conhecimento empírico adquirido em anos trabalhados na gestão do programa, sabemos que essas parcerias quando efetivamente firmadas tinham como objeto desde cessão de espaço e funcionários para a realização das atividades até a isenção de pagamento de taxas e tributos municipais.

Mapa 2 Municípios com Pontos de Cultura - Brasil (2014)



Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

No caso do Cultura Viva, as instabilidades dos organismos de cultura dos estados e municípios também têm impactos na sua gestão. Como já discutimos, as instabilidades dos órgãos de gestão e suas lideranças, juntamente com a deficiência de recursos (financeiros, humanos e materiais), estão presentes já no nível federal. Estas fragilidades tornam-se, algumas vezes, mais evidentes nos âmbitos estadual e municipal.

As vulnerabilidades nas gestões de cultura nos estados foram constatadas em pesquisa sobre os mecanismos de fomento e financiamento à cultura, que tratou como uma das dimensões a institucionalidade dos órgãos de cultura e dos órgãos de fomento nos estados e DF.

Como exemplo desta instabilidade nos estados, entre 2014 e 2015 Goiás e Tocantins deixaram de ter secretaria exclusiva para a cultura, inserindo o tema em pastas responsáveis também por outras políticas. Em 2015, Mato Grosso teve a pasta da cultura aglutinada em esporte e lazer, mas voltou a ser exclusiva após nove meses, em um indicativo de instabilidade da área no estado. Tocantins sofreu diversas alterações em um espaço de tempo: em 2014 havia uma Fundação, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura, criada após a extinção da Secretaria Estadual de Cultura, em abril do ano anterior. Recriada em 2015, a Secretaria de Cultura é novamente desmobilizada e reestruturada como uma Superintendência de Desenvolvimento da Cultura, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura. O estado do Rio de Janeiro, que possui uma cena cultural diversificada, de reconhecimento nacional e internacional, decretou, em 2016, que a partir de 2017, a pasta da cultura seria incorporada à Secretaria de Ciência e Tecnologia, porém a situação foi revertida e a secretaria manteve o status de exclusividade. O Maranhão teve a pasta da cultura aglutinada com a do turismo em 2016. Mais recentemente, o Rio Grande do Sul juntou, na mesma pasta, a área da Cultura com as áreas de Turismo, Esporte e Lazer. No Piauí, as políticas culturais eram geridas por uma Fundação e em 2015 foi criada a Secretaria de Cultura. Cabe ainda notar que o Mato Grosso do Sul manteve o tema da cultura compartilhada, porém em novo arranjo institucional. Antes estava associado com meio ambiente e turismo. Depois passou a ser compartilhado com o turismo, inovação e empreendedorismo. Já em Roraima o órgão de cultura deixou de ser uma gerência passando à coordenação (RUBIM; PAIVA NETO, 2017, p. 120).

De toda forma, cabe considerar que o status institucional, isoladamente, não é suficiente para aferir a importância de um organismo de gestão. A existência formal de uma secretaria, diretoria ou coordenação, para além da nomenclatura, deve estar apoiada por outras variáveis que colaboram para a institucionalidade.

A descentralização do Cultura Viva, quando iniciada, levava a chancela do Programa Mais Cultura. Incluído no Programa de Aceleração do Crescimento, do

governo federal e criado por meio do Decreto nº 6.226, de 4 de outubro de 2007. O programa, coordenado Secretaria de Articulação Institucional (SAI), foi considerado por alguns como a origem do SNC (CALABRE, 2012; ROCHA, 2014). Tendo como prioridade alcançar municípios com índices significativos de violência, baixa escolaridade e outros indicadores de fraco desenvolvimento, no artigo quarto do seu decreto de criação fica colocada de forma explícita a relação com outras esferas de governo para a implementação efetiva do Programa:

Art. 4º Para fins de execução do Programa Mais Cultura, o Ministério da Cultura firmará convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres **com órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios**, assim como estabelecerá parcerias com consórcios públicos, entidades de direito público ou privado sem fins lucrativos, nacionais ou estrangeiras, observada a legislação pertinente, podendo, inclusive, utilizar-se dos mecanismos previstos na Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991(BRASIL, 2007 grifo nosso).

O Mais Cultura teve um papel fundamental na articulação dos entes federados para a implantação de uma série de projetos culturais e caracterizou-se pela aglutinação de uma série de programas e ações que, em sua maioria, já vinham sendo executados pelo Ministério. A tabela abaixo, sintetiza as diretrizes e ações deste programa a partir da divisão das suas três áreas de atuação:

Tabela 9 Diretrizes e ações do Programa Mais Cultura

| | I – Cultura e Cidadania | II – Cultura e Cidades | III – Cultura e Economia |
|------------|---|--|---|
| Diretrizes | <ul style="list-style-type: none"> - Promover melhoria da qualidade de vida; - Valorizar e fortalecer a diversidade cultural; - Ampliar o acesso aos bens e serviços culturais | <ul style="list-style-type: none"> - Qualificar o ambiente social das cidades por meio da construção, reforma, modernização e adaptação de espaços culturais; - Democratizar o acesso a equipamentos culturais e atrair, principalmente, as populações de áreas menos favorecidas. | <ul style="list-style-type: none"> - Gerar oportunidades de emprego e renda para trabalhadores, micro, pequenas e médias empresas do mercado cultural brasileiro; - Incorporar progressivamente a parcela informal de trabalhadores da cultura na economia formal; - Disponibilizar acesso a créditos e meios de circulação e veiculação de bens e serviços culturais. |

| | | | |
|-------|---|--|---|
| Ações | <ul style="list-style-type: none"> - Pontos de Cultura - Pontos de Leitura - Pontinhos de Cultura - Cine Mais Cultura - Produção de conteúdo para a TV pública - Agente de Leitura - Vale Cultura - Periódicos de conteúdo Mais Cultura | <ul style="list-style-type: none"> - Bibliotecas - Espaços Mais Cultura - Pontos de Memória | <ul style="list-style-type: none"> - Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart) - Microcrédito Cultural - Microprojetos Mais Cultura |
|-------|---|--|---|

Fonte: Sophia Rocha, 2014 a partir de informações do MinC.

Um grande desafio do programa da cultura inscrito com o selo do PAC foi a necessidade de uma grande articulação interna já que o Mais Cultura era coordenado pela SAI mas, a maioria dos projetos que o integravam estavam administrativamente alocados em outras secretarias, a exemplo da própria Secretaria de Cidadania Cultural⁵⁰ (SCC), que era responsável pelas ações do Cultura Viva. A peculiaridade de juntar projetos que foram criados e estavam sendo geridos por outras secretarias e os arranjos institucionais necessários para a execução do Programa ocasionou uma série de disputas internas e entraves nos processos decisórios no âmbito do próprio Ministério (LIMA, 2012 *apud* ROCHA, 2014).

A decisão pela capilaridade do Programa Cultura Viva a partir do compartilhamento da gestão com outros entes federados pode ser vislumbrada a partir de perspectivas diversas. Uma pertinente observação da pesquisadora Sophia Rocha (2014) sinaliza que a descentralização é iniciada em um momento em que já existiam uma série de problemas de execução mapeados e que foram, em certa medida, também descentralizados.

a estadualização do Projeto Ponto de Cultura contribuiu para a sua expansão – tanto em relação à quantidade de projetos, como em sua distribuição territorial. Porém, os problemas diagnosticados no Projeto, quando era gerido exclusivamente pelo MinC, continuaram a ocorrer após a sua descentralização, multiplicando-se para Estados e municípios, ainda que estes se empenhassem em qualificar a sua gestão. Isso nos indicaria que os entraves vivenciados no Ponto de Cultura refletem um problema mais profundo, que é a inadequação do modelo de Estado existente no Brasil, incapaz de dialogar com todo o conjunto de sua população (ROCHA, 2014, p. 27).

⁵⁰ Nome à época da Secretaria de Diversidade e Cidadania Cultural - SCDC.

Num outro momento, diante da extinção do Programa Mais Cultura, que havia dado os primeiros passos no sentido de articular a implementação descentralizada da política pública e, quando se discutia uma reformulação do Programa Cultura Viva a partir da implementação de planos de ação resultantes de um estudo da política sistematizado pelo IPEA, orientava-se por um *Redesenho* do Programa. De acordo com a definição adotada pelo relatório gerado, a descentralização deveria ser realizada como uma “estratégia de ampliação da capilaridade do programa por meio de conveniamentos e repasse de recursos a estados, Distrito Federal e municípios para o fortalecimento da Rede Cultura Viva e estabilização de suas premissas conceituais fundamentais” (IPEA, 2014, p. 28).

Esse relatório preconizava ainda que algumas atribuições e ações estratégicas deveriam ser atribuições do governo federal, tais quais o acompanhamento e a coordenação da Rede Cultura Viva além da responsabilidade de manter o diálogo com o Sistema Nacional de Cultura (IPEA, 2014). Esta perspectiva de relacionamento e integração com SNC, no entanto, é considerada por alguns pesquisadores como um reconhecimento tardio, uma vez que o Programa Cultura Viva foi construído sem contemplar uma equação federativa e esteve à margem da discussão e implantação do SNC (RUBIM, 2015a).

A federalização que resultou do PCV, mesmo considerando os impactos administrativos e de gestão, que, como demonstrado por várias pesquisas, acabou por pulverizar problemas identificados na implementação da rede federal, foi percebida, em alguma medida, pela possibilidade de fortalecimento do programa:

Compreende-se que a federalização foi importante como uma alternativa tendo em vista o crescimento do número de partícipes. Foi uma iniciativa relevante para o fortalecimento, inclusive político, de uma política pública que poderia ser completamente desfeita com a mudança de governo e novas propostas governamentais para o campo. Contudo, a falta de uma estrutura mais coesa e o completo direcionamento às especificidades dos locais, gerando tipos distintos de convênios, levou à pulverização dos problemas, enfraquecendo a ideia nacional e “unificada” dos Pontos de Cultura e do Cultura Viva (LIMA, 2013, p. 171).

Desafios elencados para a federalização do Programa Cultura Viva estiveram intrinsecamente relacionados com a viabilidade da descentralização, apoiados nas dificuldades de execução pelos estados e municípios. As possibilidades de descentralização eram de, pelo menos, duas ordens: a primeira nomeada como *ampla*,

quando a função do Ministério estaria restrita ao repasse do recurso financeiro e os entes estariam incumbidos de todo o processo de conveniamento e gestão de redes e a segunda pensada como *estratégica*, manteria a coordenação no governo federal (IPEA, 2012).

Porém é importante salientar que a relação estabelecida com estados e municipalidades não foi de todo harmônica. A parceria firmada entre os entes, nos anos iniciais, esteve restrita ao campo das rotinas administrativas e burocráticas. As secretarias, agora corresponsáveis pela gestão do programa, não eram incluídas e sequer consultadas em momentos primordiais de reflexão sobre os rumos do Programa. O Ministério parecia reivindicar para si o papel de decisão, contrariando um dos conceitos-chave do Cultura Viva: a gestão compartilhada. Um exemplo marcante dessa exclusão ocorreu no processo de *Redesenho do Cultura Viva*, no governo Dilma Rousseff, quando estados e municípios estiveram à margem da discussão até reivindicarem sua participação (RUBIM, 2015), o que resultou na criação do Fórum Nacional de Gestores Estaduais e Municipais do Programa Cultura Viva. Este Fórum foi tratado nesta dissertação quando analisamos os mecanismos de participação enquanto categoria de análise fundamental para a criação de uma institucionalidade democrática. Tal qual constata a pesquisadora Luana Vilutis:

A descentralização do programa Cultura Viva também foi realizada de forma dispersa, sem uma estratégia efetiva de gestão compartilhada dessa ação pública nacional. A transferência de recursos e de responsabilidades relativas ao conveniamento e à prestação de contas dos pontos de cultura, não foi acompanhada de um compartilhamento da gestão das ações do programa, nem de uma intencionalidade de articulação em rede mais efetiva dos pontos de cultura. Não houve o desenvolvimento conjunto de instrumentos e de metodologias de acompanhamento, monitoramento e avaliação do programa. Não houve compartilhamento de responsabilidades, nem integração orgânica da gestão do programa nos três níveis – federal, estadual e municipal. Ausências como essas nos impedem de conceber uma efetiva federalização do Cultura Viva. O número de pontos de cultura aumentou, mas esse aumento de escala não resultou em um ganho efetivo de qualidade da gestão do programa nem de inovação em sua concepção (VILUTIS, 2015, p. 187).

Dada a grande difusão vivenciada pelo Cultura Viva, um elemento de descentralização da política que ultrapassou as fronteiras nacionais foi a expansão/replicação para outros países, sobretudo, da América Latina.

Mesmo conscientes de que essa descentralização não se caracteriza, a rigor, como um estabelecimento de um pacto federativo, julgamos, tal expansão como um dado

relevante para o Programa pois, com essa expansão alguns efeitos parecem colaborar para a institucionalidade do Programa. Um dos efeitos mais notáveis - já descrito nesta dissertação - foi a influência do Cultura Viva Comunitária na reflexão e inclusão do Programa Cultura Viva como base comunitária do Sistema Nacional de Cultura. Conforme destaca Alexandre Santini Rodrigues:

O que fica claro é que o programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura do Brasil inspiraram a construção deste conceito de Política Cultural que hoje reverbera em diversas políticas públicas desenvolvidas em cidades e países latinoamericanos, sendo que nestes países, a associação com os conceitos de território e comunidade fica marcadamente definida como o centro da estratégia de ação da política. Esta ênfase na dimensão comunitária irá, ao longo do tempo, influenciar o próprio desenvolvimento do Cultura Viva no Brasil. O Documento Base do Programa Cultura Viva, publicado pela Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do MinC em agosto de 2013, como resultado do processo de redesenho do programa realizado em parceria com o IPEA, passa a definir o Cultura Viva como “a Política de Base Comunitária do Sistema Nacional de Cultura”. Evidentemente, esta formulação sofreu a influência das políticas de Cultura Viva Comunitária na América Latina (RODRIGUES, 2014b, p. 99).

Cabe refletir que a internacionalização do Programa acontece num momento em que, em território nacional, a política vinham perdendo espaço e prioridade que se constata tanto pela redução orçamentária, quanto pelos discursos dos gestores do Ministério e ainda pelo grande hiato em realizar encontros das redes (Teia). O movimento propiciado pelo Cultura Viva Comunitária partia da sociedade para o estado, ou seja, “de baixo para cima”.

3.5.1 Difusão internacional: o Cultura Viva Comunitária

A primeira gestão do MinC (2011-2012) no governo Dilma, em especial, se configurou discursivamente em oposição à parte das ações implementadas nos oito anos anteriores. Chegando mesmo a gerar algumas áreas de conflito acentuadas, tais como a da problemática do direito autoral e a da forma de condução do Programa Cultura Viva.

No caso específico deste último, a crise de gestão e de relacionamento do poder público federal com os atores envolvidos no processo e representados pela Comissão Nacional de Pontos de Cultura se intensifica, ao mesmo tempo em que o programa aumenta sua escala nacional com a parceria de inúmeros estados, além de ganhar visibilidade internacional, fortalecendo redes de atores da sociedade civil com diversos

países da América Latina. Tal processo complexo é um interessante indicador de algumas lógicas “perversas” que ficam submetidas às políticas públicas (CALABRE, 2015, p. 43).

Pela potência vinda das bases culturais/sociais, o Cultura Viva com os Pontos de Cultura começa a ser replicado/adaptado em diversos países da América Latina. Um documento de apoio à programação do 1º Congresso Latinoamericano de Cultura Viva Comunitária, realizado em La Paz, na Bolívia apresenta um retrato da época nos países da América Latina. Naquele momento, o cenário estava assim descrito:

1. Argentina: tinha lei apresentada ao congresso e projetos do Cultura Viva em desenvolvimento;
2. Brasil: possuía lei apresentada ao Congresso e com projetos do Cultura Viva em desenvolvimento. Na época com mais de 2 mil Pontos de Cultura reconhecidos;
3. Bolívia: estava estabelecendo acordos com o governo para aprovação de uma lei;
4. Costa Rica: encontrava-se prestes a aprovar o Plano Nacional de Cultura onde constava um capítulo especial para o Cultura Viva Comunitária;
5. Colômbia: discutia a construção de anteprojeto de política pública e já contava com apoio financeiro e vontade política;
6. El Salvador e Guatemala: sem avanços em termos de legislação, mas, trabalhando com organizações sócio-culturais na perspectiva do Cultura Viva;
7. Peru: com um anteprojeto de lei.

Convocados pela sociedade civil, gestores governamentais, pesquisadores, estudiosos etc. o 1º Congresso Latino-americano Cultura Viva Comunitária, destaca-se pela atuação em rede de instituições sem fins lucrativos (organizações não-governamentais) em campanha pelo Cultura Viva como resultado do reconhecimento à política pública que dá origem aos Pontos de Cultura. A inspiração brasileira do *do-in antropológico*⁵¹ pelo qual era vital “massagear os pontos vitais do Brasil” e que

⁵¹ A expressão *do-in antropológico* foi amplamente utilizada na gestão do Ministro Gilberto Gil quando ele se referia à necessidade de “massagear os pontos vitais do Brasil”, para ele era necessário sair do cenário de um Ministério da Cultura que repassava verbas para uma clientela preferencial e era necessário chegar aos brasileiros de forma mais ampla.

resultaram na Política Nacional do Cultura Viva traz consigo princípios que despertam o corpo cultural da América Latina.

Eram objetivos do Congresso: a) fortalecer os Pontos de Cultura política e institucionalmente em todo o continente e b) consolidar a articulação latino-americana em torno da pauta da Cultura Viva Comunitária.

el 1er Congreso Latinoamericano de Cultura Viva Comunitaria busca fortalecer este proceso que ha logrado articular organizaciones y redes en todo el continente, generando un espacio que logre favorecer el encuentro entre las experiencias y concretar avances significativos en el terreno organizativo y de lucha por Políticas Públicas de apoyo a estos procesos de organización popular, economía social y desarrollo local en Latinoamérica (“Site do 1º Congresso Latinoamericano Cultura Viva Comunitária”, 2013)

Indo ao encontro desse processo de fortalecimento, a então secretaria de diversidade e cidadania cultural do Ministério da Cultura do Brasil, Márcia Rollemberg, se pronunciou afirmando que, do Congresso, esperava-se a “ampliação da pauta de política de base comunitária da América Latina no âmbito da cultura e, ao mesmo tempo, o fortalecimento de movimentos culturais que integram a grande rede de diversidade cultural da latino-americana, fortalecendo o princípio de cooperação entre países e povos.”

Cabe destacar que, o 1º Congresso Latino-americano de Cultura Viva Comunitária surge como desdobramento de uma série de ações que coadunaram para o fortalecimento e atuação em rede. Com pode ser verificado em trecho extraído do website do Congresso:

El 1er Congreso Latinoamericano de Cultura Viva Comunitaria es la continuidad de un proceso de articulación continental desarrollado a lo largo de los últimos diez años, en el intento de dar visibilidad y fortaleza a las más de 120.000 experiencias populares de actividades culturales y comunitarias que existen en el continente, movilizandando anualmente a cerca de 200 millones de personas en eventos y talleres y trabajando aún sin un adecuado reconocimiento por parte de las legislaciones y las políticas públicas vigentes en Latinoamérica (“Site do 1º Congresso Latinoamericano Cultura Viva Comunitária”, 2013)

O Congresso traz como princípios fundamentais para a Cultura Viva Comunitária os mesmos princípios da Política Nacional de Cultura Viva do Brasil: autonomia, protagonismo e empoderamento. Somando-se o ingrediente da interação entre os agentes sociais e culturais, a articulação em rede - componente fundamental para o fortalecimento das ações realizadas.

Los principios fundamentales de CVC son la autonomía, como capacidad para la toma de decisiones; el protagonismo y empoderamiento, en tanto el centro de actuación son los grupos históricamente segregados de las políticas y las decisiones de lo público; y la articulación en Red, como diálogo de saberes y un intercambio permanente de experiencias que permite reinventar, re-crear y renovar tanto los movimientos sociales como al estado mismo. (“Caderno de apoio à programação - 1º Congresso Latinoamericano Cultura Viva Comunitária”, 2013)

Dentro dos seis dias de programação, buscou-se contemplar quatro dimensões que costuravam a metodologia do Congresso que integrava a realização de festas e celebrações, rituais culturais, seminários, oficinas, debates, feiras, etc. Eram essas dimensões: 1) **política** - representada pelos painéis que debateram, por exemplo sobre políticas públicas de cultura comunitária, economia de rede e cooperação na América Latina, além dos encontros de rede 2) **acadêmica** - distribuída em 16 eixos de discussão, tratando de temas como: arte para a transformação social, comunicação para uma democracia, celebrações para uma vida comunitária, mediação cultural para a comunidade, cultura de paz etc. 3) **lúdica/criativa** - presente na programação cultural com cortejo, assaltos poéticos, mostras artísticas. 4) **espiritual/mística/ritual** - ao se valorizar os saberes e as tradições orais, a memória sendo representada, por exemplo, pela vivência proporcionada pela viagem à Mururata para conhecer parte do trabalho comunitário.

Como desdobramento, foram elencados desafios e estratégias. Vários deles apontam para princípios do Cultura Viva que impactam no fortalecimento da participação cidadã e no empoderamento das bases comunitárias. São elencados nestes desafios, por exemplo: a) a necessidade de garantir a autonomia continental para a produção/desenvolvimento das culturas locais; b) a importância de garantir a promoção da gestão compartilhada, respeitando a autonomia, entendida como fundamental ao processo de empoderamento social; c) a necessidade de se construir políticas públicas a partir das trocas com a sociedade civil a envolvendo nas tomadas de decisão; d) o lugar essencial da articulação em redes; e) os ganhos de impulsionar a prática dos valores de cooperação e solidariedade; e) fortalecimento e empoderamento da ação cultural da comunidade na criação e implementação de metodologias e tecnologias sociais no âmbito das políticas culturais; f) o desejo de aproximar o saber acadêmico do saber popular, promovendo esse diálogo etc.

Ademais, o encontro se configurou como um importante evento para demarcar a opção assumida de fortalecer os laços entre os países do continente a partir dos saberes e

fazeres culturais. As discussões realizadas durante todo Congresso foram importantes para criar um ambiente de cooperação e também o momento de avaliar as barreiras que se impuseram na execução das ações do Cultura Viva no Brasil e nos demais países. Gestores públicos, por exemplo, se reuniam para tratar da operacionalização dessas políticas em estruturas burocráticas inadequadas. O problema que procuravam solucionar dizia respeito aos mecanismos necessários para se chegar a um modelo de política que atendesse, sem criminalizar, as ações comunitárias (OLIVEIRA, 2014).

De toda forma, cabe a crítica e percepção cuidadosa da pesquisadora Luana Vilutis (2015) quando pensado os rumos do Cultura Viva ao ultrapassar as barreiras do nacional. Algumas nuances vivenciadas pelo Cultura Viva que assume a sua versão Comunitária em outros países da América Latina marcam substantivamente o modo de funcionamento da ação. O processo de indução para a formatação da política, verdadeiramente “de baixo para cima”, aponta para cenários de colaboração e gestão compartilhada que guarda outra forma de relação da sociedade civil com o poder público.

É injusto realizar comparações entre o Cultura Viva no Brasil e a Cultura Viva Comunitária na América Latina, especialmente porque aqui tivemos um programa com dez anos de existência e nos demais países as ações públicas são mais recentes, muitas ainda em processo de estruturação. No entanto, há uma diferença bastante significativa, como já mencionado anteriormente, em termos de sua concepção e origem. Enquanto no Brasil o Cultura Viva foi instituído pelo Estado como sendo uma política “de baixo pra cima”, nos demais países latino-americanos a Cultura Viva Comunitária nasceu de uma articulação social e política, efetivamente de baixo pra cima (VILUTIS, 2015, p. 122).

Mesmo assim, a relação com os entes federados e a consequente capilaridade alcançada pelo Cultura Viva - como modelo de política a ser replicada, colaborou para uma aderência social com os ideários do Programa. A repercussão internacional do PCV pode ser considerada como ponto fundamental para dar sobrevida às ações do Programa, visto que nacionalmente havia sinal de descaso com a política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da institucionalidade cultural é recente e pouco sistemático. Conforme verificado, não foram localizadas produções científicas que se dedicassem a definição de critérios, categorias e/ou indicadores de uma arquitetura institucional da cultura. Porém, ainda assim, uma série de elementos estão no imaginário comum do que venha a compor uma institucionalidade: presença de órgão de gestão, orçamento, pessoal qualificado, legislações, normas e rotinas estão dentre as características mais frequentemente listadas.

Esta dissertação teve como objeto o estudo da institucionalidade da cultura a partir da análise do percurso do Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura, do governo federal brasileiro, desde o momento da sua criação até a aprovação da lei 13.018/2014 que passou a reger o Programa. As categorias de análise que acionamos foram selecionadas a partir de elementos recorrentes em produções de pesquisadores e organismos reconhecidos no campo de estudos da cultura: a) estrutura de gestão (dirigentes, governança, estruturas organizativas); b) presença de dispositivos legais (leis, decretos, portarias); c) existência de recursos (humanos, materiais e financeiros); d) processos ou mecanismos de participação; e e) relação entre os entes federados.

Inicialmente foi realizada uma catalogação bibliográfica cuja contribuição julgamos de fundamental importância para a presente pesquisa. Era necessário compreender quais aspectos do PCV já haviam sido analisados. Nos deparamos com vários estudos que contribuíram diretamente com o propósito desta dissertação, mas nenhuma delas olhou para as várias categorias centrais da nossa análise. Ao todo foram identificados 173 trabalhos que podem, ao nosso ver, contribuir para outras investigações, uma vez que não se restringem ao centro do objeto desta pesquisa, mas vão além, trazendo análises que se ocuparam de enquadramentos e dimensões variadas e foram realizadas em distintos campos de estudos. Por isso, consideramos este levantamento um relevante resultado desta pesquisa.

Ao avaliar várias das dimensões da institucionalidade da cultura, observamos que muitos foram os avanços, mas que ainda são enormes os desafios na consolidação da institucionalidade do Programa Cultura Viva. A partir das categorias selecionadas, temos a considerar sobre:

1. Estrutura de gestão:

A estrutura de gestão, enquanto categoria, procurou observar o papel dos dirigentes, estruturas organizativas e de governança do Programa. Foi possível observar que durante os dez anos do Programa as mudanças de dirigentes do Ministério da Cultura

tiveram impactos para o Cultura Viva. Se a criação e ampliação orçamentária é o que se percebe nos primeiros anos do PCV, mudanças de gestão chegaram com outras diretrizes que indicavam para uma redução da prioridade do Programa. O perfil dos dirigentes também influenciou em processos de reestruturação, a exemplo do *Redesenho*; na presença ou ausência de relação com interlocutores do PCV; na celeridade ou paralisia na aprovação do ordenamento jurídico.

No que tange a gestão do Ministério da Cultura, o perfil de Gilberto Gil contribuiu para a implantação de um Programa inovador e conseguiu capitalizar recursos financeiros, ao passo que a passagem de Ana de Hollanda bloqueou os repasses com a orientação de rever processos. Marta Suplicy, por sua vez, colaborou com a aprovação da legislação específica para o Programa, usando do seu capital simbólico de senadora. Evidente que os jogos políticos são mais complexos que essa simples síntese, mas concordando com o pensamento de vários pesquisadores, a presença de um Ministro forte tem sido fundamental para indicar o lugar que as políticas culturais ocupam em determinada gestão.

Se pensarmos as estruturas organizativas, cabe observar que a inconstância e falta de recursos financeiros das responsabilidades da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural - responsável pela gestão do PCV - inviabiliza a formulação de procedimentos operacionais e criação de rotinas. Exemplo desta realidade, conforme exposto no terceiro capítulo dessa dissertação, recentemente a SCDC, a partir de uma reestruturação do Ministério, assumiu a responsabilidade da política de livro, leitura, literatura e biblioteca. Além da mudança de escopo de atuação da Secretaria, fica visível a instabilidade da estrutura de gestão que, com tais mudanças, não consegue se estruturar para gerir as políticas sobre sua responsabilidade. Podemos inferir que existe, mais uma vez, na recente história do Ministério da Cultura um retrocesso em termos institucionais percebido pelo sombreamento das responsabilidades das estruturas de gestão, uma vez que, a SCDC acumula, com esse novo desenho administrativo, atribuições que deveriam estar localizadas na Fundação Biblioteca Nacional, instituição vinculada ao MinC.

Já no que se refere à governança do PCV, avaliamos como um importante avanço a descrição no texto legal das Comissões Nacionais (de Pontos e de Gestores). Pois, apesar de terem sido criadas a partir de espaços de diálogo não encontravam respaldo que garantissem a formalização da atuação para além da “boa vontade das gestões” que reconheciam a importância e representatividade das Comissões. Ao regulamentar essas

estruturas de governança o Cultura Viva ganha um esqueleto institucional que considera a participação de vários atores para a gestão compartilhada do Programa.

2. Presença de dispositivos legais

O arcabouço jurídico é considerado por uma série de estudiosos como elemento central na consolidação de uma institucionalidade duradoura. O Programa Cultura Viva, no seu nascedouro é instituído por uma Portaria do Ministério da Cultura que tem valor jurídico hierarquicamente inferior a uma lei.

A consolidação de uma lei para o Programa Cultura Viva é uma enorme conquista. A proposição da lei Cultura Viva, como vimos, foi resultado de muitas reivindicações dos setores culturais envolvidos com a política. O fato gerador da necessidade de uma lei específica para se relacionar com as instituições culturais do PCV foi, em grande medida, a constatação da inadequação da lei de licitações e contratos (nº8.666/1993) para lidar com os Pontos de Cultura. Para assegurar que a relação entre estado e sociedade civil ocorresse sem os ritos da lei 8.666 era necessário propor mecanismos de relação que fossem mais brandas, e que ao mesmo tempo garantissem que o recurso público estaria sendo aplicado em conformidade com os princípios da administração pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência).

Cabe lembrar que na mesma época em que se tramitava a Lei Cultura Viva discutia-se o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) que, pelo seu escopo de atuação, poderia servir de aporte legal para as relações estabelecidas entre o estado e sociedade civil - tais quais as do PCV. Mesmo neste cenário, o Programa Cultura Viva ganha tratamento diferenciado em relação a outras parcerias feitas com Organizações da Sociedade Civil (OSC) e consegue aprovar uma legislação própria, o que ratifica a ressonância e importância que a política cultural alcançou.

A proposição da Lei Griô tem também um importante impacto quando pensamos os dispositivos legais do Programa Cultura Viva. Apensado a um outro projeto de lei, de nº1176/2011, o PL da lei Griô auxiliou na discussão e fortalecimento da luta pelo reconhecimento dos mestres e mestras da cultura popular.

Outro fato relevante é a aprovação da meta nº 23 no Plano Nacional de Cultura que estabelece a implantação de 15 mil Pontos de Cultura até 2020. A existência dessa meta no documento plurianual norteador das políticas culturais brasileiras é, no mínimo, sintomático da importância que o Programa alcançou a partir da sua principal ação.

Porém, inclusão da meta por si só não garante o seu cumprimento. Conforme aferido por esta pesquisa, até 2015 apenas 31,6% da meta havia sido cumprida.

O próprio PNC prevê a possibilidade de revisão das metas após quatro anos em vigor, mas apesar desta possibilidade a Meta nº 23, que trata da implantação de Pontos de Cultura, foi ratificada. Uma estratégia para alcançar a meta foi a Chancela dos Pontos de Cultura a partir da autodeclaração de instituições e grupos culturais, inclusive informais. É prudente ressaltar que a inserção desses grupos culturais no Programa colabora para alcance da meta, mas não garante a inclusão real no PCV, que tinha como meio de atuação o repasse de recursos financeiros para fortalecimento e ampliação das ações culturais que já eram realizadas pela entidade ou coletivo cultural. Sem o aporte financeiro e com escassa possibilidade de auxiliar as instituições com apoio técnico, a Chancela funciona meramente como instrumento de reconhecimento de ações culturais relevantes.

Mesmo otimistas com o cenário que se desenha ao se ter aprovada uma lei com tantas garantias, cabe salientar que uma infeliz marca das leis do Brasil é a compreensão de que elas muitas vezes não passam de cartas de intenção. A aplicação das leis é, muitas vezes, inviabilizada por falta de aderência popular, de conhecimento dos direitos regidos em lei, ausência de regulamentação ou ainda simplesmente descaso das autoridades políticas. Conforme reiterado ao longo desta dissertação, a institucionalidade requer mais que garantias constitucionais. Ação fundamental para a consolidação dos aspectos inscritos em dispositivos legais é a contínua mobilização e adesão social ao que define a lei.

3. Existência de recursos

Conforme afirmado ao longo da dissertação, ao tratarmos dos recursos estamos nos referindo a várias das suas dimensões. Para verificar a colaboração para institucionalidade observamos tanto para os recursos financeiros quanto os humanos e materiais.

A insuficiência de recursos humanos foi diagnosticada por uma série de estudos sobre o PCV e, por nossa síntese, configura-se como um dos desafios a ser superado. A realização de concursos públicos não resolveu a carência de pessoal do Ministério e, conseqüentemente, da gestão do Programa. A existência de um quadro de funcionários instáveis (cargos comissionados e assemelhados) contribui para uma rotatividade e dificulta a criação de cultura e memória organizacional.

A inexistências de recursos materiais adequados, em um cenário de carência de recursos humanos torna a gestão de políticas públicas de grande alcance ainda mais difícil. Gerir à distância, sem instrumentos, mecanismos e/ou ferramentas apropriadas é bastante desafiador. A inexistência de um sistema eficaz - o que pode ser diagnosticado pela simples inexistência de compatibilidade no que diz respeito ao número de instituições reconhecidas como Pontos de Cultura - prejudicou a administração do Cultura Viva. Conforme abordado, existia a previsão de um sistema de acompanhamento e controle que deveria ser disponibilizado pelo Ministério da Cultura para estados e municípios partícipes da implantação e gestão descentralizado do PCV, no entanto, essa cláusula presente no acordo de cooperação não foi cumprida. Em seu lugar, o acompanhamento era feito a partir de formulários e tabelas/planilhas físicas, o que inviabilizava - principalmente se considerarmos o cenário nacional - a formulação/extração de importantes dados sobre o Programa.

O orçamento destinado é um importante indicativo da prioridade dada a uma política pelo poder público. Se, nos primeiros anos do PCV o orçamento teve um crescimento substantivo, a partir de 2008 o investimento na política começou a declinar e em 2016 chegou ao seu pior patamar até o presente momento. Os primeiros anos do Programa deram sinais de que o Programa era prioridade, porém a inexistência de um estabelecimento legal de dotação orçamentária mínima, conforme reivindicado em uma série mecanismos de participação, tem apontado para uma fragilidade da Política Nacional de Cultura Viva que tem tido redução significativa de execução financeira. Mesmo com avanços em outros aspectos que compõem a institucionalidade - que poderia ser lido como prioridade dada à política, sobretudo pela conquista da legislação - o baixo aporte de recursos aponta para um paradoxo.

4. Processos ou mecanismos de participação

A abertura para processos de participação é marca relevante das políticas implementadas no Governo Lula. A colaboração para a institucionalidade do PCV a partir de propostas que estiveram presentes em Conferências de Cultura é um exemplo.

Para além da contribuição das CNC para o Cultura Viva, cabe destacar que processos de participação diretamente relacionados ao Programa Cultura Viva foram criados e aperfeiçoados ao longo dos anos. As Teias, como vimos, saíram do lugar central de festividade e passaram a abrigar Fóruns que discutiam os rumos do Programa Cultura Viva. Propostas dos Fóruns Nacionais de Pontos de Cultura que se preocupavam com

participação social e reconhecimento formal das instâncias de participação; dotação orçamentária; adequação da legislação ao público do Programa etc. auxiliaram para a institucionalidade do PCV. Várias dessas recomendações acabaram por serem assimiladas pela Política Nacional de Cultura Viva através da lei Cultura Viva.

No campo dos espaços e mecanismos de participação é exemplo a legitimação das Teias como reuniões periódicas dos partícipes da PNCV. Mesmo sem a definição da periodicidade dos encontros, a existência das Teias deixa no regulamento da Lei indicações para o seu funcionamento. No entanto, há de se apontar que o silenciamento em relação a uma periodicidade para a realização dos encontros pode se desdobrar tanto em realização quanto em omissão. Se considerarmos que a periodicidade de realização das Teias variou no período analisado - inicialmente realizadas anualmente e posteriormente passando por hiatos de até quatro anos - apenas a presença formal em lei não obriga o ente público a realizar os encontros.

5. Relação entre os entes federados

A descentralização da Política Nacional de Cultura Viva contribuiu significativamente para a sua institucionalidade. Algumas pesquisas sobre o Programa colocavam ressalvas o processo de *estadualização* com o argumento de que a descentralização poderia recair em ingerências político-partidárias de estados e municípios. Ao contrário, a participação de entes subnacionais na gestão do Programa mostrou-se, em vários momentos, como potência. O processo do *Redesenho* é um exemplo. A reivindicação dos gestores em participar do processo de avaliação e proposição de melhorias para o PCV qualificou o processo e reposicionou os entes federados na gestão compartilhada do Cultura Viva.

Mas é necessário ponderar que as relações federativas impulsionadas pelo Cultura Viva aconteceram, inicialmente, mais no campo das formalidades, quando se transferiu para estados e municípios procedimentos burocráticos (que incluíam seleção, formalização de parcerias e prestações de contas) e esses entes estiveram alijados dos processos estratégicos de formulação e avaliação do Programa. A participação dos entes federados em importantes momentos de inflexão do Cultura Viva aconteceu apenas após esforço e luta dos gestores como pôde ser verificado em pelo menos dois episódios:

- a) **no redesenho do PCV**, quando os gestores, reunidos em encontro realizado na Bahia, por iniciativa da Secretaria de Cultura deste estado, reivindicaram participação mais ativa nas discussões pela revisão do Programa. O resultado deste

encontro foi a criação da Comissão Nacional de Gestores Estaduais e Municipais do Programa Cultura Viva. Vale lembrar ainda que o estudo que resultou no *Redesenho* aconteceu em meio a um momento de crise do PCV, quando o “freio de arrumação” parecia paralisar, quase por completo, todas as ações do Programa. Estados e municípios partícipes da gestão compartilhada pressionavam o governo federal para cumprir com acordos firmados: repasse de parcelas, avaliação de prestação de contas, liberação de uso de rendimentos etc. Ou seja, a inclusão de interlocutores complexificou a tomada de decisão e dificultou com isso a estagnação de uma política sem que sua falta fosse sentida.

- b) **no GT interno para apresentar proposta de regulamentação da lei.** Neste processo os gestores, mais uma vez, reivindicaram o papel estratégico enquanto conhecedores da política na sua rotina. O GT publicado em Diário Oficial da União como Grupo Interno ao Ministério da Cultura foi ampliado (mesmo sem anúncio na imprensa oficial) e facultou a participação tanto dos gestores estaduais e municipais, quanto da Comissão Nacional de Pontos de Cultura. Importante destacar que o regulamento é documento-chave para consolidar o funcionamento da legislação. Nele, por exemplo, deveria estar detalhada a forma de apresentação das prestações de contas, que pela lei seria simplificada. Cabia, neste cenário, ao texto do regulamento indicar os procedimentos, prazos, documentos necessários etc. Para a consolidação da gestão compartilhado do PCV, a participação dos gestores - que aplicariam a lei nos seus estados e municípios - e dos Pontos de Cultura - que deveriam adequar seu funcionamento para a nova forma de relação com o estado - na regulamentação era imprescindível.

Pensando na descentralização do Cultura Viva é necessário ratificar a colaboração do Programa Cultura Viva Comunitária para a institucionalidade do PCV no Brasil. Dissolver um Programa aclamado internacionalmente pelo seu potencial de inovação e transformação não parece tarefa simples. Como justificar a extinção de um programa de êxito? Paradoxalmente, a expansão latinoamericana acontece num momento em que era sentida uma redução da prioridade dada ao PCV no território nacional. Mas a presença do Programa em outros países, ao nosso ver, colaborou para a sua continuidade e inclusive para a retomada de discussões que culminaram em incluir o PCV como Programa de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura.

Extrapolando as categorias de análise propostas, a realização de avaliações na perspectiva de monitoramento e aperfeiçoamento da política pública se apresentou como um feito relevante para a proposição de uma institucionalidade para o Cultura Viva. Vários estudos foram significativos para a criação de estratégias de melhoria para o PCV desde os encomendados pelo Ministério, como os realizados pelo Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LPP/UERJ); pelo Instituto Paulo Freire (IPF); e pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) até uma série de pesquisas acadêmicas.

Em linhas gerais, presume-se que a existência de institucionalidade coaduna em garantias de continuidade para organismos de gestão e políticas. No entanto, não devemos considerar que a perenidade seja lida como sinônimo de perpetuação, caracterizada pela manutenção estanque de estruturas e ações. A presença de uma institucionalidade precisa permitir algum grau de adequações e revisões periódicas, pois a sociedade passa por mudanças que indicam novos rumos. O organograma do Ministério da Cultura, por exemplo, como discutimos no segundo capítulo desta dissertação, ao longo dos anos foi sendo modificado para atender as diretrizes políticas de cada época.

A presença de órgãos de gestão, criados em tempos de ditadura, serviam ao propósito de assegurar uma identidade nacional e estavam destinados ao fomento das belas artes e patrimônio material. Com a gestão de Lula, uma atualização do conceito de cultura assumido pelo MinC culminou numa reformulação das estruturas de gestão para atender outros setores que antes não eram contemplados pelas políticas culturais, nesta época foi criada, por exemplo, a Secretaria de Apoio à Preservação da Identidade Cultural, que tinha dentre as atribuições promover e apoiar à diversidade cultural e ações de promoção da cidadania.

Em boa medida, e não exclusivamente no campo da cultura, a gestão pública sofre com a ausência de estruturas organizacionais adequadas, com o déficit de pessoal, com a insuficiência de recursos financeiros e com marcos legais inadequados e/ou desatualizados. Dentre as marcas tradicionais das políticas culturais no Brasil é facilmente identificável a fragilidade dos organismos de gestão. O ministério foi instalado em 1985; extinto e transformado em secretaria em 1990 e recriado em 1993. Em 2016, foi possível presenciar o desmonte e ressurgimento do Ministério da Cultura, quando Michel Temer assumiu como interino a presidência durante o processo de *impeachment* da presidenta eleita, Dilma Rousseff.

Mesmo diante desse cenário, os últimos tempos indicavam para uma maior institucionalidade para a cultura. As duas gestões de Lula, por exemplo, impetraram uma série de ações para o fortalecimento de uma institucionalidade se considerarmos as categorias de análise eleitas por esta dissertação, em uma breve síntese podemos listar:

- a) o aumento do orçamento e a realização de dois concursos públicos auxiliou no reforço de *recursos* (financeiros e humanos) para o MinC;
- b) a abertura de canais de participação como a realização de Conferências, a ativação do Conselho Nacional de Políticas Culturais e a instalação de câmaras setoriais estimulou a participação social, ou seja, esteve conectada com a realização de *mecanismos de participação*;
- c) a elaboração do Plano Nacional de Cultura, aprovado pela Lei 12.343 de 2 de dezembro de 2010, é exemplo de contribuições dos *dispositivos legais*. Podemos considerar ainda uma série de portarias e decretos que atuaram no sentido de organizar procedimentos tal qual a Portaria nº 29 GM/MinC, de maio 2009 que normatiza as etapas da seleção pública de projetos; e
- d) a formulação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) configura-se como um importante passo para a *relação com os entes federados*. Neste sentido, acrescentamos a realização de ações em cooperação, sejam elas: as conferências de cultura (que tinham etapas municipais e estaduais que antecediam a culminância nacional), ou a formalização de convênios de cooperação técnica e financeira ao exemplo do próprio Programa Cultura Viva.

Sua sucessora, Dilma Rousseff, não caminhou com o mesmo vigor, mas mesmo assim conseguiu importantes feitos para a institucionalidade da cultura. Da sua gestão, a aprovação de legislações é o exemplo mais consistente, foram aprovadas no Congresso Nacional: a emenda constitucional nº 77 de 29 de novembro de 2012 que acrescenta o artigo 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura (SNC); o vale-cultura e a própria lei Cultura Viva.

O tempo presente, em que encerramos a redação deste estudo, nos indica a fragilidade da institucionalidade da cultura. Essa debilidade é percebida desde a instabilidade das estruturas de gestão, a exemplo do Ministério da Cultura que, após tentativa de dissolução pelo governo Michel Temer, foi recriado formalmente, mas foi sendo gradativamente sucateado em sua política. Passa pela inconstância do dirigente,

substituído por quatro vezes, o que nos dá uma média de um Ministro para cada ano de gestão. Soma-se a esse cenário a impossibilidade da participação da sociedade civil, quando as instâncias formalmente criadas tiveram seus ritos descontinuados, como o caso da Conferência Nacional de Cultura.

Em meio a tanta descontinuidade - capaz de tornar precárias, em pouco tempo, políticas construídas democraticamente - cabe salientar a importância da institucionalidade. Ela se constrói a partir da soma dos vários elementos analisados por esta dissertação. Mas para que seja substantiva, a institucionalidade exige uma democracia cidadã, que envolva uma sociedade civil atuante e consciente das lutas e conquistas.

REFERÊNCIAS

- AGENDA 21 DA CULTURA. In: **Revista Observatório Itaú Cultural/OIC**. São Paulo: [s.n.]. p. 53–63.
- ALMEIDA, D. A. DE. **Relações entre o estado, sociedade e TIC: uma análise das tensões a partir do modelo proposto pelos Pontos de Cultura**. [s.l.] Universidade Federal da Bahia, 2011.
- ANDREWS, C. W. Implicações teóricas do novo institucionalismo: uma abordagem Habermasiana. **Dados . - Revista de Ciências Sociais**, v. 48, n. 2, p. 271–299, 2005.
- ARAGÃO, A. L. AS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE CULTURA NO BRASIL COMO INSTÂNCIAS DE ESCUTA E DE EXERCÍCIO DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO NA VIDA CULTURAL. **Revista pensamento e realidade**, 2013a.
- ARAGÃO, A. L. **O direito de participação na vida cultural do Brasil no governo Lula**. [s.l.] Universidade Federal da Bahia, 2013b.
- ARRETCHE, M. Federalismo e democracia no Brasil: a visão da ciência política norte-americana. **São Paulo em perspectiva**, p. 23–31, 2001.
- ARRETCHE, M. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas ? p. 1–23, 2008.
- BALLOUSSIER, A. V. Política e cortes de verba travam cultura, diz ministro Juca Ferreira. **Folha de São Paulo**, 14 dez. 2015.
- BARBALHO, A. Política cultural. In: RUBIM, L. (Ed.). . **Organização e produção da cultura**. Salvador - Bahia: EDUFBA, 2005. p. 33–52.
- BARBALHO, A. O sistema nacional de Cultura no governo Dilma: continuidades e avanços. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, v. 2, n. 2, p. 188–207, 2014a.
- BARBALHO, A. Em busca da institucionalização: a adesão ao Sistema Nacional de Cultura. **Pragmatizes -- Revista Latino Americana de Estudos em Cultura**, set. 2014b.
- BARBALHO, A. “ACHO QUE O QUE EU PEGUEI FOI UMA COISA MEIO FORA DO NORMAL”: MOBILIZAÇÃO E CRISE NA GESTÃO ANA DE HOLLANDA. In: CALABRE, L.; LIMA, D. R. (Eds.). . **POLÍTICAS CULTURAIS: Conjunturas e Territorialidades**. São Paulo: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017. p. 182.

BARBALHO, A.; BARROS, J. M.; CALABRE, L. **Federalismo e Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2013.

BARBALHO, A.; ROCHA, R.; OLIVEIRA, G. Entrevista com Ana de Hollanda. **Políticas Culturais em Revista**, v. 10, 2016.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1909.

BOHOSLAVKY, E.; SOPRANO, G. Una evaluación y propuestas para el estudio del Estado en Argentina. In: **Un Estado con rostro humano. Funcionarios e instituciones estatales en Argentina (desde 1880 a la actualidad)**. Buenos Aires: Prometeo-UNGS, 2009. p. 9–55.

BOTELHO, I. **Romance de Formação: Funarte e Política Cultural**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2000.

BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em perspectiva**, p. 73–83, 2001a.

BOTELHO, I. DIMENSÕES DA CULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS. **São Paulo em Perspectiva**, 2001b.

BOTELHO, I. A política cultural e o plano das ideias. In: RUBIM, A. A. C. R.; BARBALHO, A. (Eds.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 109–132.

BRAGA JUNIOR, J. R. R. **Os Pontos de Cultura como espaços não-formais de ensino: Práticas educativas na Baixada Fluminense**. [s.l.] Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL. **Decreto-lei nº25, de 30 de novembro de 1937**, 1937.

BRASIL. **Lei nº 6.312, de 16 de dezembro de 1975**, 1975. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6312.htm>

BRASIL. **DECRETO N.º 91.144, DE 15 DE MARÇO DE 1985**Brasil, 1985. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/12503/decreto-criacao-minc.pdf/44fecef5-12b2-4af7-a526-1b9b7768ff74>>

BRASIL. **Lei 8 028, de 12 de abril de 1990**Brasil, 1990a.

BRASIL. Lei Nº 8.029, De 12 De Abril De 1990. p. 1760, 1990b.

BRASIL. **Lei nº8.490 de 19 de novembro de 1992**BRASIL, 1992. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8490.htm>

BRASIL. **Decreto nº 3049 de 06 de maio de 1999** Brasil, 1999.

BRASIL. **DECRETO Nº 4.889, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. Revogado Diário da República, 1ª série - nº 116** Brasil, 2003. Disponível em: <<https://dre.pt/application/file/67508032>>

BRASIL. **Decreto 5520 de 24 de agosto de 2005** BRASIL, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 6.226, de 4 de outubro de 2007**, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6226.htm>

BRASIL. **Lei nº 12.343 de 2 de dezembro de 2010**, 2010a.

BRASIL. **Plano Nacional de Cultura - LEI Nº 12.343, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010**, 2010b. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/Lei+12.343++PNC.pdf/e9882c97-f62a-40de-bc74-8dc694fe777a>>

BRASIL. **Projeto de lei nº 1786**, 2011.

BRASIL. **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 71, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2012** BRASIL, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc71.htm>

BRASIL. **LEI Nº 13.018, DE 22 DE JULHO DE 2014** BRASIL <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13018.htm, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13018.htm>

BRASIL. **LEI Nº 13.204, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015**, 2015.

BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA. **Portaria nº 31 de 18 de abril de 2006** Brasil, 2006.

BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA. **PORTARIA Nº 27, DE 19 DE MARÇO DE 2010**, 2010a.

BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA. **Concurso público - edital nº 1/2010 – MinC, DE 11 de fevereiro de 2010** Brasil, 2010b. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/15503/edital-04-20060626.pdf/d6e9a709-7897-4b18-bcb9-5c92ad6cfb0a>>

BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. 3. ed. São Paulo: Instituto Via Pública, 2013a.

BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA. **Portaria nº118 de 30 de dezembro de 2013**Brasil, 2013b.

BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA. **INSTRUÇÃO NORMATIVA No- 1, DE 7 DE ABRIL DE 2015**, 2015. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/1004+cultura+viva.pdf/b4a7988f-d597-402c-ac35-e257a8d75ab6>>

BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA. **PORTARIA Nº 29, DE 21 DE MAIO DE 2009**BRASIL, 2017. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/legislacao/-/asset_publisher/siXIIQMnIPZ8/content/portaria-nº-29-2009-minc/10937>

BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Mais Cultura nas Universidades publicada lista das instituições classificadas no processo seletivo**. [s.l: s.n.]. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=21389:mais-cultura-nas-universidades-&catid=212&Itemid=86>. Acesso em: 24 ago. 2018.

Caderno de apoio à programação - 1º Congresso Latinoamericano Cultura Viva Comunitária. 2013.

CALABRE, L. **Política Cultural no Brasil: um histórico**I Enecult. **Anais...**Salvador - Bahia: 2005Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecul2005/LiaCalabre.pdf>>

CALABRE, L. **Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas**. Salvador: [s.n.]. Disponível em: <http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Calabre-politicas_culturais_no_brasil_balanco_e_perspectivas.pdf>.

CALABRE, L. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CALABRE, L. A cultura no âmbito federal : leis , programas e municipalização. 2012.

CALABRE, L. Notas sobre os rumos das políticas culturais no Brasil nos anos 2011-2014. In: RUBIM, A. A. C. R.; BARBALHO, A.; CALABRE, L. (Eds.). . **Políticas Culturais no Governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 33–48.

CALABRE, L.; LIMA, D. R. Programa Cultura Viva: uma década e múltiplas visões.

Políticas Culturais em Revista, v. 2, n. 7, p. 1–5, 2014a.

CALABRE, L.; LIMA, D. R. Do do-in antropológico à política de base comunitária - 10 anos do programa cultura viva: uma trajetória da relação entre estado e sociedade. v. 2, n. 7, p. 6–25, 2014b.

CALABRE, L.; LIMA, D. R. **Políticas Culturais: conjunturas e territorialidades**. [s.l: s.n.].

CANEDO, D. P. Cultura, democracia e participação social: um estudo da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia. 2008.

CARVALHO, D. F.; ABIB, P. R. J. **Ação Griô Nacional: valorizando e legitimando mestres e saberes da cultura popular de tradição oral**. Salvador - Bahia: [s.n.].

CHAUÍ, M. **Cidadania Cultural: o direito à cultura**. 1º ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

COMISSÃO NACIONAL DE GESTORAS E GESTORES DO PROGRAMA CULTURA VIVA. Carta Final do I Fórum Nacional de Gestoras e Gestores do Programa. p. 1–5, 2014.

COMISSÃO NACIONAL DE PONTOS DE CULTURA. Carta do segundo Fórum Nacional dos Pontos de Cultura ao MinC. In: **Almanaque Cultura Viva**. [s.l: s.n.]. p. 126–127.

COMISSÃO NACIONAL DE PONTOS DE CULTURA. **II Fórum Nacional dos Pontos de Cultura: relatório, documentos e resoluções**. [s.l: s.n.].

COMISSÃO NACIONAL DE PONTOS DE CULTURA. **Regimento Interno - Comissão Nacional dos Pontos de Cultura Brasil**, 2009. Disponível em: <<http://culturadigital.br/cnpdc/>>

COMISSÃO NACIONAL DE PONTOS DE CULTURA. Regimento interno do III Fórum Nacional dos Pontos de Cultura (III FNPC). In: **Teia Tambores Digitais - Brasil - 2010**. [s.l: s.n.].

CRETELLA JÚNIOR, J. Valor jurídico da portaria. **Revista de Direito Administrativo**, p. 447–459, 1974.

DAGNINO, E. Políticas Culturais, democracia e o projeto neoliberal. **Revista Rio de Janeiro**, n. 15, p. 45–65, 2005.

DOMINGUES, J. L. P. **Programa Cultura Viva: políticas Culturais para a emancipação das classes populares.** [s.l.] Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

DÓRIA, C. A. **Os Federais da Cultura.** 1. ed. São Paulo: Biruta, 2003.

FALCÃO, J. A. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: MICELI, S. (Ed.). . **Estado e Cultura no Brasil.** 1º ed. São Paulo: Difusão Editorial - DIFEL, 1984. p. 21–39.

FÓRUM NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA. Carta de Natal. p. 1–6, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 53. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à pratica da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, p. 211–259, jun. 2000.

GIL, G. Pronunciamento na Comissão de Educação, Cultura e Desporto - Câmara dos Deputados - Brasília. In: ALMEIDA, A.; BEATRIZ, A. M.; SIQUEIRA, M. (Eds.). . **Cultura pela palavra: coletânea de artigos, discursos e entrevistas dos ministros da Cultura 2003-2010/ Gilberto Gil e Juca Ferreira.** Rio de Janeiro: Versal, 2003a.

GIL, G. Solenidade de transmissão do cargo. In: ALMEIDA, ARMANDO; ALBERNAZ, MARIA BEATRIZ; SIQUEIRA, M. (Ed.). . **Cultura pela palavra.** Rio de Janeiro: [s.n.]. p. 229–234.

GIL, G. **Discurso sobre o Programa Nacional Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva, durante encontro com artistas em Berlim** Berlim, Alemanha, 2004. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/ministro-da-cultura-gilberto-gil-sobre-o-programa-nacional-cultura-educacao-e-cidadania-cultura-viva-durante-encontro-com-artistas-em-berlim-36714/10883>

GONÇALVES, A. O Conceito de Governança. **XIV Congresso Nacional do CONPEDI. Anais...Fortaleza. 3, 4 e 5 de Novembro**, p. 1–26, 2005.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. **As três versões do neo-institucionalismo.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58.pdf>>.

IBGE. **Perfil dos Estados e dos municípios brasileiros: Cultura 2014**. Rio de Janeiro: [s.n.].

INSTITUTO PAULO FREIRE; INSTITUTO PENSARTE. **Relatório de atividades - TEIA 2007**Iteia. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<http://www.iteia.org.br/teia-2007-relatorios-de-atividades-caderno-1>>.

IPEA. **Cultura Viva: avaliação do programa arte educação e cidadania**. Brasília: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010.

IPEA. **As políticas públicas e suas narrativas: o estranho caso entre o Mais Cultura e o Sistema Nacional de Cultura**. Brasília: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011.

IPEA. Sustentabilidade do Programa Cultura Viva: subsídios ao debate. p. 1–4, 2012.

IPEA. **Linhas Gerais de um Planejamento Participativo para o Programa Cultura Viva**. Brasília: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014.

KAUARK, G. O Ministério da Cultura e a Convenção sobre a Diversidade Cultural. I **Seminário Internacional Políticas culturais**, p. 1–18, 2010.

LABREA, V. DA C. V. **Redes híbridas de cultura: o imaginário no poder Cartografia e análise do discurso do Programa Cultura Viva - 2004 a 2013**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2014.

LABREA, V. V.; CHALUB, L. M. Pequenos mundos de sentido: as redes e a gestão compartilhada no cultura viva. v. 2, n. 7, p. 153–177, 2014.

LACERDA, A. P.; MARQUES, C. C.; ROCHA, S. C. Programa Cultura Viva : uma nova política do Ministério da Cultura. In: **Políticas Culturais no Governo Lula**. [s.l: s.n.].

LACERDA, A. P. DE. **Políticas Públicas de Cultura para a democracia cultural: uma análise do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura**. [s.l.] Universidade Federal da Bahia, 2010.

LIMA, D. R. **As Teias de uma rede: uma análise do Programa Cultura Viva**. [s.l.] Fundação Getúlio Vargas, 2013.

LIMA, L. P. B. **10 anos de Cultura Viva em São Paulo: um perfil dos Pontos de Cultura**. Salvador - Bahia: [s.n.].

MICELI, S. O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 70).

- In: MICELI, S. (Ed.). . **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: [s.n.]. p. 53–83.
- MICELI, S. **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: Difusão Editorial - DIFEL, 1984b.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. **PORTARIA Nº 156, DE 06 DE JULHO DE 2004**BRASIL, 2004.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. **Edital nº 04/2005 – Pontos de Cultura – GovernosBRASIL**, 2005. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/38605/sppc_pontosculturagovernos-2005_edital.pdf/a97e829d-6819-4866-9612-4a9dcd6a3222>
- MINISTÉRIO DA CULTURA. **Propostas prioritárias da 1ª CNC**Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/relatorio-da-1ª-conferencia-nacional-de-cultura/10883>
- MINISTÉRIO DA CULTURA. **Portaria nº46 de 10 de julho de 2009**Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Cultura_II/portaria_2_conferencia_cultura.pdf>
- MINISTÉRIO DA CULTURA. **Almanaque Cultura Viva**. Brasília: [s.n.].
- MOISÉS, J. Á. Estrutura institucional do setor cultural no Brasil. In: **Cultura e Democracia. Volume 1**. Edições Fu ed. Rio de Janeiro: Cadernos do nosso tempo. Nova série, 2001. p. 13–55.
- NOGUEIRA, A. C. **Pontos de cultura, particularidades na gestão? Um estudo na primeira capital brasileira da cultura**. [s.l.] Universidade Federal de Pernambuco, 2007.
- OLIVEIRA, G. C. F. DE. **Lei Cultura Viva: a participação social na elaboração/consolidação da política pública de cultura**. Covilhã: [s.n.].
- PAIXÃO, C. D. A. **De Vargas a Lula: os (des) usos da Política Cultural no Brasil**. [s.l.] Universidade Estadual Paulista, 2013.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. **A imaginação a serviço do Brasil: Programa de Políticas Públicas de Cultura**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/aimaginacaoaservicodobrasil.pdf>>.

PEDDE JUNIOR, R. P. **Resumo de Direito Administrativo**, [s.d.]. Disponível em: <www.ResumosConcursos.hpg.com.br>

PEIXE, J. R. **Sistemas de Cultura**. Coleção Po ed. Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2013.

PORTO, M. **Secretária Marta Porto conversa sobre o Programa Cultura VivaTV Senado, CidadaniaBrasil**, 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7djANI9WLlc>>

PORTO, M. Marta Porto : ‘ A cultura ainda não se tornou prioridade ’. p. 1–9, 2012.

PT, P. DOS T. Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira. p. 20, 2010.

REIS, P. F. DOS. Plano Nacional de Cultura: estratégias e ações para dez anos. In: **Políticas Culturais no Governo Lula**. Salvador - Bahia: EDUFBA, 2010.

ROCHA, R. **POLÍTICAS CULTURAIS NA AMÉRICA LATINA: UMA ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEITUAL** Salvador - Bahia Texto não publicado, , 2017.

ROCHA, S. C. **Programa Cultura Viva: trajetória e desafios de uma nova política cultural**. Salvador - Bahia: [s.n.].

ROCHA, S. C. **Programa Cultura Viva e seu processo de Estadualização na Bahia**. [s.l.] Universidade Federal da Bahia, 2011.

ROCHA, S. C. A Estadualização do Programa Cultura Viva. v. 2, n. 7, p. 20, 2014.

RODRIGUES, A. DE S. S. **Cultura Viva: a emergência de novos atores políticos no Brasil a partir das políticas culturais**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2014a.

RODRIGUES, A. DE S. S. **Cultura Viva Comunitária e a construção de um repertório comum para as políticas culturais na América Latina**. Salvador - Bahia: [s.n.].

RODRIGUES, A. DE S. S. **Cultura Viva Comunitária: A possível construção de um repertório comum para as Políticas Culturais na América Latina**. [s.l.] Universidade Federal Fluminense, 2016.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER,

- G. M. (Ed.). . **Teorias & políticas de cultura**. Salvador - Bahia: EDUFBA, 2007a. p. 139–158.
- RUBIM, A. A. C. Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Eds.). . **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007b. p. 11–36.
- RUBIM, A. A. C. Políticas Culturais no Governo Lula. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, p. 224–242, 2013.
- RUBIM, A. A. C. O Enecult e os estudos da Cultura no Brasil. In: **Enecult 10 anos**. Salvador - Bahia: EDUFBA, 2014a. p. 43–66.
- RUBIM, A. A. C. **Políticas Culturais na Bahia Contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2014b.
- RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no primeiro governo Dilma: patamar rebaixado. In: BARBALHO, A.; CALABRE, L.; RUBIM, A. A. C. (Eds.). . **Políticas Culturais no Governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015a. p. 11–31.
- RUBIM, A. A. C.; PAIVA NETO, C. Panorama do financiamento e fomento à cultura: estados e distrito federal. In: Salvador - Bahia: Texto não publicado, 2017.
- RUBIM, A. A. C. R. **Políticas Culturais no Governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010.
- RUBIM, A. A. C. R. **Programa de fortalecimento da institucionalidade cultural** Salvador Texto não publicado, , 2015b.
- RUBIM, L.; VIEIRA, M.; SOUZA, D. DE. **ENECULT 10 anos**. Salvador - Bahia: EDUFBA, 2014.
- SANCHES, P. A. Contra os Privilégios. In: **Cultura pela palavra: coletânea de artigos, discursos e entrevistas dos ministros da Cultura 2003-2010/ Gilberto Gil e Juca Ferreira**. Rio de Janeiro: Versal, 2006.
- SARTOR, C. D. **As políticas públicas culturais e a perspectiva da transformação: a experiência coletiva nos Pontos de Cultura**. [s.l.] Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2013.
- SILVA, F. A. B. DA; MIDDLEJ, S. **Políticas públicas culturais: a voz dos gestores**. [s.l.] IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011.
- SILVA, L. S. E. **Indicadores para políticas culturais de proximidade: o caso Prêmio**

Cultura Viva. [s.l.] Universidade de São Paulo, 2007.

Site do 1º Congresso Latinoamericano Cultura Viva Comunitária. Disponível em: <<http://culturavivacomunitaria.org>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 2003, p. 20–45, 2006.

Teia Nacional da Diversidade 2014. Disponível em: <<http://culturadigital.br/teiadiversidade/>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

TURINO, C. **Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima.** São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

UNESCO. **Convenção sobre a Proteção e Diversidade das Expressões Culturais** França, 2005. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/politicas5/-/asset_publisher/WORBGxCl6bB/content/convencao-sobre-a-protecao-e-promocao-da-diversidade-das-expressoes-culturais/10913>

UNESCO. **Indicadores UNESCO de Cultura para el Desarrollo - Manual Metodológico.** Paris - França: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura., 2014.

VILUTIS, L. **Cultura e Juventude: a formação dos jovens nos Pontos de Cultura.** [s.l.] Universidade de São Paulo, 2009.

VILUTIS, L. **Economia Viva: Cultura e Economia Solidária no trabalho em rede dos Pontos de Cultura.** [s.l.] Universidade Federal da Bahia, 2015.

ZIMBRÃO, A. Conferências nacionais de cultura e seus desdobramentos em políticas públicas. **IV Seminário Internacional Políticas Culturais**, n. Vi, p. 1–16, 2013.

ANEXOS

ANEXO 1 – Levantamento de pesquisas sobre o Programa Cultura Viva

Quadro 1. Teses de doutorado sobre o Programa Cultura Viva

| Autor | Título da Tese | Universidade | Ano | Orientador | Instituto/Programa |
|---|---|-----------------------------------|------|---------------------------------|---|
| Liliana Sousa e Silva (SILVA, 2007) | Indicadores para políticas culturais de proximidade: o caso Prêmio Cultura Viva | Universidade de São Paulo | 2007 | José Teixeira Coelho Netto | Escola de Comunicações e Artes / Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação |
| Marco Antônio Leandro Barzano (BARZANO, 2008) | Grãos de Luz e Griô : dobras e avessos de uma ONG - Pedagogia - Ponto de Cultura | Universidade Estadual de Campinas | 2008 | Antonio Carlos Rodrigues Amorim | Faculdade de Educação |
| Elder Patrick Maia Alves (ALVES, 2009) | A economia simbólica da cultura popular sertanejo-nordestina | Universidade de Brasília | 2009 | Mariza Veloso Motta Santos | Instituto de Ciências Sociais - Departamento de Sociologia |
| Doriedson Alves de Almeida (ALMEIDA, 2011) | Relações entre o estado, sociedade e TIC: uma análise das tensões a partir do modelo proposto pelos Pontos de Cultura | Universidade Federal da Bahia | 2011 | Maria Helena Silveira Bonilla | Faculdade de Educação/Programa de Pós-Graduação em Educação |

| | | | | | |
|--|---|--|------|-------------------------------|---|
| Patrícia Dorneles (DORNELES, 2011) | Identidades inventivas: territorialidades na Rede Cultura Viva na Região Sul | Universidade Federal do Rio Grande do Sul | 2011 | Nelson Rego | Instituto de Geociências/ Programa de Pós- Graduação em Geografia |
| Kennedy Piau Ferreira (FERREIRA, 2011) | En el camino de los encantantes: políticas públicas y artes tradicionales en Brasil | Universitat Autònoma de Barcelona (UAB) | 2011 | Jordi López-Sintas | Departament d'economia de l'empresa |
| Reginaldo Moreira (MOREIRA, 2011) | Projeto maluco beleza: a comunicação como dispositivo terapeutizante de (re)significação de sentido de vida, no contexto da reforma psiquiátrica | Universidade de São Paulo | 2011 | Alice Mitika Koshiyama | Pós graduação em Ciências da Comunicação, área de concentração em Interfaces Sociais da Comunicação |
| Carla Daniel Sartor (SARTOR, 2013) | As políticas públicas culturais e a perspectiva da transformação: a experiência coletiva nos Pontos de Cultura | Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC | 2011 | Ana Maria Quiroga | Departamento de Serviço Social/ Programa de Pós- Graduação em Serviço Social |
| João Luiz Guerreiro Mendes (MENDES, 2013) | Quando o centro é a periferia : dinâmica cultural na região portuária do Rio de Janeiro | Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ | 2013 | Leilah Landim Assumpção | Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social |
| Alba Lúcia da Silva Marinho (MARINHO, 2013) | Pontos de Cultura em Olinda- PE: territórios de saberes e tessituras para o turismo de base comunitária | Universidade Federal de Pernambuco | 2013 | Caio Augusto Amorim Maciel | Departamento de Ciências Geográficas/ Programa de Pós-Graduação em Geografia |

| | | | | | |
|---|---|---|------|---------------------------------|---|
| Cleiton Daniel Alvaredo Paixão (PAIXÃO, 2013) | De Vargas a Lula: os (des) usos da Política Cultural no Brasil | Universidade Estadual Paulista (Unesp) | 2013 | Fátima Cabral | Faculdade de Filosofia e Ciências. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais |
| Valéria Da Cruz Viana Labrea (LABREA, 2014) | Redes híbridas de cultura: o imaginário no poder Cartografia e análise do discurso do Programa Cultura Viva - 2004 a 2013 | Universidade de Brasília (UNB) | 2014 | Leila Chalub Martins | Faculdade de Educação. Programa de Pós- Graduação em Educação |
| Luana Vilutis (VILUTIS, 2015b) | Economia Viva: Cultura e Economia Solidária no trabalho em rede dos Pontos de Cultura | Universidade Federal da Bahia | 2015 | Antonio Albino Canelas Rubim | Programa Multidisciplinar em Cultura e Sociedade |
| Marília Crispi De Moraes (MORAES, 2015) | O papel dos pontos de cultura na articulação do mosaico multicultural de Santa Catarina | Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL | 2015 | Dilma Beatriz Rocha Juliano | Ciências da Linguagem |
| Iara Machado (MACHADO, 2016) | Tempo, Utopia e Arte no Movimento Cultura Viva Comunitária da América Latina ¡ualala cultura viva! ¡allalla cultura viva comunitária! | Universidade de São Paulo | 2016 | Lisbeth Rebollo Gonçalves | Programa de Pós- graduação de Integração da América Latina |

Fonte: Elaboração própria a partir das teses localizadas sobre o Programa Cultura Viva (ordem de ano)

Quadro 2. Dissertações de Mestrado

| Autor | Título da Dissertação | Universidade | Ano | Orientador | Instituto/Programa |
|---|--|---|------|-------------------------------------|--|
| Alessandra Cabral Nogueira (NOGUEIRA, 2007) | Pontos de cultura, particularidades na gestão? Um estudo na primeira capital brasileira da cultura | Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) | 2007 | Jackeline Amantino de Andrade | Centro de Ciências Sociais Aplicadas Departamento de Ciências Administrativas/ Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD |
| Eduardo Gomor dos Santos (SANTOS, 2008) | Formulação de políticas culturais: leis de incentivo e as inovações do Programa Cultura Viva | Fundação Getúlio Vargas | 2008 | Mario Aquino Alves | Escola de Administração de Empresas de São Paulo |
| João Luiz Pereira Domingues (DOMINGUES, 2008) | Programa Cultura Viva: políticas Culturais para a emancipação das classes populares | Universidade do Estado do Rio de Janeiro | 2008 | Emir Simão Sader | Faculdade de Educação |
| Cesar Mendonça Pereira (PEREIRA, 2008) | Política pública cultural e desenvolvimento local: análise do Ponto de Cultura Estrela de Ouro de Aliança - Pernambuco | Universidade Federal Rural de Pernambuco | 2008 | Hulda Helena Coraciara Stadtler | Departamento de Educação/ Programa de Pós-graduação em extensão rural e desenvolvimento local (POSMEEX) |
| Luisa Maria Rodrigues Diniz (DINIZ, 2009) | Análise das Dimensões da Sustentabilidade dos Pontos de Cultura em Pernambuco | Universidade Federal de Pernambuco | 2009 | Cristina Amélia Pereira de Carvalho | Departamento de Ciências Administrativas/ Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD |

| | | | | | |
|--|---|--------------------------------|------|--------------------------------|---|
| Luana Vilutis (VILUTIS, 2009) | Cultura e Juventude: a formação dos jovens nos Pontos de Cultura | Universidade de São Paulo | 2009 | Moacir Gadotti | Faculdade de Educação / Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Cultura, Organização e Educação |
| Juliana Lopes da Silva (SILVA, 2009) | Experimentações em cultura, educação e cidadania: o caso da associação Grãos de Luz e Griô | Fundação Getúlio Vargas | 2009 | Bianca Freire Medeiros | Pós-Graduação em História, Política, Bens Culturais e Projetos Sociais – CPDOC |
| Ana Cecília dos Santos (SANTOS, 2009a) | Projeto "Cantos da Mata" e o grupo "Caricultura": significados de resistência e autonomia a partir das manifestações artísticas no assentamento Barra do Leme (Pentecoste - CE) | Universidade Estadual do Ceará | 2009 | Cláudia Sousa Leitão | Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade |
| Ester Marçal Fér (FÉR, 2009) | O audiovisual na rede dos Pontos de Cultura da grande São Paulo | Faculdade Cásper Líbero | 2009 | Laurindo Leal Filho | Coordenadoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Programa de Mestrado em Comunicação |
| Irmã Maria De Moraes Santos (SANTOS, 2009b) | A interface da Cultura e Saúde - o desafio para os CAPS | Universidade de São Paulo | 2009 | Sônia Barros | Escola de Enfermagem |
| Fabrizio Santos de Mattos (MATTOS, 2010) | Os traços da rede: pontos de cultura e usos da cultura na Amazônia contemporânea | Universidade Estadual do Ceará | 2010 | Alexandre Almeida Barbalho | Centro de Estudos Sociais Aplicados |
| Alice Pires de Lacerda (LACERDA, 2010a) | Políticas Públicas de Cultura para a democracia cultural: uma análise do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura | Universidade Federal da Bahia | 2010 | Paulo César Miguez de Oliveira | Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade |

| | | | | | |
|---|--|--|------|-------------------------------------|---|
| Ana Lúcia Pardo (PARDO, 2010a) | Os Pontos de Cultura no Brasil frente à hegemonia do capitalismo | Universidade do Estado do Rio de Janeiro | 2010 | Emir Simão Sader | Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana |
| Victor Neves de Souza (SOUZA, 2010) | “Novo desenvolvimentismo” brasileiro e democratização da cultura: o caso do Programa Cultura Viva | Universidade Federal do Rio de Janeiro | 2010 | José Paulo Netto | Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social |
| Felix Augusto Jacobson Berzins (BERZINS, 2011) | Entre linhas e redes: os Pontos de Cultura no tecido brasileiro | Universidade do Estado do Rio de Janeiro | 2011 | Anna Paula Uziel | Centro de Educação e Humanidades Instituto de Psicologia |
| Sophia Cardoso Rocha (ROCHA, 2011) | Programa Cultura Viva e seu processo de Estadualização na Bahia | Universidade Federal da Bahia | 2011 | Antonio Albino Canelas Rubim | Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade |
| Karina Cristina Sena Gomes (GOMES, 2011) | Mídia Tática, Políticas Públicas e Comunidades em Rede: cultura digital no Ponto de Cultura Pierre Verger | Universidade Federal da Bahia | 2011 | Iara Maria de Almeida Souza | Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. |
| Eliane Sarmiento Costa (COSTA, 2011) | “Com quantos gigabytes se faz uma jangada, um barco que veleje”: o Ministério da Cultura, na gestão Gilberto Gil, diante do cenário das redes e tecnologias digitais | Fundação Getúlio Vargas | 2011 | Mariana Cavalcanti | Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC - Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais - Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais |
| Raquel de Oliveira Santos Lira (LIRA, 2011) | Processos organizativos dos coletivos de cultura: a experiência do Programa Cultura Viva em Pernambuco | Universidade Federal de Pernambuco | 2011 | Cristina Amélia Pereira de Carvalho | Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Administrativas. Programa |

| | | | | | |
|--|---|---|------|-----------------------------------|---|
| Micheline Machado Maciel da Silva (SILVA, 2011) | A influência da Ação Cultural Digital sobre a forma de organizar o trabalho na cultura popular: um estudo sobre a Associação Recreativa Carnavalesca Afoxé Alafin Oyó | Universidade Federal de Pernambuco | 2011 | Débora Coutinho Paschoal Dourado | de Pós-Graduação em Administração - PROPAD Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD |
| Helena Azevedo (AZEVEDO, 2011) | Políticas públicas - preservação de manifestações culturais: o papel social da FUNDARPE | Universidade Federal de Pernambuco | 2011 | Maria Cristina Guimarães Oliveira | Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação |
| Inambê Sales Fontenele (FONTENELE, 2011) | Pedagogia do Griô: customizando experiências de vidas e culturas educacionais | Universidade Federal do Ceará | 2011 | Celecina de Maria Veras Sales | Programa De Pós-Graduação em Educação Brasileira |
| Gisele da Silva Gonçalves (GONÇALVES, 2011) | A cavalhada de Santo Amaro: uma cultura viva na baixada campista | Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro | 2011 | Simonne Teixeira | Centro de Ciências do Homem. Mestrado em Políticas Sociais. |
| Sonia Regina Soares Cunha (CUNHA, 2012) | A mídia dos outros somos nós: a experiência audiovisual do Ponto de Cultura Cinema para Todos | Universidade Federal do Rio Grande do Norte | 2012 | Maria Érica de Oliveira Lima | Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PpgEM) |
| Denise Diba (DIBA, 2012) | De ponto de drogas à Ponto de Cultura: juventude, teatro e promoção da saúde - o grupo Pombas Urbanas em Cidade Tiradentes | Universidade de São Paulo | 2012 | Ana Flávia Pires Lucas D'Oliveira | Faculdade de Medicina, Programa Medicina Preventiva |
| Mariana Ferreira Reis (REIS, 2012) | Políticas Públicas de Cultura, Mobilização Comunitária e Desenvolvimento Local: o Ponto de | Universidade Federal Rural de Pernambuco | 2012 | Maria Salett Tauk Santos | Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX) |

| | | | | | |
|---|---|--|------|--|--|
| | Cultura Cabras de Lampião no Sertão do Pajeú – PE | | | | |
| Ariel Nunes (NUNES, 2012a) | Por um "do-in antropológico": Pontos de Cultura e novos paradigmas nas políticas públicas | Universidade Federal de Goiás | 2012 | Gabriel O. Alvarez | Faculdade de Ciências Sociais - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social |
| Larisse Kupski (KUPSKI, 2012) | A dinâmica do campo das políticas culturais no município do Rio Grande | Universidade Federal do Rio Grande do Sul como | 2012 | Rosimeri de Fátima Carvalho da Silva | Programa de Pós-Graduação em Administração |
| Juliana Previatto Baldini (BALDINI, 2012) | Cineclubismo e políticas culturais: uma análise das implicações das políticas do governo Lula na configuração da rede no Rio Grande | Universidade Federal do Rio Grande do Sul | 2012 | Mariana Baldi | Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da |
| Cleber Souza Menezes (MENEZES, 2013) | Pontos de Cultura: uma inflexão na política cultural brasileira? | Universidade Federal da Bahia | 2013 | Paulo César Miguez de Oliveira | Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade |
| Maíra Moraes Cardoso Leal (LEAL, 2013) | A imagem da pessoa comum: sobre os filmes dos Pontos de Cultura de Natal/RN | Universidade Federal do Rio Grande do Norte | 2013 | Gilmar Santana | Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Pós-Graduação em Ciências Sociais |
| Érico Massoli Ticianel Pereira (PEREIRA, 2013) | Políticas públicas e agentes culturais: uma análise do Programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura do Paraná | Universidade Federal do Paraná | 2013 | Alexandro Dantas Trindade | Departamento de Ciências Sociais |
| Deborah Rebello Lima (LIMA, 2013) | As Teias de uma rede: uma análise do Programa Cultura Viva | Fundação Getúlio Vargas | 2013 | Mario Grynszpan Coorientadora: Lia Calabre | Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais |

| | | | | | |
|---|---|--|------|-----------------------------------|--|
| Julio Cesar Pedroso (PEDROSO, 2013) | Desenvolvimento e tecnologia nos movimentos sociais: um estudo sobre a cultura digital e os Pontos de Cultura | Universidade Estadual Paulista | 2013 | Carlos José Martins | Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano e Tecnologias |
| Anny Karine de Medeiros (MEDEIROS, 2013) | Políticas públicas e organizações culturais: o caso do programa Cultura Viva | Fundação Getúlio Vargas | 2013 | Marta Ferreira Santos Farah | Escola de Administração de Empresas |
| Marize Torres Magalhães (MAGALHÃES, 2013) | Ponto de Cultura e desenvolvimento humano: um estudo de caso na comunidade quilombola Kaonge | Universidade Federal do Recôncavo Baiano - UFRB | 2013 | Nilson Weisheimer | Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais |
| Graziela Armelao Jácome (JÁCOME, 2013) | Pastorinhas da Tapera: tradição e espetáculo da tradição em Conceição do Mato Dentro/MG | Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais | 2013 | Candice Vidal e Souza | Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais |
| Patrícia Del Claro (CLARO, 2013) | Possibilidades e constrangimentos na gestão participativa: um estudo de caso do Programa Cultura Viva | Universidade Federal do Paraná | 2013 | Rodrigo Horochovski | Pós-Graduação em Ciência Política, Departamento de Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes |
| Roberta Ramos de Miranda Henriques (HENRIQUES, 2013) | Análise do empreendedorismo cultural: o caso do Ponto de Cultura Acartes | Universidade Estadual do Ceará – UECE | 2013 | Alexandre Almeida Barbalho | Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – MPPP |
| Karla Alves de Araújo França Castanheira (CASTANHEIRA, 2013) | Guaimbê : Processo de construção de uma comunidade de participação por meio de práticas de nomeação | Universidade Federal de Goiás | 2013 | Tânia Ferreira Rezende dos Santos | Pós-Graduação em Letras e Linguística |
| Dimauro Fatima Carvalho (CARVALHO, 2013) | A cultura popular para dentro dos muros da escola. Ação Griô Nacional: indicando possibilidades | Universidade Federal da Bahia | 2013 | Pedro Rodolpho Jungers Abib | Pós- graduação em Educação |

| | | | | | |
|--|--|--|------|---|--|
| Cristiano Guedes Pinheiro (PINHEIRO, 2013) | Narrativas de educação e resistência: a prática popular Griô de Dona Sirley | Universidade Federal de Pelotas | 2013 | Denise Marcos Bussoletti | Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação |
| José Ernane Vieira de Moura Júnior (MOURA JUNIOR, 2013) | Pontão de Cultura do Tambor de Crioula em São Luís do Maranhão: Uma avaliação dos fatores envolvidos no processo de implantação | Universidade Federal do Maranhão | 2013 | Sérgio Figueiredo Ferretti | Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas |
| João Robson Fernandes Nogueira (NOGUEIRA, 2014) | Mediação entre cultura, informação e política: reflexões sobre o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva | Universidade de São Paulo | 2014 | Marco Antônio de Almeida | Escola de Comunicações e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação ECA-USP |
| Júnia Mara Dias Martins (MARTINS, 2014) | Manifestações folkcomunicacionais como propulsoras de empoderamento social no Ponto de Cultura estrela de Ouro, em Aliança-PE | Universidade Federal da Paraíba | 2014 | Henrique Paiva de Magalhães. Coorientador: Osvaldo Meira Trigueiro | Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Midiáticas (PPGC) |
| Pedro Henrique Gomes Jatobá (JATOBÁ, 2014) | Desenvolvimento de ambientes virtuais de aprendizagem e gestão colaborativa: casos de Cultura Solidária na Economia Criativa | Universidade Federal da Bahia | 2014 | Tania Diederichs Fischer | Escola de Administração - EA. Programa de Desenvolvimento e gestão social |
| Mariela Norma Muruga (MURUGA, 2014) | Rede Cultural no espaço cidadão: interações e conexões para a democratização do acesso à arte e cultura no Distrito Federal | Universidade de Brasília | 2014 | Daniela Fávaro Garrossini | Instituto de Artes - Programa de Pós-graduação em Arte |
| Jorge Roberto Ribeiro Braga Junior | Os Pontos de Cultura como espaços não-formais de ensino: Práticas educativas na Baixada Fluminense | Universidade do Estado do Rio de Janeiro | 2014 | Wania Regina Coutinho Gonzalez | Centro de Educação e Humanidades - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense |

(BRAGA JUNIOR, 2014)

| | | | | | |
|--|--|--|------|--------------------------------|---|
| Wesley Dalcol Leite (LEITE, 2014) | Comunicação e confronto político: enquadramentos da mobilização dos Pontos de Cultura | Universidade Federal do Paraná | 2014 | Kelly Prudencio | Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Setor de Artes, Comunicação e Design |
| Luciano Souza (SOUZA, 2014c) | Gestão integrada do território e gestão pública: um estudo interdisciplinar do Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva | Universidade Vale do Rio Doce | 2014 | Maria Gabriela Parenti Bicalho | Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território |
| Jocastra Holanda Bezerra (BEZERRA, 2014) | Quando o popular encontra a Política Cultural: a Discursividade da Cultura Popular nos Pontos de Cultura “ Fortaleza dos Maracatus ”, “ Cortejos Culturais do Ancuri ” e “ Boi Ceará ” | Universidade Estadual do Ceará - UECE | 2014 | Alexandre Almeida Barbalho | Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade do Centro de Estudos Sociais Aplicados |
| Fernando Luiz Silva Chagas (CHAGAS, 2014) | Programa Cultura Viva: potencializando atividades locais a partir dos Pontos de Cultura – A experiência da Associação Cultural Tribal | Universidade Federal Fluminense | 2014 | Adilson Vaz Cabral Filho | Programa de Estudos Pós Graduados em Política Social |
| Igor Alexander Nascimento de Souza (SOUZA, 2014a) | Na confluência da roda : Educação Patrimonial , Diversidade Cultural e a Pedagogia Griô Na confluência da roda : Educação Patrimonial , Diversidade Cultural e a Pedagogia Griô | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional | 2014 | Analucia Thompson | Mestrado Profissional |
| Jaqueline Alves (ALVES, 2014) | Práticas organizacionais do Movimento Cultural Arte Manha: desafios e | Universidade Federal da Bahia | 2014 | Claudiani Waiandt | Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da |

| | | | | | |
|--|---|--|------|-----------------------------------|--|
| | caminhos no desenvolvimento institucional | | | | |
| Valeria Alves de Souza (SOUZA, 2014b) | OS TAMBORES DAS “YABÁS”: raça, sexualidade, gênero e cultura no Bloco Afro Ilú Obá De Min | Universidade de São Paulo | 2014 | Laura Moutinho | Programa de Pós Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da |
| Sandra Maria Barbosa Lima (LIMA, 2014d) | Imagem, memória e identidade: o acervo imagético da Escola Viva Olho do Tempo, Vale do Gramame - Paraíba | Universidade Federal da Paraíba | 2014 | Carlos Xavier de Azevedo Netto | Pós- Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da |
| Mirtes Júlia de Sousa Ferreira (FERREIRA, 2015) | Educação Musical nos Pontos de Cultura do Estado de São Paulo: um estudo documental | Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” | 2015 | Dorotéia Machado Kerr | Instituto de Artes |
| João Pedro Cé (CÉ, 2015) | Quando a política desafia o policial: etnografia da cultura viva em um ponto de cultura | Universidade Católica do Rio Grande do Sul | 2015 | Adolfo Pizzinato | Programa de Pós- Graduação em Psicologia da |
| Lívia Castro de Lacerda (LACERDA, 2015) | De Ponto em Ponto Aumento um Conto: O Ensino de Artes em Pontos de Cultura do Território de Identidade Portal do Sertão da Bahia | Universidades da Paraíba e Pernambuco | 2015 | Lívia Marques Carvalho | Programa de Pós- Graduação em Artes Visuais |
| Ana Carolina Francischette da Costa (COSTA, 2015) | Educação, turismo e Ação Griô: impactos da modernidade na comunidade quilombola do Remanso (Lençóis-ba) | Universidade de São Paulo | 2015 | Maurício Cardoso | Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas |

| | | | | | |
|---|--|---|------|-------------------------------|--|
| Bruno Gabriel Passos Silva (SILVA, 2015) | Entre tramas e rendas: A construção de uma agenda política para o artesanato e a economia criativa em Alagoas | Universidade Federal de Alagoas | 2015 | Elder Patrick Maia Alves | Instituto de Ciências Sociais - Programa de Pós-graduação em Sociologia |
| Aderlan Gonçalves Almeida Joécio Carlos da Silva Kátia Regina da Silva (ALMEIDA; SILVA; SILVA, 2015) | Tecnologia digital interativa na EJA: uma proposta libertária e colaborativa articulada em rede | Universidade Federal da Bahia | 2015 | Maria Helena Silveira Bonilla | Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação |
| Edisselma Dos Santos Alecrim (ALECRIM, 2015) | Juventudes e cultura, um diálogo possível: o acesso dos jovens a pontos de cultura no município de Palmas | Fundação Universidade Federal do Tocantins | 2015 | Cynthia Mara Miranda | Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento Regional |
| José Rinardo Alves Mesquita (MESQUITA, 2016) | Corpo e ancestralidade em danças negras brasileiras contemporâneas: processos de pertencimento afro no ponto de cultura galpão da cena- Itapipoca-CE | Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), | 2016 | Luís Tomás Domingos | Programa de Pós- Graduação- Mestrado acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis |

| | | | | | |
|---|---|--|------|-----------------------------------|--|
| Andrea Nascimento Oliveira (OLIVEIRA, 2016) | Políticas culturais, identidade e memória em Maceió: a religiosidade Afro-brasileira como ponto de cultura | Universidade Federal de Alagoas | 2016 | Elder Patrick Maia Alves | Programa de Pós-Graduação em Sociologia-PPGS |
| José Oliveira Junior (JUNIOR, 2016b) | Cultura, Comunicação E Diversidade: A experiência do Ponto de Cultura Fábrica do Futuro | Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais | 2016 | José Márcio Pinto de Moura Barros | Programa de Pós- Graduação em Comunicação Social |
| Alexandre de Souza Santini Rodrigues (RODRIGUES, 2016) | Cultura Viva Comunitária: A possível construção de um repertório comum para as Políticas Culturais na América | Universidade Federal Fluminense | 2016 | Luiz Augusto Rodrigues | Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades |

Fonte: Elaboração própria a partir das dissertações localizadas sobre o Programa Cultura Viva (ordem de ano)

Quadro 3. Monografias de conclusão de curso

| | | | | | |
|---|---|--------------------------------------|-------------|-------------------------------------|---|
| Carolina de Carvalho Marques (MARQUES, 2009) | Pontos de Cultura da Bahia: uma análise temática sob a luz da diversidade cultural | Universidade Federal da Bahia | 2009 | Antônio Albino Canelas Rubim | Graduação em Comunicação Social – Produção em Comunicação e Cultura |
| Anny Karine de Medeiros (MEDEIROS, 2010) | Pontos de Cultura : novo enfoque de financiamento para a política cultural | Universidade de São Paulo | 2010 | Ursula Dias Peres | Escola de Artes, Ciências e Humanidades Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas |
| Carolina Nascimento Araújo (ARAÚJO, 2016) | Ginga Jaqueira na Roda da Cidadania: uma análise do ponto de cultura da ABENCAVO | Universidade Federal da Bahia | 2016 | Rodrigo Rossoni | Graduação em Comunicação Social – Produção em Comunicação e Cultura |

ANEXO 2 – Trabalhos sobre o Programa Cultura Viva apresentados em eventos (Quadro 1, Quadro 2 e Quadro 3)

Quadro 1. Seminário Internacional de Políticas Culturais

| Edição | Ano | Autor (a) | Título | Palavras-Chave |
|---|------|---|--|---|
| I Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2010 | Ana Lúcia Pardo (PARDO, 2010b) | Os Pontos de Cultura como expressão das contradições sociais | Cultura; Pontos de Cultura; alienação; autonomia; contra hegemonia; contradições sociais; dialética; emancipação; hegemonia; política pública |
| I Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2010 | Helena Klang (KLANG, 2010) | Cultura Viva: políticas públicas no labirinto Brasil | Antropofagia; cultura; emergência; hibridismo; políticas públicas |
| I Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2010 | Elaine Monteiro Mônica Pereira Sacramento (MONTEIRO; SACRAMENTO, 2010) | Pontão de Cultura de bem registrado e salvaguarda de Patrimônio Imaterial: a experiência do Jongo no Sudeste | Jongo/Caxambu; Organização Comunitária; Patrimônio Cultural Imaterial; Política Cultural; Salvaguarda |
| I Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2010 | Alba Lúcia da Silva Marinho (MARINHO, 2010) | Pontos de Cultura: Pontos para a cidadania e suas territorialidades? | Políticas Públicas Culturais. Cidadania. Territorialidades |
| I Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2010 | Mariana Ferreira Reis Raquel de Melo Santana (REIS; SANTANA, 2010) | Pontos de Cultura de Pernambuco: fragilidades, parcerias e oportunidades | Pernambuco; Pontos de Cultura; gestão cultural |
| I Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2010 | Alice Pires de Lacerda (LACERDA, 2010c) | Democratização da Cultura X Democracia Cultural: os Pontos de Cultura enquanto política cultural de formação de público | Democracia cultural; Formação de público; Governo Lula; Política cultural; Pontos de Cultura; Programa Cultura Viva |
| I Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2010 | Fiorela Bugatti Isolan (ISOLAN, 2010) | Nem dar o peixe, nem ensinar a pescar: pela potencialização da pesca já existente. Limites e possibilidades da ação Pontos de Cultura (Ministério da Cultura - Brasil) | Gestão compartilhada; Política cultural; ação Pontos de Cultura; democracia cultural; protagonismo social |

| | | | | |
|---|------|--|--|---|
| II Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2011 | Deborah Rebello Lima (LIMA, 2011c) | a partir de um estudo de caso: o Ponto de Cultura - Centro de Cultura Caiçara da Barra do Ribeira | Programa Cultura Viva; relação entre Estado e sociedade; resultados tangíveis e intangíveis. |
| II Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2011 | Pedro B. Mendes (MENDES, 2011) | O trabalho da cultura e a lógica dos Pontos | Pontos de Cultura; comum; multidão; trabalho imaterial |
| II Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2011 | Barbara Peccei Szaniecki Rocilei da Silva (SZANIECKI; SILVA, 2011) | Políticas culturais vivas: raízes e redes do movimento enraizados | Cultura viva; organização; renda; resistência; trabalho |
| II Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2011 | Ana Teresa A. Vasconcelos (VASCONCELOS, 2011) | Múltiplos olhares sobre as políticas públicas de cultura: artistas, Pontos de Cultura e Estado | Prêmio Interações Estéticas; governança colaborativa; política cultural |
| II Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2011 | Luana Vilutis (VILUTIS, 2011b) | Pontos de Cultura e economia solidária: aproximações e possibilidades | Economia Solidária; Pontos de Cultura; Programa Cultura Viva; economia da cultura; sustentabilidade socioeconômica. |
| II Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2011 | Ariel Nunes (NUNES, 2011) | Pontos de Cultura e os novos paradigmas das políticas públicas culturais: reflexões macro e micro-políticas | Macro e Micro-políticas; Políticas Públicas Culturais; Pontos de Cultura |
| III Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2012 | Marize Torres Magalhães (MAGALHÃES, 2012) | Desenvolvimento na prática dos Pontos de Cultura | Desenvolvimento; Liberdade; Pontos de Cultura |
| III Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2012 | Anny Karine Medeiros (MEDEIROS, 2012) | Políticas de financiamento cultural: análise do Programa Cultura Viva em três estados brasileiros | Descentralização de Recursos; Financiamento Cultural; Políticas Públicas de Cultura; Pontos de Cultura |
| III Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2012 | Ariel Nunes (NUNES, 2012b) | Articulações entre ponteiros, sociedade e política pública cultural: uma abordagem antropológica dos Pontos de Cultura | Política Pública Cultural; Ponteiros; Pontos de Cultura; Rede; Teia |

| | | | | |
|---|------|--|---|--|
| III Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2012 | Sophia Cardoso Rocha Ana Lúcia Aragão (ROCHA; ARAGÃO, 2012) | Direitos culturais no Brasil e uma breve análise do Programa Cultura Viva | Programa Cultura Viva; direitos culturais; legislação |
| III Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2012 | Barbara Peccei Szaniecki (SZANIECKI, 2012) | Pontos de design: por uma política cultural para o design | Política cultural; Pontos de Cultura; contexto sociocultural; design brasileiro; economia criativa |
| IV Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2013 | Cristina Amélia Carvalho Rodrigo Gameiro Débora Paschoal Dourado (CARVALHO; GAMEIRO; DOURADO, 2013) | Do PVC à economia da cultura: uma análise das políticas públicas de cultura dos governos progressistas | Governo Dilma; Governo Lula; Política Cultural; Programa Cultura Viva |
| V Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2014 | Alice Pires de Lacerda (LACERDA, 2014) | Políticas e gestão públicas de cultura: diversidade cultural numa perspectiva intercultural | Diversidade cultural; Gestão cultural; Interculturalidade; Políticas culturais |
| V Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2014 | Luciana Piazzon Barbosa Lima (LIMA, 2014c) | Desafios jurídicos e administrativos da política cultural comunitária: um estudo dos Pontos de Cultura no estado de São Paulo | Cultura Viva; Política cultural; Pontos de Cultura; convênios; prestação de contas |
| V Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2014 | Guilherme Lopes Lia Baron Mariana Darsie Marina Ferraz Natália Lackeski Sofia Barreto (LOPES et al., 2014) | A implementação da rede carioca de Pontos de Cultura: um movimento de descentralização e reconhecimento do território | Cultura Viva; Cultura e Cidadania; Políticas Culturais; Rio de Janeiro; Território |
| V Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2014 | Ariel F. Nunes (NUNES, 2014) | Reflexões sobre o ciberativismo: Pontos de Cultura, redes e política pública cultural | (Não possui) |
| V Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2014 | Jonas Pereira Paschoalick Luciana Rodrigues (PASCHOALICK; RODRIGUES, 2014) | Por dentro da rede: delineando o impacto da implementação da rede de Pontos de Cultura nas entidades de Ribeirão Preto-SP | Cidadania Cultural; Democracia Cultural; Diálogo Cultural; Política Cultural; Sustentabilidade |

| | | | | |
|---|------|--|--|--|
| VI Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2015 | Marcella Francelina Vieira Camargo Aline Andrade de Carvalho (CAMARGO; CARVALHO, 2015) | Por uma sinergia da diversidade: pesquisa ação participativa na rede de Pontos de Cultura | Pontos de cultura; diversidade cultural; gestão compartilhada; pesquisa-ação participativa; produção de conhecimento |
| VI Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2015 | Liduína Moreira Lins Ana Carênina de Albuquerque Ximenes (LINS; XIMENES, 2015) | O fazer arte nos Pontos de Cultura: uma ação em rede | Arte; criação; política cultural; pontos de cultura; rede |
| VI Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2015 | Ariel F. Nunes (NUNES, 2015) | Programa Cultura Viva: primeiras aproximações de um campo político | Antropologia política; cultura Viva; diversidade cultural; políticas públicas culturais |
| VI Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2015 | Cesar de Mendonça Pereira (PEREIRA, 2015) | Pontos de Cultura e Pernambuco: pontos e contrapontos | Fundarpe; Pernambuco; Pontos de Cultura |
| VI Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2015 | Luana Vilutis (VILUTIS, 2015b) | Economia Viva: ação de fomento ou prêmio de reconhecimento? | Ação Economia Viva; Cultura Viva; Economia Solidária; Pontos de Cultura; Prêmio Economia Viva |
| VII Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2016 | Mirnah Leite Medeiros Mascarenhas Andrade (ANDRADE, 2016) | Contribuições das políticas culturais na luta por reconhecimento | Cultura; Diversidade Cultural; Luta por Reconhecimento; Política Cultural; Programa Cultura Viva |
| VII Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2016 | Marcella Francelina Vieira Camargo (CAMARGO, 2016) | Pontos de Cultura do Rio de Janeiro: potencializar sinergismos | Cultura Viva; Gestão Participativa; Produção de Conhecimento cognitivo-sinestésico-afetivo-estético |
| VII Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2016 | Beatriz Terra Freitas (FREITAS, 2016) | Afirmação e expansão territorial em Políticas Culturais: uma análise dos Programas Cultura Viva e Arte na Rua pela perspectiva do território | Arte na Rua; Caminho Niemeyer; Cultura Viva; Políticas culturais; território |
| VII Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2016 | José Maria Reis e Souza Junior (JUNIOR, 2016a) | Quando a poesia virou política: o percurso dos pontos de cultura no Brasil, de programa governamental à Rede Cultura Viva | Pontos de Cultura; Rede Cultura Viva; Redes Sociais; Relações Sociais; teoria da Dádiva |

| | | | | |
|---|------|--|---|---|
| VII Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2016 | Flávia Junqueira (JUNQUEIRA, 2016) | Pontos de Cultura: políticas públicas e a produção de uma subjetividade mais autônoma | Autonomia; Cultura Viva; Pontos de Cultura; Subjetividade. |
| VII Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2016 | Ana Clécia Mesquita de Lima (LIMA, 2016) | Avaliação do Programa Cultura Viva: uma análise da construção dos dois marcos lógico aplicado ao Programa | Avaliação; cultura; cultura viva; política pública; quadro lógico |
| VII Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2016 | Ariel F. Nunes (NUNES, 2016) | Política Cultural e Cultura da Política: uma perspectiva etnográfica do Programa Cultura Viva | Antropologia política; cultura viva; ministério da cultura; política cultural |
| VII Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2016 | Cesar de Mendonça Pereira Milene Morais Ferreira (PEREIRA; FERREIRA, 2016) | Pontos de Cultura: o mundo que vi | Comunidade; Cultura Viva; Pontos de Cultura |
| VII Seminário Internacional de Políticas Culturais | 2016 | Daniele Sampaio da Silva (SILVA, 2016) | Perspectivas sobre a diversidade cultural no Programa Cultura Viva | Diversidade Cultural; Pontos de Cultura; Programa Cultura Viva |

Fonte: Elaboração própria a partir de artigos disponíveis nos anais do Seminário Internacional de Políticas Culturais. O levantamento considerou até o ano 2016.

Quadro 2. Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult)

| Edição | Ano | Autor (a) | Título | Palavras-Chave |
|-------------------|------|---|--|--|
| V Enecult | 2009 | João Luiz Pereira Domingues Victor Neves Souza (DOMINGUES; SOUZA, 2009) | Programa Cultura Viva: a política cultural como política social? Elementos de análise dos fundos públicos e do direito à produção da cultura | Políticas culturais; políticas públicas; democracia; classes populares; intelectuais |
| VI Enecult | 2010 | Alice Pires de Lacerda (LACERDA, 2010b) | Programa Cultura Viva: proposta de gestão compartilhada para um projeto democratizante de política pública de cultura | Programa cultura viva; pontos de cultura; gestão cultural; política cultural |

| | | | | |
|--------------------|------|---|---|---|
| VI Enecult | 2010 | Sophia Cardoso Rocha (ROCHA, 2010) | Programa Cultura Viva: trajetória e desafios de uma nova política cultural | Programa Cultura Viva; Projeto Ponto de Cultura; Ministério da Cultura |
| VII Enecult | 2011 | Deborah Rebello Lima (LIMA, 2011a) | Cultura viva e os dados do IPEA: um retrato do diálogo entre os pontos de cultura e os conceitos de autonomia, empoderamento, protagonismo e gestão em rede | Programa Cultura Viva, desafios de gestão, autonomia- protagonismo-empoderamento e gestão em rede |
| VII Enecult | 2011 | Paula Ziviani (ZIVIANI, 2011) | Kairós : uma narrativa sobre o Cultura Viva | Programa Cultura Viva; ponto de cultura; impactos |
| VII Enecult | 2011 | Luana Vilutis (VILUTIS, 2011a) | Educação e produção colaborativa nos pontos de cultura - um olhar sobre o Cultura Viva | Pontos de Cultura; ação cultural; diversidade cultural; educação; redes |
| VII Enecult | 2011 | Lia Calabre (CALABRE, 2011) | Questões sobre avaliação de políticas públicas de cultura : o caso do Programa Cultura Viva | Programa Cultura Viva; avaliação de políticas.; cultura; políticas públicas |
| VII Enecult | 2011 | Débora C. Paschoal Dourado Daniel Freire Turmina Micheline M. Maciel Silva Cristiano. Meira Diniz Ferreira (DOURADO et al., 2011) | Até que ponto se pode dizer que os programas sociais de inclusão digital incluem os excluídos? Discussões preliminares: o caso de um Ponto de Cultura de PE | Trabalho; Inclusão Digital; Programas Sociais de Inclusão Digital; Ação de Cultura Digital |
| VII Enecult | 2011 | Fabício Santos de Mattos (MATTOS, 2011) | O Programa Cultura Viva como um dispositivo político-cultural: uma proposta teórico-metodológica | Políticas Culturais; Políticas de Cultura; Estado; Movimentos socioculturais; dispositivo. |
| VII Enecult | 2011 | Cleber Souza Menezes Paulo Miguez (MENEZES; MIGUEZ, 2011) | Notas sobre o processo de estadualização dos Pontos de Cultura na Bahia | Programa Cultura Viva; Ponto de Cultura; Política Cultural; Burocracia estatal; SECULT |
| VII Enecult | 2011 | Ana Lúcia Aragão Sophia Cardoso Rocha (ARAGÃO; ROCHA, 2011) | Direitos Culturais no Brasil e uma breve análise do Programa Cultura Viva | Direitos culturais; legislação; Programa Cultura Viva |
| VII Enecult | 2011 | Alice Pires de Lacerda (LACERDA, 2011) | Apontamentos sobre as contribuições do Programa Cultura Viva na constituição do capital de seus beneficiários | Política cultural; Programa Cultural Viva; Pontos de Cultura; indicadores culturais; capital cultural |

| | | | | |
|-------------------|------|---|--|---|
| IX Enecult | 2013 | Jonas Pereira Paschoalick (PASCHOALICK, 2013) | "Autonomia, protagonismo e empoderamento": o cultura viva e os processos de construção da rede de pontos de cultura de Ribeirão Preto/SP | Diálogo Cultural; Cidadania Cultural; Democracia Cultural; Sustentabilidade; Política Cultural. |
| IX Enecult | 2013 | Dimaura Fátima Carvalho Pedro Rodolpho Jungers Abib (CARVALHO; ABIB, 2013) | Ação Griô Nacional: valorizando e legitimando mestres e saberes da cultura popular de tradição oral | Cultura Popular; Políticas Públicas; Ação Griô Nacional; Educação. Introdução |
| IX Enecult | 2013 | Aline Prazeres Bezerra Danielle de Araújo Bispo Elisabeth Cavalcante dos Santos Débora Coutinho Paschoal Dourado (BEZERRA et al., 2013) | Mudanças de posição no campo da cultura a partir da inserção do Programa Cultura Viva: o caso da Associação Estação da Cultura | Associação Estação da Cultura; Programa Cultura Viva; Teoria dos Campos Sociais |
| X Enecult | 2014 | Mariana de Araujo Aguiar (AGUIAR, 2014) | Cultura e desenvolvimento: o Programa Cultura Viva sob a ótica de Amartya Sen e Celso Furtado | Políticas culturais; Programa Cultura Viva; desenvolvimento |
| X Enecult | 2014 | Lia Calabre (CALABRE, 2014a) | Uma década de Programa Cultura Viva: reflexões e balanços | Brasil; Políticas Públicas de Cultura; Pontos de Cultura; Programa Cultura Viva |
| X Enecult | 2014 | Deborah Rebello Lima (LIMA, 2014a) | Programa cultura viva – 10 anos: uma breve análise histórica | Programa Cultura Viva; Teias; relação Estado-Sociedade |
| X Enecult | 2014 | Luciana Piazzon Barbosa Lima (LIMA, 2014b) | 10 anos de Cultura Viva em São Paulo: um perfil dos Pontos de Cultura | Cultura Viva; Pontos de Cultura; descentralização |
| X Enecult | 2014 | Alexandre de Souza Santini Rodrigues (RODRIGUES, 2014b) | Cultura Viva Comunitária e a construção de um repertório comum para as políticas culturais na américa latina | América Latina; Cultura Comunitária; Cultura Viva; Políticas Culturais |
| XI Enecult | 2015 | Gleise Cristiane Ferreira de Oliveira Tony Gigliotti Bezerra (OLIVEIRA; BEZERRA, 2015) | Programa Cultura Viva: desafios e perspectivas | Lei Cultura Viva: Pontos de Cultura; Programa Cultura Viva; política cultural |

| | | | | |
|--------------------|------|--|---|--|
| XII Enecult | 2016 | Patrícia Silva Dorneles (BURKERT; DORNELES, 2016) | Acessibilidade na rede de pontos de cultura de São Paulo | Acessibilidade; Cultura; Cultura Viva; Pontos de Cultura; Rede |
| XII Enecult | 2016 | Marize Torres Magalhães (MAGALHÃES, 2016) | Indústrias criativas e desenvolvimento: Um estudo da criatividade nos pontos de cultura de audiovisual da Bahia | audiovisual e desenvolvimento; indústrias criativas; pontos de cultura |
| XII Enecult | 2016 | Juliana Lopes (LOPES, 2016) | Políticas públicas de cultura e as práticas artísticas- culturais dos pontos de cultura da rede carioca | agenciamento; etnografia; experiência urbana; periferia; pontos de cultura |

Fonte: Elaboração própria a partir de artigos disponíveis nos anais do Enecult. O levantamento considerou até o ano 2016. (ordem de ano)

Quadro 3. Encontro Brasileiro de Pesquisa em Cultura (EBPC)

| Edição | Ano | Autor (a) | Título | Palavras-Chave |
|----------------|------|--|---|---|
| I EBPC | 2013 | Daniele Sampaio da Silva (SILVA, 2013) | Os Pontos de Cultura enquanto Política Pública de Promoção à Diversidade Cultural | Cultura; Diversidade Cultural; Políticas Públicas; Pontos de Cultura; Programa Cultura Viva |
| II EBPC | 2014 | Vanda Mafra Falcone Dulcilei da Conceição Lima (FALCONE; LIMA, 2014) | Ponto de cultura Boi Vivo - gestão e sustentabilidade | Pontos de Cultura. Sustentabilidade em Cultura; Gestão Empreendedora.; Apresentação |
| II EBPC | 2014 | Patrícia Dorneles Nelson Rego (DORNELES; REGO, 2014) | Identidades inventivas territorialidades na rede cultura viva dos pontos de cultura da região Sul | Experiência estética; Política Cultural; e Territorialidade |
| II EBPC | 2014 | Alessandra Regina Gama (GAMA, 2014) | Canjerê: patrimônio cultural, educação, (re) significando sentidos | educação; patrimônio cultural; subjetividades |
| II EBPC | 2014 | Alexandre de Souza Santini Rodrigues (RODRIGUES, 2014a) | Cultura Viva: a emergência de novos atores políticos no Brasil a partir das políticas culturais | Cidadania; Cultura Viva; Participação.; Políticas culturais |

| | | | | |
|-----------------|------|--|--|---|
| II EBPC | 2014 | Marcella Francelina Vieira Camaro (CAMARO, 2014) | Por uma sinergia da diversidade: pesquisa ação participativa de avaliação da teia estadual rural 2013 e da teia nacional da diversidade 2014 | Cidadania; Diversidade Cultural; Gestão Compartilhada.; Gestão de Políticas Públicas; Pesquisa-ação-participativa |
| II EBPC | 2014 | Natália Lackeski Lia Baro Mariana Darsie Marina Ferraz Guilherme Lopes (LACKESKI et al., 2014) | A implementação da rede carioca de pontos de cultura: um movimento de descentralização e de reconhecimento do território | Cultura Viva; Políticas Culturais; Rio de Janeiro; Território; Cultura e Cidadania |
| III EBPC | 2015 | Igara Sampaio de Lavor Francisca Emanuelle da Silva Cardoso Ione Amorim Bezerra Neta Rafael Antônio Vieira Rodrigues José Robson Maia de Almeida (LAVOR et al., 2015) | Visão antropológica e sociológica da cultura: o exemplo do programa cultura viva | Cultura; visão antropológica; Visão sociológica; programa Cultura Viva |
| III EBPC | 2015 | Milene Moraes Ferreira Cesar de Mendonça Pereira (FERREIRA; PEREIRA, 2015) | Por que não valorizar o que já existe? | Cultura Viva; Identidade; Olinda; Ponto de Cultura; Recife |
| III EBPC | 2015 | Maria Janete Venâncio Pinheiro Verônica Brito Dourado (PINHEIRO; DOURADO, 2015) | Pontos de cultura: em busca de alternativas | Pontos de Cultura; Jovens; Vulnerabilidade Social |
| III EBPC | 2015 | Cesar de Mendonça Pereira Milene Moraes Ferreira (PEREIRA; FERREIRA, 2015) | Gestão e articulação nos pontos de cultura do estado de Pernambuco | Articulação; Fundarpe; Gestão; Pontos de Cultura |

| | | | | |
|-----------------|------|---|--|---|
| III EBPC | 2015 | Mirnah Leite Antonio Sobreira (LEITE; SOBREIRA, 2015) | Pontos de cultura da paraíba: história, peculiaridades e desafios | Paraíba; Introdução; Pontos de Cultura; Política Cultural |
| III EBPC | 2015 | Gleise Cristiane Ferreira de Oliveira (OLIVEIRA, 2015) | Pontos de Cultura da Bahia: gestão estadual, ações transversais, impactos e desafios | Gestão de Cultura; Políticas Culturais na Bahia; Pontos de Cultura da Bahia. |

Fonte: Elaboração própria a partir de artigos disponíveis nos anais do EBPC. O levantamento considerou até o ano 2015. (ordem de ano)

ANEXO 3 – Livros e outras publicações

Quadro 1.

| Tipo | Ano | Autor (a) | Título |
|----------------|------|---|---|
| Livro | 2010 | IPEA Frederico A. Barbosa da Silva Herton Ellery Araújo (IPEA, 2010) | Cultura Viva: avaliação do programa arte educação e cidadania |
| Livro | 2011 | IPEA Frederico A. Barbosa da Silva (IPEA, 2011) | As políticas públicas e suas narrativas: o estranho caso entre o Mais Cultura e o Sistema Nacional de Cultura |
| Livro | 2011 | IPEA Frederico Barbosa Lia Calabre (IPEA; BARBOSA; CALABRE, 2011) | Pontos de Cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva |
| Livro | 2014 | IPEA Frederico Augusto Barbosa da Silva Paula Ziviani (IPEA; SILVA; ZIVIANI, 2014) | Cultura Viva: as práticas de pontos e pontões |
| Livro | 2014 | Frederico A. Barbosa da Silva Valéria Viana Labrea (IPEA, 2014) | Linhas Gerais de um Planejamento Participativo para o Programa Cultura Viva |
| Livro | 2009 | Lia Calabre (CALABRE, 2009b) | Programa Cultura Viva: análise e observações |
| Resenha | 2011 | Deborah Rebello Lima (LIMA, 2011b) | Pontos de Cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva |
| Artigo | 2014 | Lia Calabre (CALABRE, 2014b) | Estudos acadêmicos contemporâneos sobre políticas culturais no Brasil: análises e tendências |

| | | | |
|--------------------------|------|---|--|
| Artigo | 2014 | Lia Calabre Deborah Rebello Lima (CALABRE; LIMA, 2014a) | Programa Cultura Viva: uma década e múltiplas visões |
| Entrevista | 2014 | (“Entrevista com Célio Turino”, 2014) | Entrevista concedida a Lia Calabre e Deborah Rebello Lima |
| Capítulo de livro | 2010 | Alice Pires de Lacerda Carolina Carvalho Marques Sophia Cardoso Rocha (LACERDA; MARQUES; ROCHA, 2010) | Programa Cultura Viva : uma nova política do Ministério da Cultura |

ANEXO 4. Artigos publicados em edições do “Políticas Culturais em Revista”

| Edição | Ano | Autor (a) | Título | Palavras-Chave |
|----------------|------|---|--|---|
| Nº 2, volume 7 | 2014 | Anne Gillman (GILLMAN, 2014) | A democracia inacabada: relações sociedade-estado no contexto da política ponto de cultura em Alagoas | Alagoas; democratização; Cultura Viva; Ponto de Cultura |
| Nº 2, volume 7 | 2014 | Sophia Cardoso Rocha (ROCHA, 2014) | A Estadualização do Programa Cultura Viva | Pacto federativo; descentralização; políticas culturais; Programa Cultura Viva |
| Nº 2, volume 7 | 2014 | Marcel Lúcio Matias Ribeiro Nara da Cunha Pessoa Fernanda Ferreira da Silva Rafaela Felipe Fagundes da Silva (RIBEIRO et al., 2014) | Territórios criativos: atividades dos pontos de cultura de Natal -RN | Programa Cultura Viva; Ponto de Cultura; Sustentabilidade; Territórios criativos. |
| Nº 2, volume 7 | 2014 | Ana Lúcio Pardo (PARDO, 2014) | Transformações vitais nos Pontos de Cultura do país | Alienação; Autonomia.; Contra-hegemonia; Cultura; Política pública |
| Nº 2, volume 7 | 2014 | Tereza Ventura (VENTURA, 2014) | Cultura Viva: encantamento e mobilização por direitos culturais | Cidadania; Cultura; Representação; Política. |
| Nº 2, volume 7 | 2014 | Patricia Dorneles (DORNELES, 2014) | Jovens, território e territorialidade: experiências estéticas e de engajamento nas ações culturais dos pontos de cultura da região Sul | Política; Cultural; Ação Cultural; Experiência estética; Territorialidade |
| Nº 2, volume 7 | 2014 | Valéria Viana Labrea1 Leila Martins Chalub (LABREA; CHALUB, 2014) | Pequenos mundos de sentido: as redes e a gestão compartilhada no cultura viva | Análise do discurso; Redes híbridas; Ponto de cultura; Programa Cultura Viva |
| Nº 2, volume 7 | 2014 | Luciana Piazzon Barbosa Lima Pablo Ortellado (LIMA; ORTELLADO, 2014) | Desafios jurídicos e administrativos da política cultural comunitária: um estudo dos pontos de cultura no estado de São Paulo | Cultura Viva; Pontos de Cultura; Convênios; Prestação de contas |

| | | | | |
|----------------|------|---|---|--|
| Nº 2, volume 7 | 2014 | Luiz Augusto F. Rodrigues Alexandre S. Santini Rodrigue (RODRIGUES; RODRIGUES, 2014) | Cultura Viva : Novos Atores Na Cena Política Brasileira | Políticas culturais; Programa Cultura Viva; Cidadania; Participação; Juventude. |
| Nº 2, volume 7 | 2014 | Jocasta Holanda Bezerra José Márcio Barros (BEZERRA; BARROS, 2014) | O Cultura Viva e sua potência discursiva | Política Pública de Cultura. Política Cultural. Ponto de Cultura. Cultura Viva |
| Nº 2, volume 7 | 2014 | Deíze Almeida Botelho Alexandre Silva dos Santos Filho (BOTELHO; FILHO, 2014) | Cultura viva na amazonidade paraense | Cultura; Território; Diversidade. Interculturalidade |
| Nº 2, volume 7 | 2014 | Lia Calabre Deborah Rebello Lima (CALABRE; LIMA, 2014b) | Do do-in antropológico à política de base comunitária - 10 anos do programa cultura viva: uma trajetória da relação entre estado e sociedade | Programa Cultura Viva; Relação Estado e sociedade; Cidadania |
| Nº 1, volume 8 | 2015 | Adilson Vaz Cabral Filho Fernando Luiz Silva Chagas (FILHO; CHAGAS, 2015) | Percepções sobre as políticas públicas culturais no brasil, a partir do governo Lula | Ética; Cidadania cultural; Pontos de Cultura; Governo Lula |
| Nº 1, volume 8 | 2015 | Adriano Pereira de Castro Pacheco Elcio Gustavo Benini (PACHECO; BENINI, 2015) | Desenvolvimento da indústria criativa brasileira a partir dos Pontos de Cultura | Economia Criativa; Indústria Criativa; Pontos de Cultura; Cultura Viva |

ANEXO 5 – Programação do Encontro de Gestores, 2013, Salvador- Bahia

ENCONTRO DE GESTORES ESTADUAIS DE PONTOS DE CULTURA
Dias 25 e 26 de fevereiro de 2013
SALVADOR – BA

PROGRAMAÇÃO

LOCAL - Conselho de Cultura da Bahia (Campo Grande)

25/02/2013 - (Segunda-feira)

9h00 – Mesa de Abertura - Albino Rubim (Secretário de Cultura do Estado da Bahia), Hamilton Pereira (Pres. do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura), Márcia Rollemberg (Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural / MinC)

09h30 - Apresentação dos Resultados e Perspectivas do Redesenho do Programa Cultura Viva - Márcia Rollemberg (Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural / MinC)

10:30h – Abertura do debate

12:30h - Almoço

14h00 - Programa Cultura Viva - documento de referência sistematizado - Cláudia Vasconcelos – BA

16h00 – Organização da TEIA e do Fórum Nacional de Pontos de Cultura – Antônia Maria Rangel – SCDC/MinC

18h00 - Fechamento

26/02/2013 - (Terça-feira)

9h – Grupos de Trabalho sobre a qualificação da Gestão

Temas:

1_ Qualificação e normatização de Instrumentos

- Edital/publicação
- inscrição/habilitação/seleção
- convênios/prêmios

2 _ Acompanhamento/Monitoramento e Fiscalização

11h00 – Apresentação dos resultados dos grupos

12:30h - Almoço

14h00 - Encontro entre gestores estaduais para troca de experiências – Momento de consolidação de propostas/encaminhamentos.

17:30h – Encerramento

ANEXO 6 - Relatório do Encontro de Gestores Estaduais de Pontos de Cultura, 2013, Salvador- Bahia

Relatório do Encontro de Gestores Estaduais de Pontos de Cultura* Salvador - Bahia - 25 e 26/02/2013

O Encontro de Gestores Estaduais de Pontos de Cultura aconteceu nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2013, no Conselho Estadual de Cultura da Bahia, em Salvador – Bahia e contou com a participação de 45 pessoas de 18 estados brasileiros: Alagoas, Amapá, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Sergipe, São Paulo e Bahia. Este encontro teve como objetivo principal discutir o papel dos Estados na gestão do Programa Cultura Viva, a partir do processo do Redesenho do Programa, além de fortalecer a articulação e o intercâmbio de experiências entre os Estados e com a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural, no tocante à gestão nacional dos pontos de cultura.

No dia 25 de fevereiro, teve início com a mesa de abertura composta pelo Secretário de Cultura da Bahia, o Sr Albino Rubim, pela Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC/Minc), a Sra Márcia Rollemberg e pelo Presidente do Fórum Nacional de Dirigentes e Secretários de Cultura e Secretário de Cultura do Distrito Federal, o Sr Hamilton Pereira que, de um modo geral, falaram sobre a importância do Encontro e do Programa Cultura Viva - PCV para o Brasil.

Márcia Rollemberg – Após agradecer a presença de todos, afirma que uma das prioridades do Programa Cultura Viva é alinhar a questão da participação social com vistas à consolidação do PCV como uma política de base comunitária dentro do Sistema Nacional de Cultura. A secretária chama a atenção para a importância de qualificar a gestão compartilhada, fortalecendo os fóruns e as Redes a exemplo desse espaço, além de estabelecer linhas e procedimentos comuns para todos os Estados. Com relação à municipalização do Programa Cultura Viva, esclarece que só será possível a partir do fortalecimento da parceria com os estados.

Hamilton Pereira – Ressalta a importância do encontro por ser um espaço de trocas e experiências entre os gestores do Programa Cultura Viva nos Estados: "Este encontro é muito importante, pois abre o diálogo com os entes federados e fortalece o pacto federativo." Pontua que a impermeabilidade da estrutura burocrática do Estado brasileiro não consegue lidar com as multiplicidades e diversidade cultural das manifestações populares que é expressa na dificuldade dos gestores de lidarem com esse programa. Aponta como desafios alguns elementos: a municipalização do programa e a relação entre os interesses da indústria cultural com as expressões das manifestações populares. Reafirma o papel fundamental que os estados cumprem na mediação entre o MINC e a ponta do programa (bairro ou comunidade onde o ponto de cultura está estabelecido). Finaliza a fala ressaltando a tarefa de relacionar a tríade entre mercado-cultura-estado para a construção, gestão e avaliação das políticas públicas de Cultura.

Albino Rubim – Enfatiza o caráter desse encontro lembrando que não tem havido encontros de representantes dos poderes estaduais para discutir com a União determinadas questões fundamentais para a consolidação do Programa Cultura Viva. Observa que inicialmente foi criada uma relação direta das instituições culturais com o Minc, e em seguida se deu o processo de estadualização do programa que começou pela

Bahia, mas que não veio acompanhado de uma participação mais ativa dos estados nos rumos do programa, já que os estados também são gestores do mesmo. Afirma que este encontro reivindica exercer o pacto federativo em toda sua plenitude.

O Programa exige novas regras de relacionamento do estado com as comunidades culturais, não podemos encarar apenas como um problema de gestão das instituições. O PCV amplia e universaliza a relação do governo com as comunidades, que devem ter um tratamento especial. "Não podemos ampliar o número de Pontos mantendo determinados mecanismos que não servem para estas comunidades. Não podemos abrir uma perspectiva de democracia se o estado não se modificar, é preciso pensar em modificar as leis e infelizmente a Lei Cultura Viva não contempla isso". Sugere que discutamos uma série de outros aspectos: vamos trabalhar com padrões diferentes de relacionamento a partir do projeto de valores diferentes? Outra questão é a da sustentabilidade ao fim do prazo do convênio como ele fica? Essa é uma questão que precisa ser encarada.

Às 10:30h, ao encerrar a mesa de abertura, o secretário Albino convida Márcia Rollemberg para apresentar o marco lógico do Redesenho do Programa Cultura Viva, objeto de debate deste encontro.

A secretária Márcia apresenta o projeto geral de Redesenho do Programa Cultura Viva (ver anexo 01), tocando em questões como orçamento para 2013, critérios de expansão do Programa Cultura Viva, além das metas prioritárias do MINC e da SCDC para 2013.

Uma das questões apontadas na sua fala sobre as propostas do Redesenho refere-se ao CNPJ, que não pode ser um elemento de restrição de acesso à política de Pontos de Cultura. Também falou da expansão e efetividade da concessão de prêmios, por exemplo, que possibilitam aos grupos informais, artistas e mestres populares o acesso a recursos públicos. Esclarece que caso a instituição vá assinar convênio, terá que ter CNPJ. Os convênios podem ser preferencialmente com governos estaduais e municipais. Há exceções: a depender do caso, o ponto pode ser conveniado diretamente com o Minc, se for um caso avaliado como importante para o desenvolvimento das políticas do Minc, como por exemplo um projeto cultural de um grupo cigano.

Existe também a proposta da chancela sem repasse de recurso, seria uma espécie de reconhecimento a trabalhos realizados por grupos, associações, etc. Existem grupos que não querem fazer conveniamento para receber recurso, mas querem ser reconhecidos como pontos de cultura, a chancela seria uma saída. O Redesenho também trata dos Pontos de Cultura. O indicativo hoje é que estes sejam, preferencialmente, da sociedade civil ou entidade colaborativa, e universidades, exceto órgãos gestores de cultura da administração direta.

Segundo ela, a SCDC vai trabalhar para conveniar pelo menos um pontão por estado. Todos os estados tem que ter pontão, entretanto nem todos os estados comportam conveniar mais de um pontão, como por exemplo o Acre que não tem condições de ter três pontões, quer apenas um pontão. Assim, dependerá de cada estado avaliar suas demandas e possibilidades. Vamos partir de cinco pontões diretos e cinco pontões temáticos. Informação, educação e comunicação, devem ser diretrizes de todos os pontões.

A questão dos direitos humanos deveria ser colocada em todos os pontos de cultura. Temos aí um campo enorme de trabalho. Claro que o ponto tem autonomia na sua atuação, mas isso faz parte de um pacto. Não podemos ter um ponto de cultura que não respeite o diálogo entre as religiões por exemplo. Esse é um conteúdo que deve ter uma discussão cada vez maior para a construção dessa nova rede.

Uma crítica ao Modelo Lógico do Redesenho é que este focou muito nas dificuldades e carências da execução do programa, quando deveria falar também, e especialmente, sobre as potencialidades que a produção cultural do povo brasileiro traz para o PCV. É fundamental trazer essa dimensão para o modelo lógico. É notório a necessidade de ir para os municípios através do mecanismo do prêmio, sem conveniamento, simplificando o processo e pensando como inserir essas comunidades no programa: como falar com os segmentos que, de fato, não têm acesso aos bens e serviços culturais?

Todo este diálogo e reflexão feito nos encontros do Redesenho do PCV, continua aberto a críticas e colaborações e nos sugere alguns questionamentos:

- 1) Como os municípios podem ser inseridos na implementação e gestão do Programa Cultura Viva nos estados?
- 2) Como deve ser a participação social na gestão do Programa Cultura Viva nos estados?
- 3) Como qualificar o monitoramento e acompanhamento das etapas e ações da gestão do Programa Cultura Viva nos estados?

"Enfim, espero que a apresentação tenha sido esclarecedora. A idéia nada mais é do que fortalecer o processo de qualificação da gestão do programa, de marcos legais e de participação social".

As 11:20h, após a fala de Márcia, Cláudia Vasconcelos - Diretora de Cidadania Cultural da SECULT-BA, assumiu a coordenação do debate e abriu para o diálogo entre os gestores estaduais do Programa Cultura Viva presentes e a secretária Márcia. Relembrou a programação e ao fazer considerações acerca da complexidade do PCV, convidou a todos para este momento de questões gerais sobre o Redesenho e o Programa. Informou que estava assessorada por sua equipe na relatoria e produção do encontro e sugeriu que o diálogo se desse em blocos de perguntas.

O debate neste primeiro momento girou em torno de questões como a finalização e renovação de convênios com os estados e indagações a respeito de como será o futuro dessa política, se há prazo de finalização do redesenho e como ficarão os novos convênios. Ao longo do debate os gestores estaduais sugeriram:

- Criar agendas de diálogo entre o governo e a sociedade civil;
- Conseguir mais apoio financeiro além do programa cultura viva, ex: emendas parlamentares;
- Criar plataforma virtual com informação de todos os estados;
- Qualificar o diálogo entre o governo e a sociedade civil;
- Promover encontros com o TCE, PGE, com a intenção de desburocratizar o estado/governos e tramites específicos do Convênio de Pontos de Cultura;
- Cine + Cultura: integrar a discussão no redesenho do programa;

Marcos André Superintendente de Cultura e Sociedade da SECULT-RJ, parabenizou a equipe da SCDC/Minc pela atenção dada ao convênio do seu estado e apresentou a preocupação com a finalização do convênio, pois encontra-se sob forte pressão dos pontos de cultura para saber como vai ser o futuro. Acha estratégico a proposta de ampliar o

programa com a secretaria do Mamberti. Questiona se há um prazo de definição para o redesenho e a renovação dos convênios com os estados.

João Prestes, Coordenador da rede de pontos de cultura de Goiás questiona sobre os novos convênios e sobre a plataforma digital.

João Pontes, Diretor de Cidadania e Diversidade Cultural da SECULT-RS começa sua intervenção afirmando que técnica sem política é tecnocracia e política sem técnica é demagogia e nesse sentido parabeniza o trabalho da Márcia que, acredita, está equilibrando bem essas duas coisas, e em seguida pergunta como a secretária enxerga a questão da Lei Cultura Viva? Para ele, fala-se muito de gestão participativa, mas pouco se fala da gestão dos pontos junto ao seu contexto e sugere que o projeto do Ponto de Cultura seja resultado de uma construção coletiva a exemplo do modelo de convênio do seu estado.

Para Luís Roberto Secretario Executivo da SecultPE é importante procurar as bancadas parlamentares, constituir os diálogos, ter um calendário permanente, para apresentar emendas conjuntas. Estimula a todos a criar uma agenda com as bancadas federais dos estados, pois freqüentemente eles atendem ações que não dialogam com as políticas públicas que existem, especialmente na área da cultura.

Catarina Laboure Superintendente de formação e difusão cultural, da SECULT-AL pede que Márcia fale sobre o alinhamento com a SID, espera também falar com a SAI, sobre a questão do Espaço Mais Cultura, vinculado ao PAC, (Programa Mais Cultura). Relata que estavam ampliando a rede alagoana de vinte para 40, absorvendo os pontos vinculados diretamente com o Minc quando tiveram a ideia de fazer um pontão de cultura para cuidar da gestão do espaço Mais Cultura, fazendo uma gestão compartilhada. Precisa que o convênio seja prorrogado para efetivação do pontão.

Iran Lima de Souza gestor da rede de pontos da SECULT-AP, diz que pretendem ampliar o programa para o interior, que passaram 2011 e 2012 reorganizando toda a rede tentando criar um site único para todos os Pontos, um site do fórum para trabalhar agenda e reivindicações. A questão é como ampliar nossa rede de pontos?

A secretária Márcia reafirma a necessidade **do envolvimento dos municípios** na gestão do Programa. Expõe que não existem fórmulas ou formas estabelecidas da gestão do Programa, esse é o desafio dos Estados e da União, até porque o MinC não tem capacidade de fazer convênio com todos os municípios. Quando tiver a questão do repasse fundo a fundo é uma possibilidade, fazer recorte de prefeituras e capitais; convida os estados a pensar nisso junto com o MinC. Aponta como sugestão fazer edital para municípios e regiões metropolitanas e para os estados o convênio permanente.

Uma questão das mais importantes a ser debatida diz respeito à **continuidade do apoio aos pontos conveniados**. O Minc não tem como financiar 100% dos pontos como fez na 1º etapa. Não estamos desmerecendo o convênio como instrumento, mas ele não é mais o único caminho a ser trilhado pelas entidades culturais, existe os prêmios, por exemplo. A equação é a seguinte: se o orçamento que temos não dá para financiar todos os pontos, pode-se fomentá-los através de outros mecanismos. Pensar caso a caso em como construir essa política de continuidade e escutar os municípios que ainda não tem ponto. Nesse sentido, o Redesenho do Programa será implementado gradativamente a cada renovação de Convênio. As TEIAS, oficinas e ações de fomento são elementos que devem ser contemplados nos novos convênios.

Um desafio importante que está posto diz respeito à necessidade de **ampliar a base de beneficiários**. Há grupos beneficiados pelos programas do MinC que são sempre os

mesmos! É urgente que se desenvolva uma política de base comunitária, com convergência das iniciativas. Por exemplo, porque os pontos de memória e os pontos de leitura não são pontos de cultura? Como eles recebem por prêmio? A solução pode estar dentro da casa! Trinta mil ano, por exemplo, não deveria ser convênio, mas prêmio. Como evoluir isso? Como criar o critério de seleção? Poderíamos pensar em convênios não só para expandir, mas para fomentar com foco na formação, através de cursos e oficinas ensinar os pontos a acessar os diversos editais que existem hoje na conjuntura da política cultural.

Diferencia **plataforma digital de fluxo de dados**. O primeiro mecanismo não é necessariamente acesso à informação. O fluxo de dados, no que tange a cadastro, agendas, entre outros é uma necessidade imediata. Não vamos ter a plataforma para ter fluxo de dados. Vamos ter fluxo de dados para ter a plataforma. Pergunta: como nos estruturar para ser mais transparente e ter divulgação do que a gente faz? O cadastro dos pontos está sendo organizado e começamos a ter dados que a gente não tinha, porém precisamos de vocês para completar esses dados. Fluxo de dados, capacitação, Teia, modelo de participação são componentes do redesenho, que não estavam nos convênios anteriores. Ter uma agenda nacional dos pontos de cultura é fundamental, esta já seria uma encomenda para o pontão de cultura digital. Devemos também utilizar o salic web. Mas esta é uma luta no MinC.

O debate foi finalizado com alguns estados citando importantes **exemplos de gestão da política de pontos de cultura**. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o formato de edital condiciona o apoio ao projeto à criação de um comitê gestor com a participação de no mínimo três organizações da sociedade civil e uma escola; Em Pernambuco a emenda parlamentar para execução da FUNDARPE - Fundação Artística de Pernambuco, é uma experiência importante de apoio ao programa através do diálogo com as bancadas parlamentares, com um calendário permanente para apresentar emendas conjuntas.

A tarde a coordenação dos trabalhos ficou a cargo da Diretora de Cidadania Cultural da Secult-BA Cláudia Vasconcelos que apresentou o resultado de um questionário/consulta (ver anexo 02) acerca da gestão do PCV/Pontos de Cultura em cada estado, o resultado da consulta encontra-se no anexo 03. Cláudia inicia sua fala divulgando os estados que responderam ao questionário e reafirmando a importância de todos responderem o documento para termos um panorama nacional das principais questões referentes a gestão estadual do Programa.

Durante a apresentação algumas questões que apareceram como resultado do documento chamaram a atenção dos participantes e da coordenação do evento, o que foi debatido entre os presentes.

No que se refere aos desafios dessa gestão a grande maioria aponta a falta de estrutura dos estados para acompanhamento da execução dos projetos, visto que o modelo de prestação de contas e desembolso apresentado pelo convênio é inadequado a lógica de democratização da cultura do Programa.

Outro dado que chamou a atenção refere-se ao comitê gestor dos pontos de cultura. Poucos estados têm comitê ativo. No convênio está previsto a formação de comitês para participação da sociedade civil e poder público na gestão da política de pontos nos estados, entretanto poucos criaram seu comitê e quase nenhum estão com ele em atividade.

Um dos problemas apontados no documento base foi acerca da utilização do saldo do convênio, havendo uma certa unidade sobre a relação entre os estados e o Ministério. Em relação a utilização do rendimento vários estados apontaram que desejariam utilizá-lo

para realizar formação, TEIA, etc. e não podem por conta dos termos do convênio que exigem que o MinC autorize previamente. Para Márcia esta já é uma pauta da SCDC, pois, segundo ela, alterar plano de trabalho é muito complicado. O melhor seria termos uma cláusula no convênio que previsse a utilização do saldo para determinadas atividades e só ao final do convênio o estado prestasse conta do recurso utilizado. Os estados ficaram animados com essa possibilidade e decidiu-se voltar a tal questão. No que se refere a relação dos estados com o MinC foi apontado pela maioria que há uma boa relação de diálogo, no entanto, no que tange ao retorno de consultas e autorizações existe uma morosidade muito grande por parte do MinC o que muitas vezes, gera prejuízos as ações dos estados.

Acerca da participação dos municípios no PCN, Pedro Vasconcelos lembrou o Pro Cultura que vai fazer repasse do fundo nacional para os estados e municípios conforme lei do Sistema Nacional de Cultura, assim é premente um estudo para identificarmos como os pontos de cultura poderão ser beneficiados com este repasse para os municípios. Para Márcia, os municípios devem ainda ser sensibilizados para colaborar na gestão dos pontos com avaliação e apoio aos grupos na execução de suas atividades, o que pode ser feito através de um protocolo de cooperação.

Para Cláudia uma das preocupações com o processo do redesenho é que muitas questões apontadas como problemáticas já foram discutidas há muito tempo e a proposta apresentada não aponta soluções para os convênios que já estão em execução, são trazidas possíveis saídas para os novos convênios, para os novos Pontos de Cultura, isso angustia os gestores que precisam dar respostas as suas Redes ativas de Pontos. Uma dessas questões e que é apontada como principal problema é a forma de prestação de contas e da sustentabilidade dos Pontos que finalizaram os convênios. Deste modo, propõe que os estados possam aprofundar a leitura e discussão do material do redesenho e construa uma agenda para levantarem propostas mais sistematizadas, considerando os problemas atuais dos convênios.

A discussão do resultado do documento girou muito em torno da sustentabilidade tanto dos Pontos de Cultura quanto do Programa Cultura Viva. Questiona-se a aplicação deste paradigma aos pontos de cultura e grupos culturais. Observou-se que esta é uma questão que necessita estudos mais especializados e que seria papel deste grupo se debruçar sobre tal temática com vistas à construção de alternativas viáveis de apoio aos pontos de cultura que foram conveniados no PCV.

Deste modo, para José Cyrillo, Secretário de Cultura do Amapá, a questão da sustentabilidade requer cuidado para que não se crie uma grande rede paternalista na área da cultura. Iran lembra que a CNPdc tem um GT de sustentabilidade e sugere chamar esse GT para uma reunião com os gestores.

Maria Tereza, Coordenadora da UFDPC da Secretaria de Cultura de SP, também chama a atenção para o cuidado com essa questão da sustentabilidade, pois, segundo ela não se exige do grande meio ou dos grandes artistas a questão da sustentabilidade, "não se pode chegar para um PC depois de três anos recebendo recurso de um convênio e simplesmente finalizar a relação e dizer: procure um meio de se auto sustentar". A sua preocupação com a rede de pontos de SP é que o recurso está acabando e a discussão está longe de se concretizar. Acredita que não será fácil assumir um discurso sem que haja uma solução para a questão da sustentabilidade.

Ricardo Oliveira gestor de pontos da SECULT-RS diz que na experiência do seu estado entende que pode ser feita uma renovação nos convênios, apresentada uma nova proposta, mas não precisa estar formatada no mesmo padrão - três parcelas no mesmo valor, porque

cada instituição tem o seu valor cultural, faz-se necessário reconhecer cada uma na sua singularidade respeitando a sua diversidade e refletir como o estado está pensando os PCs observando se não estão enquadrando-os. Afirma que é preciso ver a dimensão e os impactos que cada instituição tem porque ao passar uma soma alta corre-se o risco de provocar o fim da instituição.

Para Pedro Domingues da SCDC/Minc, há um imaginário sobre o programa que gerou uma paixão nos artistas, músicos e sociedade artística, agora é preciso pensar em soluções para as contradições do próprio programa. Quando se escuta a palavra sustentabilidade pensa-se logo na questão econômica. Esse é o primeiro impulso, esse é o imaginário coletivo, a questão do financiamento e do fomento é o primeiro olhar. Um circo não pode ser ponto de cultura, porque se constitui como micro empresa, por isso, as relações dessa natureza dentro do programa não estão completas. A relação que estados e municípios vão encontrando, é interessante que não citamos ainda o papel dos conselhos, porque esse é um espaço de diálogo e essas questões devem ser levados para os conselhos, nas discussões corporativas enquanto alternativas de diálogos com a sociedade, porque se esse diálogo não existe, acaba sendo tratado como um movimento ungido e a parte. A busca para a sustentabilidade pode ser uma armadilha, no campo do social, no campo dos sem fins lucrativos. A rede de Caxias do Sul exigiu a integração comunitária, o controle social da comunidade, participando das discussões do plano de trabalho e seus desdobramentos, em um ano a comunidade gerou alternativas de empoderamento e defesa do ponto, inclusive na defesa da ampliação do plano de trabalho.

Márcia Rollemberg avalia que todas as considerações foram muito importantes, não discutimos muito a questão de redes, temos que trabalhar mais essa questão. Coloco como pauta um encontro com as procuradorias dos estados, a questão dos bancos, estou levando para ver se a gente desonera isso. Observa que existem várias soluções, é preciso buscar as formas de sustentabilidade. Para ela o tema é complicado, mas essa discussão não está no início, porque é preciso buscar outras fontes, tentar identificar outras formas para esse gargalo. "Tem várias fontes que não bebemos ainda, a própria lei de cultura e do incentivo deve ser mais explorada".

Em resposta às intervenções e questionamentos dos gestores Márcia também afirma que o Redesenho não tem uma data mágica em que todas as definições serão postas em prática, as coisas já estão acontecendo, mudanças que o MinC tem que assumir. O redesenho é implementado a partir dos novos instrumentos/convênios, não existe uma data definitiva. Não podemos enrijecer as questões diante das realidades, temos que trabalhar com diretrizes comuns, mas com flexibilidade. É possível fazer parceria com as universidades para trabalhar com fomento junto aos pontos? Posso ter um agente de cultura que trabalhe com povos indígenas? É uma questão de decisão nossa! Não tem mais programa autoral, é uma política pública. Temos que ter instrumentos de avaliação! Lei Cultura Viva: Se é uma política nacional, não pode ser feita só por uma secretaria! A Lei cultura viva não resolve tudo, mas por meio dela a gente pode avançar. Acho que política de fomento é a solução sim. Em relação a sustentabilidade, pergunta: a ideia é um do-in para ativar os pontos vitais ou seria transfusão permanente? Financiamento permanente o Minc não pode e não deve fazer, outras instituições aguardam ansiosas para serem contempladas.

Como encaminhamento do debate acerca do documento base do encontro de gestores, Cláudia Vasconcelos sugeriu que fosse retirada uma comissão da plenária com a participação de alguns estados para compilar as propostas que sugiram a partir do documento e do debate e transformar em uma carta/documento a ser encaminhada para a SCDC/Minc como resultado do Encontro.

A comissão foi composta pelos gestores de Goiás (João Prestes), Mato Grosso do Sul (Adriane Cação) e Mato Grosso (Cinthia Mattos), além das coordenadoras da Diretoria de Cidadania Cultural da Bahia (Saliha Rachid e Maria Ribeiro).

Além deste encaminhamento foram sugeridas as seguintes propostas:

1. MinC e estados realizarem um encontro com procuradorias e controladorias dos estados, para que haja um entendimento sobre o PCV;
2. Formação de um grupo de discussão virtual, tipo groups;
3. Formar um fórum ou rede dos gestores estaduais dos pontos de cultura;
4. Que o MinC possa atender os estados que não tem MinC Regional, a exemplo de Goiás;
5. Que os estados possam fazer uma interface também com o IPEA e com a CGU.

TEIA NACIONAL

As 17h - Antonia Rangel do MinC apresentou a proposta sobre a TEIA Nacional (ver anexo 04), abrindo diálogo com os gestores presentes. Deixou claro que tudo o que foi apresentado ainda está em aberto para discussão. Alguns estados sinalizaram no documento base deste encontro suas candidaturas a sediar a TEIA.

Durante a discussão muitos gestores apontaram o quanto será complicado realizar a Teia em ano de conferência e propôs que se houvesse possibilidade de realizá-la em 2014, seria melhor fazer em março. Outros estados ponderaram sobre o encerramento do convênio, a exemplo de Mato Grosso do Sul que termina em dezembro de 2013 e ainda não teve autorização para a realização da TEIA estadual, como resolver isso? A Bahia também se posicionou que até o momento de 2012 está aguardando o retorno do MinC para marcar a data da TEIA estadual, quando será liberado?

Antônia esclarece que em relação à dificuldade da aplicação dos recursos para a realização das TEIAS, está sendo pensada uma portaria para facilitar o uso deste recurso; a SCDC vai dar uma prioridade para essa questão. A respeito dos convênios expirados, será visto caso a caso, mas isso não implica na não participação do estado. É importante que os Estados reflitam o que vai ser a TEIA, o ideal é que os estados discutam para que até início de abril já tenham uma proposta fechada.

Sobre o tema e local de realização: Nem todos os gestores concordaram com o tema apresentado pela SCDC, que veio da CNdPC “Do In da Diversidade”. Houve sugestão de acrescentar um Seminário sobre Cidadania e Direitos Culturais durante o evento, discussão que avançou para o indicativo de que a questão dos direitos humanos pode estar colocada como um protocolo de responsabilidades dos pontos de cultura. Sobre o local de realização da TEIA nacional, foram sugeridas cidades como Rio de Janeiro e a Bahia.

Cláudia Vasconcelos lembrou que no documento base optou pela não realização da Teia Nacional na Bahia, porém afirma que já há rumores que o Secretário de Cultura já se manifestou interessado. Relatou da dificuldade da equipe, mas que é possível voltar a conversar.

Antonia finalizou a discussão da TEIA nacional lembrando que nem tudo dependa do MinC, é necessário esforços conjuntos visto que a TEIA é um evento de três dias. Sobre a Portaria afirma que já está em discussão com o jurídico e que irá incorporar as propostas que estão sendo discutidas aqui em Salvador.

A parte da manhã do **dia 26/02** foi coordenada pela equipe da SCDC/MinC quando foi proposta a divisão da plenária em dois grupos para discutir sobre a **qualificação da Gestão**, a partir das seguintes temáticas:

- Qualificação e normatização de Instrumentos
 - Edital/publicação - inscrição/habilitação/seleção
 - convênios/prêmios
- Acompanhamento/Monitoramento e Fiscalização

Como resultado desse trabalho os grupos levantaram proposições, que após serem socializadas e discutidas em plenária, serão transformadas por uma comissão da Rede de Gestores em um apêndice/anexo do documento final do Encontro, apresentadas como recomendações ao MinC e aos estados.

A tarde faríamos tanto a leitura e aprovação do documento final (redigido pela comissão) quanto a apresentação das experiências dos estados na gestão dos Pontos de Cultura. Ao iniciar a leitura da minuta do documento final percebeu-se a importância do mesmo e necessidade de termos mais tempo para discutir coletivamente cada ponto, fazer destaques e esclarecimentos e aprovar as propostas presentes no mesmo.

Deste modo, foi decidido em plenária priorizarmos a aprovação do documento e deixar para o próximo encontro de gestores o momento de intercâmbio de experiências.

Após debate, coordenado por João Prestes, sobre o papel dos gestores estaduais de pontos de cultura e da relação destes com a SCDC/MinC, o Documento Final (ver anexo 05) foi lido e aprovado pela plenária, sendo que o mesmo foi encaminhado a SCDC/MinC, ao Fórum Nacional de Dirigentes e Secretários de Cultura e a Comissão Nacional de Pontos de Cultura.

Uma das questões presentes no documento final dizia respeito a criação de uma rede ou fórum dos gestores estaduais de pontos de cultura. Após debate desse ponto, a plenária decidiu por criar a REDE DE GESTORES ESTADUAIS DO PROGRAMA CULTURA VIVA e para representar a Rede em algumas instâncias deliberativas ou consultivas elegeu uma comissão representativa dos estados, com a seguinte formação:

Região Norte:

Titular: Amapá - Iran Lima de Souza

Suplente: Rondônia - José Monteiro

Região Nordeste:

Titular: Bahia - Cláudia P. Vasconcelos

Suplente: Alagoas - Catarina de Laboure

Região Sudeste:

Titular: São Paulo - Antonieta Jorge Dertkigil

Suplente: São Paulo informará seu suplente

Região Centro Oeste:

Titular: Goiás - João Prestes

Suplente: Mato Grosso - Cinthia Mattos

Região Sul:

Titular: Rio Grande do Sul - João Pontes

Suplente: RS informará seu suplente

Além disso, tirou-se como encaminhamento:

- Participação da Comissão de Gestores na reunião da CNdPC sobre a TEIA Nacional que acontecerá em Brasília nos dias 26 e 27 de março de 2013 (data em revisão);
- II Encontro da Rede de Gestores Estaduais do PCV em abril, também em Brasília, para retomar a pauta de articulação com as Procuradorias e Controladorias;
- III Encontro da Rede no segundo semestre no Amapá, data a ser definida.
- Realização de um Seminário com foco na sustentabilidade;
- Criação de um GT da Rede que realizaria estudos e sistematizaria o seminário sobre sustentabilidade.

Deste modo, com a aprovação dos encaminhamentos acima citados e com a entrega do documento final da recém-criada Rede de Gestores Estaduais do Programa Cultura Viva à Secretária da SCDC/Minc, Márcia Rolemberg encerrou-se o primeiro Encontro de Gestores Estaduais de Pontos de Cultura.

* Relatório feito pela Diretoria de Cidadania Cultural / SecultBA, a partir de registros realizados pela própria equipe e pela equipe da SCDC/MinC.

ANEXO 7 – Documento Final do Encontro de Gestores, 2013, Salvador - Bahia**DOCUMENTO FINAL DO ENCONTRO DE GESTORES ESTADUAIS DE PONTOS DE CULTURA**

Salvador, 26 de fevereiro de 2013.

Nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2013 reuniram-se no Conselho Estadual de Cultura da Bahia os Gestores Estaduais dos Pontos de Cultura de 21 estados e a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural/MinC para discutir o papel dos estados na gestão do Programa Cultura Viva. No dia 25 após debate sobre a gestão compartilhada do programa nos estados, foram levantadas as seguintes propostas:

GESTÃO:

- Definir equipes dentro da SCDC para atender aos estados e regiões;
- Criar a representação do MinC no Centro-oeste;
- Maior agilidade nas respostas dos processos entre o MinC e as Secretarias Estaduais;
- Articulação dos Gestores Estaduais do Programa Cultura Viva com a bancada federal para apresentar o Programa Cultura Viva e discutir emendas para a Lei Cultura Viva;
- Alinhar o Programa Cultura Viva com as procuradorias e controladorias através de reuniões, seminários, encontros, etc.
- Criar portaria federal que autorize utilização do rendimento do convênio do MinC com estados e municípios para realização de TEIAS, formação, ações de acompanhamento e monitoramento;
- Dialogar com os bancos federais a respeito da isenção das taxas bancárias para os Pontos de Cultura. Validar nos estados a portaria interministerial que isenta os Pontos de Cultura das taxas bancárias;
- Adotar procedimentos e metodologias do Programa Cultura Viva que sejam comuns a todos os estados;
- Qualificar os gestores estaduais, a exemplo de gestão de redes;

REDES:

- Reconhecer a Rede dos Gestores Estaduais do Programa Cultura Viva, criada durante o Encontro de Gestores Estaduais dos Pontos de Cultura, que será representada por uma comissão composta por 05 titulares e 05 suplentes de cada região do país;
- Estimular a criação da Rede dos Gestores Municipais do Programa Cultura Viva;
- Apoiar encontros regionais de Gestores do Programa Cultura Viva;
- Estimular a criação e o funcionamento dos comitês gestores do Programa Cultura Viva em todos os estados;
- Retomar comitê gestor nacional do Programa Cultura Viva com a participação do MinC, dos estados, municípios e da sociedade civil;
- Interlocução dos Gestores Estaduais do Programa Cultura Viva com o IPEA;
- Apoiar encontros dos gestores estaduais com a Comissão Nacional de Pontos de Cultura;
- Os Pontos de Cultura deverão auxiliar na gestão dos convênios estaduais como fomentadores de redes na área da cultura;
- Disponibilizar o portal Salic Web para que os estados e municípios possam realizar seus editais e gerenciar os convênios ativos;

SUSTENTABILIDADE

- Realizar um seminário sobre a sustentabilidade do Programa Cultura Viva com a Rede de Gestores do Programa Cultura Viva;
- Criar um GT sobre sustentabilidade dentro da Rede de Gestores do Programa Cultura Viva: ações de formação em gestão, captação de recursos, prestação de contas, artes, cultura digital, associativismo, cooperativismo, encontros, seminários, festivais, fóruns.
- Com vistas ao fortalecimento e continuidade da Rede de Pontos de Cultura, novos e/ou existentes, propõe-se: garantia de lançamento de 01 edital por ano por estado, trabalhar com faixas de valores e tempo diferenciados;
- Fortalecer o pacto federativo do Programa Cultura Viva, por meio da construção de protocolos para participação dos municípios na gestão e adesão do programa;

COMUNICAÇÃO:

- Criar plataforma dos Pontos de Cultura no site do MinC: legislação, editais, informações, publicações, agendas, contatos, etc;
- Compromisso dos estados de criação de uma plataforma digital nos sites das respectivas Secretarias para publicização e divulgação das ações dos Pontos de Cultura;
- Criar o grupo de discussão virtual da Rede de Gestores Estaduais do Programa Cultura Viva;
- Criar GT de comunicação articulado com os Pontos de Cultura Digital;
- Mapeamento das iniciativas existentes nesse campo junto as Secretarias, ampliando os espaços de diálogo com as redes locais dos Pontos de Cultura/Cultura Viva;

TEIA NACIONAL:

- Incluir Encontro/seminário da Diversidade e Direitos Culturais na programação da TEIA;
- Mobilizar os Pontos de Cultura para participar das conferências municipais, estaduais e nacional de cultura;
- Realizar e assegurar que as Teias Estaduais e Regionais sejam reconhecidas como conferências livres de cultura vinculada a Conferência Nacional de Cultura;
- Repensar o nome da TEIA Nacional: sugestão – Teia da Diversidade: Transformando o Brasil;
- Sugestão de realização da TEIA Nacional na Bahia na primeira semana de abril de 2014;
- Garantir assento dos gestores estaduais no grupo de trabalho das TEIAS Nacionais.

Assim, no dia 26 de fevereiro às 14:00 horas este documento foi compartilhado e aprovado em plenária para em seguida ser entregue ao Ministério da Cultura, ao Fórum Nacional dos Secretários Estaduais e Dirigentes de Cultura e a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura para conhecimento e para os devidos encaminhamentos. Na oportunidade foi eleita uma comissão representativa da Rede de Gestores Estaduais do Programa Cultura Viva composta por dois representantes de cada região (01 titular e 01 suplente):

Região Norte:

Titular: Amapá - Iran Lima de Souza

Suplente: Rondônia - José Monteiro

Região Nordeste:

Titular: Bahia - Cláudia P. Vasconcelos

Suplente: Alagoas - Catarina de Laboure

Região Sudeste:

Titular: São Paulo - Antonieta Jorge Dertkigil

Suplente: São Paulo informará seu suplente

Região Centro Oeste:

Titular: Goiás - João Luiz Prestes

Suplente: Mato Grosso do Sul – Cintia Matos

Região Sul:

Titular: Rio Grande do Sul - João Pontes

Suplente: Rio Grande do Sul informará seu suplente

Assinam este documento representantes dos seguintes estados brasileiros:

Alagoas - Catarina de Laboure - Superintendente de Formação e Difusão Cultural

Amapá – José Miguel de Souza Cyrillo – Secretário de Cultura do Amapá e Iran Lima de Souza – Gestor dos Pontos de Cultura

Bahia – Cláudia P. Vasconcelos – Diretora de Cidadania Cultural

Ceará – José Anchieta da Cunha – Secretário Executivo de Cultura

Espírito Santo – Christiane Wigner Gimeane - Gerente de Ação Cultural e Heraldo Marcos Rosário Plotegher - Gestor da Rede Estado de Pontos de Cultura

Goiás – João Luis Prestes – Coordenador da Rede de Pontos de Cultura

Maranhão – Edna Maria Matos e Francisco Valdenildo Barros - Superintendente de Gestão do Programa Mais Cultura

Minas Gerais – Camila Collier - Assessora da Superintendência de Interiorização e Danielle Viera Campos - Convênios SPGF - SECULT MG

Mato Grosso - Cinthia de Miranda Mattos - Coordenadora da Rede de Pontos de Cultura

Mato Grosso do Sul - Adriane Cação - Gestora da Rede Estadual de Pontos de Cultura

Pernambuco – Luís Roberto da Silva - Secretário Executivo de Cultura e Emmanuel Cardoso - Coordenador do Programa Mais Cultura

Rio Grande do Sul – João Pontes - Diretor de Cidadania e Diversidade Cultural e Ricardo Oliveira - Coordenador de Pontos de Cultura da Diretoria de Cidadania e Diversidade Cultural

Rio de Janeiro - Marcos André Carvalho - Superintendente de Cultura e Sociedade

Rio Grande do Norte - Clenia Luna - Coordenadora dos Pontos de Cultura

Rondônia - Cleidemara Alves - Secretária de Estado dos Esportes, da Cultura e do Lazer de Rondônia

Sergipe - Iêdo Flávio de Andrade Filho - Diretor de Administração e Finanças

São Paulo – Antonieta Jorge Dertkigil - Gestora da Rede Estadual de Pontos de Cultura e Maria Thereza Bosi de Magalhães - Coordenadora da Unidade de Fomento / Depto gestor dos Pontos de Cultura